

**APRESENTAÇÃO** *A Mineral Engenharia e Meio Ambiente está elaborando para a PETROBRAS (UO-BS) o Diagnóstico Participativo nos municípios do Litoral Sul Fluminense para o Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PEA-Rio).*

*Como pressuposto para o detalhamento do PEA-Rio para as Baías de Ilha Grande (Paraty e Angra dos Reis) e de Sepetiba (Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba), foi construída uma base de dados, por meio de Diagnóstico Participativo, que garantiu sinergia entre as demandas dos diferentes grupos sociais impactados por empreendimentos da PETROBRAS. As informações consolidadas no referido diagnóstico são de suma importância para a identificação dos grupos prioritários da ação educativa, bem como para a identificação das necessidades e potencialidades desses grupos na relação com seu meio ambiente.*

*O presente documento PBS6AR36 constitui o Relatório Consolidado do PEA-Rio - Baía de Ilha Grande e Baía de Sepetiba.*

*São Paulo, 21 de novembro de 2014.*

*Ricardo M. Simonsen*

*Diretor*



*[Assinatura]*  
Coordenador da Equipe



*[Assinatura]*  
Coordenadora da equipe

Relatório  
PBS6AR36

Revisão 02  
12/2014

## SUMÁRIO

I	SUMÁRIO EXECUTIVO .....	6
I.1	Metodologia .....	8
II	CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS .....	9
II.1	Seleção de agentes locais.....	14
II.2	Oficinas de nivelamento conceitual, capacitação e planejamento.....	15
II.3	Definição das ferramentas de diagnóstico participativo e suas adequações ao longo do processo de DP.....	17
II.4	Mobilização dos grupos sociais .....	19
II.5	Reuniões de Diagnóstico Participativo.....	24
II.6	Sistematização dos resultados e análises .....	27
II.7	Comunidades diagnosticadas nas baías de ilha grande e sepetiba .....	30
III	ANÁLISE MUNICIPAL - BAÍA DE ILHA GRANDE.....	36
III.1	Angra dos Reis .....	36
III.2	Paraty .....	39
IV	ANÁLISE REGIONAL - BAÍA DE ILHA GRANDE.....	42
IV.1	Caracterização.....	42
IV.1.1	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre a indústria do petróleo e os pescadores.....	48
IV.1.2	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre os pescadores e a atividade turística.....	53
IV.1.3	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre a indústria de petróleo e a atividade turística .....	58
IV.1.4	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre os pescadores e embarcações de pesca de grande porte .....	59
IV.1.5	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre os pescadores e os maricultores de algas exóticas .....	62
IV.1.6	Conflito gerado pela instalação de grandes empreendimentos terrestres .....	63
IV.1.7	Conflito oriundo da disputa pelo território das comunidades tradicionais e condomínios de luxo ou empreendimentos turísticos .....	64
IV.1.8	Conflito entre Unidades de Conservação e comunidades tradicionais .....	66
IV.1.9	Conflito gerado pela falta de informação sobre os royalties .....	78
IV.1.10	Problemas ambientais.....	87
IV.1.11	Problemas de ordem social, política e econômica.....	88
IV.1.11.1	i. Falta de organização dos grupos sociais vulneráveis .....	88

IV.1.11.2	Insuficiência/má qualidade dos serviços públicos .....	90
IV.1.11.3	Excesso de diagnósticos e pesquisas sem ações concretas .....	91
IV.2	Organização social e política das comunidades .....	91
IV.3	Cadeia produtiva da pesca artesanal .....	96
IV.4	Gestão ambiental do território .....	102
IV.5	Infraestrutura e políticas públicas correlatas.....	112
IV.6	Perspectivas socioeconômicas .....	116
<b>V</b>	<b>ANÁLISE MUNICIPAL- BAÍA DE SEPETIBA.....</b>	<b>121</b>
V.1	Itaguaí.....	121
V.2	Mangaratiba .....	125
V.3	Rio de Janeiro (pescadores de Pedra de Guaratiba, Sepetiba e Santa Cruz) .....	128
<b>VI</b>	<b>ANÁLISE REGIONAL - BAÍA DE SEPETIBA.....</b>	<b>131</b>
VI.1	Caracterização .....	131
VI.1.1	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre a indústria do petróleo e os pescadores.....	134
VI.1.2	Conflitos entre atividades industriais e/ou portuárias e atividades turísticas..	135
VI.1.3	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre os pescadores e embarcações de pesca de grande porte .....	136
VI.1.4	Conflito gerado pela instalação de grandes empreendimentos terrestres .....	137
VI.1.5	Conflito oriundo da disputa pelo território das comunidades tradicionais e condomínios de luxo ou empreendimentos turísticos .....	141
VI.1.6	Problemas ambientais.....	147
VI.1.7	Problemas de ordem social, política e econômica.....	147
VI.1.7.1	i. Organização sociopolítica dos pescadores.....	147
VI.1.7.2	Insuficiência/má qualidade dos serviços públicos .....	149
VI.1.7.3	Excesso de diagnósticos e pesquisas sem ações concretas .....	150
VI.2	Organização Social das Comunidades.....	151
VI.3	Cadeia produtiva da pesca artesanal .....	152
VI.4	Gestão Ambiental do Território .....	154
VI.5	Infraestrutura e políticas públicas correlatas.....	155
VI.6	Perspectivas socioeconômicas .....	160
<b>VII</b>	<b>SUBSÍDIOS E DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DO PEA-RIO (BAÍAS DE ILHA GRANDE E SEPETIBA) .....</b>	<b>162</b>

VIII PERFIL DOS PROFISSIONAIS QUE CONDUZIRAM O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-RIO .....	169
IX BIBLIOGRAFIA.....	171
X ANEXOS .....	175
ANEXO I - GRUPOS SOCIAIS/COMUNITÁRIOS PARTICIPANTES DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-RIO - LITORAL SUL FLUMINENSE, 2012-2013 .....	176
ANEXO II – MAPAS SOBRE AS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS .....	179
ANEXO II.1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS/COMUNITÁRIOS PARTICIPANTES DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-RIO - LITORAL SUL FLUMINENSE, 2012-2013 .....	180
ANEXO II.2 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS E EMPREENDIMENTO TERRESTRES .....	181
ANEXO II.3 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS E DETALHAMENTO DO POLO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ .....	182
ANEXO II.4 – COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS EM CONFLITO PELO OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO MARÍTIMO .....	183
ANEXO II.5 – COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS EM CONFLITO PELA OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO .....	184
ANEXO II.6 – COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS EM CONFLITO PELA FALTA DE INFORMAÇÃO DE ROYALTIES .....	185
ANEXO II.7 LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (BAÍA DE ILHA GRANDE).....	186
ANEXO II.8 LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (BAÍA DE SEPETIBA).....	187
ANEXO III – ENTIDADES CONSULTADAS DURANTE A CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - MUNICÍPIOS DE ANGRA DOS REIS E PARATY.....	188
ANEXO IV – EVENTOS DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO REALIZADOS - MUNICÍPIOS DE ANGRA DOS REIS E PARATY.....	190
ANEXO V – METAS E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	206
ANEXO VI - AÇÕES GERADORAS E IMPACTOS PADRONIZADOS DOS MEIOS FÍSICO, BIÓTICO E SOCIOECONÔMICO.....	212
ANEXO VII - ENTREVISTA COM GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAIRUÇÚ – PARATY-RJ .....	225
ANEXO VIII - RELATÓRIOS E LISTAS DE PRESENÇA DOS EVENTOS DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO - MUNICÍPIOS DE ANGRA DOS REIS E PARATYERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
ANEXO IX - RELATÓRIOS E LISTAS DE PRESENÇA DOS EVENTOS DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO - MUNICÍPIOS DE MANGARATIBA E ITAGUAÍ ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
ANEXO X - RELATÓRIOS E LISTAS DE PRESENÇA DOS EVENTOS DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO – BAIRROS DA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIROERRO! INDICADOR NÃO	
ANEXO XI – RELATÓRIO MUNICIPAL DE PARATY.....	226
ANEXO XII – RELATÓRIO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS .....	227
ANEXO XIII – RELATÓRIO MUNICIPAL DE MANGARATIBA .....	228

ANEXO XIV – RELATÓRIO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ.....	229
ANEXO XV – RELATÓRIO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – COMUNIDADES PESCADORAS DA ZONA OESTE .....	230



*[Handwritten signature]*  
Coordenador da Equipe



*[Handwritten signature]*  
Coordenadora da equipe

**Relatório**  
PBS6AR36

**Revisão 02**  
12/2014

## I SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório apresenta os resultados do Diagnóstico Participativo realizado no Litoral Sul Fluminense, executado entre os meses de outubro de 2012 e junho de 2014 em 53 comunidades. Este diagnóstico foi realizado no âmbito do Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – PEA RIO que foi regionalizado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010 como Região 4. Diagnosticou-se os municípios da Baía de Ilha Grande (Angra dos Reis e Paraty) e da Baía de Sepetiba (Itaguaí, Mangaratiba e Rio de Janeiro).

O licenciamento ambiental federal exigiu a realização deste Diagnóstico Participativo por meio das seguintes licenças de operação:

**Quadro I-1–Licenças de Operação nas Baías de Ilha Grande e Sepetiba**

Empreendimento	Número da Licença de Operação	Baía de Ilha Grande		Baía de Sepetiba		
		Paraty	Angra dos Reis	Mangaratiba	Itaguaí	Rio de Janeiro
Mexilhão	999/2011					
Pólo Uruguá	941/2010					
Pólo Lula	963/2010					
AGBS	1006/2011					
Pólo Pré-Sal Etapa 1	1120/2012, 1157/2013 e 1263/2014					

Conforme definido pelo Parecer Técnico CGPEG/DILIC/IBAMA nº 291/2012, “o objetivo geral deste diagnóstico participativo é apresentar propostas para subsidiar a elaboração de um programa e projetos de educação ambiental, a partir da análise dos dados coletados em campo, complementados por dados secundários, conforme as linhas de ação e demais diretrizes estabelecidas pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10”. A referida Nota Técnica, por sua vez, determina que “os principais objetivos do diagnóstico participativo são (i) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; (ii) identificar e

*caracterizar problemas ambientais e conflitos que não estejam relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; e (iii) identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo diagnóstico. O diagnóstico participativo deverá apresentar propostas que subsidiem a elaboração de um programa ou projeto de educação ambiental ou projeto de compensação, a partir da análise dos dados coletados em campo, complementados por dados secundários”.*

No item ‘Metodologia’, está retratada a trajetória de construção do Diagnóstico Participativo desde a eleição das comunidades a serem diagnosticadas, passando pela descrição minuciosa das escolhas técnicas realizadas até chegar a um balanço geral das dificuldades enfrentadas e das mediações que, necessariamente, influenciaram os resultados.

Os tópicos denominados ‘Análise Municipal – Baía de Ilha Grande’ e ‘Análise Municipal – Baía de Sepetiba’ apresentam sínteses dos relatórios municipais.

Os itens ‘Análise Regional – Baía de Ilha Grande’ e ‘Análise Regional – Baía de Sepetiba’ abordam os problemas e conflitos próprios a cada baía, tomados sobretudo em sua interface com a pesca artesanal. Além disso, estão incluídas impressões sobre a arrecadação e aplicação dos royalties nos municípios diagnosticados e apontamentos de conjunto sobre o litoral sul fluminense.

Por fim, estão expostos os “Subsídios e Diretrizes para Formulação do Programa de Educação Ambiental”, levando em consideração os resultados apresentados neste relatório.

## I.1 METODOLOGIA

A realização do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio - Litoral Sul Fluminense foi dividida em duas fases: (i) a elaboração de uma Caracterização Socioambiental (doravante Caracterização) dos municípios das baías de Ilha Grande (Angra dos Reis e Paraty) e Sepetiba (Itaguaí, Mangaratiba e Rio de Janeiro) e; (ii) a realização de eventos de Diagnóstico Participativo (DP) em comunidades desses municípios, selecionadas durante e posteriormente à realização da Caracterização.

## II FASE DO DIAGNÓSTICO

### II.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A Caracterização teve como objetivo geral fornecer um quadro de informações municipais e regionais sintéticas acerca dos municípios do Litoral Sul Fluminense. Seus objetivos específicos foram:

- Descrever o cenário socioambiental regional e municipal;
- Identificar o perfil dos grupos sociais/comunitários impactados pelas atividades dos empreendimentos da Petrobras nesse espaço geográfico;
- Indicar os grupos sociais que seriam os protagonistas do Diagnóstico Participativo;
- Selecionar os agentes municipais locais que seriam incorporados à equipe técnica e atuariam no Diagnóstico Participativo.

A Caracterização orientou-se metodologicamente pelo recolhimento de dados secundários a respeito dos municípios de referência. Os trabalhos foram conduzidos entre os meses de abril e maio de 2012, para os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, e entre os meses de novembro de 2013 e janeiro de 2014 para os bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Pedra de Guaratiba, todos da zona oeste do município do Rio de Janeiro. Foram utilizadas como instituições de referência para a coleta desses dados: FIPERJ, Fundação Cultural Palmares, FUNAI, IBGE, INEA, Ministério da Pesca e Aquicultura, Petrobras, Armazém de Dados do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP-RIO), Observatório das Metrôpoles e Prefeituras Municipais. Além disso, foram consultadas fontes acadêmicas *on line*, tais como Scielo, Portal Capes de Teses e Dissertações e bibliotecas universitárias. Tais informações foram complementadas pela interlocução com agentes públicos locais, integrantes de ONG's atuantes na área ambiental e/ou integrantes dos grupos sociais/comunitários (ver Anexo).

Para a construção do cenário socioambiental foram eleitos como aspectos relevantes a serem tratados aqueles relacionados às dimensões demográfica/geográfica, à dimensão socioeconômica e à dimensão ambiental.

O recorte dado à dimensão demográfica/geográfica tencionou identificar as principais características físicas e políticas do território municipal e os contornos gerais de sua ocupação. Para tanto, elegeu como indicadores físicos e político-espaciais o bioma, a área total e o zoneamento municipal. Como indicadores da ocupação foram selecionados o número total da população, a taxa de urbanização e a existência de territórios tradicionais.

A dimensão socioeconômica teve como finalidade captar os contornos, em nível agregado, dos níveis de riqueza, desigualdade social e bem-estar da municipalidade. A fim de cumprir essa tarefa, foram escolhidos índices de qualidade de vida (mensurada pela renda, educação e longevidade), de atividade econômica (setores de atividade, produto interno e renda) e de oferta e cobertura de bem-estar social (equipamentos sociais de educação, saúde e assistência social e equipamentos culturais e de lazer).

Finalmente, a dimensão ambiental foi pensada como um conjunto de informações capazes de fornecer um quadro sintético a respeito da situação ambiental dos municípios. Estas informações foram expressas em termos de magnitude e formas de preservação e conservação (Unidades de Conservação e demais proteções ambientais) ou de riscos e problemas enfrentados (impactos ambientais já identificados). Foram também identificados os atores, ações e arenas de mediação de interesses e conflitos existentes (projetos de educação ambiental, ONGs ambientais e institucionalidade política da arena ambiental).

O detalhamento dessa tipologia encontra-se abaixo:

**Quadro II-1 – Dimensões e indicadores para a construção do cenário socioambiental**

Dimensão	Indicadores
Demográfico/Geográfico	Bioma; Área; População; Taxa de urbanização; Zoneamento Municipal e Territórios Tradicionais.
Socioeconômico	Qualidade de vida (Renda, Educação e Longevidade); Atividade Econômica; Equipamentos sociais (Educação, Saúde e Assistência Social); Equipamentos Culturais e de Lazer.
Ambiental	Preservação/Conservação Ambiental, Projetos de Educação Ambiental, ONGs Ambientais, Impactos Ambientais Identificados, Institucionalidade Política da Área Ambiental.

Esses dados foram reunidos e avaliados, fornecendo subsídios para a construção das seções analíticas do presente relatório. Por sua vez, a identificação e a caracterização preliminar dos grupos sociais/comunitários obedeceram a dois critérios de levantamento:

- Comunidades do entorno das instalações industriais terrestres da área de influência dos empreendimentos marítimos da Petrobras;
- Povos e comunidades tradicionais (definidos de acordo com o Decreto Federal n.6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

Sendo essas as delimitações iniciais para a identificação das comunidades, alguns detalhamentos foram necessários. Em primeiro lugar, estabeleceu-se que o critério de entorno a ser aplicado seria o de "vizinhança imediata", entendida como a área imediatamente contígua às instalações terrestres da Petrobras (consideradas também as bases de apoio operacional marítimas e aéreas). Em relação às comunidades tradicionais, também ficou estabelecido que as comunidades indígenas não fariam parte deste programa em nenhuma de suas etapas devido às limitações de acesso a essas comunidades impostas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI<sup>1</sup>). Mesmo assim, a sua existência foi indicada em item correspondente aos "territórios tradicionais" da área.

Uma vez estabelecidas as ferramentas de identificação dos grupos sociais/comunitários, foram modelados instrumentos de caracterização das formas de vulnerabilidade socioambiental a que estes estão sujeitos. O conceito de vulnerabilidade socioambiental foi construído a partir do entendimento de que é preciso focar tanto a estrutura de oportunidades políticas e socioeconômicas como o estoque de ativos (recursos materiais e simbólicos) que um determinado grupo social/comunitário tem à sua disposição para o enfrentamento de situações de risco ou de mudanças estruturais de seu contexto socioambiental. Ao lado dessas potencialidades, considerou-se

---

<sup>1</sup> A inclusão implicaria em acordo prévio com a FUNAI, o que exigiria relações institucionais acertadas entre IBAMA e FUNAI e posterior solicitação à Petrobras.

essencial também observar a dinâmica, isto é, o modo como determinado grupo social/comunitário efetiva e estrategicamente aciona essa estrutura ou agencia seu estoque de ativos em determinada situação de conflito ou de mudança. Dessa maneira, foram definidas três dimensões e respectivos indicadores para dar conta dessa problemática: a dimensão "Organização institucional e participação política" (organizações associativas representativas, lideranças constituídas e participação política local), a dimensão "Acesso a bens e serviços sociais" (equipamentos sociais - educacionais, de saúde e de assistência social - e culturais e de lazer instalados na comunidade; formas de acesso ao centro urbano do município) e a dimensão "Territorialidade, Atividades Produtivas e Impactos Socioambientais" (uso do território, impactos socioeconômicos e impactos ambientais)<sup>2</sup>. O quadro abaixo sintetiza essas informações:

**Quadro II-2 – Dimensões e respectivos indicadores para a construção da vulnerabilidade socioambiental**

Dimensão	indicadores
Organização Institucional e Participação Política	Organizações Associativas Representativas; Lideranças Constituídas; Participação Política Local.
Acesso a bens e serviços sociais	Equipamentos Sociais e de Cultura e Lazer; Formas de Acesso ao Centro Urbano do Município.
Territorialidade, Atividades Produtivas e Impactos Socioambientais	Uso do Território; Impactos Socioeconômicos; Impactos Ambientais.

Finalmente, a Caracterização também apresentou como objetivo a seleção de um agente local por município, à exceção do caso do município do Rio de Janeiro, para o qual foram selecionados quatro agentes locais, em virtude das proporções dos bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Pedra de Guaratiba. O agente local foi incorporado à equipe técnica durante a fase de realização dos eventos de DP e teve entre suas funções o desenvolvimento de atividades de mobilização junto aos grupos sociais/comunitários selecionados. Os critérios adotados para escolha do agente local foram: 1) perfil articulador e bom trânsito político em todos ou na maior parte dos grupos

<sup>2</sup> O conceito de vulnerabilidade socioambiental aqui utilizado é fruto de um amálgama entre as definições propostas por: KATZMAN (2000), ABRAMOVAY (2002), MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/DIEESE (2007) e LOUREIRO E AZAZIEL (2010).

sociais/comunitários previamente identificados; 2) integrar uma ou mais redes articuladas em torno das questões socioambientais pertinentes ao município. Foi instituído como critério adicional a avaliação do risco ou da conveniência, em cada um dos municípios, de eleição de um agente local originário de um dos grupos sociais/comunitários identificados. Esse critério foi baseado na premissa de que a escolha poderia ocasionar indisposição de outras lideranças e grupos ou, inversamente, facilitar a receptividade ao Diagnóstico Participativo. Obedecendo a tais critérios, durante a Caracterização foram escolhidos oito agentes locais: quatro para o município do Rio de Janeiro e um para cada um dos demais municípios do território sob análise.

A partir dos resultados da Caracterização dos municípios de Angra dos Reis, Paraty, Itaguaí e Mangaratiba foi elaborado um Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio - Litoral Sul Fluminense. Esse Plano de Trabalho indicou os grupos sociais/comunitários que foram identificados durante a Caracterização como participantes do DP, as ferramentas de produção de conhecimento coletivo adotadas e as metas e resultados esperados. O Plano de Trabalho foi protocolado na CGPEG/DILIC/IBAMA em 10/07/2012 para aprovação pelo órgão ambiental.

O Plano de Trabalho continha a identificação de 30 (trinta) grupos sociais/comunitários, distribuídos da seguinte maneira: 10 (dez) no município de Angra dos Reis, 11 (onze) em Paraty, 6 (seis) em Itaguaí e 3 (três) em Mangaratiba. O Parecer Técnico CGPEG/DILIC/IBAMA nº 291/12, analisou o Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo e solicitou a inclusão de outros treze grupos sociais/comunitários: 2 (dois) em Paraty, 6 (seis) em Angra dos Reis, 2 (dois) em Mangaratiba e 3 (três) no município do Rio de Janeiro.

A inclusão desses três últimos motivou a realização da Caracterização Socioambiental para os três bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro conduzida entre os meses de novembro de 2013 e janeiro de 2014. Além disso, o documento sugeriu avaliar a pertinência da inclusão de outros 12 (doze) grupos sociais/comunitários, dos quais, 8 (oito) foram incluídos. Após tais

complementações e rearranjos de grupos sociais/comunitários<sup>3</sup> no decorrer do DP, foram definidos os 53 (cinquenta e três) grupos sociais/comunitários que efetivamente fizeram parte do processo, conforme discriminado no Anexo I, o Anexo II apresenta 8 mapas contendo informações georreferenciadas sobre a região onde se localizam as comunidades diagnosticadas.

## II.2 SELEÇÃO DE AGENTES LOCAIS

Os agentes locais foram selecionados a partir de indicações de pesquisadores já previamente integrados à equipe de execução deste diagnóstico e militantes do movimento socioambiental.

Priorizou-se a contratação de pessoas com conhecimento inicial sobre as comunidades e bom trânsito entre as mesmas, visto que a participação esperada do agente local era não só de “abrir as portas” do território dos grupos sociais/comunitários para a equipe de pesquisadores/mediadores, mas também proporcionar uma primeira leitura a respeito da constituição do grupo, em termos, por exemplo, de suas divisões internas e hierarquias de poder.

---

<sup>3</sup> A Ilha de Itacuruçá, fronteira entre Mangaratiba e Itaguaí, foi realocada durante a execução do DP para o município de Mangaratiba, em função da autodefinição e autopercepção atribuída pelos membros desse grupo social/comunitário. Durante o contato com os grupos sociais/comunitários de Vila Geny e Vila Paraíso descobriu-se que ambos, na verdade, fazem parte do território de Itaguaí. Outros rearranjos de grupos sociais/comunitários foram executados durante a realização do DP, conforme o conhecimento a respeito da realidade local adensou-se. Em Paraty, os bairros de Ilha das Cobras e da Mangueira foram agregados entre si e com os demais bairros do centro de Paraty, em virtude da realidade da organização política e social da pesca artesanal nesses bairros. Em Angra dos Reis, os pescadores artesanais de Perequê/Parque Mambucaba foram reunidos com a Vila Histórica de Mambucaba, também em função da realidade sociopolítica da pesca artesanal nesses três bairros. Bananal, que havia em princípio sido agregada a Matariz, foi novamente desagregada, em função das realidades comunitárias distintas. Em Itaguaí, os pescadores artesanais da Ilha da Madeira tiveram que ser seccionados em dois subgrupos, em função da competição entre lideranças criar uma clivagem bastante acentuada. Nesse mesmo município, pescadores artesanais da Coroa Grande foram reagrupados com os pescadores artesanais da Vila Geny, sempre obedecendo à dinâmica das relações sociais locais. Por sua vez, o contato com o grupo social/comunitário, na fase de trabalho posterior à Caracterização, indicou uma mudança na identificação do grupo social/comunitário Comunidade do Rio da Guarda e seus afluentes, que passou a ser denominado, mais acertadamente, como Ponte Preta. E, finalmente, no caso dos três bairros do município do Rio de Janeiro - Sepetiba, Santa Cruz, Pedra de Guaratiba - foi definida uma estratégia diferenciada, em virtude de suas dimensões e de suas respectivas complexidades sociais. Foi realizada uma reunião, com metodologia de grupo focal, com lideranças dos grupos de pesca artesanal desses bairros. Nesse evento, ocorrido em 22 de fevereiro de 2014, ao final do processo de Caracterização Socioambiental, os participantes indicaram os grupos de pescadores artesanais existentes nesses três bairros, de acordo com critérios de identidade autoatribuída e de territorialidade. Em Santa Cruz, foram definidos os subgrupos de pescadores artesanais do Rio São Francisco e do bairro Jesuítas e os pescadores artesanais dos canais dos rios Guandú-mirim e Itá. Em Pedra de Guaratiba também foram definidos dois subgrupos: os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba e os pescadores artesanais de Ilha de Guaratiba e Barra de Guaratiba. No bairro de Sepetiba os pescadores artesanais se reconhecem e atuam territorialmente como um único subgrupo.

### II.3 OFICINAS DE NIVELAMENTO CONCEITUAL, CAPACITAÇÃO E PLANEJAMENTO

A segunda fase do diagnóstico iniciou em outubro de 2012, tendo suas orientações gerais baseadas no Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo. A fase de realização de eventos de DP foi subdividida em quatro etapas: capacitação das equipes, mobilização, eventos de DP e validação dos resultados. Essa fase foi desenvolvida em dois momentos diferentes. Entre outubro de 2012 e setembro de 2013, teve todas as suas etapas efetivadas nos municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Angra dos Reis e Paraty. Entre fevereiro e junho de 2014, foi levada a termo no município do Rio de Janeiro. A exposição a seguir apresenta a descrição das quatro etapas do DP.

A primeira etapa, a capacitação das equipes, foi concebida como um processo contínuo de aprendizagem e envolvimento dos técnicos responsáveis pela condução das atividades com os grupos sociais/comunitários. Foi composta por três formas de capacitação: uma relacionada à educação ambiental; um referente à formação técnica para a execução das atividades próprias do DP e; um processo contínuo de formação e interação das equipes. A formação técnica ocorreu antes mesmo da aprovação do Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo, com a realização do evento intitulado “Oficina de Capacitação e Nivelamento Conceitual em Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás”, realizada por iniciativa e organização da Petrobras. Esse evento contou com exposições e discussões conduzidas pelos consultores Frederico Loureiro e Lucia Anello. Realizada no município de São Paulo/SP nos dias 29 e 30 de maio de 2012.

A formação técnica foi destinada aos pesquisadores/mediadores de campo e aos agentes locais. Teve como objetivo a promoção das diligências metodológicas necessárias para atividades de caráter participativo (comportamento horizontal, linguagem adequada, habilidades de animação etc.) e ao treinamento específico para utilização das ferramentas de mobilização (expedientes próprios às metodologias qualitativas etnográficas e

de pesquisa-ação) e facilitação (dinâmicas já consolidadas de DP) voltadas aos objetivos do PEA-Rio. Em decorrência das etapas de trabalho destinadas a essa fase, foram planejadas e realizadas duas oficinas: uma para a capacitação nas atividades relativas à Etapa de Mobilização e outra relacionada à Etapa de Eventos de DP. A "Oficina da Etapa de Mobilização" ocorreu em 26 de outubro de 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

A capacitação seguinte ocorreu após o encerramento da Etapa de Mobilização e antes do início da etapa subsequente. A "Oficina da Etapa de Eventos do Diagnóstico Participativo" ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2013, no município do Rio de Janeiro.

A Etapa de Capacitação das equipes foi constantemente alimentada ao longo do processo, a fim de proporcionar a formação e a adesão constante das equipes a respeito do DP e da educação ambiental, bem como avaliar a adequação prática e a necessidade de possíveis reformulações nos procedimentos previstos. Nesse sentido, foram adotadas duas formas de atividade: i) leitura e intercâmbio de informações e ii) encontros de discussão e avaliação da aplicação dos saberes compartilhados. O intercâmbio a respeito das leituras realizadas foi efetivado presencialmente no dia 1º de março de 2013, no município do Rio de Janeiro<sup>4</sup>.

Inicialmente, as equipes de campo foram montadas de modo a dispor de uma dupla de pesquisadores responsável pelos municípios da Baía de Sepetiba e uma equipe de campo responsável pelos municípios da Baía de Ilha Grande, além da presença de um agente local por município. A equipe de campo foi ampliada ao longo do processo de DP. A primeira modificação concentrou-se nos dois municípios da Baía de Ilha Grande, em virtude do número de grupos sociais/comunitários existentes em Paraty e Angra dos Reis e suas respectivas dificuldades em termos de distâncias e logísticas de transporte. Assim, Paraty passou a contar com uma dupla de pesquisadores exclusivamente para o desenvolvimento de atividades em seu território. Foi também selecionado um novo agente local, ainda durante a Etapa de

---

<sup>4</sup> Para uma descrição dessa etapa e a lista de textos de referência consultados pela equipe técnica, conferir os Quadros "Metas alcançadas em relação às previstas" e "Resultados alcançados em relação aos previstos", constantes no Anexo V.

Mobilização. Em Angra dos Reis foi alocada uma segunda equipe, formada por dois pesquisadores e dois agentes de campo (um para os grupos sociais do continente e outro para os de Ilha Grande). Posteriormente, a equipe de Ilha Grande foi acrescida de dois novos pesquisadores, exclusivamente para o desenvolvimento das atividades com os grupos sociais/comunitários da Ilha Grande. A segunda modificação foi a inclusão de quatro agentes locais para o município do Rio de Janeiro, a partir da data de início das atividades de mobilização nos bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Pedra de Guaratiba, em março de 2014<sup>5</sup>.

#### **II.4 DEFINIÇÃO DAS FERRAMENTAS DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO E SUAS ADEQUAÇÕES AO LONGO DO PROCESSO DE DP**

A "Etapa de eventos de DP" teve início com a realização da "Oficina da Etapa de Eventos do Diagnóstico Participativo", ocorrida em 27 de fevereiro de 2013, no município do Rio de Janeiro. O DP evoca metodologias que permitem atender aos seus dois objetivos: i) facilitar a produção de conhecimento do grupo social/comunitário sobre si mesmo e ii) subsidiar a construção de uma agenda socioambiental para planejar e desenvolver projetos básicos de educação ambiental, conforme as linhas de ação estabelecidas na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/10. Desse modo, o Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo definiu a utilização de duas ferramentas de reflexão para essa etapa, quais sejam:

*Evento de Tipo I - Diagrama de Venn*

Tal ferramenta permite que os grupos sociais/comunitários descrevam, por meio de uma representação gráfica, quais são as instituições ou pessoas com quem interagem no mundo "de fora", além do grau de proximidade, o direcionamento e a qualidade dessas relações (por exemplo, a Secretaria Municipal de Cultura está distante do grupo social/comunitário, só o grupo a procura, mas a interação é considerada positiva pois, ainda que raras, as

<sup>5</sup> Para a descrição do perfil das equipes responsáveis pelo DP em cada um dos municípios, conferir os quadros relativos aos "Eventos do Diagnóstico Participativo", constantes no Anexo IV.

relações trouxeram benefícios para o grupo; um ‘atravessador’ é considerado muito próximo da comunidade, a relação estabelecida é de dupla mão, mas a interação é considerada negativa porque acarreta prejuízo financeiro e humilhação para o grupo). Seu objetivo é o de qualificar:

- a) as relações entre as comunidades e as instituições em termos de proximidade/distanciamento, direcionamento (mão única/mão dupla) e qualidade da relação (positiva/negativa/neutra);
- b) o grau de empoderamento e participação local dos grupos sociais/comunitários;
- c) suas relações comerciais;
- d) possíveis ações externas de preconceito, alijamento político e exploração do trabalho;
- e) as políticas e benefícios públicos em vigor.

#### *Evento de Tipo II - Matriz de Análise FOFA*

Por meio dessa ferramenta o grupo social/comunitário é instado a listar e refletir sobre suas Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. As Forças e Fraquezas são consideradas fatores internos, ou seja, são resultantes da ação do próprio grupo e/ou de aspectos estruturais do local onde vivem (ex.: desunião da comunidade é considerada uma fraqueza; belezas naturais são consideradas como força). Já as Oportunidades e Ameaças correspondem aos fatores externos, são decorrentes da ação de atores de fora do grupo social/comunitário (ex.: uma política pública de fomento produtivo é considerada uma oportunidade; um ‘grileiro’ que esbulha o território tradicional representa uma ameaça). Seu objetivo é o de qualificar:

- a) o grau de organização interna do grupo social/comunitário;
- b) as potencialidades socioambientais do grupo diagnosticado;
- c) os problemas ambientais e conflitos, estejam eles relacionados ou não aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural;
- d) as políticas públicas de gestão ambiental já em curso;
- e) o grau de conhecimento sobre royalties e participações especiais no município;
- f) os temas prioritários para a construção da agenda socioambiental.

#### *Reunião de validação - Roda de conversa*

O grupo social comunitário foi convidado para uma conversa coletiva, tendo como referência a sistematização dos resultados obtidos pela aplicação das duas ferramentas de reflexão anteriormente descritas. A análise integrada desses resultados permitiu ao grupo social/comunitário rediscutir aspectos-chave de sua vivência comum e apropriar-se coletivamente de seus principais problemas e conflitos socioambientais. Seus objetivos foram:

- a) validar a síntese das informações obtidas pelas ferramentas de DP;
- b) confirmar os impactos relatados;
- c) coletar possíveis complementações.

## II.5 MOBILIZAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS

A Etapa de Mobilização para a realização de eventos de DP iniciou-se com a "Oficina da Etapa de Mobilização", em 26 de outubro de 2012. Essa etapa teve como objetivo principal garantir a participação qualificada dos sujeitos prioritários da ação educativa nas etapas subsequentes. Nesse sentido, foi concebida para ter um caráter processual mais amplo do que a simples divulgação dos eventos de DP - apesar dessa divulgação constituir uma de suas estratégias. No momento de realização dos eventos de DP nos três bairros do município do Rio de Janeiro, a equipe de mediadores e a coordenação técnica permaneceu a mesma que já havia desenvolvido as atividades na Baía de Sepetiba, à exceção dos agentes locais. Assim, foi realizada uma nova oficina de capacitação para esses novos agentes locais, enfocando os conteúdos e instrumentos necessários para a consecução de suas ações de mobilização. Esta oficina foi realizada no dia 12 de março de 2014, também no município do Rio de Janeiro.

Além da mobilização ser realizada continuamente ao longo de todo o processo de execução de DP (e, nesse sentido, paralelamente às etapas de realização de eventos de DP e de reuniões validação), essa etapa contou com conjuntos específicos de atividades, cujo período de execução em campo foi de

pouco mais de três meses, entre os dias 6 de novembro de 2012 e 15 de fevereiro de 2013.

A fim de alcançar o objetivo geral foram desenhados alguns objetivos específicos para a mobilização, a saber: i) aprofundar o conhecimento a respeito dos grupos sociais/comunitários, visando delinear o tratamento mais adequado para cada um; ii) coletar informações que dessem suporte informacional e técnico para subsidiar os eventos de DP; iii) identificar os sujeitos prioritários da ação educativa nos grupos sociais; iv) identificar os melhores lugares e momentos para a realização dos eventos de DP (em termos de acesso, condição física, neutralidade e adequação de horário).

Inicialmente, a Etapa de Mobilização foi dividida em dois conjuntos de atividades: Pesquisa Social e Visita/Divulgação, ambas realizadas antes da execução dos eventos de DP.

As atividades de Pesquisa Social foram concebidas para realizar uma nova caracterização socioambiental dos 21 grupos sociais/comunitários incluídos posteriormente à primeira Caracterização, por indicação do IBAMA. Esta pesquisa também objetivou identificar os sujeitos prioritários da ação educativa em grupos sociais urbanizados.

Na nova caracterização socioambiental foram utilizados os mesmos instrumentos anteriormente empregados na Caracterização: levantamento, análise e sistematização de dados secundários e entrevistas com os agentes locais, com agentes do poder público, integrantes de ONGs e lideranças comunitárias. Para a identificação dos sujeitos prioritários em grupos sociais urbanizados, foi estabelecido que fossem criados subgrupos naqueles com número de habitantes superior a 2.500<sup>6</sup>. Para a criação de tais subgrupos foram realizadas buscas por grupos organizados, obedecendo à seguinte ordem de prioridade: a) pescadores artesanais – grupo já apontado como sujeito prioritário para a Educação Ambiental no licenciamento ambiental

---

<sup>6</sup> Em Angra dos Reis, preencheram esse requisito os grupos Enseada do Abraão (3.800), Monsuaba (10.000) e Parque Mambucaba (36.000). Em Paraty, submeteu-se a essa apuração o grupo Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty (10.000). No município de Itaguaí os bairros Brisamar (5.000), Ilha da Madeira (3.000), Coroa Grande (10.000) e Vila Paraíso (2.800) foram objeto de identificação de subgrupos. Em Mangaratiba participaram da seleção de subgrupos as localidades de Conceição do Jacaré (9.000) e Muriqui (2.500). Finalmente, no município do Rio de Janeiro, os três bairros cumpriram esse requisito: Pedra de Guaratiba (9.498), Sepetiba (56.575) e Santa Cruz (217.333).

federal sob responsabilidade da CGPEG; b) mulheres e jovens – não tendo sido encontradas organizações de pescadores artesanais, procedeu-se à busca por organizações de mulheres e jovens, segmentos sociologicamente identificados como mais propensos à vulnerabilidade. A identificação de subgrupos adotou como procedimento de campo a busca ativa das possíveis associações que se referissem a tais grupos. Foram também realizados contatos para apresentar os objetivos do Diagnóstico Participativo e convidá-los a participar do processo. Assim, nos grupos com mais de 2.500 habitantes foram buscadas, por ordem de prioridade, preferencialmente as associações de pescadores artesanais e/ou colônias de pesca (que são estruturas mais propriamente sindicais), os grupos de mulheres (reunidas por atividade ocupacional ou comunitárias) e os grêmios e associações estudantis de escolas públicas<sup>7</sup>.

Dado o caráter do processo educativo implicado em um DP, imprimiu-se os princípios da pesquisa-ação à pesquisa social efetuada durante essa etapa. A Pesquisa Social também pretendeu aprofundar os conhecimentos a respeito dos grupos sociais/comunitários ao ponto de fornecer subsídios seguros para a realização dos eventos do DP. Dessa maneira, o conjunto de atividades de Visita/Divulgação teve como objetivos: i) aprofundar o conhecimento a respeito dos grupos sociais/comunitários; ii) identificar os melhores lugares e momentos para a realização dos eventos de Diagnóstico Participativo; iii) apresentar os

---

<sup>7</sup> Com a finalização dessa etapa, puderam ser apurados os seguintes subgrupos. Em Angra dos Reis, subgrupos de pescadores artesanais nas localidades de Monsuaba e do Parque Mambucaba. Neste mesmo grupo, foi encontrado um subgrupo de produtores rurais caíçaros bastante ativo. Ainda em Angra foram identificados subgrupos de pescadores artesanais, jovens e mulheres na Enseada do Abraão. Em Paraty, foram identificados subgrupos de pescadores artesanais, catadores de siri e mulheres descascadoras de camarão no grupo Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty. Em Itaguaí, subgrupos de pescadores artesanais foram encontrados na Ilha da Madeira e Coroa Grande. No bairro Brisamar foi encontrado um subgrupo de mulheres artesãs, enquanto que na Vila Paraíso o subgrupo encontrado foi o de mulheres artesãs participantes ativas do Conselho Comunitário local. No município de Mangaratiba, foram encontrados subgrupos de pescadores artesanais, marisqueiros e maricultores, tanto em Conceição de Jacareí como em Muriqui. Já no município do Rio de Janeiro, em função dos procedimentos descritos anteriormente, foram selecionados dois subgrupos de pescadores artesanais no bairro Santa Cruz (Rio São Francisco e bairro Jesuítas e Canais dos rios Guandú-mirim e Itá), dois subgrupos no bairro de Pedra de Guaratiba (subgrupo Pedra de Guaratiba e subgrupo Ilha de Guaratiba e Barra de Guaratiba) e um em Sepetiba (pescadores artesanais de Sepetiba). Conferir nota 3, pp. 11.

objetivos do Diagnóstico Participativo, divulgá-lo e convidar os grupos sociais/comunitários a participar do processo.

Em vista disso, foram adotados como procedimentos de campo entrevistas semiestruturadas e mobilização das associações de pescadores, mulheres e jovens nos grupos identificados como mais propensos à vulnerabilidade (CASTRO & ABRAMOVAY, 2002; SAFFIOTI, 2004). Cada uma dessas técnicas foi acionada – de forma isolada ou combinada - de acordo com as características específicas dos grupos sociais comunitários. A participação do agente local não apenas “abriu as portas” do território dos grupos sociais/comunitários para a equipe de pesquisadores/mediadores, mas também proporcionou uma primeira leitura a respeito da constituição do grupo (e.g. divisões internas e hierarquias de poder).

O aprofundamento de informações a respeito dos grupos sociais/comunitários teve como foco a obtenção de informações mais atualizadas, junto às lideranças comunitárias, a respeito de impactos e conflitos socioambientais e econômicos que envolvessem os territórios comunitários. Foi dada ênfase sobre informações a respeito de conflitos territoriais (especulação imobiliária, grilagem de terras, ameaças de expulsão, invasão e demais problemas fundiários) e impactos em atividades econômicas (aumento no fluxo e intensidade de circulação de barcos e navios, assoreamento, restrições ao uso de recursos naturais, diminuição do pescado, entre outros). Essas informações foram utilizadas posteriormente, durante a realização dos eventos de DP.

Acompanhando o levantamento dessas informações junto às lideranças comunitárias, foram realizadas divulgações iniciais a respeito do PEA-Rio, com vistas a sensibilizar o público comunitário para a participação e obter o apoio das lideranças locais para a realização dos eventos. Assim, entre os meses de novembro de 2012 e fevereiro de 2013 foram realizadas 49 visitas as comunidades de Angra dos Reis, Paraty, Itaguaí e Mangaratiba<sup>8</sup>. A partir destas visitas, foi criado um cronograma preliminar com uma agenda composta

---

<sup>8</sup> A soma não totaliza 53 por dois motivos: porque os grupos sociais/comunitários do município do Rio de Janeiro ainda não haviam sido alvo dessas ações e porque, na ocasião, ainda não haviam sido desmembrados subgrupos em um dos grupos sociais/comunitários, que é o caso da Ilha da Madeira, em Itaguaí.

por 96 eventos de DP. Nessa composição, definiu-se, em acordo com as aspirações das comunidades, que tais eventos teriam início somente em março de 2013, em função do calendário de pesca e de turismo que rege a maioria das comunidades diagnosticadas.

A segunda estratégia de mobilização adotada foi a divulgação dos eventos de DP para os grupos sociais/comunitários, respeitando um período médio de 5 dias antes da realização dos mesmos. Essa divulgação baseou-se nos seguintes meios: entrega de convites e de folders explicativos em mãos de comunitários pela equipe de campo, em datas próximas à realização dos eventos de DP; fixação de cartazes a respeito dos eventos em pontos estratégicos das comunidades, tais como mercados, templos religiosos e atracadouros; solicitação de apoio de lideranças locais para a divulgação do evento. Nesse conjunto de atividades foi apresentada a estrutura dos trabalhos e seus objetivos, enfatizando tratar-se de medida mitigadora exigida pelo licenciamento ambiental federal. Mais uma vez, a atuação dos agentes locais foi de suma importância para o convencimento acerca da necessidade de participação comunitária nos eventos. Foram realizadas 121 campanhas de mobilização e divulgação de eventos de DP, considerando-se também aquelas dedicadas à mobilização para a participação nas reuniões de validação<sup>9</sup>.

No caso do município do Rio de Janeiro, a atividade específica de mobilização foi efetivada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2014, culminando na realização, em 22 de fevereiro de 2014, de uma reunião com lideranças dos pescadores artesanais dos bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Pedra de Guaratiba. Essa estratégia foi adotada em virtude das características singulares desses bairros frente ao restante dos municípios, principalmente em

---

<sup>9</sup> O número de campanhas de divulgação discrepa do total esperado de número de reuniões, a saber, uma para eventos de Tipo I, uma para eventos de Tipo II e uma de validação, em virtude de dois motivos. O primeiro é que, seguindo sugestão do Ibama, em várias das comunidades dos municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty foi possível realizar mais de um evento em uma mesma reunião. O segundo é que, ainda por sugestão do IBAMA, não foram realizadas reuniões de validação no município do Rio de Janeiro, exceção feita a um dos grupos sociais/comunitários. Além disso, nesse município, foi possível realizar dois eventos em uma mesma reunião em todos os grupos sociais/comunitários. Para detalhes a esse respeito, favor consultar o Anexo X. “Atividades realizadas nos municípios”.

termos de seus aspectos espaciais: áreas urbanizadas com elevada densidade populacional e dispersão dos pescadores artesanais em seus territórios, que não se agrupam territorialmente em unidades comunitárias, como ocorre nos demais municípios que compõem a área. Assim, após a realização de um levantamento, em fontes bibliográficas secundárias, dos impactos e conflitos socioambientais nesses três bairros, bem como das associações de pescadores artesanais locais, foi agendada uma reunião com as lideranças locais. Essa reunião teve como objetivos validar e aprofundar os impactos e conflitos encontrados no levantamento citado e realizar o mapeamento dos grupos sociais/comunitários de pescadores artesanais existentes nesses bairros, que foram identificados pelos partícipes a partir dos territórios em que desenvolvem suas atividades.

As atividades de divulgação dos eventos de DP para os grupos sociais/comunitários selecionados ocorreram de maneira contínua entre os meses de março e junho de 2014.

## **II.6 REUNIÕES DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO**

Para essa etapa as equipes de campo foram internamente organizadas em um mediador, um relator e um agente local responsáveis pela execução de cada evento. A realização de eventos de DP recobriu os períodos entre março e setembro de 2013, nos municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Angra dos Reis e Paraty, e entre março e junho de 2014, no município do Rio de Janeiro. No total, foram realizados 53 eventos de Tipo II e 52 eventos de Tipo I. Conforme sugestão de analistas da CGPEG/IBAMA, a ordem dos eventos foi invertida, de modo que primeiramente fossem realizados eventos de Tipo II (Matriz de Análise FOFA) e em seguida eventos de Tipo I (Diagrama de Venn). A justificativa foi a de que as questões levantadas pela Matriz de Análise FOFA são mais facilmente perceptíveis pelas comunidades, auxiliando na sensibilização para o diagnóstico. Essa inversão proporcionou, de fato, uma melhor aproximação das comunidades com as finalidades do DP. Entretanto, as nomenclaturas para cada uma das ferramentas de reflexão propostas foram mantidas (eventos de Tipo I e Tipo II), a fim de evitar confusão no gerenciamento de dados e das equipes.

Durante o cumprimento dessa etapa foram feitas algumas adequações. A primeira delas foi a realização de mais de um evento de DP ou, inclusive, dos eventos de DP e da dinâmica de validação, em uma mesma reunião comunitária. Tal alternativa, também sugerida pelos técnicos do Ibama que acompanharam o processo, justificou-se pela queixa um tanto generalizada, por parte dos grupos sociais/comunitários, a respeito do excesso de reuniões desse tipo promovidas por órgãos públicos ou por empreendimento. A possibilidade de realizar mais de um evento de DP em uma única reunião foi avaliada caso a caso. Tomou-se como critérios para a sua efetivação a homogeneidade do grupo de participantes presentes em cada reunião, o grau de envolvimento e de engajamento na discussão em curso e se o número de participantes presentes era significativo e representativo do perfil do sujeito prioritário da ação educativa em cada comunidade<sup>10</sup>.

No decorrer do processo de DP foi necessário também equacionar algumas readequações relacionadas à junção ou separação de segmentos do público-alvo em reuniões. Na Ilha da Madeira, em Itaguaí, foi identificada uma clivagem profunda entre duas associações representantes dos pescadores

---

<sup>10</sup> Em alguns grupos sociais/, a opção por uma reunião com mais de um evento foi cruzada com outros critérios. No município de Angra dos Reis, duas comunidades - Aventureiro e Dois Rios – tiveram a aplicação das duas ferramentas de DP e da dinâmica de validação dos resultados concentradas em uma única reunião. Em ambas, a presença de moradores foi mais do que significativa, considerando-se a média de presença nas reuniões de DP e as dimensões dessas comunidades. Essa decisão foi corroborada pelo fato de que ambas situam-se em um extremo da Ilha Grande, o que acarreta dificuldades de acesso, de comunicação e de traslado para essas comunidades, principalmente devido às condições marítimas. A avaliação dos resultados das reuniões corrobora a justeza dessa decisão, pois não houve prejuízo do processo pedagógico e nem da qualidade das informações coletadas. Em Coroa Grande, no município de Itaguaí, foi realizado apenas um evento de Tipo II e uma reunião de validação. A avaliação local foi a de que não seria preciso realizar um evento de Tipo I porque o público constituiu-se basicamente de moradores aposentados de Coroa Grande não atingiu o subgrupo pretendido – marisqueiras e pescadores artesanais. Na ocasião, a participação dos pescadores foi prejudicada porque a Capitania dos Portos marcou uma reunião emergencial com os pescadores para discutir compensações ambientais. Como a equipe não foi avisada pela comunidade e diante da presença de muitos outros moradores do bairro, a orientação da equipe de campo foi a de proceder à utilização da Matriz de Análise FOFA, objetivando coligar informações complementares sobre a localidade. Posteriormente, encaminhou-se uma solução já pactuada com Petrobras e IBAMA: convidar os pescadores de Coroa Grande para os eventos de DP da Vila Geny, bairro contíguo ao de Coroa Grande, já que houve o entendimento de que existe uma unidade política dos pescadores dessas duas localidades e, portanto, seria adequado realizar o DP em conjunto. Por sua vez, a reunião de validação foi marcada com os moradores aposentados de Coroa Grande em virtude do respeito à sua disponibilidade para fornecer informações sobre o bairro.

artesanais, subgrupo definido como público-alvo para esta localidade. Em decorrência de divergências acentuadas relacionadas à disputa pela representação política local, APAIM (Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira) e APLIM (Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira) foram convocadas para reuniões diferentes. Inicialmente, a APAIM não havia sido nomeada pelo grupo social/comunitário como uma entidade local representativa. Contudo, a liderança dessa entidade entrou em contato com a equipe técnica e com a Petrobras, solicitando uma reunião específica, sob a alegação de que também queria ter acesso a compensações. Mesmo esclarecida a respeito da natureza do PEA, de caráter mitigador e não compensatório, a liderança insistiu para que sua associação participasse do processo, no que foi atendida.

No caso do Parque Mambucaba, em Angra dos Reis, os dois subgrupos identificados – pescadores artesanais e produtores rurais caiçaras – apresentaram grande divergência de interesses, justificando sua participação em reuniões separadas. Após tentativas de realizar reuniões com o subgrupo de pescadores artesanais do Parque Mambucaba, foi optado pelo agrupamento com os pescadores da Vila Histórica de Mambucaba, uma vez que estes utilizam a mesma área geográfica e se caracterizam como um único sistema pesqueiro.

Finalmente, a etapa de realização das dinâmicas de validação ocorreu ao final da etapa de eventos de DP. Foi iniciada no mês de junho, perdurando até setembro de 2013, com a ocorrência de apenas uma dinâmica de validação em março de 2014.

De acordo com sugestão de analistas da CGPEG/IBAMA, os eventos específicos de validação não foram realizados entre quatro dos cinco grupos sociais/comunitários do município do Rio de Janeiro. A realização do primeiro evento de validação no município do Rio de Janeiro, com os pescadores de Pedra de Guaratiba, demonstrou a falta de necessidade desses eventos. Em virtude da identificação prévia de impactos e conflitos socioambientais, foi possível estabelecer um diálogo profícuo com os participantes da reunião com

as lideranças de pescadores artesanais locais. No total foram realizados 49 eventos de validação, um por comunidade dos municípios do Rio de Janeiro.

## II.7 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISES

O processo de desenvolvimento do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio apresentou um resultado colateral positivo, não previsto entre seus objetivos centrais definidos no Plano de Trabalho. Tratou-se da mobilização e da organização de comunidades e grupos anteriormente dispersos e desunidos. Este resultado se deveu ao fato de que comunidades e grupos com pouca articulação política interna expressaram muitas dificuldades de refletir sobre si mesmos e chegar a opiniões comuns – tarefas que fazem parte do processo de Diagnóstico Participativo. Diante desta adversidade, comunidades e grupos foram estimulados a iniciar ou retomar associações de moradores/identitárias/laborais ou outros tipos de ajuntamentos sociais baseados em interesses coletivos. Foi o caso de algumas comunidades de Angra dos Reis. Na Praia das Flechas a associação foi fundada durante o processo de Diagnóstico Participativo. As comunidades Enseada das Estrelas/Saco do Céu e Enseada das Palmas, iniciaram discussões sobre a constituição de associações.

A utilização da ferramenta de reflexão coletiva ‘Matriz de Análise FOFA’ foi crucial para esse processo. Essa ferramenta permitiu às comunidades um momento de reflexão sobre si mesmas e sobre o cenário no qual estão inseridas. Por sua vez, o Diagrama de Venn facilitou a construção da compreensão de que a comunidade está inserida tanto em relações de conflito como de reciprocidade com outros atores e instituições.

A título de balanço geral da experiência de DP do PEA-Rio, pode-se ainda destacar algumas dificuldades encontradas ao longo do processo. A primeira delas, identificada logo no início dos trabalhos, foi a resistência de parte do público-alvo em participar deste Diagnóstico Participativo. Entende-se que há três fatores explicativos principais para tal atitude: um de caráter

interno, associado à própria natureza do Programa de Educação Ambiental proposto; outro relacionado à visão negativa de indivíduos e grupos sobre Diagnósticos Participativos e; um terceiro relativo à desconfiança que o público-alvo expressa em relação aos órgãos de fiscalização ambiental.

No primeiro caso, ao oferecer projetos de organização comunitária e empoderamento político, o PEA se descola das percepções da realidade mais imediata do público-alvo, de ordem material, e dos anseios delas decorrentes, tornando-se uma ação de difícil justificativa e entendimento. No segundo, as comunidades ressentem-se do excesso de diagnósticos a que são submetidas, tais como pesquisas desenvolvidas pela academia, planos de manejo de Unidades de Conservação, Estudos de Impacto Ambiental, entre outros. Tais estudos não estão associados às ações compensatórias e/ou mitigadoras que, aos seus olhos, sejam efetivas.

Por último, tornou-se explícita a insatisfação de pescadores e comunitários de outros grupos sociais com os órgãos de fiscalização ambiental (e.g. IBAMA). Estes órgãos são considerados auxiliares de embarcações pesqueiras industriais, de proprietários de ilhas particulares e dos grandes empreendimentos, bem como, perseguidores dos pescadores artesanais, contra quem empregam força desmedida no ato de fiscalização. A manifestação de um pescador de Mangaratiba, colhida durante a reunião do Diagnóstico Participativo, resume a indisposição aqui exposta: *“O pescador não constrói terminais, não draga fundo de baía, não destrói manguezal... o pescador, pode ter certeza, esse tem consciência do que é preservação, porque ali [do mar] ele retira seu sustento (...) Se há alguém que precisa de educação ambiental, não são os pescadores, são as empresas!”*.

A dificuldade mais significativa, porém, foi a de identificar, por meio da manifestação dos comunitários, os impactos da cadeia de petróleo e gás. Isto porque os comunitários não são detentores dos conhecimentos técnicos sobre as operações levadas a cabo pelas diversas cadeias produtivas presentes no seu ambiente. Quando o pescador manifesta insatisfação porque seus petrechos de pesca foram danificados por uma grande embarcação, não é possível, em meio à profusão de atividades e serviços terceirizados pelos

empreendimentos, identificar se a tal embarcação está a serviço de uma empresa específica da cadeia de petróleo e gás. Mesmo quando o impacto identificado pode ser decorrente da cadeia de petróleo e gás, como as manchas de óleo no mar, é difícil para os comunitários pormenorizar a empresa diretamente responsável.

Independente da não identificação da responsabilidade direta, é preciso considerar tanto os efeitos cumulativos quanto os sinérgicos ao avaliar os impactos gerados em um determinado ambiente. É exatamente essa a perspectiva dos comunitários, orientada por sua experiência e percepção cotidianas de um ambiente saturado por múltiplos empreendimentos e cada vez mais hostil à reprodução do seu modo de vida. Assim, o Diagnóstico Participativo realizado converge com as orientações do IBAMA sobre Educação Ambiental<sup>11</sup>

Nesse ponto é necessário deixar clara a linha de análise dos resultados do DP que será conduzida adiante. O Diagnóstico Participativo constitui-se em momento propício para que os grupos sociais/comunitários apreendam as tensões e contradições que perpassam suas vivências concretas e se localizem na integralidade do tempo histórico. A partir dessa experiência de criação e ressignificação de conhecimentos, os grupos passam a reconhecer suas potencialidades transformadoras e estabelecer suas prioridades de ação política. Dito de outra maneira, sua realização não tem como objetivo a simples coleta de informações pertinentes para a caracterização de problemas, conflitos e potencialidades socioambientais. Possui também um caráter de intervenção e de ativação de um canal de reflexões e de relações políticas.

Porém, é preciso situar as possibilidades e os limites dessa metodologia. O Diagnóstico Participativo circunscreve-se nos limites da percepção e da

---

<sup>11</sup> “A compreensão dos riscos socioambientais por parte da população afetada por empreendimentos no processo de licenciamento ambiental, por demandar conhecimento específico, ora denominado pelos peritos, não é automática. Contudo, há que se considerar que as populações ou os leigos tendem a identificar os problemas mais relevantes que afetam a sua vizinhança ou que estão mais próximos de sua realidade. Neste momento, interessa para o gestor ambiental, particularmente aquele que se ocupa da condução de processos de licenciamento, somar as suas certezas de perito às contribuições do saber popular” (Orientações Pedagógicas, IBAMA, 2006, p. 3).

experiência que os grupos sociais/comunitários têm da realidade social. Isso traz ao menos duas consequências. Em primeiro lugar, o conhecimento produzido pela metodologia está sujeito a certas imprecisões técnicas e descritivas na apresentação dos problemas e impactos que as atividades econômicas têm sobre grupos socioambientalmente vulneráveis. Porém, em segundo lugar, e anteposta à primeira consequência, a metodologia oferece acesso à percepção e à experiência cotidiana desses grupos em suas relações com os efeitos dos empreendimentos econômicos. Assim, permite compreender que, muitas vezes, efeitos e impactos não imediatamente perceptíveis ou considerados relevantes de um ponto de vista mais abrangente implicam, de fato, mudanças significativas no equilíbrio do ambiente microsociológico dos grupos socioambientalmente vulneráveis.

A transposição dessas percepções e experiências para uma escala além da fronteira dos grupos sociais/comunitários supõe a reelaboração da maneira como os problemas, conflitos e potencialidades foram apresentados pelos sujeitos prioritários. Com efeito, para a preparação das análises subsequentes, as diversas vozes e relatos foram reagrupados em categorizações que pudessem congregiar percepções e experiências similares a respeito de condições socioambientais vulneráveis, de modo a compor um quadro geral que desse conta, de maneira sistemática, da realidade enfocada. A essas categorizações foram agregados dados objetivos capazes de fornecer um enquadramento amplo e compreensivo das posições e das suposições dos grupos sociais/comunitários que passaram pelo processo de Diagnóstico Participativo, de modo a tornar possível a identificação de impactos relacionados à cadeia de petróleo e gás e suas consequências.

## **II.8 COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS NAS BAÍAS DE ILHA GRANDE E SEPETIBA**

Para os municípios que constituem objeto deste Diagnóstico Participativo, podem ser concebidos recortes e recomposições variadas. O Estado do Rio de Janeiro denomina o litoral sul fluminense como Região da Costa Verde, composta pelos municípios de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba (Atlas de Distribuição dos Royalties do Estado do Rio de Janeiro,

2012). Esta nomenclatura também é utilizada pelas prefeituras municipais e pelos movimentos ambientalistas. O município de Itaguaí é definido pelo governo do Estado como integrante da região metropolitana do Rio de Janeiro, embora alguns autores também o considerem parte da Costa Verde (Cf. SARAÇA, *et al.*, 2007).

A Marinha do Brasil considera a Baía da Ilha Grande como um território mais abrangente, conforme descrito a seguir: *“A Baía da Ilha Grande é formada por um acentuado recuo da costa, desde a ponta da Guaratiba até a ponta de Juatinga, e tem duas barras de acesso, formadas pela localização da ilha Grande entre estas duas pontas. No seu interior há outras baías menores – as de Sepetiba, Mangaratiba, Jacuacanga, Ribeira e Parati – e um grande número de enseadas, praias e ilhas de rara beleza natural, que fazem da região um grande centro turístico. Suas margens são montanhosas, com intensa vegetação, e as encostas quase sempre mergulham no mar. Na baía da Ilha Grande também estão localizados o porto de Itaguaí, na baía de Sepetiba; o terminal da Ilha Guaíba, na parte Leste da baía; o terminal da Baía da Ilha Grande (TEBIG), o porto de Angra dos Reis e o estaleiro Verolme, na parte Central”* (Marinha do Brasil, Carta Náutica 1607).

Para efeitos da apresentação de resultados desse Diagnóstico, será seguida a orientação técnica expressa na contratação de serviços pela Petrobras, que divide o território em Baía de Ilha Grande (municípios de Paraty e Angra dos Reis) e Baía de Sepetiba (Mangaratiba, Itaguaí e Rio de Janeiro, este último representado apenas pelos bairros de Santa Cruz, Pedra de Guaratiba e Sepetiba).

A lista com os nomes e a figura com a localização dos 53 grupos sociais/comunitários que foram sujeitos do processo de Diagnóstico Participativo nas Baías de Ilha Grande e Sepetiba se encontram abaixo:

**Quadro II.7-1 – Grupos sociais/comunitários participantes do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio – Baía de Ilha Grande, 2012-2014**

Município	Comunidade	Tipificação
-----------	------------	-------------



*[Assinatura]*  
Coordenador da Equipe



*[Assinatura]*  
Coordenadora da equipe

Relatório  
PBS6AR36

Revisão 02  
12/2014

Município	Comunidade	Tipificação
Angra dos Reis	Araçatiba	Pescadores artesanais
	Aventureiro	Pescadores artesanais
	Bananal	Pescadores artesanais
	Dois Rios	Pescadores artesanais
	Enseada das Estrelas/Saco do Céu	Pescadores artesanais
	Enseada das Palmas	Pescadores artesanais
	Enseada do Abraão	Pescadores artesanais
	Garatucaia	Pescadores artesanais
	Japariz	Pescadores artesanais
	Matariz	Pescadores artesanais
	Monsuaba	Entorno do Porto de Angra dos Reis /pescadores artesanais
	Parque Mambucaba	Produtores rurais caiçaras
	Ponta Leste	Entorno do Porto de Angra dos Reis /pescadores artesanais
	Praia da Longa	Pescadores artesanais
	Praia das Flechas	Pescadores artesanais
	Praia Vermelha	Pescadores artesanais
	Provetá	Pescadores artesanais
	Quilombo de Santa Rita do Bracuhy	Quilombolas
	Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba	Pescadores artesanais
Vila Velha	Pescadores artesanais	
<b>Subtotal de comunidades = 20</b>		
Paraty	Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty	Pescadores artesanais
	Ilha do Algodão	Pescadores artesanais
	Ilha do Araújo	Pescadores artesanais
	Paraty-Mirim	Pescadores artesanais
	Ponta Grossa	Pescadores artesanais
	Ponta Negra	Pescadores artesanais
	Pouso da Cajaíba	Pescadores artesanais
	Praia do Sono	Pescadores artesanais
	Praia Grande	Pescadores artesanais
	Quilombo do Cabral	Quilombolas
	Quilombo do Campinho da Independência	Quilombolas

Município	Comunidade	Tipificação
	Saco do Mamanguá	Pescadores artesanais
	São Gonçalo	Pescadores artesanais
	Tarituba	Pescadores artesanais
	Trindade	Pescadores artesanais
<b>Subtotal de comunidades = 15</b>		
<b>Total de comunidades na Baía de Ilha Grande = 35</b>		

**Quadro II.7-2 – Grupos sociais/comunitários participantes do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio – Baía de Sepetiba, 2012-2014**

Município	Comunidade	Tipificação
Itaguaí	Brisamar	Entorno da linha férrea da MRS Logística e da sede da NUCLEP
	Coroa Grande	Entorno do Porto de Itaguaí e das obras do Superporto Sudeste e PROSUB /Pescadores artesanais
	Ilha da Madeira - APAIM	Entorno do Porto de Itaguaí e das obras do Superporto Sudeste e PROSUB /pescadores artesanais
	Ilha da Madeira - APLIM	Entorno do Porto de Itaguaí e das obras do Superporto Sudeste e PROSUB /pescadores artesanais
	Ilha dos Martins	Pescadores artesanais
	Ponte Preta	Pescadores artesanais
	Vila Geny/Coroa Grande	Entorno do Porto de Itaguaí e das obras do Superporto Sudeste e PROSUB /pescadores artesanais
	Vila Paraíso	Entorno da linha férrea da MRS Logística e da NUCLEP /pescadores artesanais
<b>Subtotal de comunidades = 8</b>		
Mangaratiba	Conceição de Jacareí	Entorno dos dutos da Transpetro
	Ilha da Marambaia	Quilombolas/pescadores artesanais
	Ilha de Itacuruçá	Entorno do Porto de Itaguaí /pescadores artesanais
	Muriqui	Pescadores artesanais
	Praia do Sahy	Pescadores artesanais
<b>Subtotal de comunidades = 5</b>		
Rio de Janeiro	Sepetiba	Pescadores artesanais

Pedra da Guaratiba - Pescadores de Pedra de Guaratiba	Pescadores artesanais
Pedra da Guaratiba - Pescadores de Ilha de Guaratiba e Barra de Guaratiba	Pescadores artesanais
Santa Cruz - Pescadores do Rio São Francisco e do bairro Jesuítas	Pescadores artesanais
Santa Cruz - Pescadores dos canais dos rios Guandú-mirim e Itá	Pescadores artesanais

---

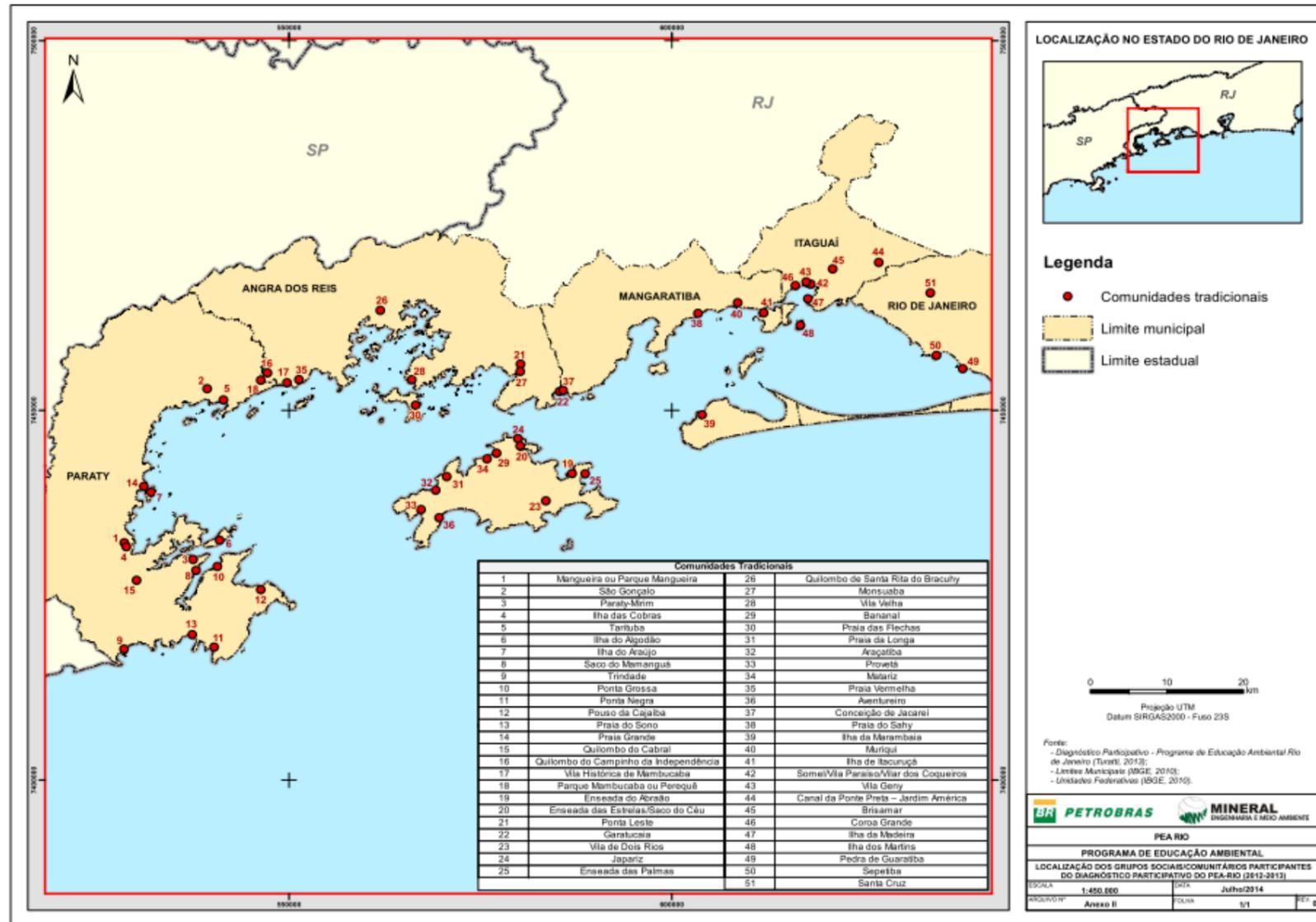
**Subtotal de comunidades = 5**

---

**Total de comunidades na Baía de Sepetiba = 18**

---

Figura II.7-1 - Localização dos grupos sociais/comunitários participantes do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio - Litoral Sul Fluminense, 2012-2014



### **III ANÁLISE MUNICIPAL - BAÍA DE ILHA GRANDE**

Este item apresenta os problemas, conflitos e potencialidades específicos de cada um dos municípios que compõem a Baía da Ilha Grande. A apresentação a seguir sintetiza os resultados obtidos no Diagnóstico Participativo a respeito dos principais problemas e conflitos causados pela cadeia produtiva de petróleo e gás, os problemas e conflitos socioambientais não associados à referida cadeia produtiva e as principais potencialidades levantadas no processo. Todos os resultados estão pautados pela percepção dos sujeitos prioritários que participaram do diagnóstico associada à análise de dados publicados e projetos em execução na região. A íntegra desses resultados encontra-se nos respectivos Anexos Municipais.

#### **III.1 ANGRA DOS REIS**

As comunidades tradicionais de Angra dos Reis encontram-se enredadas em um contexto caracterizado pelo conflito de vocações entre atividades econômicas diferenciadas. No entanto, algumas iniciativas políticas na arena institucional foram concretizadas para o gerenciamento dos conflitos e a sobreposição de atividades socioeconômicas e ocupações territoriais. Estas iniciativas estão associadas a elaboração de instrumentos de gestão territorial ou a criação de arenas e fóruns devotados à coordenação de encaminhamentos para as questões socioambientais.

Com o objetivo de criar diretrizes e condições para o reordenamento do uso e ocupação do solo, Angra dos Reis formulou seu Plano Diretor, através da Lei Municipal nº1754, de 21 de dezembro de 2006. A Lei Municipal nº 1.780, de 08 de fevereiro de 2007 deu nova redação a dispositivos do Plano Diretor de 2006 (Novo Plano Diretor Municipal). A partir de janeiro de 2009, essa política de regulação espacial local foi complementada pela criação de instrumentos locais de planejamento e gestão territorial que complementam e integram as diretrizes do Plano Diretor. Todas as leis a seguir foram criadas em 23 de janeiro de 2009: a Lei nº 2.087, que dispõe sobre o Código de Obras do município, a Lei nº 2.088, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande, a Lei nº 2.091, que dispõe sobre o Zoneamento Municipal, a Lei

nº 2.092, que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo, e a Lei nº 2.093, que dispõe sobre o parcelamento do solo no município.

Além disso, destaca-se a criação da Lei nº 1.965, de 24 de junho de 2008, que dispõe sobre o novo Código Ambiental de Angra dos Reis. Mais recentemente, o Decreto Municipal nº 8.798, de 17 de maio de 2013, instituiu os procedimentos do licenciamento urbanístico e ambiental do município.

Especificamente no tocante à temática socioambiental, Angra dos Reis possui uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, responsável pelo cumprimento da legislação territorial municipal e pelo desenvolvimento de projetos nessas duas áreas.

O Centro de Estudos Ambientais (CEA), criado em 2002 é resultado de um convênio firmado entre a prefeitura e a Eletronuclear como contrapartida para construção da Usina Angra II. O CEA é o braço executor dos projetos de educação ambiental e responsável pela articulação com associações, ONGs e institutos de ensino e pesquisa e pela representação da prefeitura em câmaras temáticas e Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação. Realiza atualmente circuitos de palestras em seu próprio espaço ou em escolas e comunidades, oficinas de educação ambiental direcionadas para alunos do ensino fundamental e ações de preservação ambiental, articuladas com a APA Estadual de Tamoios, o Mosaico Bocaina e o Parque Estadual Cunhambebe e desenvolvidas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

Tendo como referência esse cenário, conclui-se que está aberta a possibilidade dos grupos sociais/comunitários participarem ativamente do ordenamento territorial do município, cujas arenas institucionais passam por uma verdadeira reformulação desde meados da primeira década do século XXI. As discussões sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) e o Plano de Gerenciamento Costeiro Municipal de Angra dos Reis, além daquelas atreladas ao Plano Diretor e aos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, constituem oportunidades para que as comunidades tradicionais possam inserir sua perspectiva de maneira autônoma

e eficaz. Para tanto, as comunidades necessitam de canais adequados para que a formulação de suas demandas e interesses seja absorvida pelas arenas deliberativas existentes e sejam incorporadas ao regramento espacial local.

No que se refere à relação entre espaço marítimo e pesca artesanal, do ponto de vista institucional, cabe indicar primeiramente que a prefeitura de Angra dos Reis possui uma Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura. Criada em 1992, é responsável pela elaboração de estatísticas pesqueiras e auxilia as comunidades na legalização de pescadores e de embarcações junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura. Esta organização também fomenta a maricultura entre as comunidades de pescadores artesanais do município, por meio de: assistência técnica, capacitação para o manejo produtivo, legalização de áreas aquícolas e implantação de projetos formalizados por convênios ou contratos com órgãos federais e estaduais responsáveis pelo repasse de recursos. Encontra-se em processo de consolidação a Lei de Plano de Gerenciamento Costeiro Municipal de Angra dos Reis.

Angra dos Reis possui três grandes instalações relacionadas à indústria do petróleo e gás: o Porto de Angra dos Reis, o Terminal Marítimo Almirante Maximiano da Fonseca (TEBIG) e o Estaleiro Brasfels. Participaram do Diagnóstico do PEA-Rio em Angra dos Reis vinte grupos sociais/comunitários socioambientalmente vulneráveis, identificados como pescadores artesanais (dezoito comunidades), quilombolas (uma comunidade) ou produtores rurais caiçaras (uma comunidade).

### III.2 PARATY

As comunidades tradicionais de Paraty encontram-se enredadas em um contexto caracterizado pelo conflito de vocações entre atividades econômicas diferenciadas e usos e formas de ocupação do solo diversas. Por sua vez, a tensão entre preservação/conservação ambiental e cultural e desenvolvimento econômico são bem acentuados. Em geral, as comunidades quilombolas e de pesca artesanal não encontram condições para fazer valer seu direito ao uso do território, seja da maneira como tradicionalmente o fazem, seja de modo a se inserir no desenvolvimento econômico propiciado pelo turismo.

No entanto, algumas iniciativas políticas na arena institucional foram concretizadas para o gerenciamento dos conflitos e a sobreposição de atividades socioeconômicas e ocupações territoriais. Estas iniciativas estão associadas a elaboração de instrumentos de gestão territorial ou a criação de arenas e fóruns devotados à coordenação de encaminhamentos para as questões socioambientais.

Com o objetivo de criar diretrizes e condições para o reordenamento do uso e ocupação do solo, Paraty está revisando o seu Plano Diretor Municipal, o que se constitui como uma oportunidade para que as comunidades tradicionais possam garantir que suas reivindicações sejam atendidas.

Especificamente no tocante à temática socioambiental, Paraty possui uma Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura, uma Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e uma Secretaria Municipal de Turismo. A primeira delas desenvolve atualmente, por meio de seu Departamento de Estatística Pesqueira, o monitoramento de desembarques pesqueiros no município e auxilia as comunidades na legalização de pescadores e de embarcações junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente tem por finalidade dirigir o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação voltados ao Desenvolvimento Urbano

do Município. Por meio de sua Diretoria do Meio Ambiente, a Secretaria representa o município como membro efetivo da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, como membro do Mosaico Bocaina e ainda participa do Projeto ORLA, política articulada com o Programa Estadual e Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Finalmente, a Secretaria Municipal de Turismo é responsável por planejar, coordenar e implantar as políticas de promoção do turismo. Atualmente está conduzindo o Plano Estratégico de Turismo em Paraty. Entre os diversos programas componentes desse plano cabe destacar o "Programa de Desenvolvimento de Novos Roteiros" em algumas das comunidades que participaram do Diagnóstico do PEA-Rio (Paraty-Mirim, São Gonçalo, Tarituba, Quilombo do Campinho da Independência, Pouso da Cajaíba, Ponta Negra e Saco do Mamanguá) e o "Programa de Implantação de Infraestrutura Turística", que prevê a urbanização de áreas turísticas em Trindade e Paraty-Mirim. A participação qualificada das comunidades tradicionais nesses programas é condição indispensável para que possam fazer frente, de maneira autônoma, a decisões sobre o uso e ocupação de seus territórios e a respeito da exploração local da atividade turística.

Tendo como referência esse cenário, conclui-se que está aberta a possibilidade dos grupos sociais/comunitários participarem ativamente do ordenamento territorial do município, cujas arenas institucionais passam por uma verdadeira reformulação desde meados da primeira década do século XXI. As discussões sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC), o Plano Diretor, o Plano Estratégico de Turismo e os Planos de Manejo das Unidades de Conservação constituem oportunidades para que as comunidades tradicionais possam inserir sua perspectiva de maneira autônoma e eficaz. Para tanto, necessitam de canais adequados para que suas demandas e interesses sejam absorvidos pelas arenas deliberativas existentes e incorporadas ao regramento espacial local.

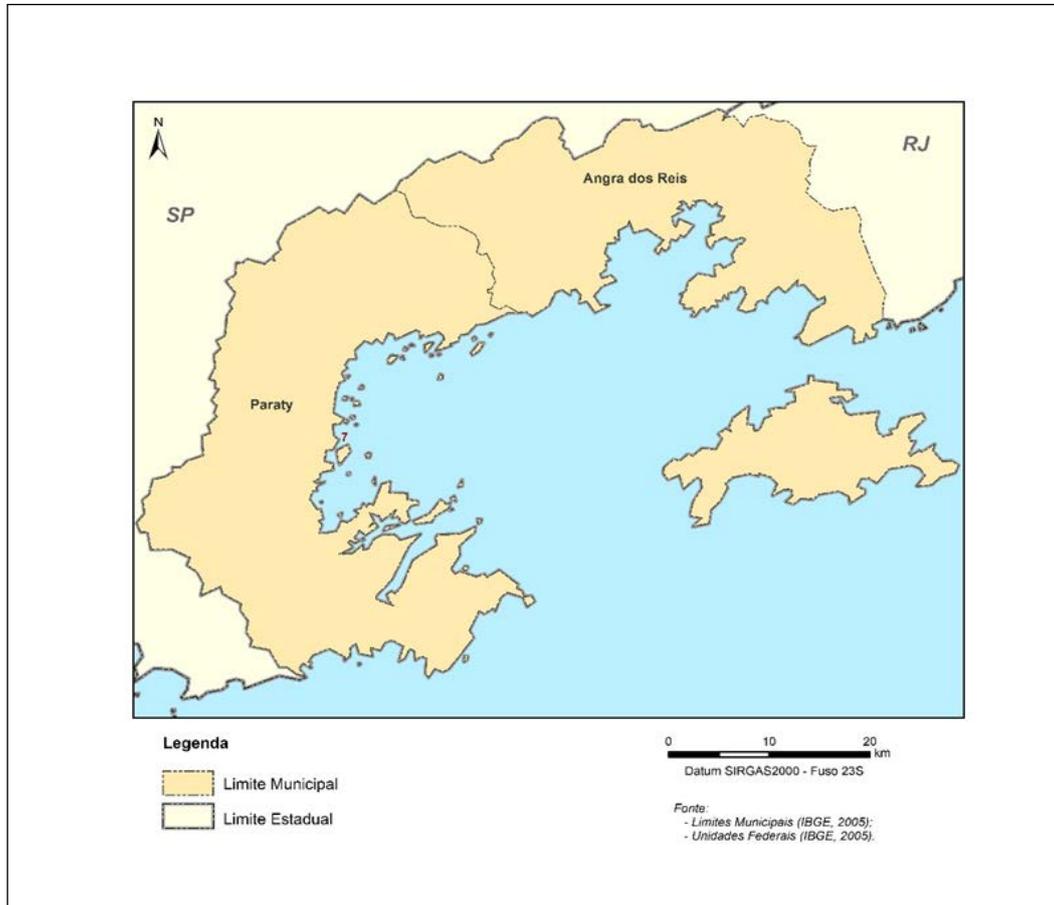
Em Paraty, duas comunidades quilombolas e treze comunidades de pesca artesanal participaram do processo de diagnóstico do PEA-Rio. O município não conta com instalações vinculadas à indústria de petróleo e gás. Apesar

disso, os comunitários indicaram a existência de conflitos relacionados à cadeia de petróleo e gás na região da Baía de Ilha Grande. Além deles, apontaram a ocorrência de conflitos associados ao espaço marítimo e/ou terrestre que foram relacionados à pesca industrial, ao turismo, à maricultura de algas exóticas e a Unidades de Conservação.

  
Coordenador da Equipe  
Coordenadora da equipeRelatório  
PBS6AR36Revisão 02  
12/2014

## IV ANÁLISE REGIONAL - BAÍA DE ILHA GRANDE

### IV.1 CARACTERIZAÇÃO



A Baía de Ilha Grande encontra-se limitada a leste pela bacia hidrográfica da baía de Sepetiba, a norte pela bacia do rio Paraíba do Sul e a oeste pela bacia do Litoral Norte Paulista. Dispõe de uma área de 1.728 km<sup>2</sup> e cerca de 356 km de perímetro na linha d'água e de uma superfície terrestre de aproximadamente 2.356 km<sup>2</sup>, incluindo territórios pertencentes aos Estados do Rio de Janeiro (a totalidade das terras insulares e continentais de Paraty e Angra dos Reis) e de São Paulo (parte dos municípios de Bananal, Arapeí, São José do Barreiro e Cunha, cujas sedes se localizam na bacia do rio Paraíba do Sul, contígua) (FAO/Feema/SEA/ IEF-RJ, 2008).

Sua área abriga diversas baías, enseadas, angras ou sacos, das mais variadas formas e tamanhos, sendo as maiores: baías de Jacuecanga, de Angra dos Reis, da Ribeira e de Paraty; enseadas de Parati-Mirim, Ariró e do Pouso e os sacos de Mamanguá, da Barra Grande e do Céu. Abriga também

costões, alguns localizados em pequenas baías, enseadas ou regiões mais abrigadas, como a baía de Paraty e Angra dos Reis, e 365 ilhas. As maiores ilhas são a Grande (com área de 193 km<sup>2</sup>) Jipóia, Cunhambembe, Sandri, Araraquara, Cedro, Araújo, Algodão, Meros, Jorge Grego, Paquetá, dos Porcos Grandes, Cedro, Mantimento, Cairuçu das Pedras e Macacos.

A região conta também com a presença de manguezais que, segundo Kjerfve & Lacerda (1993), nos últimos 30 anos foram reduzidos. No município de Angra dos Reis esses manguezais foram reduzidos a 60% da área originalmente ocupada por este ambiente. De acordo com mesmos autores, aproximadamente 2.000 ha de manguezais já foram perdidos em toda a Baía de Ilha Grande (KJERFVE & LACERDA, 1993).

Atualmente, a Baía de Ilha Grande possui 207.044 habitantes, considerando somente os habitantes de Angra dos Reis e Paraty, já que são esses os municípios enfocados e que estão totalmente inseridos em sua área (Tabela IV.1-1).

**Tabela IV.1-1 - População residente no período 1991/2010 – municípios de Angra dos Reis e Paraty - Estado do Rio de Janeiro– 1991/2000/2010.**

Região	Municípios	1991	2000	2010
Baía de Ilha Grande	Angra dos Reis	85.571	119.247	169.511
	Paraty	23.928	29.544	37.533
	<b>TOTAL</b>	109.499	148.791	207.044

Fonte: IBGE, Censos demográficos (1991, 2000 e 2010)

Observa-se que a população local praticamente dobrou nos últimos vinte anos, sendo que o percentual de crescimento relativo da população angrense foi de 98,1%, enquanto que o de Paraty foi de 56,9%. A população de Angra dos Reis é mais do que quatro vezes maior do que aquela de Paraty, muito embora o território municipal desse último município seja maior (925,053 km<sup>2</sup>, contra 825 Km<sup>2</sup> de área de Angra dos Reis). Como resultado, a densidade demográfica é muito maior em Angra (205,45 hab/km<sup>2</sup>) do que em Paraty (40,57 hab/km<sup>2</sup>).

A densidade demográfica também se correlaciona com a ocupação do território. A taxa de urbanização da Baía de Ilha Grande é de 85,05%, enquanto que a população rural corresponde a 14,95% do total. No entanto, a realidade dos dois municípios é bastante distinta: Angra dos Reis tem uma taxa de urbanização da ordem de 96,3% (com apenas 3,7% de sua população residente na área rural), ao passo que Paraty possui uma taxa de urbanização bem menor (73,8%) e, conseqüentemente, uma taxa de população rural mais significativa (26,2%).

De toda maneira, ambos os municípios apresentam uma mancha urbana dispersa e espaçada bastante diminuta: apenas 2,9% do território de Angra dos Reis e 1,6% daquele de Paraty correspondem a áreas urbanas. Em Angra, além da área urbana ser mais adensada, ela é caracterizada por construções irregulares e por ocupações de áreas de mangue (PETROBRAS/ICF, 2012). O restante do território da Baía de Ilha Grande coberto por ambos os municípios é ocupado por amplas áreas de preservação ambiental (onze no total, que serão descritas no momento oportuno), por territórios tradicionais<sup>12</sup> e parcamente por estabelecimentos agropecuários (24.159 ha em Paraty e somente 9.684 ha em Angra dos Reis).

Além de sua beleza cênica e de seu rico acervo físico e biótico, a Baía de Ilha Grande é um ecossistema estratégico para o desenvolvimento socioeconômico da região do litoral sul fluminense. As formas de uso e ocupação dessa região abrangem diversas atividades, tais como: turismo (incluindo recreação e lazer), pesca (artesanal e industrial), maricultura e atividades portuárias e industriais.

Historicamente, a expansão de atividades industriais e do setor de turismo e a criação de Unidades de Conservação se sobrepuseram à ocupação

---

<sup>12</sup> A denominação "territórios tradicionais", nesse contexto, refere-se estritamente àqueles que possuem regulamentação federal para a demarcação de suas fronteiras territoriais, quais sejam, povos indígenas (Lei nº 6.001/73 e Decreto nº 1.775/96) e comunidades quilombolas (Decreto nº 4.887/03 e Instrução Normativa 57/09, do Incra). Na Baía de Ilha Grande são duas terras indígenas reconhecidas (Terra Indígena Guarani de Bracuí, em Angra dos Reis, e as Terras Indígenas de Paraty-Mirim e Araponga, em Paraty) e três comunidades quilombolas (Comunidade de Remanescentes de Quilombolas do Campinho da Independência e comunidade do Quilombo do Cabral, ambas em Paraty, e Comunidade de Remanescentes de Quilombolas de Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis).

tradicional do território da Baía de Ilha Grande, caracterizado por comunidades caiçaras e/ou de pesca artesanal, quilombolas e indígenas.

O marco dessa nova configuração regional situa-se em meados do século XX. Em Angra dos Reis, a configuração socioespacial atual é fruto de um processo histórico de urbanização cujas origens remontam aos anos 1960, com a instalação do estaleiro Verolme (atual Brasfels) e aos anos 1970, com a abertura da rodovia BR-101 (Rio-Santos), a construção da Usina Nuclear Angra I e a instalação do Terminal Marítimo Almirante Maximiano da Fonseca (TEBIG), da Transpetro. Já Paraty manteve-se relativamente isolada da expansão industrial e da integração comercial com o desenvolvimento econômico do entorno até que o setor de turismo adentrasse seu território. Esse relativo isolamento foi o responsável pela manutenção de atividades tradicionais no território municipal, nomeadamente a pesca artesanal e a agricultura, ambas ligadas à cultura caiçara (MATOS, 2011). Conforme apontam GOMES *et al* (2004): “*Paraty manteve um fraco desenvolvimento econômico até o final da década de 1960, sobrevivendo de uma parca economia de subsistência, da pesca artesanal e da pequena produção de aguardente*” (GOMES *et al*, 2004: 18).

No que se refere à expansão das atividades industriais e portuárias, vinculadas ou não à cadeia de petróleo e gás presentes na Baía da Ilha Grande, observe-se que elas se concentram no município de Angra dos Reis (**Quadro IV.1-1**). O potencial portuário do município foi aproveitado principalmente para a vinculação ao setor industrial: a instalação de um terminal especializado no atendimento da indústria do petróleo - caso do TEBIG - e a readequação de um porto para a exportação de produtos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - caso do Porto de Angra dos Reis. O adensamento populacional e a urbanização resultantes dessas instalações ocorreram em bairros como Monsuaba, Japuíba e Ponta Leste (MACHADO, 1995).

De acordo com Melo (2011), durante a década de 1980 foi dado novo impulso ao crescimento demográfico e à ocupação urbana desse território municipal, em decorrência da implantação dos projetos de construção das Usinas Nucleares de Angra II e Angra III, que vieram a compor, junto com a Usina Angra I, a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), sob administração da Eletrobras Eletronuclear. A construção dessas instalações resultou em adensamento populacional principalmente em Mambucaba, sendo que grande parte do afluxo de mão de obra passou a criar e ocupar os bairros das redondezas que não contavam com a devida infraestrutura necessária. O complexo de usinas nucleares, ao também provocar afluxo populacional, causou a ocupação e favelização dos bairros Perequê, Frade e dos morros do centro da cidade, gerando especulação imobiliária e readequação de uso de áreas anteriormente dedicadas à agricultura para moradia urbana (MELO, 2011).

**Quadro IV.1-1 – Instalações industriais terrestres da Baía de Ilha Grande**

Instalação	TIPO DE ATIVIDADE
Porto de Angra dos Reis	Uso para embarcações de apoio offshore
Terminal Marítimo Almirante Maximiano da Fonseca (TEBIG)	Transporte de petróleo e derivados
Estaleiro Brasfels	Içamento e montagem de módulos sobre as plataformas de FPSO P-66 e P-69
Eletronuclear	Complexo de Usinas Nucleares (Angra I, II e III) que atuam na geração de energia elétrica

A partir do último decênio do século XX e durante a primeira década dos anos 2000 o novo incremento populacional e uma nova onda de urbanização podem ser atribuídos a uma série de fatores conjuminados. Cabe destacar a retomada das obras de construção da Usina Angra III e a reabertura do estaleiro naval, sob gestão da Brasfels, que se insere na conjuntura de reaquecimento da indústria naval brasileira. Ao lado dessas atividades, também a nova reestruturação do Porto de Angra dos Reis e o crescimento do setor terciário associado ao turismo tem apresentado forte dinamismo. Todas essas

atividades têm seu papel destacado como vetores de atração do fluxo migratório de mão de obra (PETROBRAS/MINERAL ENGENHARIA, 2014).

Segundo informações coligidas no site da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Porto de Angra dos Reis iniciou suas operações em 1932, direcionado para as operações de movimentação de carvão e madeira. A partir dos anos 1970, passou a operar prioritariamente como exportador da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e como importador de trigo. Desde 1998 a instalação é administrada pelo consórcio Angraporto, composto pelos seus principais usuários e sob a Autoridade Portuária - Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) (ANTAQ). A prefeitura de Angra dos Reis anunciou o plano de expansão do Porto de Angra para auxiliar a exploração e produção de petróleo do pré-sal, o que deve intensificar o trânsito de grandes embarcações ligadas à cadeia de petróleo e gás (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, 2010). O setor de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras da Bacia de Santos utiliza o Porto de Angra dos Reis para a circulação de embarcações de apoio offshore.

Constituído por um píer de dois berços e operado pela Transpetro, o TEBIG opera com navios-tanque que realizam o transporte de petróleo e derivados. *"A movimentação de petróleo visa, por meio da importação ou cabotagem, atender as refinarias Reduc (Refinaria de Duque de Caxias) e Regap (Refinaria Gabriel Passos) por meio de um oleoduto de 40" de diâmetro e 123 km de extensão. A movimentação do petróleo nacional faz com que o Terminal também atue como entreposto de exportação e cabotagem para Terminais de menor porte"* (PETROBRAS TRANSPORTE S.A, 2006: 13). A instalação do TEBIG também implicou retração de áreas agriculturáveis, que foram substituídas por usos industriais e residenciais, o surgimento e favelização do bairro Água Santa e o desvio do curso de rios (MELO, 2011).

As comunidades diagnosticadas na Baía da Ilha Grande indicaram distintos conflitos relacionados a uma mesma causa: as pressões que sofrem

para alterar ou interromper o uso tradicional dos territórios marinhos e terrestres dos quais necessitam para a reprodução dos seus modos de vida. A seguir, são apresentados os conflitos de acordo com sua espacialidade e com os atores interferentes, bem como os problemas estruturais que afetam a organização social e política e as atividades econômicas das comunidades.

Os conflitos ambientais são definidos como *“aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos”* (Acsehrad, 2004; p.22). Os conflitos ambientais podem ser manifestos ou latentes. Os conflitos manifestos são aqueles em que os atores já estão mobilizados e/ou tomando medidas em defesa de seus interesses. Conflitos latentes ou potenciais são aqueles em que há uma consciência da disputa pelo uso e acesso dos recursos naturais, no entanto, ainda não há confronto entre os distintos atores.

Conforme a definição apresentada, há problemas apontados pelos comunitários que se configuram como conflitos. Os problemas são de natureza estrutural sociopolítica (decorrentes de organização social interna dos grupos) e de distribuição e apropriação das formas locais de poder. A seguir serão apresentados conflitos e, posteriormente, será realizada uma síntese das principais categorias de problemas levantados pelo diagnóstico.

#### **IV.1.1 CONFLITO PELA OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO MARÍTIMO ENTRE A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E OS PESCADORES**

As operações da cadeia de petróleo e gás no espaço marítimo geram uma série de conflitos com a atividade de pesca artesanal desenvolvida principalmente nas proximidades da Ilha Grande. Tais conflitos têm por motivação a criação de Áreas de Exclusão de Pesca (AEPs), a degradação ambiental e o tráfego marítimo. A indústria do petróleo e gás influencia a pesca na Baía da Ilha Grande pelo aumento no tráfego de embarcações de alívio e de apoio (PETROBRAS, 2011), maior atividade do Estaleiro BrasFels,

especulação imobiliária (geração de expectativa e jogo de informações) e riscos de vazamento nas operações de transferência de óleo (*ship-to-ship*). Além disso, embarcações de médio e grande porte, com autonomia para pescar em locais mais afastados da costa, são afetadas pelas AEPs no entorno de 500 m das plataformas (NORMAN 08).

Os comunitários de Ponta Leste, Bananal, Praia das Flechas, Enseada do Abraão reclamam que o Terminal da Baía de Ilha Grande (TEBIG) é o motivador do fundeio de barcos petroleiros na Baía de Ilha Grande e que seria o responsável pelo forte cheiro de gás sentido constantemente pelos comunitários. De fato, as operações do TEBIG geram intenso trânsito de navios, posto que o terminal atua como entreposto de exportação e cabotagem de *bunker* (combustível de navio) e óleo combustível (PETROBRAS TRANSPORTE S.A, 2006).

Também foi registrado nas reuniões de diagnóstico que a obra de ampliação do TEBIG infunde expectativas temerosas nos comunitários sobre os impactos que poderá causar. Estas expectativas se revestem de fundamentos reais porque há previsão de que o TEBIG receba crescente quantidade de navios de *offloading* do pré-sal nos próximos 25 anos, além do aumento do trânsito dos navios de apoio. Ademais, a prefeitura de Angra dos Reis anunciou o plano de expansão do Porto de Angra para auxiliar a exploração e produção de petróleo do pré-sal, o que deve intensificar ainda mais o trânsito de grandes embarcações ligadas à cadeia de petróleo e gás (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, 2010).

De acordo com os pescadores da Ilha do Algodão e Tarituba, a manutenção de navios petroleiros e de plataformas realizada na Enseada do Bananal levanta lama do fundo do mar. Normalmente esse efeito está associado a atividades de dragagem de manutenção ou aprofundamento (aumento de calado). Os comunitários também alegam que a ancoragem dos navios petroleiros aumenta as AEPs e a lavagem do tanque de combustível

antes de ir para o estaleiro Brasfels para soldar o tanque, gera derramamento de óleo no mar.

A Enseada do Bananal é uma área onde operam diversas atividades potencialmente poluidoras sujeitas ao licenciamento ambiental do INEA. O descarte e vazamento de óleo na Baía de Ilha Grande é difuso e a informação sobre lavagem de tanques de combustível, comumente praticada nos anos 1980-1990, é criminosa e necessitaria de validação pelas autoridades competentes.

Em Angra dos Reis, os comunitários do Parque Mambucaba (subgrupo de produtores rurais caiçaras), Garatucaia, Quilombo de Santa Rita do Bracuhy, Matariz, Praia da Longa, Araçatiba, Enseada das Estrelas/Saco do Céu, Praia Vermelha, Aventureiro, Dois Rios e Ponta Leste relatam que grandes embarcações navegam em alta velocidade gerando ondas que encharcam as suas embarcações e suas cargas (materiais variados e víveres diversos). Embora a velocidade de deslocamento dos navios seja controlada por norma técnica da Marinha (NORMAM 08), grandes embarcações, navegando na velocidade estipulada podem causar prejuízos às embarcações pequenas. Os pescadores também destacaram que o trânsito das grandes embarcações gera poluição sonora e visual (sirenes e luzes) que afastam diversas espécies de pescado.

A água de lastro também foi apontada como ameaça, pois os comunitários acreditam que ela pode conter esgoto e materiais tóxicos, além de espécies animais e vegetais exóticas. Apesar da contaminação com materiais tóxicos ou esgoto ser pouco relevante, a questão do transporte de espécies exóticas é procedente. As grandes embarcações estão entre os principais vetores da bioinvasão justamente por causa da água de lastro e, adicionalmente, dos sistemas de circulação de água do mar, casco e estruturas, âncoras e cargas. O coral sol (*Tubastraea coccinea* e *T. tagusensis*) foi a espécie mais citada como causadora de graves danos à biodiversidade marinha. Esta espécie foi introduzida no Brasil na década de 1980 através de plataformas de petróleo/gás e nos últimos trinta anos já se espalhou por cinco estados costeiros (Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e

Bahia). O coral sol vem se disseminando sem predadores naturais na Baía da Ilha Grande, eliminando a fauna nativa dos recifes que ocupa (SILVA *et al.*, 2011) e se tornando bem estabelecido e abundante (MANGELLI & CREED, 2012). Em abril de 2014, o coral sol foi tema de uma audiência pública realizada na sede do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro.

Atualmente, todas as embarcações devem adotar medidas preventivas estabelecidas pela IMO (*International Maritime Organization*), segundo a qual devem lastrear e deslastrear ao longo do percurso entre seu porto de origem e o seu destino. No Brasil, o regramento legal para gestão de água e lastro está consolidado por meio de norma da Marinha (NORMAM 20), matéria sob responsabilidade da Capitania dos Portos. A NORMAN 20, publicada em 2005 e revisada em janeiro deste ano, foi fruto do Programa GloBallast iniciado em 2003. O Programa GloBallast é uma iniciativa da IMO e da *Global Environment Facility* (GEF) voltada à redução da transferência de espécies exóticas aquáticas através de água de lastro. A NORMAN 20 estabelece que todos os navios devem realizar a troca da água de lastro em alto mar antes de entrar em um porto brasileiro, procedimento que deve ser informado à ANVISA e à Capitania dos Portos, seguindo os mesmos parâmetros estabelecidos pela IMO. O risco de bioinvasão por água de lastro ainda existe e não está associado apenas à frota de navios da cadeia de petróleo e gás, mas a toda a frota que circula na Baía de Ilha Grande (cargueiros, graneleiros, passageiros) (PETROBRAS/MINERAL ENGENHARIA, 2013).

A existência de áreas de fundeio na Baía de Ilha Grande também foi apontada como um problema, pois prejudica o livre trânsito dos pescadores artesanais. Pescadores que operam com arrastos de portas de maior porte (acima de 12 m) alegam danificar suas redes quando passam sobre o profundo buraco deixado por navios ou petroleiros que ancoram fora da rota estabelecida na carta náutica. No documento de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da BIG (INEA, 2011), uma justificativa utilizada é (p. 3): “(...) outro problema associado às áreas de fundeio refere-se à realização de

*atividades de manutenção de embarcações e plataformas nesses locais, antes mesmo da sua entrada no estaleiro ou área do porto organizado (...)*”.

Outro ponto destacado pelos comunitários foi a prática do *ship to ship*, pois temem vazamento e a demora na realização desta operação expande a área de exclusão da pesca. As operações do tipo *ship to ship* obedecem vários protocolos de segurança e planejamento (preventivos, corretivos e supervisórios) (MÜLLER, 2009; TEIXEIRA, 2011), mas podem ser considerados uma ameaça em caso de falha devido à alta sensibilidade ambiental da Baía de Ilha Grande. Os procedimentos técnicos e administrativos para a emissão da Autorização Ambiental para operações *ship to ship* são regulamentados pela Instrução Normativa IBAMA N 16 de Agosto de 2013. Segundo esta IN, operações *ship to ship* se referem “*a transferência de carga de petróleo e seus derivados entre embarcações localizadas em águas jurisdicionais brasileiras, podendo ocorrer com as embarcações em movimento ou fundeadas*”.

As ameaças a biodiversidade da Baía da Ilha Grande trazidas pelas operações *ship to ship* e pela presença do coral sol vem sendo discutido permanentemente no conselho gestor da ESEC de Tamoios. Possivelmente esta arena vem gerando aprendizados aos comunitários que qualificaram as percepções sobre estes temas (De FREITAS, 2014).

Os pescadores artesanais de Paraty (Ilha do Algodão, Paraty-Mirim, Ponta Grossa, Saco do Mamanguá e Trindade) afirmam que, apesar da existência formal de um canal de comunicação, as empresas da cadeia de petróleo e gás não fornecem informações a respeito de suas embarcações e empreendimentos na região e nem esclarecem dúvidas a respeito de sua instalação e de sua operação no município. Essa falta de transparência gera, entre outros efeitos, especulação imobiliária, expectativas em relação a empregos e dificuldades para que os comunitários possam dialogar para estabelecer a resolução dos problemas e a mitigação de impactos originados da cadeia produtiva do petróleo e gás. Esses relatos exemplificam que os programas de informação e esclarecimento da população realizados por tais

empresas é deficiente, principalmente quando se considera os núcleos mais isolados e os grupos sociais/comunitários mais vulneráveis.

Ainda de acordo com os dados obtidos no processo de Diagnóstico Participativo, o tráfego marítimo de embarcações de apoio contribui para a criação de áreas de exclusão de pesca e para a multiplicação de áreas de fundeio na Baía de Ilha Grande, prejudicando o livre trânsito dos pescadores artesanais. Além disso, o aumento do número de embarcações em trânsito e a falta de respeito às áreas de ancoragem conduzem à ocorrência de perdas de cargas e petrechos (materiais variados, víveres diversos) por parte dos pescadores artesanais. Ainda que não exclusivos da circulação de embarcações vinculadas somente à operação dessa cadeia específica, os resultados obtidos assinalam que a indústria de petróleo e gás contribui de maneira sinérgica e cumulativa para tais impactos sobre a pesca artesanal.

Finalmente, em Angra dos Reis, os comunitários do Quilombo de Santa Rita do Bracuhy alegam que navios com calado muito grande estão alterando o fundo do mar e afetando a maricultura. Além disso, a comunidade afirma que a pesca artesanal é afetada pelas zonas de exclusão de pesca criadas em torno de áreas de fundeio (500 metros de raio no entorno dos navios) e também pela dragagem periódica dos canais de atracação, que visa garantir a profundidade segura para os navios.

#### **IV.1.2 CONFLITO PELA OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO MARÍTIMO ENTRE OS PESCADORES E A ATIVIDADE TURÍSTICA**

A multiplicação de empreendimentos turísticos e de luxo na Baía de Ilha Grande influenciou de forma direta a espacialização das comunidades caiçaras, que progressivamente foram sendo deslocadas do espaço litorâneo para espaços interiores, gerando processos de expulsão e realocação de populações tradicionais caiçaras, uma vez que os primeiros passaram por grande valorização imobiliária e vieram a ser ocupados na maioria dos casos por empreendimentos turísticos (BEGOSSI, 2009).

A instalação desordenada de empreendimentos terrestres vinculados à atividade turística está gerando alterações na biota terrestre. Empreendimentos como pistas de pouso, marinas e hotéis, que ocupam as Áreas de Preservação Permanente - APPs de maneira irregular e invasiva estão diretamente relacionados com a supressão de vegetação costeira e com a degradação e o aterramento das áreas de mangue do município. Além da alteração da vegetação nativa, empreendimentos desse tipo também pressionam pela alteração de uso das áreas ocupadas por comunidades tradicionais e de pescadores artesanais, seja pela via da especulação imobiliária, seja pelas vias de contestação e de pressão política. A instalação de condomínios de alto padrão como forma de ocupação para o turismo ocasional ou de segunda residência ocorre também em praias de uso tradicional, dificultando ou impedindo o acesso dos pescadores artesanais ao mar e áreas de pesca. Nos eventos de Diagnóstico Participativo os moradores de Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Araújo, Ponta Negra, Praia do Sono, Praia Grande, Saco do Mamanguá e São Gonçalo relataram a privatização das praias e a existência de restrições de acesso às mesmas. A instalação de empreendimentos econômicos de residências e de condomínios de alto luxo em partes do território municipal, muitas vezes de maneira irregular, destrói o habitat de espécies nativas e contribui para o aumento da poluição das águas, pois seus esgotos são direcionados sem tratamento para os rios e para o mar. Empreendimentos como Condomínio Praia Brava, Condomínio Laranjeiras, Condomínio da Tapera e Empreendimento (Fazenda) São Gonçalo, instalados em praias e áreas de uso tradicional, impedem o acesso dos pescadores artesanais e dos comunitários, dificultando a circulação, o transporte e o acesso ao mar. Os vigias de marinas e de condomínios intimidam os pescadores, impedindo a utilização de áreas anteriormente destinadas para a pesca (cf. Anexos Municipais - Paraty).

Em Angra dos Reis a situação é semelhante à de Paraty: no processo de Diagnóstico Participativo foram identificadas como consequências da expansão do turismo a privatização de praias via instalação de clubes náuticos e condomínios de alto padrão, em localidades como Monsuaba, Ponta Leste e Vila Velha, restringindo o espaço público desse tipo destinado ao usufruto por

todos os cidadãos e por pescadores artesanais que procuram acessar suas áreas de pesca. A esses efeitos também se soma a pressão sobre os territórios e comunidades tradicionais, em decorrência da especulação imobiliária propiciada pela valorização dos terrenos do município. Essa pressão é sentida não só pelo adensamento dessas populações em espaços cada vez mais reduzidos, como também pela interdição de sua livre circulação e acesso a recursos naturais e culturais. Exemplar, nesse sentido, é o caso da comunidade quilombola Santa Rita do Bracuhy. A comunidade não possui o título definitivo das suas terras, conforme disposto no Art. 68 do ADCT da Constituição Federal, o que prejudica a fruição de políticas públicas voltadas a esse segmento social específico. Assim, diante da insegurança territorial, a comunidade enfrenta grandes problemas com a ocupação desordenada, realizada por pessoas da própria comunidade, o que está desencadeando o assoreamento dos rios, quando as construções são feitas irregularmente às margens dos rios (cf. Anexos Municipais - Angra dos Reis).

Em ambos os municípios o conflito com a atividade turística não se restringe ao espaço terrestre. Também o espaço marítimo é afetado. À alta circulação de escunas foram atribuídos problemas relacionados à poluição, à manutenção da pesca artesanal e ao pleno desenvolvimento das atividades dos comunitários na área do turismo. Em Paraty, de acordo com as comunidades de Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Algodão, Ponta Grossa e Praia Grande, a circulação de escunas é responsável pelo aumento no volume de lixo jogado no mar e pela superocupação dos cais. Além disso, os comunitários argumentaram que as escunas não respeitam as embarcações pequenas no tráfego náutico (e.g., canoas de pescadores artesanais) e são concorrentes desleais dos barcos pequenos utilizados pelos pescadores para o transporte de turistas. Além do mais, as empresas de turismo e as escunas também foram associadas à forte presença de pesca esportiva predatória na região (cf. Anexos Municipais - Paraty). Em Angra dos Reis, os pescadores da Praia das Flechas indicaram que a atividade turística

provoca a diminuição das áreas naturais para lazer e turismo de uso livre e comum (ilhas que são ‘fechadas’ aos moradores e passam ser utilizadas exclusivamente para pesca esportiva e mergulho de turistas, por exemplo). Os turistas das escunas – aqueles que circulam pelas praias do continente e da Ilha Grande – são considerados ‘vilões’ na visão da comunidade. Só chegam à praia para consumir o local, deixar lixo e nenhum benefício. É um turismo considerado “selvagem” e totalmente desordenado (cf. Anexos Municipais - Angra dos Reis).

Entretanto, à disputa de território com a atividade turística também se alia uma dependência socioeconômica. O "Diagnóstico Socioambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais da Baía de Ilha Grande", produzido pelo Instituto Bioatlântica em 2009, afirma que a área continental do município de Angra dos Reis manifesta uma atividade de pesca bastante incipiente, indicando a possibilidade de um abandono gradual da pesca artesanal, considerando-se vários indicadores: baixo número de comunidades, poucos desembarques e taxa média de retorno das pescarias. Na Ilha Grande, as comunidades estariam direcionando seus esforços para tentar se integrar ao turismo ou estariam se especializando na pesca comercial (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009).

O processo de Diagnóstico Participativo do PEA-Rio identificou que muitos moradores das comunidades de pescadores artesanais de Paraty e Ilha Grande trabalham em condomínios fechados e são caseiros de veranistas. Outra atividade que garante aos pescadores - especialmente às novas gerações - uma segunda fonte de renda é o transporte de turistas pelas praias das ilhas. Assim, o direcionamento da atividade turística na Baía de Ilha Grande relega aos moradores locais, mormente os que exibem traços de vulnerabilidade socioambiental, atividades de baixa remuneração e de subjugação ao cliente-turista. Portanto, atualmente, a situação não é diferente daquela indicada pelos resultados de pesquisas anteriores realizadas no município. O Diagnóstico conduzido pelo Instituto Bioatlântica, já citado, faz coro a essas conclusões, concluindo que o turismo não envolve os pescadores artesanais de maneira sustentada: "*Em alguns casos, eles trabalham como barqueiros ou caseiros, mas pouco se beneficiam dos lucros diretos das*

*atividades turísticas. Em outros casos, nem o turismo nem a pesca prevalecem, mas ambos coexistem em níveis incipientes"* (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009: 36).

Os pescadores artesanais da Baía de Ilha Grande indicaram que a alta circulação de escunas e de navios de cruzeiro contribui para a degradação ambiental da região, principalmente devido ao despejo ilegal de esgoto na baía. Em geral, os turistas das escunas – aqueles que circulam pelas praias do continente e da Ilha Grande – são considerados ‘vilões’ na visão das comunidades. Só chegam à praia para consumir o local, deixar lixo e nenhum benefício. É um turismo considerado “selvagem” e totalmente desordenado. Além disso, essas embarcações disputam espaço marítimo com a pesca artesanal.

Em Paraty, os pescadores artesanais de Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Algodão, Ponta Grossa e Praia Grande alegaram que as escunas não respeitam as embarcações pequenas no tráfego náutico (e.g., canoas de pescadores artesanais) e são concorrentes desleais dos barcos pequenos utilizados pelos pescadores para o transporte de turistas. Sua presença também resulta na superocupação dos cais. Além disso, como indicado por pescadores da Praia das Flechas, em Angra dos Reis, por exemplo, a atividade turística interdita o acesso a áreas naturais de pesca artesanal e de lazer e turismo de uso livre e comum (ilhas que são ‘fechadas’ aos pescadores e passam ser utilizadas exclusivamente para pesca esportiva e mergulho de turistas, por exemplo).

Dessa maneira, a presença das atividades do setor de turismo impacta duplamente as atividades de pesca artesanal. Em primeiro lugar, ao ocupar a orla, suas instalações restringem ou reterritorializam os espaços utilizados pelas comunidades tradicionais, dificultando o acesso às suas áreas de pesca e conduzindo o pescador a buscar alternativas de empregabilidade no setor de turismo e de lazer. Em segundo lugar, no espaço marítimo, prejudica a livre circulação e contribui para a redução de áreas disponíveis para o exercício da

pesca artesanal ou da atividade complementar de turismo. Nos dois casos, a consequência mais imediata para a pesca artesanal é o enfraquecimento da atividade, pois as áreas de pesca passam a ser disputadas com o turismo. Via de regra, o pescador, sujeito da atividade, tende a abandoná-la, e uma vez que falta capacitação ou projetos de turismo de base comunitária, resta-lhe como alternativa a inserção subordinada no setor de turismo, seja fornecendo transporte, seja ofertando comércio formal ou informal seja, ainda, absorvido como mão de obra nos empreendimentos do setor.

#### **IV.1.3 CONFLITO PELA OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO MARÍTIMO ENTRE A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E A ATIVIDADE TURÍSTICA**

As comunidades que participaram do Diagnóstico Participativo para o PEA-Rio em Angra dos Reis relataram alguns conflitos potenciais relacionados à relação entre turismo e atividades da cadeia de petróleo e gás, em função do impacto das estruturas sobre a paisagem natural e a existência de resíduos gerados pela manutenção e de plataformas.

De fato, mudanças nos predicados de paisagens naturais são efeitos qualitativos que se exercem sobre determinados espaços construídos socialmente como cenários. Dizem respeito a qualquer tipo de bloqueio visual que comprometa a ambiência cênica classificada como esteticamente positiva por determinados sujeitos que se apropriam ou que vivenciam esses espaços. Ou, também, que sejam assim classificadas por determinadas atividades que as mobilizam como um ativo, tal como o turismo. Com efeito, "*a imagem (induzida na paisagem) é um recurso para a economia do turismo porque é previamente definida por um valor social, podendo aí ser acrescido um valor cultural e mesmo histórico, onde o turismo utiliza destes valores*" (POCIDONIO & SILVA, 2011: 424). Dito de outra forma, a noção de "paisagem" como valor que remete a um tipo de consumo estético, ao mesmo tempo em que coloca em xeque as formas de apropriação e uso dos recursos naturais pelo desenvolvimento econômico, evidencia a contradição entre a necessidade de preservação do patrimônio paisagístico e sua exploração pela ocupação/pressão de espaços.

Conforme sugere OLIVEIRA (2004), o conceito de paisagem exprime uma leitura do mundo tomada a partir de um sujeito coletivo: o território é apropriado por um grupo que lhe atribui valor simbólico, de alguma forma, expressivo, de ideais socialmente compartilhados. Nesses termos, a paisagem litorânea remete a formas de uso frequentemente associadas ao lazer, ao descanso e à visita turística e enquanto tal é apropriada e se torna um produto. Uma vez comprometida a beleza cênica, se compromete um conjunto de relações de mercado que dela dependem. Portanto, alterações na qualidade da paisagem não podem ser classificadas aprioristicamente, pois são fruto da ação social que atribui sentidos e valores a determinados espaços geográficos.

Em relação às operadoras de mergulho, que exploram o turismo subaquático, há um impacto direto das atividades de petróleo e gás na disputa por espaço. Além disso, a introdução de espécies exóticas, como o Coral Sol, compromete a biodiversidade que atrai os mergulhadores.

As comunidades de pescadores da Ilha Grande (Matariz, Bananal, Japariz, Enseada das Estrelas/Saco do Céu, Praia da Longa e Provetá) indicaram que a presença física de estruturas da cadeia de petróleo e gás na paisagem natural, por meio de grandes embarcações, rebocadores, plataformas (TEBIG) e instalações de apoio como o Porto de Angra e estaleiros navais, prejudica a qualidade de vida dos moradores e a atratividade turística, pois interfere na valorização estética e paisagística positiva da Baía de Ilha Grande.

#### **IV.1.4 CONFLITO PELA OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO MARÍTIMO ENTRE OS PESCADORES E EMBARCAÇÕES DE PESCA DE GRANDE PORTE**

Uma das pressões externas atuantes sobre os pescadores artesanais da Baía de Ilha Grande é a pesca industrial, especialmente da sardinha, corvina e camarão (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009). Conforme apontaram os pescadores artesanais de Paraty durante o Diagnóstico Participativo, as embarcações pesqueiras de grande porte e de fora buscam somente o

camarão grande e o rosa. Pescam muito próximo da costa com grande frequência, atrapalhando a pesca artesanal local.

Segundo Viana (2009), durante várias décadas o Estado do Rio de Janeiro foi o principal polo pesqueiro industrial do Brasil, “desembarcando inicialmente as baleias e, a partir dos anos de 1970, camarões e sardinhas. Apesar das dificuldades e atrasos, a produção pesqueira do estado do Rio de Janeiro é ainda uma das principais do Brasil e a primeira na região Sudeste. O comportamento dos desembarques nas últimas décadas indica certa estabilidade do setor, com ligeira tendência de incremento (VIANA, 2009). Os dados mais recentes a respeito da pesca no estado do Rio de Janeiro foram coletados pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ nos anos de 2010 e 2011. Foi monitorado a produção pesqueira nos municípios de Angra dos Reis, Cabo Frio, Niterói, São Gonçalo e São João da Barra. Os resultados demonstraram que Angra dos Reis é o maior dos portos de desembarque de pescado fluminense entre os monitorados (FIPERJ, 2011; PETROBRAS/MINERAL ENGENHARIA, 2014).

Os resultados do Diagnóstico Participativo permitem afirmar que a utilização do espaço marítimo, principalmente em sua porção costeira, é uma região já bastante saturada pela coexistência de atividades econômicas díspares – turismo, pesca artesanal, pesca industrial, atividades portuárias e cadeia de produção de petróleo e gás – que concorrem pelo predomínio como vocação principal desse espaço. Os grupos de pescadores artesanais constituem o elo mais vulnerável nessa disputa. Sua atividade vem sendo pressionada não só pela concorrência direta com as demais – casos do turismo e da pesca industrial -, como também pelos impactos gerados pelas atividades industriais de grande porte, tais como as atividades portuárias ou as atividades relacionadas à cadeia de petróleo e gás.

As comunidades de pescadores artesanais de Paraty identificam alguns obstáculos e pontos de estrangulamento de sua cadeia produtiva em face da presença da pesca industrial. Em 2009, os principais problemas identificados por esses pescadores artesanais foram, por ordem de importância, a presença e competição da pesca predatória (arrasto, traineira e parelha) e problemas

com a fiscalização, especificamente com o Ibama. A esses obstáculos foram adicionados a presença de barcos originários de outros municípios. De acordo com os pescadores artesanais da área continental de Angra dos Reis, os principais obstáculos à manutenção de sua atividade foram, também por ordem de importância, a presença e competição da pesca predatória e os preços dos insumos (combustíveis e materiais de pesca). Da mesma forma, na Ilha Grande foi identificado como principal obstáculo à manutenção da pesca artesanal a presença de embarcações de pesca industrial provenientes de outras áreas, que utilizam tecnologias (sonares e sondas) que impactam negativamente na manutenção do estoque de recursos pesqueiros da região (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009).

Essa configuração foi reiterada pelos participantes do Diagnóstico do PEA-Rio. Os pescadores artesanais salientaram que a pesca predatória na região, desenvolvida principalmente por embarcações industriais ilegais e "de fora", prejudica a sua atividade, pois não têm condições de competir com as traineiras industriais. Esse conflito foi considerado bastante agudo e envolve uma série de atores: pescadores artesanais, órgãos de fiscalização da atividade (IBAMA, INEA, Capitania dos Portos) e empresas de pesca industrial.

À disputa pelo uso do espaço marítimo com as atividades industriais, de turismo e de pesca industrial os pescadores da Ilha Grande associaram a ineficiência da fiscalização ambiental. Os pescadores artesanais se queixaram duplamente da fiscalização ambiental. Em primeiro lugar, apontaram a ausência de fiscalização dos órgãos públicos (INEA, Capitania dos Portos e IBAMA) sobre os pescadores que vêm de fora (sobretudo à noite) e sobre as artes de pesca mais destrutivas, aplicadas pelas embarcações de grande porte (traineiras e atuneiros). Essa ausência de fiscalização também se aplicaria às embarcações vinculadas às atividades industriais e portuárias e às escunas e navios de turismo. Em segundo lugar, alegam haver uma fiscalização diferenciada, mais severa, dos órgãos ambientais sobre os pescadores artesanais. Segundo as informações dos comunitários, só os pescadores

artesanais são fiscalizados e multados, muitas vezes de forma abusiva, degradante e desrespeitosa.

Para fazer frente a essa situação, os pescadores artesanais de Paraty sugeriram, em 2009, que fosse realizada a correta fiscalização de embarcações de pesca industrial e que fosse proibida a pesca de arrasto no interior da Baía de Paraty, ao que os pescadores de Angra dos Reis adicionaram a necessidade de vedar a ocorrência de pesca com traineiras equipadas com as tecnologias citadas no interior da Baía de Ilha Grande, que fosse restringida a prática de mergulho e a circulação de barcos e lanchas vinculados ao setor de turismo e que fosse melhorada a fiscalização ambiental na região (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009). Nas reuniões de Diagnóstico Participativo realizadas para o PEA-Rio foram propostas soluções similares.

#### **IV.1.5 CONFLITO PELA OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO MARÍTIMO ENTRE OS PESCADORES E OS MARICULTORES DE ALGAS EXÓTICAS**

O Diagnóstico Participativo do PEA-Rio identificou outro conflito pelo uso do espaço marítimo associado à manutenção da atividade de pesca artesanal. Refere-se ao cultivo de algas exóticas na região. Em 1998, foram introduzidas na Ilha Grande as fazendas de macroalgas da espécie *Kappaphycus avarezii*, utilizadas para produção industrial de algas. Neste diagnóstico, quatro localidades de Paraty (Ilha do Araújo, Paraty-Mirim, Ponta Grossa e Praia Grande) que convivem com as fazendas de algas mencionaram essa cultura como uma ameaça potencial. Tal cultivo está sendo feito sem rede de proteção, o que contribuiu para que essas algas se disseminem no fundo do mar. Os pescadores têm receio de que tais espécies possam futuramente prejudicar o ambiente e afetar os recursos pesqueiros. Em Angra dos Reis, as duas comunidades que disseram conviver com essa produção (Araçatiba e Praia Vermelha) não a consideram uma causadora de potenciais conflitos.

O cultivo de *K. alvarezii* visa a extração de ficocolóides como ágar, carragenanas e alginato, que possuem aplicações nas indústrias de alimentos, têxtil, cosméticos, farmacêutica, de papel e de biotecnologia (SOUZA et al., 2013). Esse cultivo é regulado pela Instrução Normativa IBAMA nº 185, de 2008, e os empreendimentos de maricultura são licenciados pelo INEA e MPA.

#### IV.1.6 CONFLITO GERADO PELA INSTALAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS TERRESTRES

As consequências de instalação do Estaleiro Verolme, hoje em dia sob gerência da Brasfels, foram a favelização de Monsuaba, antiga vila de pescadores que se transformou em bairro dormitório de operários, o incremento da ocupação dos morros do centro pela classe trabalhadora e a instalação do conjunto residencial Village, em Jacuecanga, que sem obras de saneamento básico geraram poluição nas águas da Baía da Ilha Grande (MELO, 2011). Atualmente, as atividades do Estaleiro Verolme incluem a integração das plataformas de FPSO P-66 e da P-69 da Petrobras, envolvendo as operações de içamento e de montagem dos módulos sobre o casco, assim como as interligações e testes dos módulos entre si e com os sistemas do casco<sup>13</sup>.

No processo de Diagnóstico Participativo, as pressões territoriais exercidas pelos grandes empreendimentos industriais foram notadas principalmente pelos grupos sociais/comunitários de Angra dos Reis. De acordo com seus relatos, o estímulo ao aumento da população heterotrópica, principalmente o fluxo migratório de mão de obra oriunda dos municípios do entorno e da Baixada Fluminense, gera crescimento demográfico e ocupação desordenada do território municipal. Além disso, a presença de instalações terrestres de grandes empreendimentos – como nos casos da Usina Nuclear (Eletrobras) e do TEBIG (Transpetro) – gera um profundo sentimento de insegurança nas populações situadas em seus entornos, que não são informadas sobre os riscos ou treinadas para lidar com ameaças em caso de acidentes.

O terceiro elemento ligado à presença de empreendimentos de grande porte refere-se à especulação imobiliária, que foi atribuído também à presença física da Petrobras e da Transpetro e à dificuldade na obtenção de informações das empresas. Finalmente, deve-se também destacar que os grupos

<sup>13</sup><http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/modulos-da-plataforma-p-66-seguem-rumo-ao-estaleiro-integrador.htm>

sociais/comunitários incluíram as alterações na qualidade cênica da paisagem como um impacto negativo significativo sobre o território. Algumas das comunidades de Angra dos Reis localizadas na Ilha Grande (Matariz, Japariz, Enseada das Estrelas/Saco do Céu, Praia da Longa e Provetá) afirmaram que a presença física da Petrobras e Transpetro na região interfere na paisagem natural, por meio de rebocadores e plataformas, prejudicando tanto a qualidade de vida dos moradores como a atratividade turística (cf. Anexos Municipais - Angra dos Reis e Paraty).

#### **IV.1.7 CONFLITO ORIUNDO DA DISPUTA PELO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONDOMÍNIOS DE LUXO OU EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS**

De fato, a abertura da rodovia BR-101 atrelou-se como parte do projeto desenvolvimentista do estado brasileiro, viabilizando não somente a integração econômica baseada no transporte rodoviário entre diferentes regiões do país, mas também a expansão do turismo ao longo da costa de estados como São Paulo e Rio de Janeiro. A construção da rodovia BR-101 nos anos 1970 foi incentivada e planejada pelo Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR, uma empresa paraestatal, para atingir a população de alta renda das metrópoles carioca e paulista, e desde logo interagiu intensivamente com o setor imobiliário dos municípios de Angra dos Reis e Paraty (PETROBRAS/MINERAL, 2013). De acordo com Ribeiro (2014), a "*indústria turística significou a construção de hotéis, condomínios, marinas e loteamentos. Cresceu na década de 1970 e atingiu o ápice na década de 1980. Modificou não só a paisagem costeira, como se tornou num dos principais responsáveis pela alteração do ambiente natural da região, exemplificada pelos aterros na baía da Ilha Grande, a destruição de manguezais e, principalmente, a valorização especulativa dos terrenos, uma das características de qualquer atividade vinculada ao capital imobiliário*" (RIBEIRO, 2014: 9).

O setor de turismo é a atividade econômica preponderante na Baía de Ilha Grande. Nesse sentido, ambos os municípios compartilham uma tendência observada em muitas regiões litorâneas brasileiras, qual seja, a tendência de maior concentração de domicílios de uso ocasional, em função de determinantes culturais e socioeconômicos relacionados aos processos de

construção social do lazer e do turismo como fruição desses espaços. O conflito territorial que se estabelece a partir desse marco diz respeito, fundamentalmente, à ocupação da orla e demais zonas municipais que apresentem outros atrativos naturais e socioculturais para o mercado do turismo e do lazer. O IBGE detectou, por meio do Censo 2010, que 17,8% dos domicílios de Angra dos Reis e 18,6% dos domicílios recenseados em Paraty foram registrados como de uso ocasional, com a maior parte deles situando-se na orla. Por outro lado, cerca de 34% das residências de Angra dos Reis localizam-se em aglomerados subnormais, abrigando mais de 35% da população angrense. Tais dados valeram ao município a décima posição nacional entre os municípios que exibem maior número deste tipo de ocupação (IBGE, 2010).

Em Paraty, no decorrer da década de 1970, diversos condomínios e marinas foram instalados ao longo da orla municipal, a exemplo do Condomínio Laranjeiras, construído pela Paraty Desenvolvimento Turístico S.A. na Enseada da Joatinga (MADEIRA FILHO & PINAUD, 2013). Na década de 1990, houve um aumento significativo no número de empreendimentos turísticos no município, o que contribuiu com o avanço da ocupação urbana, de forma pontual e concentrada - *“o maior eixo de expansão das áreas urbanas é o que se prolonga do centro de Paraty e segue pela RJ-165, onde então é caracterizado pelo uso diverso do espaço com a presença de pequenas plantações (palmito, banana, cana-de-açúcar), estabelecimentos comerciais e de hospedagens, restaurantes, residências permanentes e de uso ocasional”* (PETROBRAS/ICF, 2012).

Guanzioli (1983) observou que o traçado da BR-101, nos anos 1970, gerou mudanças significativas na ordenação territorial de Angra dos Reis, pois o território angrense foi dividido entre uma faixa ligada ao mar, bastante estreita, e outra que recobre os trechos entre a rodovia e a serra, mais extensa. A partir de 1980, as faixas ligadas ao mar passaram por um amplo processo de valorização fundiária, em decorrência do impulso dado à atividade turística,

estimulando a ocupação da orla, de áreas de manguezais e de ilhas por casas de veraneio, marinas, hotéis e condomínios de luxo, tais como Porto Bracuhy, Porto Frade e Portogalo. Isso gerou processos de remoção das populações locais tradicionais, sejam os caiçaras das praias das ilhas e do continente, seja os agricultores situados nas fazendas de Bracuhy e Itanema, o que contribuiu para a ocorrência de conflitos pela posse de terras e para a ocupação desordenada de áreas menos valorizadas (GUANZIROLI, 1983). Essa valorização especulativa também causou a retração de áreas agriculturáveis, devido à readequação de uso para instalação dos empreendimentos ligados ao setor, e contribuiu para o incremento populacional e favelização dos morros do centro do município (MELO, 2011).

#### **IV.1.8 CONFLITO ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

À mesma época de expansão do turismo, e como uma tentativa de refrear a especulação imobiliária, inicia-se na Baía de Ilha Grande a criação de diversas Unidades de Conservação, objetivando também preservar as áreas naturais ricas em biodiversidade do município. Existe um forte conflito entre a presença de Unidades de Conservação e a pressão pela expansão da área urbana, associada ao mercado imobiliário que busca atender as demandas dos setores secundário e terciário. Conforme afirmam GOMES *et al* (2004) para o caso de Paraty: "*O conflito entre a conservação e o uso da terra fica evidente nas falas dos representantes do setor imobiliário. Torna-se óbvio que eles se sentem prejudicados pelas leis restritivas, as quais possibilitam a expansão imobiliária apenas nas áreas de serra - quando estas não se encontram inseridas dentro de alguma categoria de Unidade de Conservação*" (GOMES *et al*, 2004: 23).

O Diagnóstico Socioambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais da Baía de Ilha Grande, realizado pelo Instituto Bioatlântica verificou que o conflito com as Unidades de Conservação é percebido pelos pescadores artesanais por meio da truculência da fiscalização (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009: 57). A violência na repressão ao acesso e uso dos recursos naturais também foi indicado pelo Diagnóstico Participativo, que

acrescentou outras dimensões a esse relacionamento: (i) insuficiência de gestão democrática e ausência de diálogo com as comunidades tradicionais; (ii) restrições ao desenvolvimento de suas atividades econômicas tradicionais e ao acesso a serviços públicos essenciais e; (iii) limitações quanto ao uso e ocupação tradicional do solo. Esses resultados do PEA-Rio se assemelham àqueles sintetizados no relatório final do "I Encontro de Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico Bocaina" (CORTINES, 2008). Neste documento foram identificados dois temas que constituem os desafios na convivência entre Unidades de Conservação e comunidades tradicionais: gestão participativa (elaboração e implementação de leis, relação das Unidades de Conservação com as comunidades e papel das comunidades) e uso do território e dos recursos naturais (questão fundiária, condições dignas de vida, turismo, conhecimentos tradicionais, manejo de recursos naturais, autorizações e autos de infração, lixo e apoio para conservação) (CORTINES, 2008).

Em Angra dos Reis, os grupos sociais/comunitários que indicaram situações de conflito com Unidades de Conservação no Diagnóstico Participativo do PEA-Rio foram quatro: Enseada do Abraão, Praia da Longa, subgrupo de pescadores artesanais da Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba e subgrupo de produtores rurais caiçaras do Parque Mambucaba. Esses grupos nomearam os atores com os quais interagem: o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) e o Parque Nacional Serra da Bocaina (PNSB), ambos criados em 1971, além da Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios), criada em 1990. Enquanto o PEIG está sob responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), os dois últimos encontram-se sob competência federal, exercida por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em Paraty a situação é mais complexa, pois envolve um número maior de grupos sociais/comunitários. Na verdade, abrange a quase totalidade dos grupos sociais/comunitários participantes do diagnóstico nesse município, já

que treze do total de quinze grupos selecionados indicaram a existência de conflitos dessa natureza: Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Algodão, Ilha do Araújo, Paraty-Mirim, Ponta Grossa, Ponta Negra, Pouso da Cajaíba Praia do Sono, Praia Grande, Saco do Mamanguá, São Gonçalo, Tarituba e Trindade<sup>14</sup>.

Além das duas Unidades de Conservação federais nomeadas pelos grupos de Angra dos Reis (PNSB e ESEC Tamoios), os comunitários de Paraty indicaram a existência de conflitos com outra unidade federal, a Área de Proteção Ambiental Cairuçu (APA Cairuçu), criada em 1983, e com uma unidade estadual, a Reserva Ecológica da Joatinga (RESEC Joatinga), criada em 1992. Como informado na seção a respeito do panorama municipal de Paraty, existe sobreposição territorial parcial entre a área da APA Cairuçu, algumas ilhas da ESEC Tamoios e parte do PNSB, ou seja, entre uma unidade de uso sustentável e aquelas de proteção integral. Além disso, a RESEC Joatinga encontra-se inserida integralmente na área da APA Cairuçu.

Como se vê, existem duas situações: a de conflitos entre grupos comunitários e Unidades de Conservação que ultrapassam os limites de um município e o da sobreposição de conflitos com diferentes Unidades de Conservação em uma mesma área de um município. Além disso, os conflitos de alguns dos grupos sociais/comunitários às vezes envolvem até três Unidades de Conservação. Assim, para resguardar a clareza da exposição, optou-se por sua estruturação a partir das cinco Unidades de Conservação, retomando-se oportunamente algumas considerações sobre os grupos sociais/comunitários.

A ESEC Tamoios e o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) encontram-se em situação de conflito com os grupos sociais/comunitários tanto de Paraty como de Angra dos Reis.

A ESEC Tamoios é formada por 29 ilhas, lajes e rochedos e seus respectivos entornos marinhos, de 1 Km de raio, e ocupa 13% da Baía de Ilha Grande<sup>15</sup>. Os limites e a categoria dessa Unidade de Conservação fazem com

---

<sup>14</sup> Apenas as comunidades quilombolas - Quilombo do Cabral e Quilombo do Campinho da Independência - não indicaram a existência de conflitos com as Unidades de Conservação da região.

<sup>15</sup> Cf. [http://www.icmbio.gov.br/esectamoios/images/stories/extras/mapa\\_esec\\_tamoios.pdf](http://www.icmbio.gov.br/esectamoios/images/stories/extras/mapa_esec_tamoios.pdf)

que os conflitos com os pescadores artesanais se tornem mais agudos na disputa pelo uso do ambiente marítimo. Foi indicada como ator em interação conflituosa com 7 grupos sociais/comunitários de Paraty (Ponta Grossa, Ilha do Araújo, Tarituba, Praia Grande, São Gonçalo, Ilha do Algodão e Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty) e com o subgrupo de pescadores artesanais da Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba, em Angra dos Reis. Entre esses, somente os grupos sociais/comunitários da Ilha do Araújo, de Tarituba e da Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba possuem representação no Conselho Consultivo da ESEC Tamoios<sup>16</sup>.

Os conflitos que articulam ESEC Tamoios e pescadores artesanais referem-se à utilização do espaço marítimo e acesso a recursos pesqueiros. Os focos de conflito são três problemas. O primeiro se relaciona com a implantação da Unidade de Conservação. Na perspectiva dos pescadores artesanais, a ESEC Tamoios recobre áreas tradicionalmente utilizadas para a pesca, compostas por importantes pesqueiros. Além de contribuir para a multiplicação das áreas de exclusão de pesca, essa Unidade de Conservação atua sobre o cotidiano da atividade, fiscalizando o uso das ilhas da ESEC para abrigo, descanso ou proteção contra intempéries. No caso dos pescadores da Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba e de Tarituba, a proximidade da costa restringe a pesca praticada por embarcações de baixa autonomia que operam próximas da costa. Foram citadas como pesqueiros tradicionalmente importantes e como pontos de apoio para o desenvolvimento das atividades de pesca artesanal, interditados pelas restrições da ESEC Tamoios, as ilhas Ganchos (pescadores da Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Araújo, Ponta Grossa e Praia Grande), Catimbau (grupos de Ponta Grossa e Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty), Palmas (pescadores da Ilha do Araújo e Praia Grande), Comprida e Araraquara (grupo de Tarituba) e Sandri e Algodão (Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba).

<sup>16</sup> <http://www.icmbio.gov.br/esectamoios/conselho-consultivo/estrutura.html>

O segundo problema decorre da ausência de demarcação marítima exata das áreas destinadas às zonas de recuperação. Como a ESEC Tamoios não possui demarcação por boias, os pescadores são constantemente abordados pelos fiscais em qualquer local de pesca da região. Seus equipamentos são apreendidos, sob a alegação de que estariam praticando pesca em área proibida, pertencente à unidade, mesmo quando, de sua perspectiva, não estão.

O terceiro problema refere-se à restrição do uso das ilhas da ESEC Tamoios para a prática do turismo por barqueiros dos grupos sociais/comunitários. Como atividade complementar e alternativa à pesca artesanal, importante para a manutenção da economia local, os grupos sociais/comunitários possuíam instalações modestas de bares e restaurantes em ilhas como Catimbau, Ganchos e Palmas. Essas instalações foram fechadas e seus materiais apreendidos, o que refletiu negativamente na economia local, prejudicando a pequena cadeia turística da qual os grupos sociais/comunitários de São Gonçalo, Praia Grande, Ilha do Araújo e Ilha do Algodão também dependem.

Os resultados desses problemas para os grupos sociais/comunitários em questão são a perda de parte do território de pesca, o que também gera competição por outras zonas de pesca com outras comunidades e outros tipos de pescadores (embarcações externas e pesca industrial) e o enfraquecimento da atividade complementar de turismo. Assim, os impactos sobre a cadeia de pesca e de turismo dificultam a manutenção econômica e social desses grupos.

O que potencializa o conflito é a percepção de que a fiscalização é exercida de forma mais constante e ameaçadora exclusivamente sobre o pescador artesanal. As casas de veraneio de alto padrão instaladas nas ilhas Palmas e Ganchos, áreas que tiveram o uso pelas comunidades interdito pela ESEC Tamoios, continuam ali instaladas. Da mesma maneira, a pesca predatória exercida por embarcações que não pertencem à região continua a ocorrer. Para os grupos sociais/comunitários, como os pescadores artesanais são os usuários mais constantes do ambiente marítimo na região, a fiscalização sobre sua atividade é exercida de maneira mais intensa e

constante do que sobre as embarcações de pesca industrial procedentes de outras regiões. De sua perspectiva, o órgão fiscalizador não estaria direcionando a fiscalização para os locais ambientalmente mais frágeis e nem sobre as artes de pesca e as formas de ocupação mais destrutivas.

Recentemente iniciou um processo de elaboração do Termo de Compromisso da ESEC Tamoios, que prevê um regime de exceção para o uso e acesso aos recursos naturais pelos pescadores artesanais. Os grupos da Vila Histórica/Parque Mambucaba e São Gonçalo denunciaram a falta de transparência e participação de todos os interessados no processo, resultando no cadastramento escalonado e pouco criterioso de comunidades de pescadores. Os pescadores do Parque Mambucaba consideram que deveriam ser priorizados, pois são mais diretamente impactados pelas restrições ao uso da Foz do Rio Mambucaba pelo regramento atual da ESEC Tamoios. Os pescadores artesanais de São Gonçalo consideram-se prejudicados porque o cadastramento só foi feito em Tarituba, enquanto sua comunidade sequer tem previsão para ser cadastrada. Mesmo em Tarituba existe insatisfação, pois os pescadores consideram que, na comunidade, foram cadastradas para o Termo de Compromisso pessoas que não exercem a atividade de pesca artesanal<sup>17</sup>.

Quanto ao Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), manifestaram a existência de relações mais tensionadas os grupos sociais/comunitários de Trindade e de São Gonçalo, em Paraty, e o de produtores rurais caiçaras do Parque Mambucaba, em Angra dos Reis. Somente São Gonçalo não possui representação direta no Conselho Consultivo do PNSB: Trindade está representada pela Associação de Barqueiros de Trindade e pela Associação de Moradores de Trindade e os produtores rurais caiçaras do Parque Mambucaba estão representados pela Associação de Moradores do PNSB (AMPANBE), além de possuir um assento como membro suplente pela APRVM (Associação dos Produtores Rurais do Vale Mambucaba)<sup>18</sup>. O entendimento dos três grupos

<sup>17</sup> O processo do Termo de Compromisso foi transformado em Termo de Ajuste de Conduta (TAC), tendo sido firmado entre o ICMBio e os pescadores de Tarituba em 11 de dezembro de 2014.

<sup>18</sup> <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/conselho-consultivo/conselheiros.html>

é que a recategorização da Unidade de Conservação para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) facilitaria a manutenção do modo de vida dos comunitários, que mantêm sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, mas que, atualmente, encontram restrições em sua reprodução social decorrentes da Unidade de Conservação ser de proteção integral.

Os comunitários de Trindade e os produtores rurais caiçaras do Parque Mambucaba consideram que as seguidas indefinições a respeito do zoneamento do PNSB prejudicam a estruturação de suas atividades, pois áreas de uso comunitário ou mesmo lotes de produção e moradia ora são identificados como inseridos na UC, ora não. No caso de Trindade, os pescadores mantêm áreas de cerco, que são responsáveis por 80% da produção de seu pescado, em regiões que estão sendo reivindicadas como pertencentes à área de abrangência do PNSB. Os moradores acreditam que será necessário fazer um acordo de pesca, cadastrar as outras atividades econômicas que ocorrem dentro do Parque e enviar os cadastrados para o Conselho Consultivo, para verificar se aceita sugestões de acordo de uso, tal como aquele atualmente existente para o uso da área para o turismo pelos barqueiros da comunidade. Além disso, existe a indeterminação em relação à permanência no local, pois vivem sob a ameaça da possibilidade de remoção, principalmente de moradores residentes na Praia do Meio e na Praia do Caxadaço.

A respeito desse conflito entre os pescadores artesanais de Trindade e o órgão gestor do PNSB, o "Relatório Técnico do Progresso para o Centro de Conservação da Biodiversidade (CBC-Brasil)", produzido para o Projeto "Fortalecimento do Mosaico Bocaina: estruturação, comunicação e levantamento de práticas sustentáveis no território do mosaico", indica três opções de resolução:

"i) a progressiva exclusão da pesca na área do Cachadaço e o reassentamento das famílias em área fora do parque, em local e condições acordados entre as partes, com pagamento de indenização ou compensação pelas benfeitorias existentes, visando promover a regularização fundiária e ambiental da unidade; ou

ii) o início do processo de recategorização parcial do parque para uma unidade de uso sustentável, preferencialmente uma RDS terrestre e marinha; ou

iii) a abertura de um processo conciliatório, a partir da assinatura de termos de compromisso e a instalação de um grupo ou câmara, no âmbito do conselho do parque, com a participação de outros atores como o Ministério Público, para prever as adequações necessárias nas ocupações e usos da área, e acompanhar o cumprimento do acordo, mantendo a presença e o uso dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais que vivem no local em conflito, até que se encontre uma solução definitiva" (CONSELHO DO MOSAICO BOCAINA/CAMINHOS DO CUNHA, 2010: 51-52).

Apesar da situação, os comunitários de Trindade reconhecem que tem havido avanços da gestão do PNSB no sentido de acolhimento, debate e atendimento de algumas demandas do grupo social, como o licenciamento de uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto).

No caso dos produtores rurais caiçaras do Parque Mambucaba, as propriedades de muitos estão localizadas no interior ou no entorno imediato do PNSB. Aqueles que se situam no interior dos limites dessa unidade convivem com restrições de acesso à rede de energia elétrica, à instalação de unidades de saúde e de manutenção de pontes de acesso, inclusive aquelas que ligam a localidade a Paraty. O acesso a essas benfeitorias estariam interditadas pela gestão da unidade em virtude de uma pretensa ocorrência de urbanização em zona rural, com proliferação de construções irregulares e de criações não permitidas, como a de porcos. As negociações em torno dessas pautas encontram-se bastante tensionadas, pois outros atores como a prefeitura municipal e a concessionária de energia (AMPLA) não estariam assumindo seus compromissos<sup>19</sup>. Além disso, de acordo com os comunitários, as reuniões do Conselho Consultivo seriam reiteradamente canceladas, sob a alegação de falta de verbas pelo ICMBio.

Os produtores rurais caiçaras consideram que o PNSB foi criado sem que fosse aferido o número de moradores em seu território e sem que

<sup>19</sup> A respeito da composição do Conselho Consultivo do PNSB, conferir: <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/conselho-consultivo/conselheiros.html>

houvesse consulta a respeito da categoria de proteção mais adequada para a região. Atribuem à proteção integral o êxodo da população rural do local e a dificuldade de manutenção atual desse modo de vida. Apesar da possibilidade de abertura de diálogo manifestada pela gestão atual do PNSB, a legislação aplicável é terminantemente proibitiva de certas práticas e a fiscalização, intensiva. Consideram que mesmo uma indenização dos produtores rurais para a retirada integral dos moradores do PNSB não é uma alternativa viável, pois os valores a serem pagos não possibilitariam a sua sobrevivência no meio urbano.

Os comunitários de São Gonçalo consideram que a fiscalização do PNSB é efetuada sobre as práticas sustentáveis e não predatórias dos moradores, enquanto que a extração ilegal de palmito que acontece na região próxima da comunidade não recebe a devida atenção, apesar das denúncias efetuadas pelos comunitários.

Assim, a coexistência territorial com as duas unidades federais pertencentes ao grupo de proteção integral (PNSB e ESEC Tamoios) cria, do ponto de vista dos grupos participantes do diagnóstico, empecilhos tanto à melhoria da qualidade de vida da comunidade como à manutenção de seu modo de vida. Isto ocorre porque a população já habitava o território e dele fazia uso para a reprodução de seu modo de vida antes da implementação destas Unidades de Conservação. Desse modo, as relações atuais entre esse tipo de Unidade de Conservação e os grupos sociais/comunitários alimenta um conflito entre uma perspectiva preservacionista e uma perspectiva conservacionista.

No caso da Unidade de Conservação federal de uso sustentável, a APA Cairuçu, nove grupos sociais/comunitários localizados no município de Paraty, indicaram a existência de conflitos. Referiram-se a esse aspecto da relação: Ilha do Algodão, Ilha do Araújo, Paraty-Mirim, Ponta Grossa, Praia do Sono, Saco do Mamanguá, São Gonçalo, Tarituba e Trindade. Entre todos esses, somente Trindade tem assento direto na APA Cairuçu. As demais comunidades podem ter seus interesses representados pela presença do Fórum das Comunidades Tradicionais ou nas composições reservadas aos “moradores da

zona costeira” e “moradores da zona insular”, pois os comunitários da Ilha do Araújo também afirmaram que a comunidade compõe o Conselho Consultivo<sup>20</sup>.

As comunidades da Ilha do Araújo, da Ilha do Algodão, de Paraty-Mirim, de Ponta Grossa, da Praia do Sono e do Saco do Mamanguá salientaram que a relação com a APA Cairuçu é pautada pelo distanciamento ou morosidade de sua gestão em relação às suas demandas. Entre elas podem ser citadas a extração de madeira e expedição de licenças para o desenvolvimento de atividades econômicas e a assistência à resolução de problemas associados a presença de outros atores no território, como proliferação de resíduos sólidos ou extração ilegal de areia nas praias para construção. O afastamento da Unidade de Conservação também se refere à ausência de canais efetivos de comunicação que tenham a APA Cairuçu como polo ativo. Os comunitários demandam gestão o contato da Unidade para fornecer orientações e esclarecimentos sobre como proceder para que o desenvolvimento de suas atividades não fira a legislação ou as diretrizes do plano de manejo da unidade. Para as nove comunidades citadas, o corolário desse duplo distanciamento é a atuação severa da fiscalização sobre os comunitários.

O plano de manejo da APA Cairuçu também é alvo de debate, na medida em que estabeleceu restrições à instalação de unidades comerciais pertencentes a membros dos grupos sociais/comunitários para atendimento aos turistas em áreas como a Ilha do Pelado ou o impedimento de fundeio das embarcações nas demais ilhas da região. Essa medida afetou a atividade econômica dos barqueiros de Tarituba e de São Gonçalo, ligados à cadeia de turismo, e os pescadores artesanais de São Gonçalo. Da mesma maneira como ocorre na ESEC Tamoios, o foco de tensão dessas proibições se acentua quando contrastado com a permissão existente para a manutenção de presença de casas de veraneio de alto luxo em ilhas praticamente privatizadas pertencentes à área. O plano de manejo também limita a atividade agrícola na Ilha do Algodão e em Paraty-Mirim, inibindo o pleno desenvolvimento de

<sup>20</sup> <http://www.icmbio.gov.br/cairuçu/conselho-consultivo/estrutura.html>

práticas de silvicultura que são fundamentais para a geração de emprego e renda dessas comunidades.

A principal reivindicação desses grupos sociais é que o plano de manejo seja modificado a fim de atender às suas demandas e necessidades de manutenção de seu modo de vida.

A RESEC de Joatinga foi considerada como um ator em interação conflituosa com as comunidades de Pouso de Cajaíba, Ponta Negra, Praia do Sono, Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá, que não possuem representação em seu Conselho Consultivo, atualmente em fase de reestruturação<sup>21</sup>. O foco do conflito gira em torno das atuais restrições às práticas tradicionais de agricultura e extrativismo desenvolvidas nas comunidades de Praia do Sono, Pouso da Cajaíba, Ponta Negra e Saco do Mamanguá e à limitação das atividades de pesca e mariscagem, esta última exercida principalmente na Ponta Negra. Essas restrições também se aplicam a melhorias na infraestrutura das moradias situadas dentro da unidade, como o impedimento de acesso à energia elétrica. Segundo moradores do Saco do Mamanguá e do Pouso da Cajaíba, essas restrições causaram o êxodo de um contingente significativo de moradores. Ao lado das restrições existentes, os moradores de Paraty-Mirim, Saco do Mamanguá e Pouso da Cajaíba destacam o isolamento da gestão da unidade e do órgão ambiental estadual, que atuam somente por meio de atividades de fiscalização intimidadoras.

O INEA iniciou o processo de recategorização da RESEC Joatinga em 2010, como parte do esforço para compatibilizar a esfera estadual ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma vez que a categoria "Reserva Ecológica" inexistente no modelo da legislação federal. Entre as propostas de recategorização, estão sendo consideradas as possibilidades de criação de um Parque Estadual, uma APA e uma RDS. Segundo lideranças locais, os empresários que possuem áreas na REJ querem que suas terras sejam Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPNs). Durante o período de realização do Diagnóstico Participativo, o processo encontrava-se

---

<sup>21</sup>[http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA\\_008605#/ConselhoConsultivo](http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008605#/ConselhoConsultivo)

em fase de consulta pública, mas os grupos sociais/comunitários afirmaram ter dificuldades para acessar as informações relativas ao processo.

O PEIG, sob responsabilidade do INEA, recobre cerca de 62% da área total da Ilha Grande<sup>22</sup>. Todavia, apenas os grupos sociais/comunitários da Enseada do Abraão e da Praia da Longa indicaram sinteticamente a existência de conflito envolvendo essa Unidade de Conservação. Esse conflito refere-se ao isolamento do Conselho Consultivo e, em maior medida, do INEA, em relação à ampliação da participação comunitária. Como corolário, o PEIG só interage com essas comunidades pela via da fiscalização e da aplicação de multas.

Na visão das Unidades de Conservação federais de Paraty, a imagem da regulamentação excessiva e da fiscalização repressiva das UCs sobre as comunidades tradicionais é ainda aquela que foi construída historicamente, pois algumas dessas unidades possuem décadas de existência legal - embora não de existência efetiva. Segundo um de seus gestores, antes de 2004 ocorreram desvios de conduta por parte de alguns funcionários vinculados aos órgãos ambientais, o que gerou um passivo de autos de infrações emitidos até essa data e contribuiu para a construção desse imaginário em torno das Unidades de Conservação. Contudo, com a renovação dos quadros de funcionários a partir de 2004, as Unidades de Conservação iniciaram mudanças em suas formas de relacionamento com as comunidades. Estabeleceram como diretriz a garantia de permanência do caiçara em seu território e instauraram espaços para interlocução e negociação com as comunidades. Atualmente o quadro de funcionários está devotado ao trabalho de redefinição e recategorização das Unidades de Conservação, que foram criadas sem consulta popular. Por outro lado, as Unidades de Conservação possuem capacidade limitada de mobilidade para que possam realizar visitas às comunidades, em virtude do baixo número de recursos humanos e de

<sup>22</sup> <http://www.ilhagrande.com.br/ilha-grande/preservacao/parque-estadual-da-ilha-grande>.

equipamentos de locomoção adequados. Lidar com esse passivo é o desafio dos atuais gestores<sup>23</sup>.

#### **IV.1.9 CONFLITO GERADO PELA FALTA DE INFORMAÇÃO SOBRE OS ROYALTIES**

Um ponto de destaque indicado no Diagnóstico Participativo da Baía da Ilha Grande foi o desconhecimento das comunidades quanto à aplicação dos royalties no município. Apenas para os comunitários de Paraty (Ilha do Araújo, Ponta Grossa e Pouso da Cajaíba) a discussão sobre o direcionamento dos royalties da produção de petróleo para os pescadores artesanais foi considerada uma oportunidade importante para o desenvolvimento local. Eles defenderam que existe a necessidade de direcionamento de uma porcentagem dos royalties para a zona costeira da cidade, pois em Paraty os benefícios são aplicados somente no Centro Histórico.

Os comunitários de Angra dos Reis sabem da existência dos royalties e do recebimento pela Prefeitura. Eles consideram que a Prefeitura recebe muito recurso, mas poucos sabem a quantidade e como ter acesso a informação. Em Angra dos Reis, apenas a comunidade da Praia Vermelha deu ênfase a essa questão.

De todo modo, os participantes não estavam devidamente informados sobre os royalties, o que é um indício a respeito das limitações sobre a democratização do acesso às informações. A própria ausência de referências sobre o tema nas demais comunidades denota o quão distante dos comunitários está o controle social dos royalties. Esse problema se constitui em um conflito latente entre as comunidades de pescadores artesanais e o poder público local.

Em resumo, esse cenário geral demonstra que a Baía de Ilha Grande está sujeita a conflitos cujos fundamentos estão associados à disputa pelo uso e ocupação de espaços marítimos e terrestres entre atividades concorrentes, cujos principais atores são as comunidades tradicionais, os setores ligados à indústria (atividade portuária, nuclear, naval e da cadeia de petróleo e gás), as

---

<sup>23</sup> Consultar a entrevista realizada com o gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu e Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), no Anexo VII

Unidades de Conservação, e o setor de turismo (incluindo o ramo imobiliário). Esses conflitos são marcantes no que tange a sustentabilidade da pesca artesanal e a exclusão ou inserção precária das comunidades tradicionais na atividade econômica por excelência do município, o turismo.

Os sucessivos reveses sofridos sobre a autonomia no controle de seu território, devido à instalação de empreendimentos industriais e à expansão do turismo, não encontraram, por longo tempo, guarida na arena institucional. O reconhecimento, pelas comunidades diagnosticadas, das alternativas positivas inscritas nas arenas de participação político-institucional é bastante limitado. Isso porque a política é percebida como instância incapaz de produzir resultados satisfatórios para o bem-estar dos grupos sociais/comunitários. Alia-se a essa avaliação, as dificuldades que alguns grupos sociais/comunitários diagnosticados encontram para articular suas demandas e sua representatividade nas organizações políticas locais.

A expansão econômica dessa região, bastante vinculada ao setor de turismo, esteve associada à ausência de processos de planejamento e à ineficiência na aplicação de ferramentas de gestão, o que contribuiu para o surgimento de conflitos de uso da terra e das águas envolvendo diferentes interesses e sujeitos sociais e colaborou para a diminuição da qualidade ambiental e das condições de preservação ambiental da região (FAO/Feema/SEA/ IEF-RJ, 2008). Devido ao processo histórico descrito, o setor de turismo surge como o principal antagonista das comunidades tradicionais tanto em Angra dos Reis como em Paraty. Contudo, existem diferenciais importantes entre os dois municípios no tocante à relação das comunidades tradicionais com os demais atores. Angra dos Reis desponta como aquele no qual o conflito entre uso tradicional e industrial é mais profundo, enquanto que o município de Paraty apresenta uma situação mais aguda no tocante ao conflito entre Unidades de Conservação e uso tradicional do território. O **Quadro IV.1-2** sintetiza os principais conflitos socioambientais da Baía da Ilha Grande.



**Quadro IV.1-2 - Síntese dos conflitos socioambientais da Baía da Ilha Grande.**

N	DEFINIÇÃO	STATUS DO CONFLITO EM 2012/2013	PRINCIPAIS IMPACTOS PERCEBIDOS	COMUNIDADES QUE RELATARAM	ATORES ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA/ENFRENTAMENTO E/OU AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E RESULTADOS OBTIDOS
1.1.	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre a indústria do petróleo e os pescadores	Manifesto	<p>Os comunitários têm uma percepção apurada e um grande receio em relação a vazamentos e ao impacto na atividade pesqueira, principalmente em relação ao TEBIG</p> <p>Abraão, Araçatiba, Aventureiro, Bananal, Dois Rios, Enseada das Estrelas/Saco do Céu, Enseada do Abraão, Matariz, Praia da Longa, Praia Vermelha e Provetá.</p>	Comunitários, OSIG, Projeto Coral Sol	<p>A OSIG (Organização para a Sustentabilidade da Ilha Grande) participa de diversos conselhos municipais, debatendo também as questões referentes a influência da indústria de Petróleo e Gás dentro da localidade, como, por exemplo, a ampliação do TEBIG. Participam de fóruns ambientais e de audiências públicas realizadas pela Petrobras.</p>	<p>A existência do Projeto Coral Sol na Ilha Grande caracteriza-se como uma forma de enfrentamento do problema da espécie exótica na localidade, caracterizado como conflito manifesto.</p>
			Presença de coral sol e operações ship to ship	Ilha do Algodão e Tarituba	MPF, UERJ, operadoras de mergulho, pescadores artesanais e ESEC de Tamoios	<p>Criação do Projeto Coral Sol (UERJ), Campanhas de retirada do Coral Sol (Operação Eclipse) e Audiência Pública no MPF</p>

N	DEFINIÇÃO	STATUS DO CONFLITO EM 2012/2013	PRINCIPAIS IMPACTOS PERCEBIDOS	COMUNIDADES QUE RELATARAM	ATORES ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA/ENFRENTAMENTO E/OU AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E RESULTADOS OBTIDOS
		Latente	Buracos das âncoras de grandes embarcações especulação imobiliária e expectativa de empregos	Ilha do Algodão, Paraty-Mirim, Ponta Grossa, Saco do Mamanguá e Trindade	Pescadores e comunitários	
1.2.	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre os pescadores e a atividade turística	Latente	Os comunitários relatam frequentemente os impactos das atividades turísticas em detrimento da pesca artesanal, com a restrição dos espaços anteriormente utilizados para esse fim, a "invasão" de escunas e navios e do turismo tido como "selvagem"	Abraão, Provetá, Araçatiba, Matariz, Dois Rios e Saco do Céu.	Comunitários	
1.3.	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre a indústria de petróleo e a atividade turística	Latente	Circulação de escunas; Despejo de esgoto por Navios de Cruzeiro; Fiscalização mínima ou inexistente na alta temporada para as embarcações de passeio	Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Algodão, Ponta Grossa e Praia Grande, Ponta da Cajaíba Saco do Mamanguá, São Gonçalo, Tarituba e Trindade	Empresas de turismo, proprietários de escunas, pescadores artesanais e órgãos de fiscalização (IBAMA e Capitania dos Portos)	
1.4.	Conflito pela ocupação e uso do	Latente	A presença física de estruturas da cadeia de petróleo e gás na paisagem (como embarcações, rebocadores e plataformas) afeta a qualidade de vida dos moradores e a atratividade turística, pois interferem na valorização estética e paisagística da Baía.	A presença de embarcações de pesca industriais impacta o estoque de recursos	Angra: Garatucaia, Vila Histórica de	Japariz, Matariz, Bananal, Abraão, Saco do Céu Pescadores artesanais Pescadores artesanais, órgãos de fiscalização

N	DEFINIÇÃO	STATUS DO CONFLITO EM 2012/2013	PRINCIPAIS IMPACTOS PERCEBIDOS	COMUNIDADES QUE RELATARAM	ATORES ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA/ENFRENTAMENTO E/OU AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E RESULTADOS OBTIDOS
	espaço marítimo entre os pescadores e embarcações de pesca de grande porte		pescadores da região e gera competição injusta. A falta de fiscalização é considerada grave pelos comunitários.	Mambucaba/Parque Mambucaba, Japariz, Dois Rios, Provetá e Araçatiba Paraty: Ponta Grossa, Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Paraty-Mirim, Praia do Sono, Praia Grande, São Gonçalo e Tarituba, Ilha do Algodão, Saco do Mamanguá e Trindade	da atividade (IBAMA, INEA, Capitania dos Portos) e empresas de pesca industrial	
1.5.	Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre os pescadores e os maricultores de algas exóticas	Latente	Os empreendimentos de maricultura constituem importantes vetores de mudanças para a pesca artesanal na Baía da Ilha Grande. Os pescadores dizem que a alga emalha na rede, aumentando seu peso e volume e gerando consequente redução nas capturas	Angra dos Reis: Araçatiba e Vermelha Paraty: Ilha do Araújo, Paraty-Mirim, Ponta Grossa e Praia Grande	Pescadores artesanais, MPA, INEA e IBAMA	
1.6.	Conflito gerado pela instalação de grandes empreendimentos terrestres	Latente	As comunidades vizinhas às Usinas Nucleares apresentam um temor em relação a radioatividade, mas convivem com o empreendimento em troca de emprego e apoio a eventos e projetos pontuais.	Vila Histórica de Mambucaba e Perequê	Comunitários	
		Manifesto	É realizada uma oposição qualificada por ativistas com elevado nível de escolaridade.	Membros da SAPE da Vila Histórica de Mambucaba	Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPE)	A SAPE realiza campanhas anti-nucleares em articulação com organizações internacionais.

N	DEFINIÇÃO	STATUS DO CONFLITO EM 2012/2013	PRINCIPAIS IMPACTOS PERCEBIDOS	COMUNIDADES QUE RELATARAM	ATORES ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA/ENFRENTAMENTO E/OU AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E RESULTADOS OBTIDOS
1.7.	Conflito oriundo da disputa pelo território das comunidades tradicionais e condomínios de luxo ou empreendimentos turísticos	Latente	O “Condomínio das Goiabeiras” foi construído em um local onde era realizada pesca de robalo e cações. O “Hotel do Bosque” alterou o curso do rio na foz do Rio Mambucaba e desmatou o Manguezal.	Vila Histórica de Mambucaba e Perequê	Pescadores artesanais	
		Manifesto	Especulação imobiliária e pressão para desocupar o território Restrição de acesso às praias Poluição e modificações no ambiente natural	Ponta Grossa, Pouso da Cajaíba, Quilombo do Campinho da Independência, Tarituba, Trindade, Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Araújo, Ponta Negra, Praia do Sono, Praia Grande, Saco do Mamanguá, São Gonçalo e Paraty-Mirim	Condomínios de luxo, empreendimentos turísticos, grileiros, especuladores, empresas de incorporação e construção e comunidades tradicionais	Ações na justiça e manifestações através do Fórum de Comunidades Tradicionais e Associações de Moradores
1.8.	Conflito entre Unidades de Conservação e comunidades tradicionais	Manifesto	A ESEC de Tamoios restringiu a pesca até 1 Km após as Ilhas em frente à Vila Histórica de Mambucaba e Perequê (I. do Algodão e Sandri). Na Ilha Grande também existe área de restrição de pesca. O excesso de fiscalização e proibições, é considerado como um grande problema para os comunitários de quase todas as praias da localidade.	Vila Histórica de Mambucaba e Perequê Ilha Grande: Enseada do Abraão e Praia do Aventureiro (PEIG e RDS Aventureiro)	Pescadores artesanais, Colônia de Pescadores de Angra dos Reis e APEPAD  Ilha Grande: AMAV, OSIG, Jornal o ECO, comunitários	A APEPAD participa do Conselho Consultivo da ESEC de Tamoios e foi iniciado em 2012 um processo para permitir a pesca sob determinadas condições. Alegando a falta de equipe e de apoio institucional local para avançar no Termo de Compromisso nestas comunidades, a ESEC de Tamoios passou a priorizar o processo em Tarituba.  A AMAV (Ass. de Moradores do Aventureiro) esteve presente nas discussões sobre a mudança do Parque Estadual Marinho do Aventureiro para a Reserva de Desenvolvimento

N	DEFINIÇÃO	STATUS DO CONFLITO EM 2012/2013	PRINCIPAIS IMPACTOS PERCEBIDOS	COMUNIDADES QUE RELATARAM	ATORES ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA/ENFRENTAMENTO E/OU AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E RESULTADOS OBTIDOS
						<p>Sustentável do Aventureiro.</p> <p>A OSIG e outras instituições (principalmente da Enseada do Abraão) participam do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Ilha Grande – CONPEIG - buscando dialogar com INEA sobre sua atuação local. O Jornal o ECO disponibiliza uma coluna para que o INEA tenha um canal de comunicação com a população e turistas, mas também divulga matérias e críticas dos moradores sobre sua conduta na localidade.</p>
		Manifesto	Regulamentação excessiva, a fiscalização repressiva, a falta de informação a respeito do que é permitido ou não e a recategorização de Unidades de Conservação	Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Algodão, Ilha do Araújo, Paraty-Mirim, Ponta Grossa, Ponta Negra, Pouso da Cajaíba Praia do Sono, Praia Grande, Saco do Mamanguá, São Gonçalo, Tarituba e Trindade	APA Cairuçu, Reserva Ecológica da Joatinga, ESEC Tamoios, Parque Nacional da Serra da Bocaina, comunidades tradicionais, IBAMA, polícia ambiental, INEA e Marinha	Ações na justiça e manifestações através do Fórum de Comunidades Tradicionais, Mosaico Bocaina e Associações de Moradores
1.9.	Conflito gerado pela	Latente	Os comunitários não detêm conhecimento	Praia Vermelha	Comunitários	

N	DEFINIÇÃO	STATUS DO CONFLITO EM 2012/2013	PRINCIPAIS IMPACTOS PERCEBIDOS	COMUNIDADES QUE RELATARAM	ATORES ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA/ENFRENTAMENTO E/OU AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E RESULTADOS OBTIDOS
	falta de informação sobre <i>royalties</i>		sobre a aplicação dos royalties no município, reforçando a falta do controle social sobre o processo.			
			Falta de transparência na aplicação dos recursos	Ilha do Araújo, Ponta Grossa e Pouso da Cajaíba	Prefeitura de Paraty e comunidades tradicionais	

#### IV.1.10 PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os problemas ambientais relacionados ao saneamento básico foram os mais veementemente destacados pelas comunidades de Paraty e Angra dos Reis, o que reitera as conclusões do diagnóstico realizado pelo Instituto Bioatlântica (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009). Grande parte dos esgotos domiciliares é conduzida, direta ou indiretamente, ao mar sem tratamento prévio e, o lixo coletado não é disposto adequadamente. O estudo indica ainda como fontes potenciais de poluição existentes na região o porto de Angra dos Reis, o estaleiro Brasfels, as Usinas Nucleares e o Terminal da Baía de Ilha Grande - TEBIG, da TRANSPETRO (FAO/Feema/SEA/ IEF-RJ, 2008).

De Freitas (2104) relata que com a expansão do Perequê/Parque Mambucaba foi intensificado o desmatamento da vegetação das margens do Rio Mambucaba para utilização da sua areia em obras de expansão urbana e das Usinas Nucleares. Esse processo gerou assoreamento do Rio Mambucaba e a passagem de embarcações pela sua foz ficou limitada, sendo necessária consulta à tábua de marés para realizar essa travessia. Com isso, os pescadores começaram a atracar suas embarcações na Praia Vermelha durante a maré baixa. A ausência de um cais impede que os pescadores recebam turistas para realizar passeios nas suas embarcações. Outro problema ambiental enfrentado no Perequê são os sucessivos alagamentos e falta de água, decorrentes da ocupação desordenada do bairro.

A comunidade de Monsuaba se sente ameaçada pela possibilidade de vazamento pelos dutos de petróleo que conectam a Transpetro na BR 101 ao terminal portuário da Petrobras, da mesma forma que pelos navios carregados de petróleo que diariamente transitam pela região.

O saneamento básico, incluindo o tratamento adequado dos resíduos sólidos (MOUTINHO, HACON, BRUNO, 2009) está entre as principais reivindicações dos pescadores artesanais da Baía da Ilha Grande (BEGOSSI *et al.*, 2009). Costa (1998) descreve o processo de eutrofização gerado por

efluentes domésticos lançados nas Baías de Angra dos Reis, Paraty e Jacuecanga. Em relação ao tema cabe destacar: (1) a dificuldade em realizar o tratamento do esgoto em função da geografia local e; (2) a poluição dos manguezais, onde os recursos pesqueiros são criados.

Este problema afeta não somente a qualidade de vida da população local como também incide diretamente sobre a manutenção adequada de suas principais atividades econômicas, a pesca artesanal e o turismo. A poluição das águas e das praias decorrente da inadequação dos serviços de saneamento básico prejudica os estoques pesqueiros e o usufruto das praias.

#### **IV.1.11 PROBLEMAS DE ORDEM SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA**

##### **IV.1.11.1 I. FALTA DE ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS**

Um dos resultados da realização do Diagnóstico Participativo que foi observado refere-se a alguns problemas relativos à organização social e política dos grupos sociais/comunitários. As comunidades diagnosticadas têm em comum o grau de vulnerabilidade socioambiental a que estão sujeitas, agravado pelas poucas possibilidades de organização de suas demandas articuladas em nível associativo.

A maior parte da produção pesqueira no estado do Rio de Janeiro é comercializada na forma de pescado inteiro e resfriado. Frequentemente, a produção é comercializada através de intermediários/atravessadores ou empresas de pesca e frigoríficos. Os intermediários, na maioria dos casos, comercializam o pescado adquirido com peixarias, restaurantes, consumidor final e, eventualmente, com outros Estados. Em contrapartida, as empresas de pesca que adquirem produtos da pesca artesanal geralmente agregam algum valor aos mesmos antes da comercialização, sob a forma de postas, filés ou simples e visceração (FIPERJ, 2011).

A pesca artesanal na Baía de Ilha Grande não foge à regra, estando sujeita à intermediação de atravessadores, o que fragiliza o papel do pescador artesanal na cadeia produtiva. Segundo dados de 2005 produzidos pela SEAP/Ibama/Prozee, 80% do peixe de Angra dos Reis tinha como destino empresas de pescado, sendo apenas 10% destinados ao intermediário e os

outros 10% ao consumidor direto. No caso do camarão, 95% do pescado era destinado ao intermediário e 5% ao consumidor final (SEAP/Ibama/Prozee, 2005).

Em Paraty a produção artesanal está menos sujeita à intermediação de atravessadores, mas ainda assim esse fato fragiliza o papel do pescador artesanal. De acordo com a fonte citada, 70% do peixe de Paraty tinha em 2005 como destino empresas de pescado, sendo apenas 10% destinados ao intermediário e os outros 20% ao consumidor direto. No caso do camarão, 70% do recurso a empresas, 15% ao consumidor direto e 15% ao intermediário (SEAP/Ibama/Prozee, 2005). Em alguns casos, a venda do pescado é realizada diretamente para moradores, bares, restaurantes, turistas, lanchas e peixarias. Em outros, essa produção é pesada no cais e transportada em gelo, em caminhões, para comercialização, principalmente, nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo (PETROBRAS/MINERAL ENGENHARIA, 2014).

Relatos obtidos por meio do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio em várias das comunidades dão conta de que o pescador artesanal está submetido a uma rede de atravessadores – em geral, as próprias peixarias locais – que antecipam em gelo e combustível o pagamento do pescado valendo-se de valores muito menores do que o praticado por eles na venda ao consumidor final. Pescadores relataram que, não raro, levam seu excedente para vender já tendo que contar que ele será utilizado como amortização de suas dívidas com o atravessador.

Em Paraty (comunidades de Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Araújo, Ponta Negra, Praia Grande e Saco do Mamangá) e Angra dos Reis (Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba e Matariz) os pescadores disseram que a ausência de autonomia das comunidades de pescadores em relação aos comerciantes induz à perda significativa, por parte do produtor primário, dos ganhos resultantes dessa atividade. Por um lado, o pescador artesanal não consegue competir com o preço do pescado obtido por meio do uso de grandes embarcações. Por outro, em virtude de sua fragilidade

organizacional e financeira, o pescador não raro necessita adiantar capital com o atravessador (geralmente donos de peixarias) na forma monetária ou insumos (como gelo e combustível). No momento de entregar o pescado, o atravessador-credor impõem preços baixíssimos ao pescado e preços altos aos insumos, o que resulta em aumento da dívida para o pescador.

Há, finalmente, também que se considerar outros fatores de ordem administrativa e institucional que atuam no sentido de dificultar a manutenção da pesca artesanal. Os pescadores da Baía de Ilha Grande referiram-se às dificuldades existentes para a obtenção de licenças de pesca e documentação variada. Reclamaram da morosidade e até da impossibilidade de obter licença de pesca e demais documentações necessárias para o exercício da atividade da pesca artesanal, de transporte de turistas e para o recebimento do benefício do defeso. Em parte, isso decorre das restrições impostas ao grau de escolaridade necessário para a obtenção de habilitações, licenças e demais documentos. Esse é um problema que envolve os pescadores artesanais e os órgãos ambientais e de fiscalização das atividades marítimas.

Frente a esses gargalos e obstáculos, os pescadores artesanais propuseram como medidas de incentivo a necessidade de apoio financeiro e de facilitação na obtenção de licenças para a pesca artesanal, corroborando assim as medidas destacadas em Diagnóstico realizado em 2009 (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009).

Tanto em Angra dos Reis como em Paraty, o resultado desses obstáculos é a dificuldade para a manutenção da atividade de pesca artesanal nas comunidades diagnosticadas, principalmente entre os jovens, que buscam oportunidades de trabalho nos setores de serviços - principalmente o turismo. Observa-se, portanto, que a manutenção da pesca artesanal é uma atividade sob risco e sujeita a diversas pressões, originadas do campo econômico, socioambiental e institucional. Nesse sentido, requer soluções integradas organizadas que enfrentem os obstáculos e os aspectos estruturais e políticos.

#### **IV.1.11.2 INSUFICIÊNCIA/MÁ QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

Todas as comunidades diagnosticadas na Baía de Ilha Grande relataram problemas estruturais que opõem comunitários e órgãos públicos (ou empresas

concessionárias), estejam eles relacionados à vida cotidiana e aos direitos básicos dos cidadãos ou às atividades de pesca. Identificaram deficiências estruturais nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica, abastecimento de água, transporte, comunicação, segurança e limpeza pública.

Foram relatadas deficiências na oferta, no acesso e na qualidade dos serviços oferecidos quer diretamente pela administração pública, quer através de concessionárias. Em geral, o grau de vulnerabilidade socioambiental de todos esses grupos identifica-se também com as formas de acesso político bastante frágeis que possuem para interagir diretamente com os órgãos públicos responsáveis pela oferta ou fiscalização desses serviços (secretarias municipais ou estaduais) ou mesmo com as concessionárias de serviços.

#### **IV.1.11.3 EXCESSO DE DIAGNÓSTICOS E PESQUISAS SEM AÇÕES CONCRETAS**

Conforme mencionado no item ‘Sistematização dos resultados e análises’, as comunidades ressentem-se do excesso de diagnósticos e pesquisas que são realizadas na Baía da Ilha Grande. Alguns estudos (detalhados nos Anexos municipais) foram citadas explicitamente como exemplos de ações que foram iniciadas, executadas de maneira incorreta e não concluídas. Dessa forma, não forneceram subsídios importantes para o desenvolvimento local. As comunidades afirmam possuir seus próprios projetos e preferiam que eles fossem implantados pelos órgãos públicos ao invés de ter que se submeter a projetos feitos por empresas/universidades contratadas.

#### **IV.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS COMUNIDADES**

O grau de organização das comunidades interfere diretamente no encaminhamento de estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais na arena política ou econômica, relacionadas à qualidade de vida e bem estar ou à manutenção socioeconômica do seu modo de vida.

No que se refere à organização das comunidades de pesca artesanal, vale primeiramente ressaltar a presença das colônias de pesca. Estas são

entidades representativas de caráter sindical reconhecidas oficialmente por meio da Lei nº 11.699, de 2008. Na Baía de Ilha Grande são duas: a Colônia de Pescadores Artesanais de Rio Claro e Angra dos Reis (Colônia Z-17) e a Colônia de Pescadores Z-18 de Paraty (Colônia Z-18). Estima-se que a Colônia Z-17 possua 1.444 pescadores associados, com uma frota de 74 embarcações, ao passo que se estima que a Colônia de Pescadores Z-18 possua 980 pescadores associados, com uma frota de 31 embarcações (PETROBRAS/MINERAL ENGENHARIA, 2014).

No Diagnóstico Participativo do PEA-Rio foi possível perceber que a Colônia Z-17 não foi identificada explicitamente como uma entidade representativa por parte dos pescadores artesanais de Angra dos Reis. Na maior parte dos casos, essa colônia foi considerada como uma entidade responsável exclusivamente pela intermediação de emissão de documentos e licenças, mas não como foco de organização de demandas e reivindicações. Assim, em Angra dos Reis a conclusão sobre a percepção que as comunidades de pescadores possuem sobre a colônia se assemelha àquela dos pescadores artesanais do Litoral Norte, tal como expressa no “Relatório Regional do Litoral Norte do Diagnóstico Participativo do PEA-SP”: *“Atualmente a colônia de pescadores muitas vezes faz o papel de despachante, com a intermediação dos pescadores junto aos órgãos responsáveis para obtenção de diversos serviços, como acesso aos direitos de seguridade social, licenças, regularização de documentos, digitação de documentos, ajuda nas negociações de compra e venda de embarcações e equipamentos de pesca e serviço de comunicação por rádio em situação de emergência”* (PETROBRAS/WALM, 2012: 45).

A rigor, nenhuma das demais entidades ligadas à pesca e que se estruturam em nível municipal (Cooperativa dos Produtores de Pesca do Município de Angra dos Reis, Associação de Maricultores do Município de Angra dos Reis, Associação de Pescadores do Município de Angra dos Reis e Sindicato dos Produtores de Pesca do Município de Angra dos Reis) foi citada como representativa dos interesses do público que participou do diagnóstico. A exceção foi a Associação de Pescadores Profissionais e Amadores do 4ª

Distrito de Angra dos Reis (APEPAD), citada como representativa pelos pescadores artesanais do Parque Mambucaba.

Em Paraty, a Colônia Z-18 goza de prestígio e legitimidade como entidade representativa de diversas comunidades de pescadores artesanais. Em oito das treze comunidades de pescadores artesanais que compuseram o processo de Diagnóstico Participativo a colônia foi explicitamente avaliada como possuindo uma boa relação com os pescadores (Ilha do Araújo, Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Ilha do Algodão, Ponta Grossa, Ponta Negra, Pouso da Cajaíba, São Gonçalo e Tarituba). Foi destacado seu papel positivo principalmente no que tange ao fornecimento de serviços relativos à obtenção de documentação, licenças ou defeso.

Os pescadores de Tarituba destacaram sua atuação no fornecimento de assessoria jurídica para a defesa de pescadores artesanais contra a fiscalização ambiental, principalmente na área da ESEC de Tamoios. As comunidades de São Gonçalo e Trindade avaliaram que houve, historicamente, uma diminuição do escopo dos serviços proporcionados pela entidade, já que antigamente ofertava serviços de saúde (dentista e assistência médica) aos pescadores e familiares, o que não ocorre mais. Inclusive, no caso de duas comunidades que não possuem associações autônomas (Ilha do Algodão e grupo social/comunitário de Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty), a Colônia Z-18 opera como canalizador das demandas e reivindicações. Em outras cinco localidades (Ilha do Araújo, Ponta Grossa, Ponta Negra, Pouso da Cajaíba e São Gonçalo), a colônia atua de maneira paralela às associações comunitárias, complementando o papel organizacional dos pescadores artesanais.

Trindade foi a única comunidade que avaliou negativamente o papel da Colônia, destacando que atualmente a sua função é eminentemente burocrática, estando reduzida a apenas encaminhar documentos para a Superintendência Regional da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Os moradores de São Gonçalo consideram que seria necessário que a

colônia ampliasse a sua atuação, fornecendo auxílio e orientação sobre como proceder para apresentar as reivindicações ao poder público. Além disso, a colônia também poderia intermediar a obtenção de subsídios e a facilitação de acesso a insumos para a pesca. As demais comunidades não avaliaram o seu papel. Assim, pode-se concluir que, embora em menor grau e somente em alguns casos, a percepção sobre a atuação da colônia em Paraty também foi parcialmente próxima daquela expressa em Angra dos Reis.

Os pescadores artesanais da Baía de Ilha Grande organizam-se prioritariamente em associações locais ou de moradores. No total, seis das trinta e uma comunidades de pesca artesanal diagnosticadas na Baía de Ilha Grande não possuem associação: quatro em Angra dos Reis (Enseada das Estrelas/Saco do Céu, Enseada das Palmas, Japariz e Praia das Flechas) e duas em Paraty (Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty e Ilha do Algodão). Entre aquelas que detêm alguma forma de organização, a classificação de atuação dessas associações é uma questão de difícil equacionamento no âmbito da pesquisa efetuada. Pode ser feita mediante a percepção dos comunitários expressa durante as reuniões do Diagnóstico, isto é, não se baseia em uma análise institucional e política de sua atuação histórica nas diversas arenas do município, já que uma análise desse tipo exigiria outras ferramentas metodológicas, como o estudo de casos, a etnografia e a análise institucional. De acordo com a percepção expressa pelos comunitários, sete das trinta e uma comunidade de pesca artesanal da Baía de Ilha Grande possuem uma organização comunitária enfraquecida ou cujas associações encontram-se insuladas, apartadas de sua base: quatro em Paraty (Pouso da Cajaíba, Praia do Sono, Praia Grande e Tarituba) e três em Angra dos Reis (Bananal, Ponta Leste e Provetá).

Já as comunidades quilombolas organizam-se territorialmente em função do empoderamento comunitário incentivado pela legislação pertinente. Com efeito, o Decreto Federal nº 4.887/03 estabeleceu procedimentos legais e administrativos para a garantia dos territórios quilombolas. A titulação, regulamentada pelo Incra, prevê que as comunidades detenham a posse comunal e indivisível das terras e que, para tanto, devem ser representadas por associações próprias legalmente constituídas. Na Baía de Ilha Grande, a

percepção dos comunitários das três comunidades quilombolas diagnosticadas é que duas delas possuem associações fortes e representativas (Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty, e Quilombo Santa Rita do Bracuhy, em Angra dos Reis) e uma, o Quilombo do Cabral, tem atualmente a sua organização comunitária enfraquecida.

Finalmente, no que diz respeito à organização comunitária dos produtores rurais caiçaras do Parque Mambucaba, a percepção dos participantes do processo de diagnóstico é a de que a Associação dos Produtores Rurais do Vale de Mambucaba (APRVM) é uma entidade representativa do grupo. Contudo, tal subgrupo relatou a dependência que possuem de atravessadores para escoar seus produtos. Disseram que preferiam vender para a merenda escolar (Lei. 11.947/09), mas não estão suficientemente organizados politicamente e capacitados econômica e tecnicamente para obter a documentação necessária para tanto.

Por fim, deve-se salientar a existência de uma iniciativa regional de caráter autônomo, o Fórum das Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Criado em julho de 2007, o Fórum é um movimento de base comunitária cujo objetivo é constituir-se como um espaço de articulação, de fortalecimento e de troca de experiências das comunidades tradicionais da região norte do estado de São Paulo e da região sul do Estado do Rio de Janeiro. Sua função é fomentar a articulação em rede dessas comunidades, para que possam debater questões comuns relacionadas ao território, à pesca, à agricultura, ao turismo, à agroecologia, ao mercado solidário e ao turismo, entre outros temas.

O Fórum foi um dos responsáveis pela articulação do “I Encontro de Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico da Bocaina”, realizado em 2008, cujos resultados serão tratados sinteticamente no item IV.4 - Gestão ambiental do território. Entre as trinta e cinco comunidades que compuseram o Diagnóstico Participativo do PEA-Rio, onze fazem parte dessa organização: quatro de Angra dos Reis (Aventureiro, Praia da Longa, Praia

Vermelha e Quilombo do Bracuhy,) e sete de Paraty (Quilombo do Campinho da Independência, Quilombo do Cabral, Trindade, Ilha do Araújo, Praia do Sono, Pouso da Cajaíba e Ponta Negra).

Sendo assim, conclui-se que, na Baía de Ilha Grande, convivem formas de organização política e comunitária de naturezas diversas, com graus diferentes de institucionalização e de representatividade. Atentar para o empoderamento das comunidades que possuem organização fraca, inoperante ou inexistente apresenta-se como uma via extremamente relevante para futuros projetos a serem desenvolvidos no âmbito do PEA-Rio.

### **IV.3 CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL**

A pesca artesanal é um dos traços ancestrais da cultura caiçara. Esta identidade é aplicada às comunidades tradicionais que habitam o litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Originado no vocábulo tupi-guarani *caá-içara* (homem do mar), o termo traz consigo algumas disputas em torno de suas propriedades definidoras. O homem do litoral é visto pelos autores pioneiros da socioantropologia caiçara como lavrador-pescador, enquanto os estudos mais recentes enfatizam a atividade da pesca como a matriz constituinte da cultura caiçara<sup>24</sup>.

A tipologia social pescador-lavrador congrega as atividades de agricultura e pesca – ambas voltadas à subsistência<sup>25</sup>. Uma forma de ocupação comum do litoral paulista foi a que combinou a atividade agrícola nos ‘sertões’ – faixa de terra localizada entre a orla e as encostas da Serra do Mar – e a exploração dos recursos marinhos (pesca e extração de caranguejos, siris e moluscos). *“No caso dos pescadores-lavradores, a agricultura é sua principal fonte de subsistência e a pesca constitui uma atividade ocasional, geralmente restrita a períodos de safra (tainha, por exemplo). (...) A pesca está inserida nas atividades predominantemente agrícolas, base de organização social e subsistência destes pescadores. O calendário de atividades é regido principalmente pela agricultura e o mundo de valores da comunidade é*

<sup>24</sup> Referências sobre tal definição em DIEGUES (2003:09) e ADAMS (2000:104-105 e 122-123).

<sup>25</sup> A atividade econômica orientada para o autoconsumo não exclui a produção de um excedente. Quando esse excedente é comercializado, o equivalente-dinheiro é utilizado para compra de outros gêneros alimentícios (óleo, sal, etc), não se rompendo o ciclo do autoconsumo.

*marcado pelo trato da terra”* (ADAMS, 2000, p. 125). Segundo MOURÃO (*apud* HANAZAKI, 2007, p.51), os caiçaras que se enquadram na categoria pescadores-lavradores são os que apresentam formas de cooperação mais sólidas, porquanto a atividade agrícola favorece trabalhos comunitários como os mutirões e pjuvas<sup>26</sup>.

A literatura socioantropológica que privilegia a pesca como atividade definidora da condição caiçara não exclui, contudo, a atividade agrícola do rol de práticas integrantes do complexo cultural caiçara. Neste campo de interpretação, a agricultura assume o caráter de atividade acessória dos caiçaras, definidos como pescadores porque detêm o domínio das técnicas de pesca e manejam com eficiência o ecossistema marítimo. Aqui, a venda do pescado é o objetivo da atividade da pesca, ainda que em pequena escala e de maneira artesanal.

*“No caso dos pescadores artesanais (...) a pesca deixa de ser uma atividade suplementar e converte-se na principal fonte de renda e produção de bens destinados à venda. O grupo doméstico deixa de ser a base das unidades de produção e cooperação. A divisão social do trabalho é baseada na especialização das tarefas de pesca. Nesse caso, o pescador passa a utilizar o barco motorizado, que lhe permite explorar ambientes mais amplos e distantes da costa (...). A venda do produto é feita para um atravessador ou diretamente para empresas de pesca e a produção de um excedente. Mesmo que pouco e casual, é utilizada na modernização dos instrumentos de trabalho. Nesse estágio o pescador artesanal passa a viver exclusiva ou quase que exclusivamente da pesca. Os pescadores artesanais possuem sua prática econômica, social e simbólica ligada ao oceano”* (ADAMS, op. cit. p. 126).

Esta duplicidade conceitual da população caiçara identificada na produção científica sobre o tema – ênfase na atividade agrícola ou na pesca –

---

<sup>26</sup> Mutirão é uma forma de trabalho comunitário em que um membro necessitado de uma dada comunidade solicita a ajuda de seus vizinhos para algum tipo de tarefa e oferece a eles, em contrapartida, festejos e alimentação. A *pjuva* é um mutirão de curta duração (menos que um dia de trabalho) em que o proponente se desobriga de contrapartidas faustosas.

revela que tais comunidades não são homogêneas e seus traços característicos variam de acordo com a localização, com o histórico de ocupação da área e, sobretudo, das dinâmicas econômicas a que são submetidas. Os estudos de caso efetuados permitem apenas generalizar a cultura caiçara como um conjunto de conhecimentos e práticas profundamente integradas com a natureza, sejam eles centralmente norteados pelos ciclos de plantio ou de pesca<sup>27</sup>.

Tal condição dual do pescador é corroborada no Relatório do Diagnóstico Socioambiental das Comunidades de Pescadores Artesanais da Baía de Ilha Grande (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009). Se no passado a agricultura era a atividade complementar por excelência dos pescadores, hoje em dia são as atividades relacionadas ao turismo que ocupam tal papel: *“Atualmente, atividades relacionadas direta ou indiretamente ao turismo são mais relevantes. Além disso, o crescimento das cidades incorporando parte das vilas também faz com que diversas profissões hoje exercidas sejam os empregos normalmente tidos como empregos urbanos ou relacionados ao funcionalismo público. Este último ponto é especialmente claro para Angra dos Reis, a maior zona urbana entre as áreas amostradas, e onde o turismo também não é importante para os pescadores artesanais. Esta também é a região onde o número de pescadores que dependem integralmente da pesca é menor (19%), o que sugere que mais do que diversificação, há um abandono gradual da pesca. Embora similares, pequenas distinções separam as três regiões. Paraty destaca-se por uma pesca artesanal aparentemente mais intensa, onde há maior dependência dos pescadores nesta atividade e conta ainda com algumas comunidades bastante isoladas (comunidades da Cajaíba, Sono, Ponta Negra, Ilha do Algodão, Ponta Grossa, além da não estudada Joatinga) onde a pesca é fundamental. O turismo é bastante importante, 27% dos pescadores entrevistados têm alguma forma de fonte de renda relacionada a ele, mesmo nas comunidades mais isoladas. Angra dos Reis somente tem comunidades urbanas, o que se reflete na escolaridade mais alta e tipos de emprego mais relacionados a ambientes urbanos. A pesca é menos relevante e*

---

<sup>27</sup> Ver SILVA, MENDES & OLIVEIRA (2006: 08).

*o turismo que ocorre no município não conta com a participação de pescadores artesanais. Ilha Grande, embora pertencente a Angra dos Reis, tem uma dinâmica totalmente própria, com a pesca e o turismo co-ocorrendo, mas normalmente praticada por grupos diferentes. Apenas 11% dos pescadores também dependem do turismo, os demais parecem ter simplesmente abandonado a pesca em favor do trabalho como barqueiros, guias e caseiros” (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, op.cit. pp.11-12).*

Tais resultados fazem eco à pesquisa anteriormente efetuada por Begossi na região da Baía de Ilha Grande. Os resultados da pesquisa dessa autora indicam que apenas parte da população de pescadores dependia exclusivamente da pesca - no caso da Ilha Grande, 32,8%, e no caso dos pescadores da área continental de Angra dos Reis, apenas 19,4% (BEGOSSI, 1996). Begossi considera que, historicamente, houve um processo de retraimento histórico do número de comunidades de pesca artesanal no município. Especificamente na Ilha Grande, essa retração foi fruto de dois processos independentes: ou as comunidades se especializaram na pesca comercial ou abandonaram a pesca artesanal em decorrência do investimento no setor do turismo. Aquelas comunidades que permaneceram devotadas principalmente à pesca artesanal continuaram produtivas, embora enfrentando os obstáculos da competição com as atividades de turismo. Já no tocante a Paraty, a proporção de pescadores que dependentes exclusivamente da pesca é maior: 37,2%. A autora considera que o processo de retraimento histórico do número de comunidades de pesca artesanal no município foi uma decorrência do investimento no setor do turismo (BEGOSSI, 1996).

Os dados primários obtidos pelo Diagnóstico Participativo do PEA-Rio também indicaram a tendência à integração das comunidades de pesca artesanal e da comunidade quilombola ao turismo. Nesse sentido, também indicaram, diferentemente dos resultados encontrados em 2009 pelo Instituto Bioatlântica, que a co-ocorrência da pesca e do turismo tende a se alinhar nos mesmos grupos sociais/comunitários, e não mais em grupos diferentes. No

caso de Angra dos Reis, o turismo é uma atividade econômica importante em doze das vinte comunidades que participaram do processo de diagnóstico. Em algumas das comunidades da Ilha Grande (Aventureiro, Bananal, Enseada das Estrelas/Saco do Céu, Enseada das Palmas e Provetá) e do continente (Ponta Leste, Vila Velha e Monsuaba) é uma atividade que disputa importância, em termos de empregabilidade entre os comunitários, com a pesca artesanal. Em outras comunidades (Enseada do Abraão, Japariz e Matariz, Quilombo de Santa Rita do Bracuhy) é a principal atividade econômica, tendo suplantando historicamente a pesca artesanal ou a agricultura. Em Paraty o quadro é ainda mais claro: o turismo está presente em catorze das quinze comunidades, pois apenas o Quilombo do Cabral não identificou esse setor como uma de suas principais atividades econômicas.

O Diagnóstico Participativo realizado deixou patente que em Paraty a pesca persiste ativamente como atividade principal, por exemplo, em Tarituba, Trindade, Ponta Negra, Ilha do Algodão e Praia do Sono. Na área continental de Angra, a pesca é incipiente e o retorno médio obtido é baixo, o que pode ser efeito da degradação ambiental. Já na Ilha Grande, há lugares em que a pesca artesanal foi deixada de lado em prol da pesca comercial, outros em que coexiste com as atividades relacionadas ao turismo e ainda outros em que ela foi substituída pelas atividades relacionadas ao turismo – caso, por exemplo, da Enseada do Abraão.

De acordo com Censo realizado pelo Instituto de Pesca (2010), a grande maioria dos pescadores de Angra dos Reis possui entre 30 e 60 anos (85%), é casada (82%) e possui ensino fundamental incompleto (82%), enquanto que em Paraty 74% possuem entre 30 e 60 anos, 72,8% são casados ou amasiados (32%) e 75% possuem ensino fundamental incompleto. Tanto em um município como em outro a renda mensal declarada proveniente da atividade varia predominantemente na faixa entre um e três salários mínimos (70,4% dos pescadores de Paraty e 92,3% dos pescadores de Angra dos Reis) (INSTITUTO DE PESCA, 2010). Nota-se que a atividade é desenvolvida predominantemente por homens adultos, contando com uma participação marginal das mulheres e dos jovens. Essa configuração foi corroborada pelo processo de Diagnóstico Participativo. Nele foi possível identificar que a

participação das mulheres é subsidiária e complementar na cadeia produtiva. Na Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, por exemplo, o trabalho das mulheres consiste em descascar o camarão pescado pelos homens para agregar valor ao produto final. Os pescadores artesanais da Baía de Ilha Grande indicaram que há uma tendência dos jovens a abandonar a atividade para buscar inserção em setores mais rentáveis, como o turismo, o comércio e o setor de serviços em geral.

Deve-se notar que a região composta pelas águas interiores da Baía de Ilha Grande favorece a atividade da frota artesanal, que atua basicamente nas pescarias de cerco e arrasto para a captura de sardinhas e camarões. O arrasto é bastante difundido na Ilha Grande, por conta da dedicação de algumas comunidades à captura do camarão que visa ao abastecimento local do comércio e do turismo (INSTITUTO BIOATLÂNTICA, 2009: 27). A frota artesanal dos dois municípios caracteriza-se pela baixa autonomia, composta basicamente por canoas, botes (cabinados ou não) e barcos de arrasto que operam até a isóbata de 30 metros de profundidade ou, no máximo, 50 metros.

Essas distâncias são também limitadas pela distância em relação ao porto de origem e pelas condições precárias de armazenamento do pescado nas embarcações (PETROBRAS/ICF, 2012; PETROBRAS/MINERAL ENGENHARIA, 2014). Assim, os pescadores artesanais das comunidades diagnosticadas tendem a pescar próximo à costa continental e à porção insular da Baía de Ilha Grande, que também abriga importante circulação de embarcações vinculadas a outras atividades (pesca industrial, atividades portuárias, turismo, indústria do petróleo e gás). Sendo assim, a disputa pelo espaço marítimo com atividades econômicas concorrentes, como a indústria do petróleo e gás, a pesca industrial e o turismo, pode afetar a manutenção e a sustentabilidade da prática da pesca artesanal.

#### IV.4 GESTÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO

Como visto, as comunidades diagnosticadas não encontram condições propícias para fazer valer seu direito ao uso do território, seja da maneira como tradicionalmente o fazem, seja de modo a se inserir no desenvolvimento econômico propiciado pelo turismo e, no caso de Angra dos Reis, pela indústria. Já foram destacados os conflitos relativos tanto ao uso do espaço marítimo como ao uso do espaço terrestre na Baía de Ilha Grande que contrapõem as comunidades diagnosticadas com as atividades de turismo, pesca industrial e atividades portuárias e industriais. Cumpre no momento apresentar o cenário institucional de ordenamento desses espaços e, especificamente, os conflitos entre comunidades tradicionais e Unidades de Conservação.

No que respeita ao uso e ocupação do solo, Paraty passa por uma verdadeira reformulação de ordenamento territorial do município. Com o objetivo de criar diretrizes e condições para o reordenamento do uso e ocupação do solo, o município está revisando o seu Plano Diretor, o que se constitui como uma oportunidade para que as comunidades tradicionais possam garantir que suas reivindicações sejam atendidas. Além disso, a Secretaria Municipal de Turismo, responsável por planejar, coordenar e implantar as políticas de promoção do turismo, atualmente está conduzindo o Plano Estratégico de Turismo em Paraty. Entre os diversos programas componentes desse plano cabe destacar o "Programa de Desenvolvimento de Novos Roteiros" em algumas das comunidades que participaram do Diagnóstico do PEA-Rio (Paraty-Mirim, São Gonçalo, Tarituba, Quilombo do Campinho da Independência, Pouso da Cajaíba, Ponta Negra e Saco do Mamanguá) e o "Programa de Implantação de Infraestrutura Turística", que prevê a urbanização de áreas turísticas em Trindade e Paraty-Mirim. A participação qualificada das comunidades tradicionais nesses programas é condição indispensável para que possam fazer frente, de maneira autônoma, a decisões sobre o uso e ocupação de seus territórios e a respeito da exploração local da atividade turística.

Angra dos Reis possui um Plano Diretor, a Lei Municipal nº 1.780, de 08 de fevereiro de 2007, e de um Código Ambiental de Angra dos Reis 9 Lei nº 1.965, de 24 de junho de 2008). Recentemente, também publicou o Decreto Municipal nº 8.798, de 17 de maio de 2013, que instituiu os procedimentos do licenciamento urbanístico e ambiental do município. No que se refere ao espaço marítimo, encontra-se em processo de consolidação a Lei de Plano de Gerenciamento Costeiro Municipal de Angra dos Reis.

Em ambos os municípios assinala-se a necessidade de articulação de um ordenamento pesqueiro que integre os diversos atores em conflito como interlocutores relevantes na discussão. Nos planos federal e estadual, é de especial relevância destacar como importante marco normativo e instrumento de referência o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988. De acordo com informações atuais obtidas no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA), este marco legal original teve a sua segunda edição aprovada em 1997 (PNGC II). O Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, regulamentou o PNGC, estabeleceu os critérios para a gestão da orla marítima e definiu regras para de uso e ocupação da zona costeira.

Segundo o texto desse decreto, os instrumentos utilizados para a gestão da zona costeira brasileira, a serem empregados de forma articulada e integrada, são: PNGC, o Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF-ZC), os Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro (PEGC), os Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro (PMGC), o Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO), o Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA), o Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira (RQA-ZC) e o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC).

No nível federal, o PAF-ZC, criado pela resolução CIRM nº 5/98, foi revisado pela CIRM nº 7/05. Pretendendo respeitar e incentivar a ampliação das capacidades institucionais já instaladas em cada um dos níveis de governo, o PAF-ZC estabelece apenas as linhas de ação e projetos correlatos

para a esfera federal. Foi construído sob três eixos: 1. Ordenamento territorial ambiental, com o projeto "Instrumentalização dos três níveis de governo para o ordenamento ambiental territorial da zona costeira"; 2. Conservação e proteção do patrimônio natural e cultural, com o projeto "Estratégia para Reserva de Áreas para a Proteção Ambiental Sustentável da Zona Costeira e Marinha" e; 3. Controle e Monitoramento, com três projetos: "Sistema Nacional de Monitoramento da Zona Costeira", "Agenda Ambiental Portuária" e "Fiscalização Integrada da Zona Costeira". É o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro - Gi-Gerco, que tem como função promover a articulação dessas ações federais incidentes na zona costeira (GI-GERCO, 2005).

O PNGC, como política e o PAF-ZC, como plano federal, compartilham um diagnóstico estruturado em quatro aspectos: a. ausência de políticas devotadas ao ordenamento do uso e ocupação do solo e para o uso sustentável de recursos naturais da zona costeira; b. falta de articulação entre as ações de planejamento econômico e de proteção ambiental desenvolvidas nas zonas costeiras; c. existência de conflitos entre os planejamentos setoriais de órgãos e instância governamentais de atuação e; d. necessidade de adoção de compatibilidade entre as ações dos níveis municipal, estadual e federal.

O que anima a política pública em foco é seu caráter federativo e participativo, definindo os instrumentos a serem manejados por cada nível de governo, de forma a originar uma gestão integrada do território costeiro.

A Lei estadual no 1.204/87 Criou o Comitê de Defesa do Litoral (CODEL), organização carioca com o objetivo de implementar, em conjunto com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC).

No caso do estado do Rio de Janeiro, o ZEEC encontra-se em fase de elaboração pelo Consórcio Cobrape-Oikos. Segundo as "Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil", publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente em 2006, o ZEEC deve ser elaborado em quatro fases: planejamento, diagnóstico, prognóstico e subsídios à implementação: "As duas primeiras já foram concluídas, cabendo ao consórcio

desenvolver as outras duas” (Cobrape – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos, 2014).

As dez bacias hidrográficas do Rio de Janeiro, estabelecidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos por meio da Resolução nº 18, de 2006, foram definidas como unidades de planejamento ambiental e serão utilizadas inicialmente como zonas ecológico-econômicas. O trabalho efetuado pelo consórcio envolverá a análise de cada zona, considerando-se suas características ambientais, sociais, econômicas e culturais, e com atenção especial aos impactos resultantes da ação humana e à capacidade de suporte ao meio ambiente. O objetivo disso é, com base nesse estudo, propor diretrizes específicas para cada zona, estabelecendo, inclusive, ações de mitigação de efeitos indesejados. Outro objetivo do ZEEC é fornecer subsídios técnicos para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento segundo os critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e ambiental (Cobrape – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos, 2014).

As discussões sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC), os Planos Diretores, o Plano Estratégico de Turismo e os Planos de Manejo das Unidades de Conservação da região constituem oportunidades para que as comunidades tradicionais possam inserir sua perspectiva de maneira autônoma e eficaz. Para tanto, as comunidades necessitam encontrar canais adequados para que a formulação de suas demandas e interesses seja absorvida pelas arenas deliberativas existentes e sejam incorporadas ao regramento espacial local.

Contudo, o Diagnóstico Participativo do PEA-Rio identificou que as comunidades participantes encontram-se, na maior parte das vezes, apartadas das arenas de gerenciamento territorial ou do espaço marítimo. Em geral, os grupos sociais/comunitários diagnosticados não conhecem em profundidade os instrumentos de gestão territorial, os limites e possibilidades das arenas de participação ou os projetos citados. Avaliam negativamente e com distanciamento crítico a atuação do poder público no ordenamento territorial do

município. Nesse sentido, uma ação potencial de um futuro Programa de Educação Ambiental é o mapeamento das arenas de interferência política existentes ou passíveis de construção e no conhecimento do ordenamento burocrático-jurídico do campo ambiental (ver ABIRACHED, 2011).

No que tange às relações entre Unidades de Conservação e comunidades tradicionais, deve-se assinalar que a Baía de Ilha Grande possui áreas territoriais bastante extensas salvaguardadas por onze Unidades de Conservação, sejam elas de uso sustentável ou de proteção integral. Em Paraty existem duas Áreas de Proteção Ambiental: a APA de Cairuçu e APA da Baía de Paraty. Além disso, existe também a Reserva Ecológica Estadual da Joatinga (REJ) e a Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim. Angra dos Reis conta com dois parques estaduais: Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) e Parque Estadual Cunhambebe (PEC). Também possui uma Área de Proteção Ambiental (APA Estadual dos Tamoios), a Reserva Biológica da Praia do Sul (ReBio Praia do Sul) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aventureiro (RDS Aventureiro). O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) e a Estação Ecológica de Tamoios (ESEC Tamoios) recobrem ambos os territórios de ambos os municípios.

Do ponto de vista regional, há que se destacar ainda a presença do Mosaico Bocaina, criado pela Portaria MMA n° 349/06. Conforme o "Relatório Técnico do Progresso para o Centro de Conservação da Biodiversidade (CBC-Brasil), produzido para o Projeto "Fortalecimento do Mosaico Bocaina: estruturação, comunicação e levantamento de práticas sustentáveis no território do mosaico", seu território *"abrange nove municípios dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, uma área inserida no Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar, no Rio de Janeiro engloba Angra dos Reis e Paraty e em São Paulo engloba Ubatuba, Cunha, São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra, São José do Barreiro, Areias e Banana"* (CONSELHO DO MOSAICO BOCAINA/CAMINHOS DO CUNHA, 2010: 4). Entre as Unidades de Conservação incluídas nesse território, cabe destacar que se situam nove das onze que recobrem o território de Angra dos Reis e Paraty, a saber: ESEC Tamoios, PNSB, APA Cairuçu, APA Tamoios, PEC, PEIG, ReBio Praia do Sul, RDS Aventureiro e REJ.

Grande parte dos grupos sociais/comunitários da Baía de Ilha Grande que participaram do diagnóstico do PEA-Rio está localizada nas proximidades ou teve os limites dessas unidades sobrepostos aos seus territórios, conforme mostra o ANEXO II.7.

O mapa ilustra a situação de uma perspectiva regional. Os problemas e conflitos derivados da coexistência com diversas Unidades de Conservação foram apontados como fatores de pressão sobre a segurança territorial e manutenção de modo de vida tradicional por comunidades de Paraty e de Angra dos Reis. O mapa também indica que os conflitos entre os grupos sociais/comunitários e as Unidades de Conservação da região concentram-se principalmente no município de Paraty.

O **Quadro IV.4-1** formaliza a ocorrência ou não de conflitos entre comunidades tradicionais e Unidades de Conservação na Baía de Ilha Grande:

**Quadro IV.4-1 – Relações conflituosas entre grupos sociais/comunitários e Unidades de Conservação, 2013**

Grupo social/Unidade de Conservação	ESEC Tamoios	PNSB	APA Cairuçu	RESEC Joatinga	PEIG
Enseada do Abraão					
Praia da Longa					
Parque Mambucaba/Vila Histórica de Mambucaba (subgrupo de pescadores artesanais)					
Parque Mambucaba (subgrupo de produtores rurais caiçaras)					
Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty					
Ilha do Algodão					
Ilha do Araújo					
Paraty-Mirim					
Ponta Grossa					
Ponta Negra					
Pouso da Cajaíba					
Praia do Sono					
Praia Grande					
Saco do Mamanguá					
São Gonçalo					
Tarituba					
Trindade					

Cabe reiterar que dois posicionamentos das comunidades tradicionais sintetizam, no âmbito do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio, as propostas para o encaminhamento de soluções para os conflitos por parte das

comunidades tradicionais. O primeiro é a reivindicação por recategorização de algumas das Unidades de Conservação. O segundo é a gestão democrática e participativa, inclusive pela via de acordos expressos nos planos de manejo. Nos dois casos, está em jogo a possibilidade das comunidades tradicionais atuarem no planejamento e no atendimento de demandas e necessidades de manutenção de seu modo de vida. Como afirma o "Relatório Técnico do Progresso para o Centro de Conservação da Biodiversidade (CBC-Brasil)":

"Os pescadores concordam com medidas de conservação dos estoques pesqueiros, e isso é natural já que dependem desses para sua sobrevivência e de suas famílias, porém acreditam que as leis devem ser embasadas não só em estudos científicos, mas que esses sejam aliados a estudos de manejo pelas comunidades que praticam a pesca artesanal, para que as mesmas possam participar dos processos de gestão do território onde vivem e de onde retiram seu sustento" (CONSELHO DO MOSAICO BOCAINA/CAMINHOS DO CUNHA, 2010: 54).

O relatório do I Encontro de Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico Bocaina, realizado em 2008, apresenta algumas propostas formuladas pelas comunidades para que os conflitos possam ser administrados:

"promover encontros sobre a legislação e valorização do conhecimento tradicional no âmbito do Mosaico da Bocaina", "apoio jurídico da Promotoria Pública para enfrentar conflitos", "participação das comunidades tradicionais na elaboração de critérios de reconhecimento dos territórios para usufruto delas", "estabelecer termos de compromisso com as CT para uso dos recursos naturais nas UC de proteção integral" e "explicitar formas de manejo das comunidades tradicionais, realizar estudos e construir regras para uso dos recursos naturais" (CORTINES, 2008: 27).

A possibilidade de representação direta nos Conselhos Consultivos é vista pelas comunidades tradicionais como um aspecto positivo na construção da relação com as Unidades de Conservação. O Quadro IV.4-2 sintetiza os dados sobre a representação direta das comunidades nos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação em que incidem conflitos.

**Quadro IV.4-2 – Representação direta dos grupos sociais/comunitários que relataram conflitos com as Unidades de Conservação nos seus Conselhos Consultivos em 2013**

Grupo social/Unidade de Conservação	ESEC Tamoios	PNS B	APA Cairuçu	RESEC Joatinga	PEIG
Enseada do Abraão					
Praia da Longa					
Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba (subgrupo de pescadores artesanais)					
Parque Mambucaba (subgrupo de produtores rurais caiçaras)					
Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty					
Ilha do Algodão					
Ilha do Araújo					
Paraty-Mirim					
Ponta Grossa					
Ponta Negra					
Pouso da Cajaíba					
Praia do Sono					
Praia Grande					
Saco do Mamanguá					
São Gonçalo					
Tarituba					
Trindade					

Observa-se que são poucas as comunidades que têm assento nos Conselhos Consultivos. A título de ilustração, pode-se considerar o caso da ESEC Tamoios: embora oito comunidades tenham relatado conflitos com a Unidade de Conservação, apenas três têm representação em seu conselho.

Nesse sentido, do ponto de vista regional, a iniciativa do Mosaico Bocaina, objetivando a gestão integrada, surge como uma potencialidade bastante significativa, já que pode abrir caminho para a elaboração de propostas e soluções conjuntas para problemas e conflitos que são também similares entre as Unidades de Conservação. Contudo, as comunidades tradicionais têm uma representação bastante limitada em seu Conselho Consultivo, restrita a um assento (com respectivo suplente) para comunidades caiçaras e caipiras, um assento para comunidades agrossilvopastoris, um assento para comunidades quilombolas e um assento para comunidades

índigenas. A título de comparação, o regimento do Mosaico Bocaina reserva três assentos para entidades do setor turístico/cultural, um para o Conselho Consultivo de cada Unidade de Conservação e oito assentos para representação governamental, além de assentos para todos os gestores das Unidades de Conservação<sup>28</sup>.

A composição dos Conselhos Consultivos de cada Unidade de Conservação e do Mosaico Bocaina parece pressupor a existência de uma articulação entre as organizações políticas e representativas das comunidades tradicionais. Apesar desta não ser uma realidade na Baía de Ilha Grande, os poucos assentos da sociedade civil organizada no Mosaico Bocaina poderiam dar voz a posicionamentos gerais.

A fragilidade dessa articulação intercomunitária não foi detectada somente pelo Diagnóstico Participativo do PEA-Rio. No I Encontro de Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico Bocaina, as comunidades tradicionais participantes indicaram a necessidade de atuação conjunta para resolver seus problemas de maneira articulada. Entre as diversas propostas para suprir essa demanda foram listadas o fortalecimento das organizações de base (associações, igreja, escola), a capacitação de lideranças dentro da comunidade, a colaboração e aproximação entre diretorias de associações e moradores e o reforço e valorização do Fórum das Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (CORTINES, 2008).

A abertura para o diálogo, manifestada pelo gestor das unidades federais de Paraty, foi também reconhecida pelas comunidades tradicionais durante o I Encontro de Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico Bocaina, realizado em 2008 (CORTINES, 2008). Entretanto, ao que tudo indica, a existência de canais formais e institucionalizados para esse diálogo ainda carece de sedimentação. O Plano de Comunicação do projeto "Fortalecimento do Mosaico Bocaina: estruturação, comunicação e

<sup>28</sup> <http://www.mosaicobocaina.org.br/mosaico-bocaina/regimento-interno>.

levantamento de práticas sustentáveis no território do mosaico", não prevê um canal adequado para a institucionalização da relação entre comunidades tradicionais e Unidades de Conservação. É bastante limitado nesse ponto, pois apenas estabelece a criação, manutenção e monitoramento de peças de informação veiculadas por meio de sítio eletrônico (CONSELHO DO MOSAICO BOCAINA/CAMINHOS DO CUNHA, 2010).

Em que pese a realização de projetos regionais que envolvem as comunidades, a exemplo da iniciativa do "Acordo de manejo de produtos florestais estabelecido entre o Quilombo do Campinho da Independência e a APA Cairuçu" visando a normalização da atividade extrativista dessa comunidade (cf. CONSELHO DO MOSAICO BOCAINA/CAMINHOS DO CUNHA, 2010), verifica-se a ausência de canal de um canal de comunicação aberto e institucionalizado com as comunidades tradicionais. Da mesma forma, não há um fórum adequado para gerir o relacionamento entre Unidades de Conservação e comunidades tradicionais, visando encaminhar as propostas de resolução de conflitos.

Em resumo, o desconhecimento das comunidades diagnosticadas a respeito da legislação de referência para a gestão ambiental, seja aquela relacionada às Unidades de Conservação, seja aquela relativa aos processos de licenciamento e de gestão territorial dos espaços marítimos e terrestres, permanece como um obstáculo inicial a ser superado. Essa superação deve caminhar paralelamente ao mapeamento de arenas de interação política e ao fortalecimento comunitário visando o empoderamento das comunidades para essa intervenção.

#### **IV.5 INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS CORRELATAS**

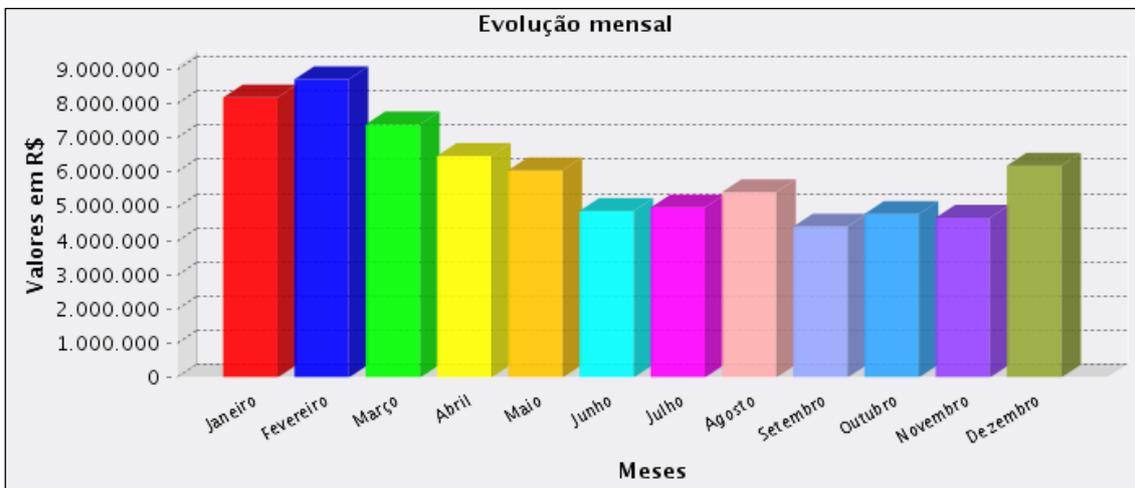
Muito embora existam diversas mediações institucionais e políticas a determinar a resolução dos problemas de infraestrutura na Baía da Ilha Grande, a oferta e a qualidade dos serviços públicos possui, nesses municípios, uma potencial interface significativa com a problemática do uso e do controle social dos *royalties*.

Os *royalties* são uma forma de pagamento de direitos. No caso brasileiro, os *royalties* do petróleo são compensação financeira devida a União

pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. É uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não renováveis. Este pagamento é feito mensalmente e sua distribuição é definida por regras da ANP (BARBOSA, 200, p.12).

De acordo com o "Atlas da Distribuição dos Royalties no Estado do Rio de Janeiro" (2012), ambos os municípios sob análise compõem Zona Principal. Angra dos Reis é classificado como 'município afetado por instalações/Zona de Influência', enquanto que Paraty é categorizado como "município confrontante/Zona de Influência" (ATLAS DA DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012: 101-102). Não foram localizados estudos sobre impacto/dependência ou de análise de casos sobre a aplicação dos royalties nesses municípios. No entanto, o volume de transferência de royalties no ano de 2013 por município foi de fácil localização, e é apresentado a seguir:

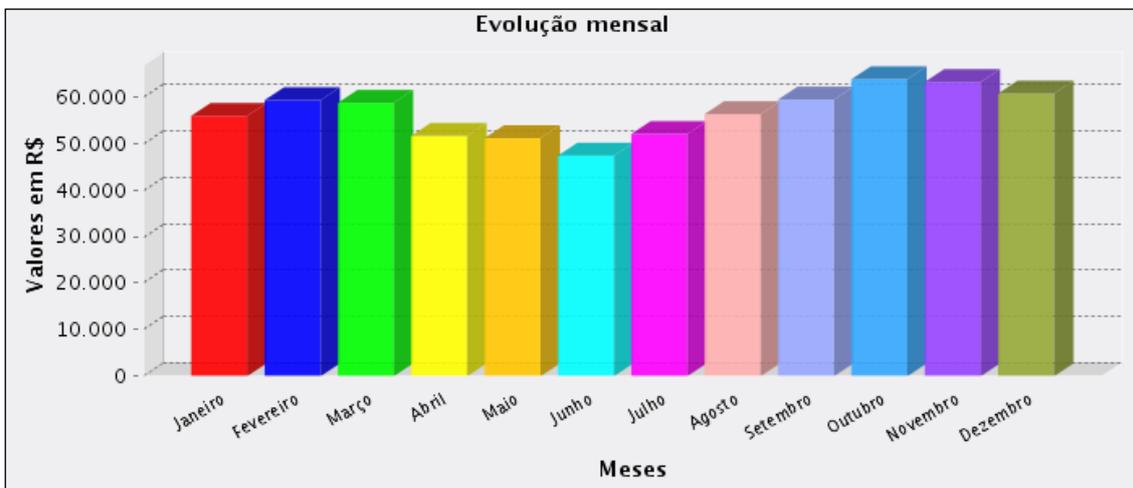
**Gráfico IV.5-1 – ANGRA DOS REIS - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48) – jan-dez/2013**



Janeiro	8.183.701,39	Abril	6.474.058,24	Julho	4.968.095,28	Outubro	4.774.926,78
Fevereiro	8.713.192,60	Maio	6.055.744,79	Agosto	5.413.697,48	Novembro	4.673.369,14
Março	7.394.693,78	Junho	4.866.183,55	Setembro	4.413.100,67	Dezembro	6.187.221,86

Fonte: Portal Transparência

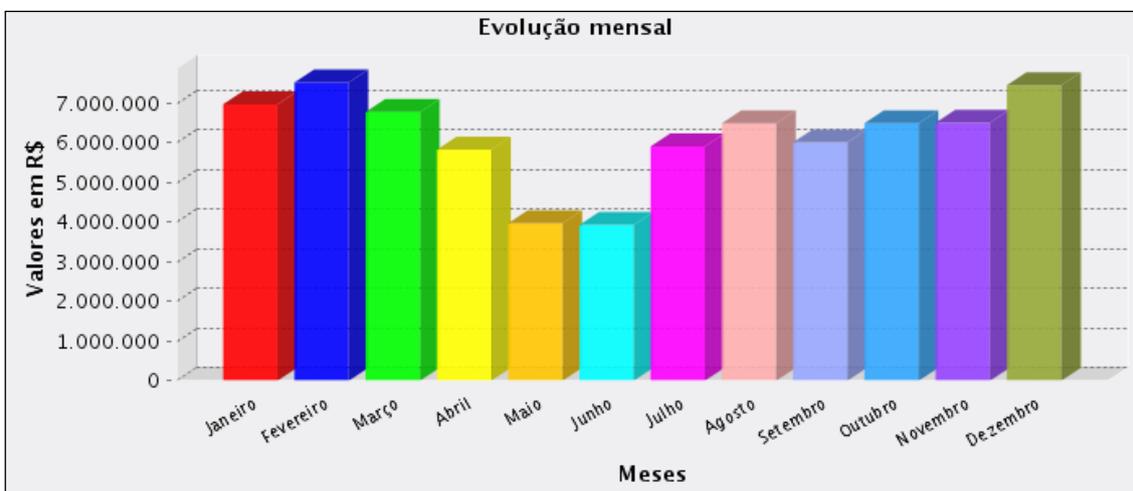
**Gráfico IV.5-2 – ANGRA DOS REIS - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º) – jan-dez 2013**



Janeiro	55.866,95	Abril	51.578,37	Julho	51.962,04	Outubro	63.730,99
Fevereiro	59.229,92	Mai	51.090,85	Agosto	56.274,35	Novembro	63.145,99
Março	58.675,02	Junho	47.350,68	Setembro	59.361,97	Dezembro	60.668,64

Fonte: Portal Transparência

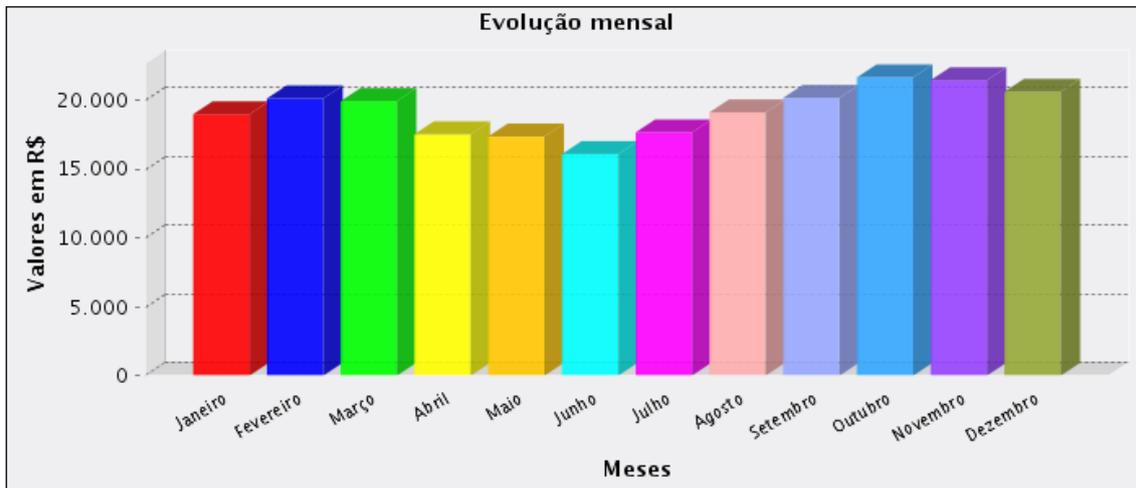
**Gráfico IV.5-3 – PARATY - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48) – jan-dez/2013**



Janeiro	6.968.371,74	Abril	5.822.334,41	Julho	5.908.282,98	Outubro	6.486.003,45
Fevereiro	7.516.816,51	Mai	3.968.275,94	Agosto	6.487.093,58	Novembro	6.501.417,99
Março	6.772.456,53	Junho	3.925.794,07	Setembro	6.009.984,94	Dezembro	7.444.160,50

Fonte: Portal Transparência

**Gráfico IV.5-4 – PARATY - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º) – jan-dez 2013 (Fonte: Portal Transparência)**



Janeiro	18.967,49	Abril	17.511,46	Julho	17.641,73	Outubro	20.154,09
Fevereiro	20.109,26	Mai	17.345,95	Agosto	19.105,81	Novembro	21.637,43
Março	19.920,86	Junho	16.076,11	Setembro	20.154,09	Dezembro	21.438,81

Fonte: Portal Transparência

Apesar de não ser possível consultar documentos e estudos específicos que demonstrem a relação de dependência dos municípios ora em tela com relação aos royalties, o relatório final do estudo “Royalties do Petróleo e Desenvolvimento Municipal” (MACROPLAN, 2012) permite algumas considerações sobre os municípios de Angra dos Reis e Paraty. Embora o estudo apresente resultados em *clusters* e não por municípios separados, aponta questões sobre a dependência e aplicação dos royalties. Em Paraty, por exemplo, os royalties representaram mais de um terço da Receita Corrente Líquida em 2009/2010 (op.cit. p.16)<sup>29</sup>. Já Angra dos Reis é apontada como um

<sup>29</sup> O comprometimento da RCL de Paraty em relação aos royalties pode ser corroborado pela seguinte notícia extraída de publicação jornalística da região: “A queda de produção em um dos poços que confrontam com a costa de Paraty fez com que a prefeitura tivesse uma perda superior a 40% em sua receita de royalties do petróleo, que caiu de uma média de R\$ 7 milhões mensais para R\$ 3,9 milhões no pagamento referente ao mês de maio. Os royalties representam quase a metade da receita da prefeitura, o que faz com que a perda - em relação ao orçamento do município - chegue perto dos 20%. De acordo com o secretário municipal de Finanças de Paraty, Leônidas Santana da Silva, a situação pode ficar ainda pior nos próximos meses. ‘- A produção do poço que provocou essa queda na arrecadação deve melhorar, mas provavelmente não voltará aos mesmos níveis anteriores. E, para piorar, o terminal de embarque de petróleo existente em Angra dos Reis deve ficar parado por cerca de três meses. Isso vai afetar mais ainda a nossa receita, porque parte importante dos royalties recebidos por Paraty se deve à

dos sete municípios (do total de 25 estudados) que teriam condições de arcar com suas despesas fixas no biênio 2009-2010 ainda que não recebesse qualquer transferência de royalties (op.cit. p.13).

Um ponto de destaque indicado nesse Diagnóstico Participativo é o desconhecimento das comunidades quanto à aplicação dos royalties em seus municípios. Em Angra dos Reis, apenas a comunidade da Praia Vermelha deu ênfase a essa questão. Da mesma forma, em Paraty apenas para os comunitários de Ilha do Araújo, Ponta Grossa e Pouso da Cajaíba a discussão sobre o direcionamento dos royalties da produção de petróleo para os pescadores artesanais foi considerada uma oportunidade importante para o desenvolvimento local. Eles defenderam que existe a necessidade de direcionamento de uma porcentagem dos royalties para a zona costeira da cidade, pois em Paraty os benefícios só seriam aplicados no Centro Histórico. De todo modo, não se sentem devidamente informados sobre a questão, o que é um indício a respeito das limitações de transferência de informações para a população. Assim, em geral, a própria ausência de referências sobre o tema nas demais comunidades denota o quão distante está dos comunitários o controle social dos royalties.

#### **IV.6 PERSPECTIVAS SOCIOECONÔMICAS**

As principais potencialidades apontadas pelas comunidades da baía de Ilha Grande referem-se às possibilidades de manutenção da pesca artesanal, à sua inserção autônoma no setor de turismo e à sua participação efetiva na gestão ambiental dos territórios e recursos aos quais foram sobrepostas Unidades de Conservação.

Em geral, as comunidades quilombolas e de pesca artesanal não encontram condições para fazer valer seu direito ao uso do território, seja da maneira como tradicionalmente o fazem, seja de modo a se inserir no desenvolvimento econômico propiciado pelo turismo e pelas instalações industriais. Segundo De Freitas (2014; p. 98):

---

*proximidade desse terminal com o município. Se o terminal para, nossa receita cai- afirmou Leônidas”* (Diário do Vale, 24/06/2013).

“O principal recurso territorial da Baía da Ilha Grande é a própria paisagem, que não é associado com o valor do pescado. Para fugir do modelo de produtividade em curso no sistema pesqueiro, é necessário um debate criativo sobre a associação do pescado de origem artesanal e a qualidade da paisagem vendida ao turista”.

A realização do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio deixou claro que é profundamente insuficiente o conhecimento dos pescadores artesanais de Paraty e de Angra dos Reis acerca das políticas e programas de estímulo à pesca artesanal promovidos em nível federal ou estadual. Em geral, reconhecem apenas a possibilidade de acesso a linhas de crédito governamental sem, contudo nomeá-las, a necessidade de obtenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e a solicitação de Seguro Defeso. A percepção é a de que as Colônias de Pescadores Z-17 e Z-18, a Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura de Paraty, a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura de Angra dos Reis e as associações locais de pescadores funcionam como mediadores para a obtenção desses incentivos. Contudo, outras ações e programas igualmente importantes para a manutenção da pesca artesanal poderiam ser conhecidos e acessados pelos pescadores de Paraty. A título de exemplo, podem ser citados os seguintes programas do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA): programas de fortalecimento da infraestrutura (Caminhões Frigoríficos, Fábricas de Gelo, Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel), de incentivo à comercialização (Feira do Peixe, Pescado na Alimentação Escolar) e, em geral, todos aqueles articulados no Plano Safra de Pesca e Aquicultura<sup>30</sup>.

Todavia, para a obtenção da maior parte desses incentivos e benefícios, são concebidos como permissionários os órgãos da administração pública direta ou indireta e entidades sem fins lucrativos, tais como associações, cooperativas, sindicatos ou colônias de pescadores. Essa obrigatoriedade esbarra no grau de organização comunitária dos pescadores artesanais de

<sup>30</sup> Podem ser citados ainda o Pronatec Pesca e Aquicultura, os Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR, o Programa de Qualificação e Inclusão Social de Pescadores (as), o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Trabalhadoras da Pesca e os Cursos Técnicos Integrados em Pesca e Aquicultura, entre outros. Cf. [www.mpa.gov.br](http://www.mpa.gov.br).

algumas das comunidades socioambientalmente vulneráveis de Angra dos Reis e de Paraty e em sua parca possibilidade de articulação de demandas visando a captação desses recursos e incentivos. Portanto, o acesso a esse tipo de política pública exige com antecedência o fortalecimento da organização comunitária.

Além das políticas públicas, deve-se salientar a existência de projetos que buscam atender às demandas dos pescadores artesanais. De especial interesse para as finalidades do PEA-Rio, foi desenvolvido pelo Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ). Denominado "Pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca" (PAPESCA), o projeto, iniciado em 2008, teve como objetivo a promoção da gestão compartilhada de recursos naturais. Entre seus produtos, auxiliou na articulação da Rede Solidária da Pesca, com a participação de órgãos governamentais e entidades vinculadas às comunidades de pescadores artesanais de diversos territórios, entre eles do litoral sul fluminense. Também apresentou como resultado a consolidação de diretrizes para a elaboração de um "Programa de Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas da Baía de Ilha Grande", do qual tomaram parte, entre as comunidades componentes do Diagnóstico Participativo do PEA-Rio, tanto comunidades de Angra dos Reis como de Paraty. De Angra dos Reis participaram seis grupos sociais/comunitários (Enseada das Estrelas/Saco do Céu, Araçatiba, Praia da Longa, Praia Vermelha, Provetá e Parque Mambucaba) e, de Paraty, nove comunidades de pescadores (Tarituba, São Gonçalo, Ilha do Araújo, Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty, Praia Grande, Trindade, Pouso da Cajaíba, Ponta Grossa e Saco do Mamangá).

Outros projetos de iniciativa governamental também incidem sobre a gestão ambiental dos territórios municipais, dessa vez envolvendo o turismo. O projeto "Ilha Grande Sustentável", promovido pelo INEA a partir de 2012, tem como escopo promover o ordenamento turístico da Ilha Grande. Executado pela empresa Socioambiental Consultores Associados, tem como objetivo reavaliar as regras de ocupação do espaço na Ilha Grande, definir a capacidade de carga de suas trilhas, promover a gestão sustentada das UCs e avaliar a capacidade de suporte do território. Além do INEA, a articulação para

sua realização conta com a participação da Turisangra, da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, do CONSIG e de representantes de entidades de hospedagem da Ilha Grande, além de moradores de Provetá, Bananal e Abraão.

Do ponto de vista da gestão dos recursos naturais com objetivos de manutenção da reprodução social de comunidades em patamares tradicionalmente sustentáveis, além do já citado caso do acordo de manejo entre o Quilombo do Campinho e a APA Cairuçu (cf. item IV.4. Gestão Ambiental do Território), pode-se fazer referência à necessidade de *proteção da identidade e território tradicionais por legislação específica*, manifestada pelos grupos sociais/comunitários Quilombo do Cabral e Quilombo do Campinho da Independência. Os comunitários do Quilombo do Campinho da Independência indicaram que a identidade quilombola é positiva porque garantiu a permanência dos moradores no seu território ancestral, mediante a obtenção de titularidade. Essa identidade está alicerçada em práticas como a agroecologia, o uso de plantas medicinais e a valorização e o reconhecimento da cultura étnica. Os comunitários do Quilombo do Cabral ainda não possuem a titularidade de suas terras, mas consideraram positiva e a certificação emitida pela Fundação Palmares, primeira etapa desse processo de reconhecimento.

Nesse sentido, cabe destacar a ocorrência do Projeto Agroecologia. A comunidade do Quilombo do Campinho da Independência participa desse projeto em parceria com o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), que dá o apoio técnico para o cultivo do palmito pupunha em seu território. Também deve-se destacar o Programa Brasil Quilombola, articulado pela Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, de nível federal. O programa reúne ações de diversos ministérios e órgãos federais que visam garantir a segurança territorial e alimentar das comunidades quilombolas e promover medidas de preservação e de promoção de suas manifestações culturais, gerando emprego e renda de maneira sustentável. Entre as ações

articuladas pelo programa encontram-se projetos de desenvolvimento local e agrário, Bolsa Família e regularização fundiária.

## V ANÁLISE MUNICIPAL- BAÍA DE SEPETIBA

Este item trata das especificidades dos municípios que compõem a Baía de Sepetiba, destacando os principais problemas e impactos causados pela cadeia produtiva de petróleo e gás (P&G), os impactos socioambientais não associados à referida cadeia produtiva e as principais potencialidades levantadas no Diagnóstico. Todos os resultados estão pautados pela percepção dos sujeitos prioritários que participaram do diagnóstico associada à análise de dados publicados e projetos em execução na região.

### V.1 ITAGUAÍ

O município de Itaguaí configura-se como um território no qual as atividades portuárias e de mineração e siderurgia constituem os principais vetores de desenvolvimento socioeconômico. Historicamente, a evolução de tais atividades foram as responsáveis pela atrofia da pesca artesanal e do turismo no município e pela expansão do setor terciário, em especial o comércio e as atividades imobiliárias. Suas operações resultaram na cumulatividade de impactos ambientais de elevada importância, especialmente incidentes sobre os recursos naturais que as atividades de pesca artesanal necessitam para sua reprodução.

Em estudo sobre a gestão da *Plenária dos Conselhos Comunitários*, conduzido recentemente, Macedo & Villela (2014) destacaram que essa instância apresenta pontos positivos em relação ao encaminhamento de discussões sobre problemas comuns e políticas públicas, mas que ainda carece de autonomia:

"A Plenária está localizada no prédio da prefeitura, ocupando uma sala cedida pelo poder público. Dessa forma, sua autonomia, entendida como isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas, conforme o quadro de critérios de participação deliberativa, fica comprometida, pois o seu funcionamento depende financeira e institucionalmente do poder público" (MACEDO & VILLELA, 2014: 113).

Os autores chegaram à seguinte conclusão a respeito da dinâmica de funcionamento dessa instância articuladora:

"a Plenária dos Conselhos Comunitários configura-se como instrumento de articulação com o poder local, porém, para sua eficácia, precisa do envolvimento do mercado e do poder público no processo de discussão das políticas públicas" (MACEDO & VILLELA, 2014: 112).

Ao que tudo indica, a presença de algumas *associações comunitárias e laborais bem organizadas e atuantes*, que facilitam o acesso a benefícios sociais e que funcionam como representação política, promovendo a união dos moradores na reivindicação dos seus direitos, encontram pouco espaço para uma atuação concertada com o poder público e de diálogo com os empreendedores privados responsáveis pelos impactos ambientais. O cenário de frágil constituição de arenas para a resolução institucionalizada dos conflitos, envolvendo esses três tipos de atores, parece fomentar o insulamento de algumas das associações em relação à base e a criação de entidades sem representatividade, ambas negociando compensações diretamente com as empresas sem a devida mediação comunitária.

Apesar da estrutura institucional existente, é profundamente insuficiente o conhecimento dos pescadores artesanais de Itaguaí acerca das políticas e programas de estímulo à pesca artesanal promovidos em nível federal ou estadual. Em geral, reconhecem apenas a possibilidade de acesso a linhas de crédito governamental sem, contudo nomeá-las, a necessidade de obtenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e a solicitação de Seguro Defeso. A percepção é a de que a Colônia de Pescadores Z-16, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SEMAAP) e as associações locais de pescadores funcionam como mediadores para a obtenção desses incentivos. Contudo, outras ações e programas igualmente importantes para a manutenção da pesca artesanal poderiam ser conhecidos e acessados pelos pescadores de Itaguaí. A título de exemplo, podem ser citados os seguintes programas do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA): programas de fortalecimento da infraestrutura (Caminhões Frigoríficos, Fábricas de Gelo, Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel), de incentivo à

comercialização (Feira do Peixe, Pescado na Alimentação Escolar) e, em geral, todos aqueles articulados no Plano Safra de Pesca e Aquicultura<sup>31</sup>.

Todavia, para a obtenção da maior parte desses incentivos e benefícios, são concebidos como permissionários os órgãos da administração pública direta ou indireta e entidades sem fins lucrativos, tais como associações, cooperativas, sindicatos ou colônias de pescadores. Essa obrigatoriedade esbarra no grau de organização comunitária dos pescadores artesanais de Itaguaí e em sua parca possibilidade de articulação de demandas visando a captação desses recursos e incentivos.

Assim, no que se refere aos conflitos no espaço marítimo, a possibilidade para a sua minimização insere-se não somente na participação comunitária para a formulação e fiscalização dos instrumentos acima citados, nomeadamente o ZEEC, como também na articulação de um ordenamento pesqueiro para o município,

Permanece ainda a questão referente ao relacionamento dos grupos sociais/comunitários com os órgãos ambientais. Via de regra, o Diagnóstico Participativo do PEA-Rio deixou patente que a percepção sobre a relação com os órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA, INEA e Capitania dos Portos) é bastante negativa, pois os grupos sociais/comunitários que participaram do processo identificaram na atuação desses órgãos a ausência de canais de interlocução, a falta de transparência de informações a respeito da legislação e a fiscalização truculenta, excessiva e rigorosa somente sobre as atividades das comunidades tradicionais.

Fora das arenas político-institucionais e das interfaces com o poder público, as comunidades diagnosticadas não citaram projetos ou iniciativas da sociedade civil ou de organizações não governamentais que os auxiliem na obtenção de direitos, na preservação dos recursos naturais ou no

---

<sup>31</sup> Podem ser citados ainda o Pronatec Pesca e Aquicultura, os Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR, o Programa de Qualificação e Inclusão Social de Pescadores (as), o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Trabalhadoras da Pesca e os Cursos Técnicos Integrados em Pesca e Aquicultura, entre outros. Cf. [www.mpa.gov.br](http://www.mpa.gov.br).

desenvolvimento de projetos sociais. Isso pode denotar certo isolamento dos pescadores artesanais do município em face desse tipo de organização. Os participantes do diagnóstico fizeram apenas referências a relacionamentos desenvolvidos diretamente com os empreendedores privados instalados nas proximidades ou no interior de seus territórios.

Segundo informações constantes nos documentos "Plano de Negócios e Gestão 2014-2018" e no "Plano Estratégico 2030", ambos da Petrobras, não existem operações e instalações em uso ou com previsão de uso e de implantação pela empresa em Itaguaí até pelo menos 2018. Estes documentos reforçam que não há instalações no município que atendam ao E&P, nem há previsão de qualquer nova instalação ou investimentos em infraestrutura.

Em síntese, as comunidades diagnosticadas em Itaguaí indicaram conflitos potenciais que perturbam a sua livre relação com o ambiente físico e problemas que espelham sua fragilidade na divisão de poder local com órgãos públicos e entidades privadas. Cada uma delas, no entanto, insere-se no cenário socioambiental do município de acordo com suas condições estruturais de organização e capacidade de articulação para elaborar e colocar em prática estratégias de enfrentamento.

## V.2 MANGARATIBA

Na Ilha de Itacuruçá, onde a pesca artesanal é praticada de maneira residual, os comunitários manifestaram a intenção de instalar empreendimentos voltados ao turismo que fossem geridos por eles mesmos. O trabalho em pousadas e restaurantes de moradores de fora e em empreendimentos industriais não foram descartados, mas, para tanto, apontaram a necessidade de qualificação através de cursos de capacitação.

Os pescadores artesanais das comunidades diagnosticadas identificaram uma série de problemas gerados por grandes empreendimentos que comprometem a qualidade do meio ambiente e, conseqüentemente, o exercício do seu modo de vida tradicional.

Na Ilha da Marambaia, há um conflito específico entre o direito ao território terrestre quilombola e a ingerência da Marinha do Brasil. A percepção dos problemas ambientais é compartilhada com os pescadores artesanais, uma vez que parte dos quilombolas exerce este ofício.

Tendo como referência as possibilidades de atuação da sociedade civil existentes, a participação ativa das comunidades no ordenamento territorial do município está condicionada a um processo de capacitação. O conhecimento dos pescadores artesanais de Mangaratiba acerca das políticas e programas de estímulo à pesca artesanal promovidos em nível federal ou estadual é bastante restrito. Em geral, reconhecem apenas a *possibilidade* de acesso a linhas de crédito governamental (sem contudo nomeá-las), a *necessidade* de obtenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e a *solicitação* de Seguro Defeso. A Colônia de Pescadores Z-16 e os órgãos públicos afetos às questões ambientais funcionam como mediadores para a obtenção desses incentivos.

Permanece ainda a questão referente ao relacionamento dos grupos sociais/comunitários com os órgãos ambientais. Via de regra, o Diagnóstico Participativo do PEA-Rio deixou patente que a percepção sobre a relação com os órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA, INEA e Capitania dos Portos) é

bastante negativa. Os grupos sociais/comunitários que participaram do processo identificaram na atuação desses órgãos a ausência de canais de interlocução com os grupos sociais/comunitários, a falta de transparência de informações a respeito da legislação e a fiscalização truculenta, excessiva e rigorosa somente sobre as atividades das comunidades tradicionais.

Em síntese, as comunidades diagnosticadas em Mangaratiba indicaram, em geral, conflitos potenciais que perturbam a sua livre relação com o ambiente físico e problemas que espelham sua fragilidade na divisão de poder local com órgãos públicos e entidades privadas. Cada uma delas, no entanto, insere-se no cenário socioambiental do município de acordo com suas condições estruturais de organização e capacidade de articulação para elaborar e colocar em prática estratégias de enfrentamento.

Não foram relatados durante o diagnóstico em Mangaratiba conflitos que possam ser atribuídos à cadeia de petróleo e gás. Mas as atividades portuárias e o trânsito de grandes embarcações pela baía de Sepetiba, principais ações geradoras de impactos que prejudicam a pesca artesanal segundo a percepção das comunidades pesqueiras/quilombola diagnosticadas, podem envolver *também* atividades de petróleo e gás. Cumpre destacar que, no âmbito do município de Mangaratiba, as rotas de embarcações de apoio utilizadas pela Petrobras nas atividades de E&P a caminho do Porto de Angra pode interferir nas atividades de pesca de comunidade(s) mais próxima(s) de Angra dos Reis, porém não se identificou qualquer evidência sobre isso neste diagnóstico.

Não obstante, outro eixo relativo ao turismo, intensificado a partir dos anos 2000, tem trazido problemas ambientais para o município. Trata-se da proliferação de condomínios residenciais de turismo de segunda moradia, de alto padrão, construídos notadamente pela Brookfield Incorporações, que vem se somar a outros empreendimentos voltados ao mesmo segmento como Hotel Portobello, o Club Méditerrané e o Porto Real Resort. Tais empreendimentos têm afetado as áreas de mangue e preocupam os moradores porque carregam pressões típicas de adensamento populacional, ainda que sazonal: intensificação de detritos, deficiência no esgotamento sanitário e no abastecimento de água, etc.

As comunidades pesqueiras diagnosticadas em Mangaratiba não apresentaram conflitos com Unidades de Conservação. Possivelmente isso ocorreu porque as Unidades de Conservação do município são todas – excetuando o Parque Estadual Cunhambebe, que sequer foi citado – Áreas de Proteção Ambiental ou Reservas Particulares do Patrimônio Natural, ou seja, não impõem severas restrições quanto ao uso e à mobilidade.

No que diz respeito à atividade de pesca, especificamente, cabe ressaltar que as comunidades pesqueiras de Mangaratiba estão altamente sujeitas à intermediação de atravessadores, o que fragiliza o papel do pescador artesanal na cadeia produtiva. Para enfrentar este problema e os demais acima elencados, os pescadores contam com suas associações que, à exceção de Conceição de Jacareí, onde a pesca é residual e os poucos pescadores conformam uma comunidade de vizinhança sem qualquer organização formal, são bastante organizadas e representativas. Ademais, ainda que a Colônia Z-17 não seja reconhecida como instância política significativa, contam com sua atuação ao menos para empreender atividades burocráticas relativas ao exercício do ofício.

### **V.3 RIO DE JANEIRO (PESCADORES DE PEDRA DE GUARATIBA, SEPETIBA E SANTA CRUZ)**

Os pescadores da Zona Oeste do Rio de Janeiro diagnosticados residem nos bairros de Pedra de Guaratiba, Sepetiba e Santa Cruz. São pescadores que, territorialmente, ocupam territórios diversificados e superpostos, como é o caso dos canais dos rios São Francisco, Guandú-mirim, Itá, em Santa Cruz, e diversos canais e praias do bairro de Guaratiba.

Durante o Diagnóstico, os pescadores artesanais dos bairros da zona oeste do município do Rio de Janeiro ratificaram a cumulatividade e a sinergia de impactos dos mais de 400 empreendimentos industriais localizados na Baía de Sepetiba, documentados e estudados por entidades da sociedade civil como o Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba e a rede Racismo Ambiental e pesquisadores acadêmicos.

De acordo com os pescadores, há ainda o problema do descarte de lixo doméstico, que é feito nas ruas dos bairros ou diretamente nos rios e mangues e é conduzido para o mar. Os dejetos orgânicos e a falta de saneamento básico contribuiriam para a geração de desequilíbrio entre espécies, o que pode ser observado no rio Piraquê, em que houve aumento da população de bagres, que se alimentam de tais dejetos. Os rejeitos industriais produzidos em toda a região chegam pelos rios até a Baía de Sepetiba, contribuindo para a contaminação do mangue por metais pesados e para a destruição de berçários de peixe.

Outro ponto relativo ao uso do espaço marítimo diz respeito à pesca industrial. Os pescadores indicaram o impacto das traineiras e grandes embarcações de pesca que chegam de outras localidades, tirando a isca dos pescadores nativos. Disseram que elas vêm até a localidade para pegar camarão, lula, etc. São originárias principalmente de Cabo Frio, Macaé e Santa Catarina. Os arrastões realizados por essas embarcações resultam em diminuição do pescado e extinção de espécies, além de prejudicar o fundo do mar. A revolta dos pescadores se manifesta na denúncia de que órgãos como o IBAMA não fiscalizam a atuação dessas embarcações na baía e que eles,

pescadores, não se sentem providos de força para contestar/reclamar com o órgão.

Na relação dos pescadores com os grandes empreendimentos industriais, a preocupação com a saúde é um ponto de destaque. Os fenômenos de hiperpoluição do ar ('chuva de prata', 'chuva ácida') decorrentes das operações de siderurgia e mineração são responsabilizados pela alta frequência de problemas de saúde na população dos bairros diagnosticados. A ausência de canais de comunicação eficientes com as empresas e com os órgãos ambientais de fiscalização foi destacada como elementos que dificultam a busca pela solução e mitigação desses e doutros impactos na região. Os pescadores artesanais afirmaram que não possuem acesso à informação para compreender seus direitos na relação com as empresas instaladas ou em instalação na região.

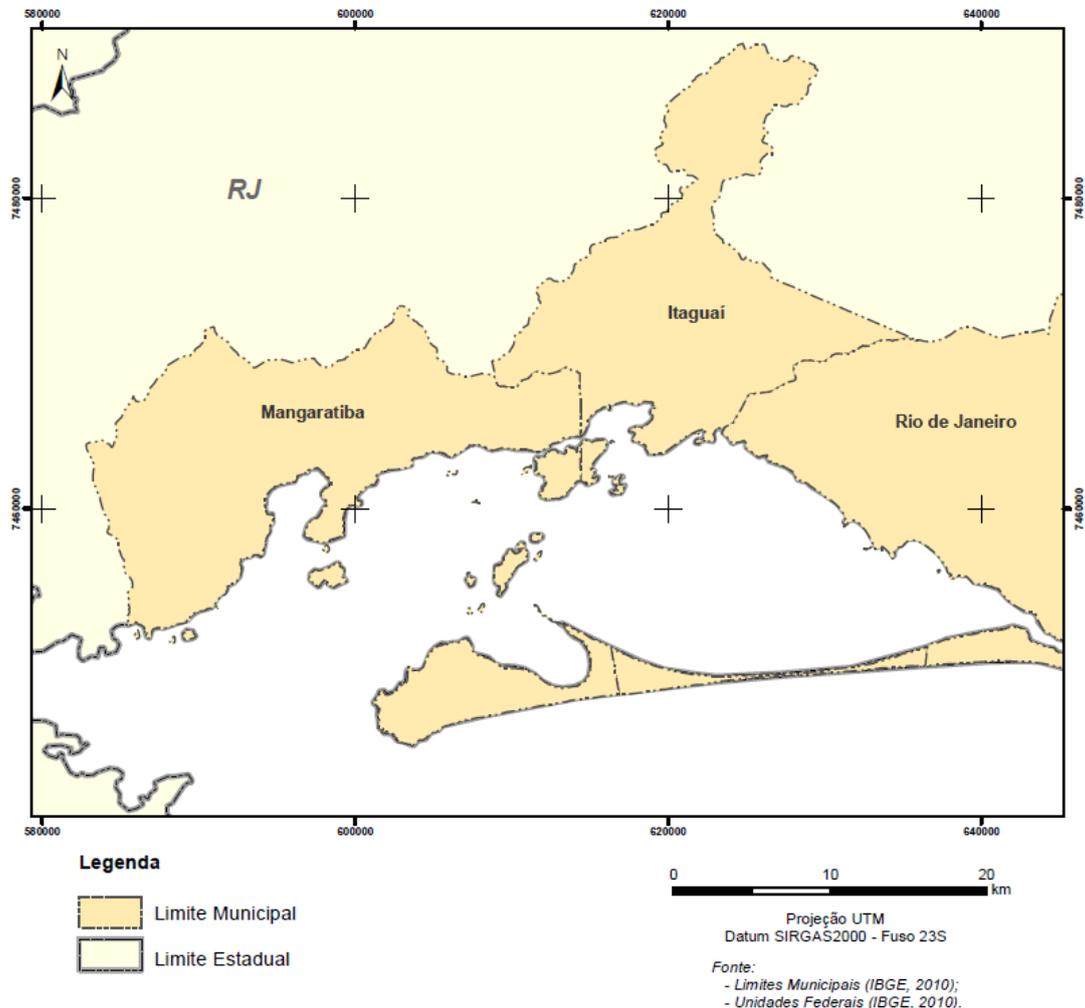
Ainda que o Diagnóstico tenha identificado que existem muitos impactos que atuam negativamente sobre a pesca artesanal, com destaque para aqueles decorrentes do trânsito de grandes embarcações e da presença de empreendimentos industriais, há uma grande confiança no potencial da região para a manutenção dessa atividade. Esse potencial foi atribuído ao ecossistema local e sua biodiversidade, nomeadamente às praias e às áreas de mangue, que possibilitam também a ampliação das atividades de maricultura. Para o aproveitamento desse potencial, os pescadores possuem uma série de sugestões infraestruturais e clamam pela implementação de um ordenamento pesqueiro na região que garanta e proteja a prática efetiva da pesca artesanal.

Nos limites deste diagnóstico, a *atividade turística* foi vista pelos pescadores como uma potencialidade no que diz respeito à implantação do ecoturismo, ainda que seja reconhecida como atividade econômica ameaçada pelos impactos ocasionados pelos grandes empreendimentos industriais e portuários.

Os pescadores precisam ser aproximados, de maneira qualificada das instâncias institucionalizadas de gestão ambiental e territorial, bem como das

iniciativas e projetos organizados pela sociedade civil para que possam se empoderar no que diz respeito à participação ativa no gerenciamento democrático dos seus territórios de uso tanto marítimos quanto terrestres.

## VI ANÁLISE REGIONAL - BAÍA DE SEPETIBA



### VI.1 CARACTERIZAÇÃO

A Baía de Sepetiba é um importante ecossistema aquático, vital no ciclo inicial de diversas espécies de peixes e crustáceos (COSTA, 1992), limitado a Oeste por um sistema de ilhas (Guaíba, Itacuruçá, Jaguanum, Martins, entre outras) e alimentado pelas águas oceânicas através de diversos canais.

Considerada uma laguna costeira, a Baía de Sepetiba é separada do mar pela Restinga de Marambaia, onde a troca de águas ocorre através de um canal largo e profundo entre a Ilha Grande e a Marambaia.

A Baía de Sepetiba é circundada pelos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba e apresenta uma área de aproximadamente 460 km<sup>2</sup>. Seu território é formado por parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Regiões Administrativas de Santa Cruz e Pedra de Guaratiba e pelos municípios de Itaguaí e Mangaratiba. A baía é um corpo de águas salinas e salobras, ligado ao oceano Atlântico por dois canais: o mais importante fica entre a ponta da restinga da Marambaia e a Ilha Grande, e o outro, fica na barra de Guaratiba. A bacia hidrográfica que abastece a Baía de Sepetiba é formada por dez rios principais e pela contribuição do rio Paraíba do Sul que abastece por transposição de bacia. Dos rios afluentes, o rio Guandu/canal de São Francisco é o mais importante. A maioria destes rios deságua na região mais interna da baía, caracterizando-a como uma região sob forte influência de água doce. O encontro dos rios com as águas oceânicas que adentram a região da Baía de Sepetiba propicia a formação de extensos manguezais e várias áreas estuarinas, o que reforça a presença de diversas áreas em seu interior que são usadas para pesca.

De acordo com ZBOROWSKI (2008, p. 98),

“vários rios de pequenos volumes de água e canais de drenagem deságuam na Baía, diluindo águas e trazendo aluviões e efluentes de poluentes diversos, oriundos de áreas domésticas e industriais dos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba”.

Tal problema ambiental é corroborado pelos pescadores diagnosticados na baía de Sepetiba, segundo os quais o descarte de lixo doméstico nas ruas dos bairros ou diretamente nos rios e mangues é conduzido para o mar. Os dejetos orgânicos e a falta de saneamento básico contribuiriam para a geração de desequilíbrio entre espécies, o que pode ser observado no rio Piraquê, em que houve aumento da população de bagres, que se alimentam de tais dejetos. Os rejeitos industriais produzidos em toda a região chegam pelos rios até a Baía de Sepetiba, contribuindo para a contaminação do mangue por metais pesados e para a destruição de berçários de peixe existentes na região. O **Quadro VI.1-1** indica as principais indústrias terrestres existentes na Baía de Sepetiba.

**Quadro VI.1-1 – Instalações industriais terrestres da Baía de Sepetiba**

INSTALAÇÃO	TIPO DE ATIVIDADE
Casa da Moeda	Produção de moedas e cédulas de dinheiro no complexo industrial de Santa Cruz
Ecolab Química	Atua em diversos setores, como alimentos, energia, supermercados, mineração e água.
Fábrica Carioca de Catalizadores	Cria, produz e entrega catalizadores e aditivos para a indústria de refino de petróleo.
Gerdau Cosigua	Proprietária do megaporto compartilhado com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN
Latasa	Reciclagem de latas de alumínio
MMX e LLX Logística (ambas do grupo EBX)	Proprietária das futuras instalações do Prosub e do Superporto Sudeste
Pan Americana S/A	Atua no setor de química de especialidades, como floculantes, destinados ao tratamento de água.
Terminal da Ilha de Guaíba	Terminal destinado a movimentação de minério de ferro proveniente de Minas Gerais
ThyssenKrupp	A Cia Siderúrgica do Atlântico (CSA) opera uma Usina Siderúrgica desde 2010
TK-CSA	Complexo siderúrgico formado pela ThyssenKrupp e pela Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), do qual faz parte o Terminal Portuário Centro Atlântico
Usina Santa Cruz	Complexo industrial onde está inserida a Pan Americana S/A
Valesul Alumínio	Produz e comercializa alumínio primário e ligas para a indústria de transformação
White Martin	Atua no ramo da produção de gases industriais e medicinais
Central Nuclear de Equipamentos Pesados (NUCLEP)	Produz e comercializa equipamentos para Usinas Nucleares, como condensadores, acumuladores e reatores.
Porto de Itaguaí	É um porto concentrador de cargas que atende à Sepetiba TECON, CSN e a Valesul Alumínio.
MRS Logística S.A.	Concessionária que opera a chamada Malha Regional Sudeste da Rede Ferroviária Federal S. A.

INSTALAÇÃO	TIPO DE ATIVIDADE
Porto da MBR Vale	Atua no escoamento de minério de ferro da Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), pertencente a companhia Vale do Rio Doce.
Sepetiba TECON	Atua como concessionária do Terminal de Contêineres do Complexo Portuário de Sepetiba
Usiminas	Possui um terminal para o embarque de minério de ferro
PROSUB-EBN	Porto e estaleiro da Marinha do Brasil

Seguindo a mesma definição de problemas e conflitos apresentada na análise regional da Baía da Ilha Grande, a seguir serão apresentados conflitos e, posteriormente, será realizada uma síntese das principais categorias de problemas levantados pelo diagnóstico na Baía de Sepetiba.

#### **VI.1.1 CONFLITO PELA OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO MARÍTIMO ENTRE A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E OS PESCADORES**

Segundo informações constantes nos documentos "Plano de Negócios e Gestão 2014-2018" e no "Plano Estratégico 2030", ambos da Petrobras, não existem, operações e instalações em uso ou com previsão de uso e de implantação pela empresa até pelo menos 2018. Dessa forma, não foram relatados conflitos que possam ser atribuídos com exclusividade à cadeia de petróleo e gás. Cumpre destacar que as rotas de embarcações de apoio utilizadas pela Petrobras não estão estabelecidas na Baía de Sepetiba e, portanto, não interferem diretamente nos bairros de Itaguaí diagnosticados.

No entanto, cumpre registrar que em Itaguaí, os comunitários de Ponte Preta, Ilha da Madeira (APLIM e APAIM) e Ilha dos Martins consideram que a *falta de informações substanciais sobre os empreendimentos da cadeia de petróleo e gás é uma ação geradora de potenciais conflitos alimentados por rumores e agravados pelo desconhecimento sobre o tema, pois geram rumores sobre desapropriações, construção de um porto e de um aeroporto na região, além da especulação imobiliária já percebida*. Em Conceição de Jacareí (Mangaratiba), localizada entre a Baía de Sepetiba e a Ilha Grande, os pescadores apontaram a ocorrência do coral sol, e argumentaram que esta

espécie está acabando com o coral nativo da região e exterminando todos os mariscos e algas das encostas.

### VI.1.2 CONFLITOS ENTRE ATIVIDADES INDUSTRIAIS E/OU PORTUÁRIAS E ATIVIDADES TURÍSTICAS

A Baía de Sepetiba historicamente tem sido marcada por um conjunto de questões ambientais que estão diretamente associadas à expansão das atividades econômicas naquela região, notadamente atividades industriais e portuárias. A essa expansão corresponde um processo de urbanização crescente e uma forte pressão sobre a pesca. Isto porque, ainda de acordo com ZBAROWSKI (op.cit., p.99), o foco das políticas públicas na região não foi o desenvolvimento pesqueiro ou a atividade turística. A abundância da vida marinha e a beleza cênica da região foram esquecidas em prol da posição geoeconômica estratégica e das condições favoráveis ao aporte de grandes navios, escolha que culminou com a implantação, em 1982, do Porto de Sepetiba – atual Porto de Itaguaí.

Assim, ainda que a Baía de Sepetiba apresente rica biodiversidade e excelentes condições oceanográficas para a pesca artesanal, a vocação industrial prevaleceu no tocante às ações de Estado e aos investimentos do capital. Como observa LOPES (2013, p. vii),

“(...) ao estar localizada em uma região estratégica, de relevante interesse econômico, torna-se fator de atratividade para a implantação de empreendimentos industriais e portuários. Devido ao intenso processo de transformação ocorrido na Baía de Sepetiba, pescadores artesanais estão perdendo seus territórios de pesca (...)”.

Se de um lado tem-se a expansão das atividades industriais e portuárias, de outro, esse território ainda abriga áreas de potencial turístico, evidenciando a expansão de um novo mercado de trabalho, principalmente para os pescadores artesanais, que alternam sua antiga atividade com a prestação de serviços para esse setor. Essa mudança ocorre principalmente com a geração mais jovem das famílias de antigos pescadores, que optam pelas atividades vinculadas ao turismo como fonte de geração de renda. Nas

últimas décadas, a exploração do turismo se tornou mais uma possibilidade de renda adicional ao sustento dos pescadores, seja na atividade de pesca embarcada ou pesca esportiva, seja em serviços fixos ou temporários em restaurantes e outras estruturas voltadas para o setor.

### **VI.1.3 CONFLITO PELA OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO MARÍTIMO ENTRE OS PESCADORES E EMBARCAÇÕES DE PESCA DE GRANDE PORTE**

Outro elemento que atua neste campo conflitivo pelos recursos marinhos é a pesca realizada pelas grandes traineiras industriais. Os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba afirmaram que as traineiras originárias de Cabo Frio (RJ), Macaé (RJ) e de Santa Catarina pescam as espécies utilizadas como isca por estes pescadores, pois as grandes embarcações vão para a Baía Sepetiba coletar camarão e lula. Estas embarcações atuam nas águas de Mangaratiba sobretudo à noite e, segundo os pescadores, não são coibidas porque a fiscalização dos órgãos responsáveis (IBAMA, INEA, Capitania dos Portos) é branda para estes agentes e excessiva para os pequenos pescadores artesanais. Há ainda uma disputa com pescadores que mergulham nos costões e levam as sementes de mexilhão. A maricultura, incluindo de algas exóticas, é muito valorizada em Mangaratiba como projeto de geração de renda alternativo à pesca, embora os comunitários não tenham projetos significativos em execução.

De acordo com estudo conduzido por Begossi (2001), os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba utilizam geralmente áreas de pesca localizadas nas proximidades de suas residências, em decorrência da baixa autonomia de suas embarcações (BEGOSSI, 2001). No município de Itaguaí a frota é predominantemente de pequeno porte (canoas de 4 a 9 m, e traineiras de até 12 m). Opera exclusivamente no interior da Baía de Sepetiba atuando, sobretudo, na pesca de emalhe (peixes demersais, como pescadas e corvinas). Os desembarques são realizados no cais da Praia de Fora, na praia onde se localiza a associação de pescadores - APLIM - (ambas na Ilha da Madeira), no Canal do Rio da Guarda, aonde existe uma fábrica de beneficiamento de pescado gerida pela APEITA, ou, ainda, no Terminal Pesqueiro de Coroa

Grande (área mais interna da baía, coberta por manguezais, onde pescadores das proximidades coletam caranguejos e mariscos).

A área de pesca utilizada pelos pescadores artesanais compreende as baías de Sepetiba e de Ilha Grande. O camarão é pescado dentro da própria Baía e próximo a Paraty e o marisco no bairro de Coroa Grande e na restinga da Marambaia (PETROBRAS/MINERAL ENGENHARIA, 2014). As colônias de pesca da região da Baía de Sepetiba identificam a presença de embarcações industriais de pesca de atum e de camarão na região, além daquelas destinadas à pesca de tainha, anchova e sardinha. Os atuneiros capturam isca viva no interior da Baía de Sepetiba, excedendo constantemente as áreas permitidas e prejudicando assim a pesca artesanal. Essas embarcações industriais provêm dos estados de Santa Catarina (Itajaí e Florianópolis), São Paulo (Santos e Cananéia) e do próprio Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Niterói e Angra dos Reis) (PETROBRAS/MINERAL ENGENHARIA, 2014).

#### **VI.1.4 CONFLITO GERADO PELA INSTALAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS TERRESTRES**

Se a atividade portuária e o tráfego de embarcações foram os aspectos mais destacados na Baía de Sepetiba em relação ao espaço marítimo, as atividades relacionadas à indústria de aço e da mineração e empreendimentos imobiliários de alto luxo (aprofundado no próximo item) foram francamente identificadas como responsáveis pelos principais impactos no espaço terrestre. As instalações terrestres e as operações envolvidas com essa indústria foram estabelecidas como os principais vetores de perda de território e de redução de acesso à costa e ao mar, como relatado pelas comunidades da Praia do Sahy, em Mangaratiba, e Ponte Preta e Ilha da Madeira, em Itaguaí.

Os potenciais conflitivos que envolvem o uso do espaço terrestre foram amplamente indicados e debatidos no processo de Diagnóstico. Os grandes empreendimentos terrestres, como a linha férrea da Vale e da MRS que corta territórios, se instalaram em função do Porto de Itaguaí, o que configura um quadro de cumulatividade e sinergia de impactos cuja responsabilidade é

atribuída na percepção dos pescadores de maneira difusa. Ainda que não saibam exatamente a quem responsabilizar ou que responsabilizem de maneira equivocada um empreendimento, os efeitos nocivos dos grandes empreendimentos são compreendidos de maneira extensiva a todo meio físico, bem como as suas consequências são amplificadas para outras áreas de atuação econômica para além da pesca artesanal.

É o caso do turismo que, para os pescadores diagnosticados, vem sendo profundamente afetado pela intensa atividade industrial na região. Ainda que Mangaratiba esteja em condições melhores para o turismo do que outras localidades da Baía de Sepetiba como Itaguaí ou o bairro de Santa Cruz, no município do rio de Janeiro, os pescadores indicaram que nos últimos trinta anos a atividade turística de veraneio, que lhes propiciava uma fonte alternativa de renda por meio do comércio de artesanato e pescado, vem decaindo substancialmente.

No âmbito do Diagnóstico apresentou-se na percepção dos pescadores um quadro socioambiental eivado de alto potencial conflitivo, cujos principais agentes que infligem danos socioambientais por eles reconhecidos são nomeadamente indicados: Porto de Itaguaí, Porto da MBR Vale, TKCSA (complexo siderúrgico formado pela ThyssenKrupp e pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, do qual faz parte o Terminal Portuário Centro Atlântico), Superporto Sudeste (pertencente à LLX Logística), PROSUB-EBN (porto e estaleiro da Marinha do Brasil) e o megaporto compartilhado por Gerdau e Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

O trabalho de LOPES (op.cit.) adiciona elementos para essa discussão ao apresentar um quadro de conflitos entre os pescadores artesanais e os grandes empreendimentos existentes na Baía de Sepetiba. Aos dois portos - o de Itaguaí e o da MBR-Vale - e ao complexo siderúrgico ThyssenKrupp CSA- Companhia Siderúrgica do Atlântico (parcialmente em operação), virão se juntar outros empreendimentos atualmente em fase de licenciamento como “porto e estaleiro da Marinha do Brasil; o Porto Sudeste, da LLX Logística, e um megaporto compartilhado entre Petrobras, Gerdau e Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Com isso a zona de exclusão necessária para a

operação de todos os terminais portuários previstos para a região torna-se ainda maior” (p.77).

O presente Diagnóstico Participativo deixou patente o processo de redução das áreas devotadas à pesca artesanal na Baía de Sepetiba. Os grupos de pescadores artesanais dessa região foram praticamente unânimes em indicar o quanto estão pressionados pela multiplicação de grandes empreendimentos nesse território, seja considerando seu espaço marítimo, seja seu espaço terrestre.

Com relação ao espaço marítimo, os grupos sociais/comunitários dos três municípios apontaram a saturação de impactos decorrentes do uso das instalações portuárias da região por diversas cadeias produtivas. Os impactos das atividades portuárias e de todas as ações relacionadas a essa vocação local (dragagem e aprofundamento dos canais de atracação, circulação de grandes embarcações etc.) incidem sobre o volume dos estoques de pescado e sobre a abrangência de pesqueiros disponíveis. Da mesma maneira, e assim como no caso da Baía de Ilha Grande, o aumento do volume geral de tráfego aquaviário e da presença, circulação e operação de grandes embarcações foram identificados como os principais vetores dos diversos impactos sobre a pesca artesanal. Em uma região costeira já bastante trafegada, a adição de novas embarcações contribui significativamente para a ampliação das áreas de exclusão de pesca.

Diante destas circunstâncias – e a despeito dos demais impactos causados pelos grandes empreendimentos como dragagem, desmatamento de manguezais, lançamento de contaminantes na água – o que surge como impacto mais significativo para a pesca artesanal é o aumento das zonas de exclusão de pesca (fato também corroborado neste Diagnóstico Participativo). Segundo LOPES (op. cit. p.75-76)

“a implantação de uma extensa zona de exclusão de pesca na Baía de Sepetiba tem sido causa de grande insatisfação entre os pescadores artesanais que utilizam essas áreas como fonte de subsistência. (...) A presença de embarcações de pesca próximas ao canal de acesso e áreas portuárias constitui potencial risco de

acidente envolvendo os navios mercantes, cujas consequências podem até mesmo envolver perdas de vidas humanas e danos materiais. Em março de 2008, dois pescadores ligados à Associação de Pescadores Canto dos Rios (APESCARI) foram atingidos por um rebocador a serviço da TKCSA enquanto descansavam em seu pequeno barco às margens do Canal de São Francisco. Com o impacto, a pequena embarcação ficou completamente destruída, deixando um pescador gravemente ferido e outro desaparecido, com a morte confirmada após três dias de buscas”.

Outro conflito candente diz respeito ao aumento das áreas de fundeio, ocasionado pela intensificação do fluxo de navios que, por sua vez, é derivado da ampliação de empreendimentos portuários. Como as zonas de fundeio também são consideradas áreas de segurança, contribuem para a expansão das zonas de exclusão de pesca na baía de Sepetiba. De acordo com LOPES (op.cit. p.80), tais zonas de exclusão afetam os pescadores que utilizam pequenas embarcações com motores de baixa potência ou movidos a remos e somente poucos pescadores que possuem embarcações mais modernas e com maior autonomia conseguem explorar locais mais distantes. A conclusão da autora é de que há urgência em um novo modelo de gestão costeira que leve em conta o fato de que na atual configuração do uso e ocupação da região, o grupo social mais prejudicado é o dos pescadores artesanais, em razão da sua dependência intrínseca do ambiente físico que, na Baía de Sepetiba, apresenta-se bastante alterado pela presença de grandes empreendimentos (p.94).

As intensas atividades portuárias são responsáveis, de acordo com os pescadores, por: assoreamento dos rios e canais, limitações de acesso terrestre e marítimo às áreas próximas às instalações, acúmulo de lama oriunda de dragagem, ameaça à segurança dos pescadores, despejo de dejetos químicos e metais pesados nas águas da baía, diminuição do pescado, extinção de espécies de peixes e aumento no tráfego de navios e de rebocadores na região da Baía de Sepetiba. Destaque-se que a lama em acúmulo identificada pelos pescadores nas desembocaduras dos rios estaria carregada de detritos industriais, o que provocaria mau cheiro e dúvidas quanto à qualidade do pescado. Como resultado, está havendo o decréscimo do turismo gastronômico na região.

Em Mangaratiba, assim como em toda a Baía de Sepetiba, são sentidos os efeitos das operações ligadas ao *Porto de Itaguaí* e sua decorrente movimentação de grandes embarcações que, de acordo com os pescadores, poluem as águas e poluem também sonora e visualmente a área, interferem na quantidade e qualidade do pescado e criam zonas de exclusão de pesca. As explosões e dragagens nas áreas portuárias (executadas especialmente pelas empresas Vale, MMX e CSA) também são apontadas como atividades agressoras ao meio físico que contribuem para a diminuição do pescado. A estrutura portuária é reconhecida, portanto, como um dos principais agentes conflitivos quanto ao uso do espaço marítimo.

#### **VI.1.5 CONFLITO ORIUNDO DA DISPUTA PELO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONDOMÍNIOS DE LUXO OU EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS**

Principalmente em Mangaratiba, a intensificação do afluxo de turistas vem gerando problemas relacionados a especulação imobiliária, geração de detritos domésticos, a poluição/degradação das áreas costeiras. Tanto o turismo de luxo quanto turismo de classe média afetam a região estudada. As atividades relacionadas ao turismo – setores de incorporação imobiliária e construção civil – são consideradas produtoras de ocupação desordenada em decorrência da atratividade de empregos gerados e, portanto, de aumento de população heterotópica. O aumento populacional de modo geral – pelo turismo, pela construção civil e industrial, também gerou, na percepção dos participantes dos Diagnósticos Participativos, um aumento do desmatamento.

Os conflitos gerados por quatro condomínios residenciais de Mangaratiba estão relacionados às ações que eles provocam, tais como: alteração dos ambientes naturais (durante as obras é retirada areia da faixa de mangue e drenada a água, gerando assoreamento e desmatamento), principalmente dos manguezais e margem dos rios<sup>32</sup>; aumento na poluição

<sup>32</sup> Foram relatadas casas que estão sendo construídas na beira das cachoeiras.

(e.g. derramamento de óleo asfáltico e esgoto); uso intensivo dos recursos naturais (e.g. água potável) e; migração de trabalhadores externos.

Em Conceição de Jacareí, a relação com os condomínios de luxo do entorno de Conceição (Porto Belo, Porto Real, Club Med, Porto Galo e outros) foi considerado um ponto crítico. Segundo os comunitários, durante a construção destes, não houve nenhuma contrapartida para a população local, apesar dos graves impactos ambientais causados, e também com a proibição de atracar e circular nas praias próximas. Porém, compreendem que os condomínios são fonte de emprego para muitos moradores.

Os principais impactos decorrentes do descontrole na ocupação do território percebidos em Itacuruçá giram em torno do crescimento populacional. A especulação imobiliária, a sensação de insegurança, de pessoas estranhas, o tráfico de drogas, são todos aspectos relacionados tanto ao turismo quanto ao aumento de moradores. Sobretudo no carnaval, período de maior movimento turístico, diversos distúrbios acontecem no cotidiano dos moradores, como turistas que espalham lixo nas ruas, levam animais silvestres e até mesmo frutas dos quintais. Segundo os participantes do diagnóstico, quase todos os nativos da comunidade foram embora em decorrência desta situação.

Desse cenário decorrem os conflitos expressos nos **Quadro VI.1-2**.

Quadro VI.1-2 – Síntese dos conflitos socioambientais na Baía de Sepetiba.

N	DEFINIÇÃO	STATUS DO CONFLITO EM 2012/2013/2014	ABRANGÊNCIA ESPACIAL DO CONFLITO	PRINCIPAIS IMPACTOS PERCEBIDOS	COMUNIDADES QUE RELATARAM	ATORES ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA/ENFRENTAMENTO E/OU AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E RESULTADOS OBTIDOS
1.1.	Conflito entre a indústria do petróleo e os pescadores artesanais	Latente	Marítimo	A falta de informações substanciais sobre os empreendimentos da cadeia de petróleo e gás é alimentam rumores como (desapropriações, construção de um porto e de um aeroporto, além da especulação imobiliária já percebida.	Ponte Preta, Ilha da Madeira, Coroa Grande/ Vila Geny Ilha dos Martins	Não identificado	
				Presença de coral sol	Conceição de Jacareí	Pescadores artesanais	
1.2.	Conflito entre as atividades industriais e/ou portuárias e a e atividades turísticas	Latente	Terrestre e Marítimo	Poluição da paisagem, das águas e prejuízos ao turismo	Itaguaí: Ilha da Madeira, Ilha dos Martins e Coroa Grande Mangaratiba: Muriqui, Sahy, Conceição de Jacarei.	Não identificado	
			Terrestre	Decréscimo do turismo gastronômico na região devido ao mau cheiro e dúvidas sobre a qualidade do pescado	Pedra de Guaratiba	Comunitários	

1.3.	<p>Conflito pela ocupação e uso do espaço marítimo entre os pescadores e embarcações de pesca de grande porte</p>	Manifesto	Marítimo	<p>Concorrência desigual pelo pescado com traineiras e grandes embarcações de pesca de outros lugares, arrastões, diminuição do pescado, ausência de fiscalização das grandes embarcações (principalmente em época de defeso), fiscalização excessiva dos pescadores artesanais, falta de ordenamento pesqueiro, controle sobre a emissão de licenças</p>	<p>Itaguaí: Ponte Preta, Vila Geny/Coroa Grande, Ilha da Madeira, Ilha dos Martins Mangaratiba: Muriqui, Praia do Sahy, Conceição de Jacareí, Itacuruçá, Ilha da Marambaia</p>	<p>Pescadores artesanais, APLIM, APEITA, Colônia de Pescadores de Itaguaí, AMACOR</p>	<p>Os representantes das associações de pescadores artesanais participam dos Conselhos Comunitários no município e de eventos diversos sobre pesca artesanal (congressos, conferências, audiências) e reivindicam aos órgãos de fiscalização e outros, como a Marinha e a Capitania dos Portos, a execução de um plano de ordenamento pesqueiro, bem como realizam denúncias sobre a atividade ilegal dessas embarcações</p>
					<p>Ilha e Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Santa Cruz</p>	<p>Pescadores, artesanais, APAPG, APAS, AMALIS</p>	<p>Os pescadores artesanais e as associações de pescadores participam de diversos Fóruns e Eventos sobre a pesca e a situação da Baía de Sepetiba, buscando representatividade e lutando para obtenção de melhorias nessa atividade. Também já realizaram inúmeras denúncias aos órgãos de fiscalização e à Capitania dos Portos sobre as irregularidades cometidas pelas grandes embarcações, sem muito êxito. No mês de abril de 2014 houve uma audiência pública junto à Marinha, onde essas associações participaram da discussão sobre o processo de zoneamento costeiro.</p>

1.4	Conflito gerado pela instalação de grandes empreendimentos terrestres	Latente	Terrestre e marítimo	<p>O conflito constante com as empresas: MMX, CSA, Porto de Itaguaí, Prosub, Usiminas geram: supressão do mangue, apropriação de faixas costeiras, áreas de exclusão de pesca, poluição visual, sonora, atmosférica e aquática, problemas de saúde, contaminação do pescado, dificuldades de mobilidade terrestre e marítima, diminuição do turismo, remoção de moradores.</p> <p>Falta de dragagem, ampliação das áreas de exclusão de pesca;</p>	<p>Ponte Preta, Brisamar, Vila Paraíso, Ilha da Madeira, Olha dos Martins, Vila Geny/Coroa Grande</p>	<p>APLIM, APEITA, AMACOR, Colônia de Pescadores de Itaguaí, Conselho Comunitário do Somel</p>	<p>Participação em Audiências Públicas</p> <p>Participação em projetos de compensação ambiental.</p> <p>Denúncias aos órgãos de fiscalização ambiental</p> <p>Reivindicações de um Plano de ordenamento marítimo</p>
		Manifesto	Terrestre e Marítimo	<p>Trânsito de grandes embarcações, áreas de exclusão de pesca, poluição da água, sonora, do ar e da paisagem.</p>	<p>Muriqui, Praia do Sahy, Conceição de Jacareí, Itacuruçá, Ilha da Marambaia</p>	<p>Pescadores artesanais, APEMAM, ASSOPESCA, ARQIMAR</p>	<p>A APEMAM (Muriqui) e a ASSOPESCA são bastante articuladas, participam de diversos conselhos municipais, bem como Congressos de Agricultura e Pesca e a Conferência Anual de Pesca, reivindicando melhorias para a localidade e para a pesca artesanal. Também participam das Audiências Públicas promovidas pela Petrobras e de outras empresas na região. A APEMAM fez parte ainda da Comissão de Fiscalização de dragagem da Ilha da Madeira, em Itaguaí.</p>

			Marítimo	Impactos das dragagens, assoreamento, áreas de exclusão de pesca, despejo de água de lastro, de dejetos químicos e metais pesados, modificação do ecossistema, supressão dos mangues, diminuição do pescado, poluição visual, sonora, atmosférica e aquática, problemas de contaminação do pescado, expectativas sobre a atividade nuclear - Prosub-EBN,	Ilha e Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Sepetiba, Santa Cruz	Pescadores, artesanais, APAPG, APAS, AMALIS	Participação em diversos Fóruns e Eventos sobre a pesca.  Denúncias aos órgãos de fiscalização e MPF.  Articulações em rede com associações de Itaguaí, FAPESCA, PACS, FRL  Manifestações e "barqueatas"
1.5.	Conflito oriundo da disputa pelo território das comunidades tradicionais e condomínios de luxo ou empreendimentos turísticos	Latente (Itacuruçá e Conceição de Jacareí) Manifesto (Sahy)	Terrestre e marítimo (costeiro)	Construções desordenadas, especulação imobiliária, apropriação de faixas costeiras e praias, poluição e assoreamento de rios, desmatamento.	Ilha de Itacuruçá Sahy e Conceição de Jacareí	Pescadores artesanais, ASSOPESCA.	A ASSOPESCA denunciou ao INEA a construtora Brookfield por conta do despejo de um líquido escuro no rio Sahy e participou de Audiência Públicas sobre a construção de condomínios de luxo da região.

## VI.1.6 PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os pescadores diagnosticados, foram porta-vozes de toda a comunidade ao evocarem restrições de mobilidade (a linha férrea da Vale e da MRS que corta territórios) e a poluição de ar que gera problemas respiratórios (transporte de minério da Vale a céu aberto). A poluição das águas e a contaminação do pescado em decorrência do tipo e volume de atividade industrial na Baía de Sepetiba são condições ambientais adversas que comprometem o volume e a qualidade dos recursos pesqueiros, contribuindo negativamente para a manutenção da pesca artesanal.

## VI.1.7 PROBLEMAS DE ORDEM SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA

### VI.1.7.1 I. ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS PESCADORES

De forma generalizada, os grupos sociais/comunitários diagnosticados identificaram a ausência de controle social sobre as formas de representação mais abrangentes e a falta de coesão e associativismo entre as entidades comunitárias locais e/ou de categorias profissionais. Foi relatado o distanciamento da representação das Colônias de Pesca em relação aos pescadores artesanais. Os pescadores de Ilha de Guaratiba e Barra de Guaratiba e os pescadores residentes próximo aos canais dos rios Guandúmirim, Itá e São Francisco, em Santa Cruz, também identificaram certa desorganização local própria, que frustra as iniciativas de associativismo e de discussão de seus problemas comuns. Essa desorganização é decorrente de desunião, de descrença na eficácia de processos participativos e de reuniões públicas, da falta de interesse em participar de decisões e de lutas coletivas e da ausência de informação a respeito de como pressionar o poder público e os empreendimentos industriais.

A Colônia Z-14 possui uma direção que não é reconhecida como legítima pelos pescadores organizados na Associação de Pescadores Artesanais de Pedra de Guaratiba (APEPAG); a Colônia Z-15 é apontada como

inativa, ao ponto de um dos pescadores lamentar: “a Colônia hoje só serve para fazer reunião de alcoólicos anônimos”, a Colônia Z-16 é acusada de ‘estar morta’. ‘Roubar muito’, em que pese que alguns pescadores de Mangaratiba reconhecem que a não participação é que provoca a possibilidade de insulamento burocrático destas entidades.

O processo de Diagnóstico Participativo explicitou que a vulnerabilidade institucional ou mesmo a ausência de organização fragilizam os grupos de pescadores artesanais tanto em relação à possibilidade de formulação de suas demandas e problemas coletivos como em suas tentativas de enfrentamento dos impactos decorrentes da presença maciça de atividades industriais na Baía de Sepetiba. Em que pese a identificação da organização comunitária como uma força coletiva já existente, como em Pedra de Guaratiba, notou-se que mesmo os pescadores e lideranças mais atuantes e politizadas apresentam dúvidas sobre a quem recorrer e quais os trâmites a seguir na busca de soluções ou de mitigações dos impactos das atividades industriais.

Durante o Diagnóstico, mostrou-se patente a exclusão dos pescadores da Baía de Sepetiba no que se refere às arenas de gerenciamento territorial e enfrentamento de problemas socioambientais gerados pelos grandes empreendimentos. Além da falta de tais arenas no que concerne ao âmbito municipal, há ainda a ação dos próprios empreendimentos para desmobilizar ou cooptar materialmente os movimentos autônomos de resistência dos pescadores.

Em sua pesquisa sobre os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba, ZBOROWSKI (op.cit., pp. 205-225) identifica que os pescadores sentem-se constrangidos em participar de audiências públicas e outras arenas participativas similares (como os Comitês de Dragagem, montados pela TKCSA) por diversos motivos que vão desde a presença de seguranças dos grandes empreendimentos nestes eventos – o que representa uma violência simbólica - até a linguagem técnica utilizada, que dificulta o entendimento e inibe a livre expressão dos pescadores. A criação – onde necessário – e o fortalecimento de associações autônomas que auxiliem os pescadores a se preparar para uma participação qualificada nos fóruns e arenas existentes

sobre a agenda socioambiental é, certamente, o maior desafio de uma intervenção no âmbito do licenciamento ambiental na Baía de Sepetiba.

Neste contexto, todos os pescadores diagnosticados na Baía de Sepetiba manifestaram descontentamento com as condições e formas de apoio institucional mínimas para a continuidade de sua atividade. Acesso a linhas de crédito, acesso ao defeso, facilidade para obtenção de licenças e documentações variadas e oferta de cursos de capacitação diretamente voltados para a atividade de pesca (carpintaria naval, tecelagem e reparo de redes, técnicas de pesca etc.) foram as demandas mais ouvidas.

Também foram destacados pelos pescadores artesanais outros fatores de ordem socioeconômica e político-administrativa que atuam no sentido de dificultar a manutenção de sua atividade. A ausência de autonomia em relação aos comerciantes e atravessadores, a fragilidade organizacional, financeira e infraestrutural das associações e o distanciamento em relação à representação das Colônias são elementos que induzem à perda significativa, por parte do produtor primário, dos ganhos resultantes da atividade de pesca artesanal.

#### **VI.1.7.2 INSUFICIÊNCIA/MÁ QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

Todos os grupos sociais/comunitários que compuseram o Diagnóstico Participativo na Baía de Sepetiba identificaram deficiências estruturais nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica, abastecimento de água, transporte, comunicação, segurança e limpeza pública. Foram relatadas deficiências na oferta, no acesso e na qualidade dos serviços oferecidos quer diretamente pela administração pública, quer através de concessionárias. Em geral, o grau de vulnerabilidade socioambiental de todos esses grupos identifica-se também com as formas de acesso político bastante frágeis que possuem para interagir diretamente com os órgãos públicos responsáveis pela oferta ou fiscalização desses serviços (secretarias municipais ou estaduais) ou mesmo com as concessionárias de serviços.

Os comunitários da Praia do Sahy, Ilha de Itacuruçá, Muriqui e Conceição do Jacareí, por exemplo, relatam condições precárias nos serviços públicos de saúde, educação e saneamento e nos serviços de concessionárias ou empresas privadas nas áreas de transporte (devido ao monopólio da empresa Expresso Mangaratiba), energia (residencial e iluminação pública – empresas AMPLA e Light) e comunicação (correspondências, telefonia móvel, internet, Correios e outras diversas empresas).

Uma crítica enfatizada pela comunidade de Conceição do Jacareí acerca do poder público foi a falta de incentivo ao turismo e à cultura. Os comunitários queixam-se da falta de verbas, incentivos, cursos e padronização para a atividade turística. Ressentem-se, também, da ausência de estímulo à cultura local caçara.

Para os pescadores dos bairros Pedra de Guaratiba, Sepetiba e Santa Cruz, a dificuldade de acesso e a baixa qualidade do atendimento de saúde no município do Rio de Janeiro constituem um problema tanto mais grave devido ao quadro de efeitos nocivos que as operações dos diversos empreendimentos industriais da região acarretam sobre a saúde humana. O exemplo mais lembrado e temido é a emissão de grande carga de resíduos de grafite da atividade industrial na atmosfera, fenômeno conhecido como ‘chuva de prata’, que causa diversos problemas dermatológicos e respiratórios. A TKCSA já foi punida e multada, em 2012, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro por responsabilidade na ocorrência deste tipo de fenômeno.

#### **VI.1.7.3 EXCESSO DE DIAGNÓSTICOS E PESQUISAS SEM AÇÕES CONCRETAS**

Os comunitários da Ilha da Madeira (APAIM), Ilha dos Martins, Vila Geny/Coroa Grande e Vila Paraíso (Itaguaí) e Ilha da Marambaia, Praia do Sahy e Conceição do Jacareí (Mangaratiba), alegam estarem fartos de participar de reuniões de diagnóstico e pesquisas que não derivam em resultados concretos. As comunidades alegam ter seus próprios projetos e preferiam que eles fossem implantados pelos órgãos públicos ao invés de se submeterem a projetos produzidos por empresas/universidades contratadas.

## VI.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES

Analisando territorialmente a Baía de Sepetiba como o conjunto que compreende os bairros de Santa Cruz, Pedra de Guaratiba e Sepetiba, no município do Rio de Janeiro, e os municípios de Mangaratiba e Itaguaí, LOPES (op.cit. pp.42-44) apresenta os seguintes dados:

“Atualmente há cerca de 8.070 pescadores na baía, os quais se encontram organizados em colônias ou associações locais. No total existem duas colônias de pescadores em diferentes localidades na baía, Z-14 de Pedra de Guaratiba, no município do Rio de Janeiro e a Z-16 de Itacuruçá no município de Mangaratiba. A Z-14 possui aproximadamente 1.300 associados residentes tanto em Pedra de Guaratiba quanto em Sepetiba e a Z-16 possui um número ainda maior de associados, totalizando aproximadamente 2.700, os quais residem em diversas comunidades pesqueiras, desde Mangaratiba até Itaguaí, com grande concentração nas ilhas de Jaguanum e Itacuruçá.

Note-se que, na citação acima, a autora sequer menciona a Colônia Z-15, de Sepetiba. Como demonstrado nos relatórios municipais de Itaguaí, Mangaratiba e do Rio de Janeiro, a relação entre os pescadores diagnosticados e as Colônias não é de proximidade e de representação.

Já com relação às comunidades quilombolas, deve-se assinalar que se organizam territorialmente em função do empoderamento comunitário incentivado pela legislação pertinente. Com efeito, o Decreto Federal nº 4.887/03 estabeleceu procedimentos legais e administrativos para a garantia dos territórios quilombolas. A titulação, regulamentada pelo Incra, prevê que as comunidades detenham a posse comunal e indivisível das terras e que, para tanto, devem ser representadas por associações próprias legalmente constituídas. A única comunidade quilombola da Baía de Sepetiba participante do Diagnóstico do PEA-Rio, o Quilombo da Marambaia, possui uma organização bastante forte, representativa e atuante, na qual se destacam as lideranças femininas, a Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia (ARQIMAR). Além disso, por se reconhecer também como comunidade de pesca artesanal, estrutura simultaneamente a sua organização

comunitária pela Associação dos Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia (APMIM), também forte e atuante.

Os pescadores artesanais da Ilha da Madeira possuem dois grupos, onde há competição entre as lideranças, a Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM) e a Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM). Os pescadores da APLIM atuam mais ao sul, enquanto que os pescadores da APAIM exploram recursos diferentes, operando com suas embarcações ao norte.

A comunidade da Ponte Preta se encontra representada pela Associação de Pescadores de Itaguaí (APEITA), uma entidade próxima dos pescadores, com lideranças bastante atuantes. A sua sede funciona como local de beneficiamento e venda do pescado. A Colônia de Pescadores Independentes de Itaguaí foi criada em 2008 e está sediada na Vila Geny. Possui outros núcleos, com seus respectivos representantes, porém foram captadas diversas percepções sobre a atuação da Colônia, que convergem para a avaliação de sua parca representatividade.

### **VI.3 CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL**

A expansão do parque industrial e portuário na Baía de Sepetiba repercutiu ao longo do tempo de forma intensa na qualidade das águas de seus afluentes, principalmente no Rio Guandu. A despeito dessa contaminação, a Baía de Sepetiba ainda abriga atividades pesqueiras relevantes no estado do Rio de Janeiro e de grande importância econômica para a população local. Nesse contexto, destaca-se também a utilização dos manguezais como fonte de sustento para comunidades extrativistas - a coleta de crustáceos e moluscos (PETROBRAS/MINERAL, 2014).

Segundo *LOPES (op.cit., ibdem)*,

“a maior parte das comunidades pesqueiras da Baía de Sepetiba possui estrutura de organização tipicamente artesanal ou pouco capitalizada, sendo a pesca artesanal fundamental no conjunto de atividades econômicas desenvolvidas, representando a base da reprodução econômica e simbólica, sobretudo para os habitantes insulares. Pescadores artesanais da Baía de Sepetiba apresentam uma grande diversidade de técnicas de capturas, e sua utilização varia de acordo com as características particulares de cada localidade da baía, sendo a pesca de rede amplamente utilizada

pelos pescadores artesanais da região, sendo empregada em diversas modalidades de pesca na baía, desde as áreas mais rasas até locais de grande profundidade (...) Pescadores artesanais da Baía de Sepetiba utilizam as áreas de pesca localizadas geralmente nas proximidades de suas residências, já que suas embarcações possuem baixa autonomia. Dessa forma, promovem uma divisão informal das áreas de pesca, evitando conflitos de sobreposição de pesqueiros entre as diversas comunidades da região “.

Ações e programas importantes para a manutenção da pesca artesanal poderiam ser conhecidos e acessados pelos pescadores de Mangaratiba. A título de exemplo, podem ser citados os seguintes programas do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA): programas de fortalecimento da infraestrutura (Caminhões Frigoríficos, Fábricas de Gelo, Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel), de incentivo à comercialização (Feira do Peixe, Pescado na Alimentação Escolar) e, em geral, todos aqueles articulados no Plano Safra de Pesca e Aquicultura<sup>33</sup>.

Todavia, para a obtenção da maior parte desses incentivos e benefícios, são concebidos como permissionários os órgãos da administração pública direta ou indireta e entidades sem fins lucrativos, tais como associações, cooperativas, sindicatos ou colônias de pescadores. Essa obrigatoriedade reforça a necessidade de fortalecimento no grau de organização comunitária dos pescadores artesanais de Mangaratiba e articulação de suas demandas visando a captação desses recursos e incentivos.

Os pescadores artesanais ressentem-se, ainda, da fiscalização ambiental. Em primeiro lugar, apontaram a ausência de fiscalização dos órgãos públicos (INEA, Capitania dos Portos e IBAMA) sobre os pescadores que vêm de fora (sobretudo à noite) e sobre as artes de pesca mais predatórias, aplicadas pelas embarcações de grande porte (principalmente traineiras). Também acreditam que a fiscalização é mínima ou inexistente no caso dos grandes empreendimentos industriais situados na Baía de Sepetiba, variando

---

<sup>33</sup> Podem ser citados ainda o Pronatec Pesca e Aquicultura, os Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR, o Programa de Qualificação e Inclusão Social de Pescadores (as), o Programa de Apoio à Organização Produtiva de Trabalhadoras da Pesca e os Cursos Técnicos Integrados em Pesca e Aquicultura, entre outros. Cf. [www.mpa.gov.br](http://www.mpa.gov.br).

desde a permissividade em relação à emissão de gases poluentes e escoamento de rejeitos industriais até a autorização para a supressão de manguezais.

Em contrapartida, a fiscalização seria exercida excessivamente sobre os pescadores artesanais e as pequenas embarcações, em detrimento de outras atividades identificadas acima: pesca industrial, construções irregulares de grandes empreendimentos imobiliários e atividades gerais – aqui incluídas as portuárias – de empreendimentos industriais privados.

De maneira geral, os pescadores artesanais consideram-se alijados tanto do processo de licenciamento ambiental como da possibilidade de atuarem conjuntamente com os órgãos de fiscalização ambiental na preservação dos recursos pesqueiros locais. Afirmaram que os pescadores artesanais não são consultados a respeito da instalação de novas indústrias na região e que o INEA não acompanha devidamente os processos de licenciamento. Por outro lado, não é dada continuidade às denúncias efetuadas pelos pescadores artesanais a respeito das atividades da pesca industrial, seja no IBAMA, seja na Capitania dos Portos.

#### **VI.4 GESTÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO**

No caso do espaço terrestre e em relação ao uso e ocupação do solo, as comunidades quilombolas, de pescadores artesanais e mesmo os grupos vulneráveis urbanizados (como os de mulheres artesãs em Itaguaí) salientaram os riscos da implantação de grandes empreendimentos para a qualidade de vida, a segurança territorial e a manutenção de suas atividades econômicas.

Os pescadores desconhecem, por exemplo, instrumentos legais como o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei Federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988 e reeditado em 1997 (PNGC II), que estabeleceu os critérios para a gestão da orla marítima e definiu regras para de uso e ocupação da zona costeira. Ao desconhecer a normativa, o pescador perde tanto ao não conseguir fazer valer seus direitos reais quanto ao subrogar, idealmente, algum direito inexistente.

Uma possibilidade concreta de atividade para a Baía de Sepetiba poderia estar focada na transmissão-discussão horizontalizada e participativa dos conteúdos dispostos em documentos e trabalhos como:

- Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro (1996) – onde consta um Diagnóstico Ambiental da Bacia Hidrográfica da Baía de Sepetiba que aborda os aspectos, socioeconômico, geobiofísico e de qualidade ambiental;
- Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (2007) - Elaborou cenários prospectivos, simulações subsidiando metas de enquadramento; plano de investimentos. Propôs instrumentos de gestão integrada, ações de recuperação da qualidade ambiental e ações para garantia da qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

Questões relativas às Unidades de Conservação não foram mencionadas no Diagnóstico da Baía de Sepetiba. Não foram mencionados conflitos similares aos da Baía de Ilha Grande, onde muitas comunidades sentem-se tolhidas quanto ao uso de seus territórios tradicionais devido à presença de Unidades de Conservação, conforme mostra o ANEXO II.8.

O caso flagrante de desrespeito ao uso do território tradicional - que inclui até restrições ao direito de ir e vir – na Baía de Sepetiba ocorre no município de Mangaratiba, mais precisamente na Ilha da Marambaia. Trata-se de um conflito pelo espaço entre a Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia e a Marinha do Brasil, que detém o controle da área, conforme relatado no relatório municipal de Mangaratiba (Cf. Anexo Municipal - Mangaratiba).

## VI.5 INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS CORRELATAS

Diante da carência de infraestrutura e políticas públicas exposto no item 'Insuficiência/má qualidade dos serviços públicos', vale lembrar que os municípios da Baía de Sepetiba recebem royalties do petróleo, que são uma forma de pagamento de direitos a todos os cidadãos. No caso brasileiro, os royalties do petróleo são compensação financeira devida a União pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. É uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos

e não renováveis. Este pagamento é feito mensalmente e sua distribuição é definida por regras da ANP (BARBOSA, 200, p.12).

De acordo com SERRA (2008, p.2) os royalties têm se constituído como fonte de renda crucial para muitos municípios brasileiros e as formas de sua aplicação têm se tornado objeto de estudos:

“Vários estudos vêm sendo realizados em torno dessa distribuição de valores, para saber ao certo se estes realmente estão sendo bem investidos pelos beneficiários. Seja em função do volume de recursos envolvidos nestes repasses, seja em função da sua elevada concentração espacial, existe uma forte demanda reprimida por conhecimento histórico e atual sobre a distribuição destas receitas”.

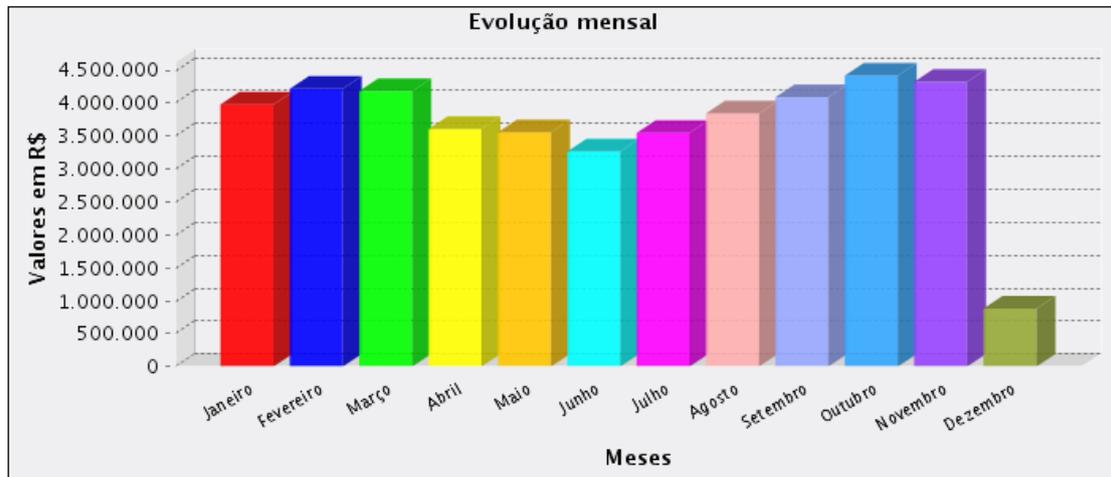
No que diz respeito ao litoral norte fluminense, foram encontrados diversos estudos que propõem metodologias de estudos sobre impacto/dependência e outros que já apresentam análise de casos sobre a aplicação dos royalties nos municípios (CONCEIÇÃO et al.; PIQUET, entre outros), mas estudos dessa natureza não foram localizados no tocante ao litoral sul fluminense e nem especificamente sobre os municípios integrantes desse Diagnóstico<sup>34</sup>.

Contudo, o volume de transferência de royalties no ano de 2013 por município foi de fácil localização e está apresentado a seguir:

---

<sup>34</sup> Os três municípios da Baía de Sepetiba integrantes desse Diagnóstico recebem royalties do petróleo e gás em obediência às Leis 7990/89 e 9478/97e de acordo com as seguintes especificações : Itaguaí – Zona Limítrofe/Zona de Influência; Mangaratiba – Zona Limítrofe/Zona de Influência e Rio de Janeiro - Zona Principal, município confrontante (Atlas da Distribuição dos Royalties no Estado do Rio de Janeiro, 2012 , pp.15, 101-102).

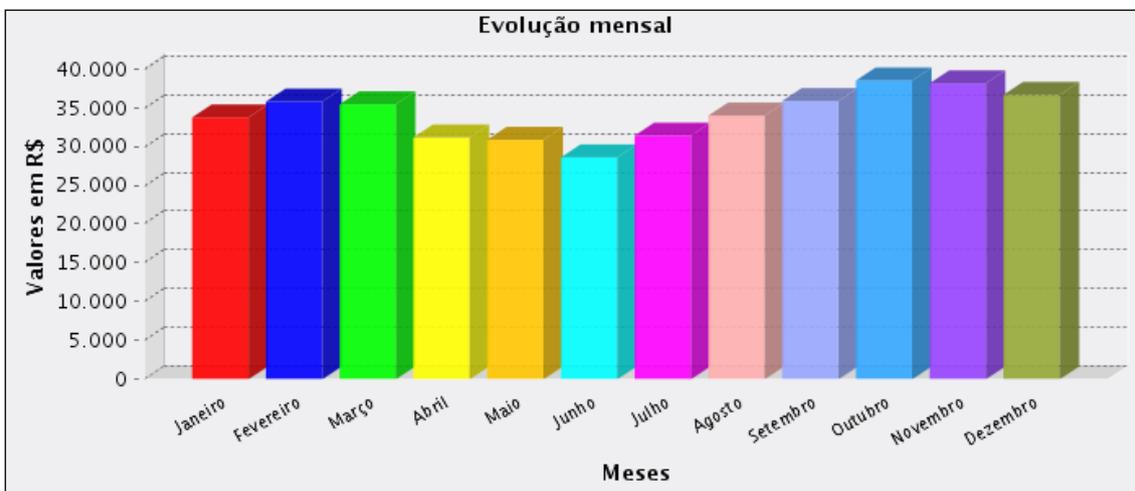
**Gráfico VI.5-1 – ITAGUAÍ - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48) – jan-dez/2013**



Janeiro	3.981.652,23	Abril	3.608.884,32	Julho	3.549.135,23	Outubro	4.417.669,44
Fevereiro	4.220.610,31	Mai	3.557.821,46	Agosto	3.846.250,81	Novembro	4.323.994,72
Março	4.183.086,89	Junho	3.267.041,30	Setembro	4.090.148,52	Dezembro	881.613,31

Fonte: Portal Transparência

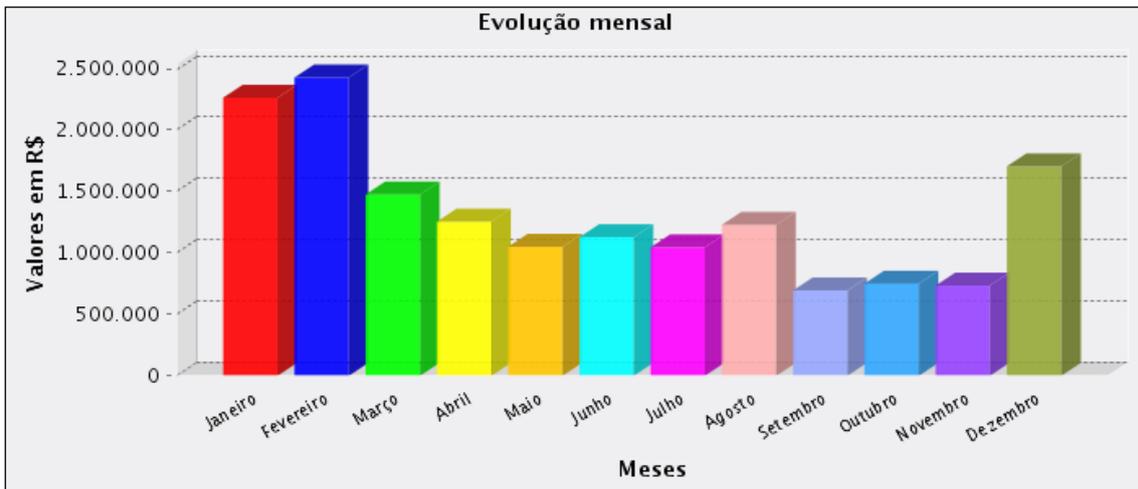
**Gráfico VI.5-2 – ITAGUAÍ - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º) – jan-dez 2013**



Janeiro	33.719,99	Abril	31.131,49	Julho	31.363,07	Outubro	38.466,54
Fevereiro	35.749,79	Mai	30.837,24	Agosto	33.965,88	Novembro	38.113,44
Março	35.414,87	Junho	28.579,76	Setembro	35.829,50	Dezembro	36.618,17

Fonte: Portal Transparência

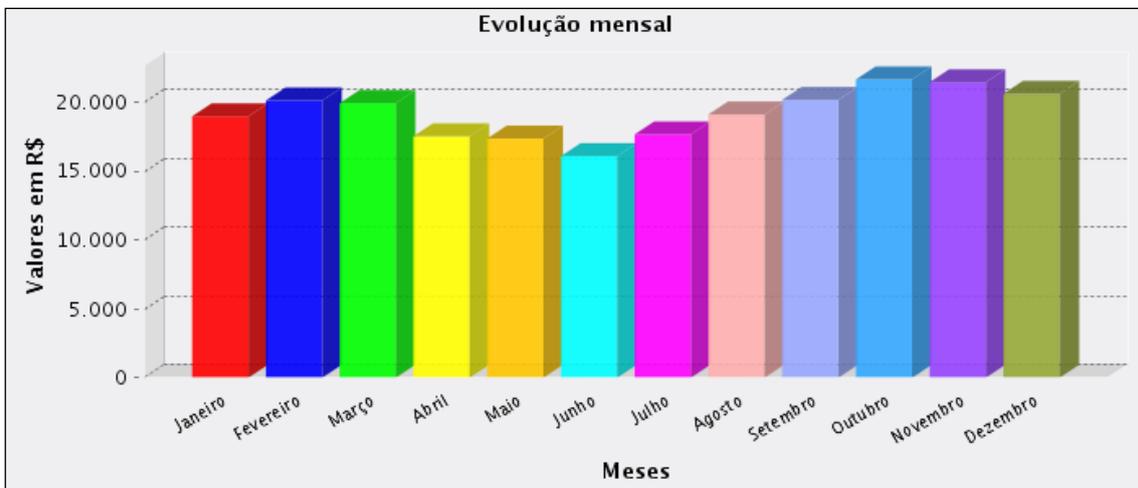
**Gráfico VI.5-3 – MANGARATIBA - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48) – jan-dez/2013 (Fonte: Portal Transparência)**



Janeiro	2.263.380,67	Abril	1.255.821,34	Julho	1.045.462,21	Outubro	694.720,67
Fevereiro	2.427.498,25	Mai	1.050.677,21	Agosto	1.229.654,59	Novembro	750.389,58
Março	1.476.014,59	Junho	1.128.984,36	Setembro	694.720,67	Dezembro	734.429,59

Fonte: Portal Transparência

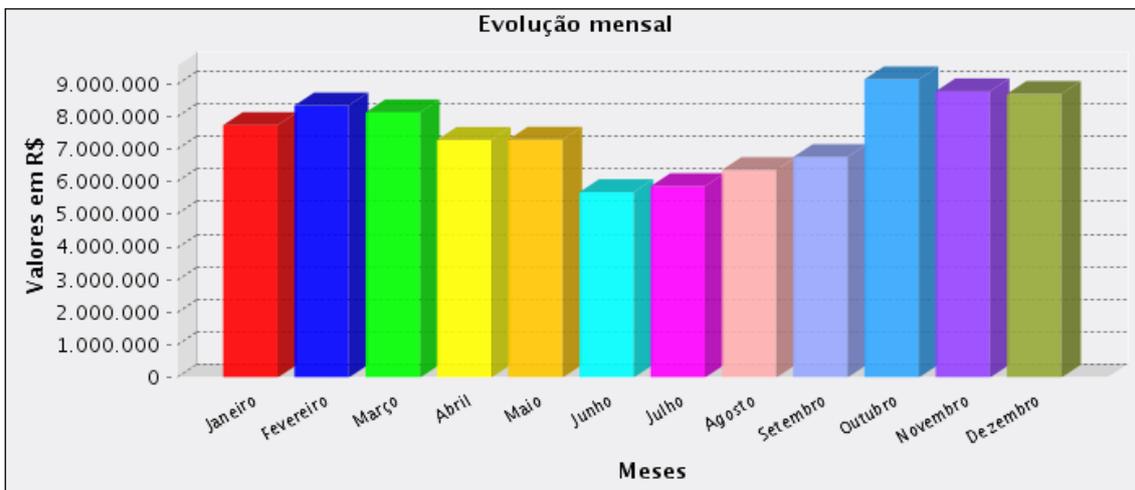
**Gráfico VI.5-4 – MANGARATIBA - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º) – jan-dez 2013**



Janeiro	18.967,49	Abril	17.511,46	Julho	17.641,73	Outubro	21.637,43
Fevereiro	20.109,26	Mai	17.345,95	Agosto	19.105,81	Novembro	21.438,81
Março	19.920,86	Junho	16.076,11	Setembro	20.154,09	Dezembro	20.597,72

Fonte: Portal Transparência

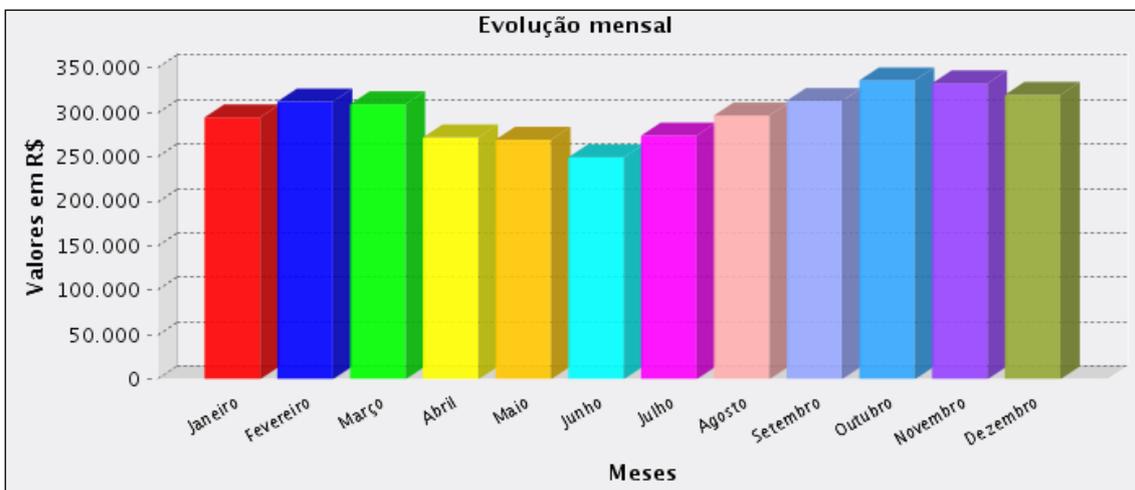
**Gráfico VI.5-5 – RIO DE JANEIRO - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48) – jan-dez/2013**



Janeiro	7.730.173,03	Abril	7.276.845,13	Julho	5.858.787,94	Outubro	9.128.313,30
Fevereiro	8.328.138,25	Mai	7.281.099,46	Agosto	6.352.405,88	Novembro	8.765.774,66
Março	8.120.624,64	Junho	5.681.988,39	Setembro	6.753.512,05	Dezembro	8.680.434,54

Fonte: Portal Transparência

**Gráfico VI.5-6 – RIO DE JANEIRO - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º) – jan-dez**



Janeiro	294.328,94	Abril	271.734,96	Julho	273.756,30	Outubro	335.759,79
Fevereiro	312.046,36	Mai	269.166,53	Agosto	296.475,25	Novembro	332.677,73
Março	309.122,94	Junho	249.461,84	Setembro	312.742,05	Dezembro	319.626,09

Fonte: Portal Transparência

Apesar de não ser possível consultar documentos e estudos específicos que demonstrem a relação de dependência dos municípios ora em tela com

relação aos royalties, o Relatório Final do estudo “Royalties do Petróleo e Desenvolvimento Municipal” (MACROPLAN, 2012) permite algumas considerações sobre o município Mangaratiba. Esse município fez parte do estudo que, ainda que apresente resultados em *clusters* e não por municípios separados, aponta questões sobre a dependência e aplicação dos royalties. Mangaratiba figura entre os municípios que não apresentaram melhoras em indicadores sociais como alfabetização e fuga da pobreza extrema, entre outros (op.cit. pp. 23-28) após o início do recebimento de royalties, o que parece indicar que não houve transferência desse direito monetarizado para setores sociais relevantes no município.

## VI.6 PERSPECTIVAS SOCIOECONÔMICAS

O Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Baía de Sepetiba contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - sob coordenação e para utilização do Governo do Estado do Rio de Janeiro – indica, em seu Plano de Trabalho, os três principais vetores de desenvolvimento para a baía (p.10):

- a) Econômico – considera que a baía configura um dos principais pólos industriais do Rio de Janeiro e também do Brasil;
- b) Turístico – considera o potencial paisagístico e a localização privilegiada da baía (entre os municípios do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis);
- c) Ambiental – considera a rica biodiversidade da baía e sua classificação, pelo Ministério do Meio Ambiente, como área de prioridade extremamente alta para a conservação.

Com previsão de execução para os próximos 40 anos, o PDS em questão advoga em seu Plano de Trabalho, único documento disponível para consulta, que o Programa de Ação a ser implementado deverá atuar em três dimensões (op.cit, p.21):

- “a) Econômica: a produção econômica da Baía deve ser suficiente para a sustentação da sua população, da infraestrutura necessária e da base físico-ambiental. Este dimensionamento deve considerar as relações de interdependência com os processos produtivos regionais;
- b) Sócio-cultural: a organização população local deve manter seu equilíbrio nos aspectos inerentes a saúde, educação, segurança, lazer, cultura e renda, sem prejuízo dos valores históricos e culturais que representam em escala regional e
- c) Ambiental: conservação e

desenvolvimento da biodiversidade, coexistindo com a utilização racional dos recursos naturais, sem prejuízo das gerações futuras”.

O referido plano de trabalho também apresenta (*op.cit.* pp.18-20) modelos de outros PDS (Território da Chapada Diamantina e Arquipélago do Marajó) em que havia eixos de estruturação de ações bastante abrangentes no que diz respeito às comunidades tradicionais. Contudo, trata-se de um projeto de gabinete, ou seja, não prevê a participação da população dos municípios que compõem a Baía de Sepetiba em sua elaboração, apenas oficinas e audiências públicas. Não por acaso, este PDS não é conhecido pelos grupos sociais diagnosticados.

Curiosamente, todas as demandas e expectativas mencionadas nesse diagnóstico se adequam perfeitamente aos vetores de análise e às dimensões de ação previstas no PDS. De forma bastante sintética, os grupos sociais diagnosticados (e entre eles o grupo considerado mais vulnerável neste diagnóstico, qual seja, o de pescadores artesanais) também têm suas percepções sobre desenvolvimento sustentável e desejam privar e usufruir a) de oportunidades oferecidas pelos grandes empreendimentos (capacitações, postos de trabalho, parcerias para a valorização da cultura caiçara), b) das possibilidades ofertadas pela beleza cênica da região para investir em atividades turísticas (preferem empreendimentos autônomos, de base comunitária, mas desejam também investimentos externos de turismo, desde que ordenados, para garantir geração de postos de trabalho) e c) do aproveitamento da biodiversidade e da abundância da vida marinha ao perpetuar suas atividades tradicionais de interação econômica com o meio físico. O PEA na Baía de Sepetiba deve propor atividades de questionamento quanto à não integração das comunidades diagnosticadas neste PDS ora em formulação ou, melhor, tentar estimular esta integração por meio da divulgação aos pescadores a respeito do PDS.

#### **VI.6.1.1.1 Subsídios e diretrizes para formulação do PEA-rio (Baías de Ilha Grande e Sepetiba)**

O Litoral Sul Fluminense apresenta atualmente um cenário de forte pressão ambiental sobre os recursos, advinda do conflito de vocações da região, na qual coexistem atividades portuárias, minerárias, turismo, pesca artesanal e industrial e aquelas relacionadas à cadeia produtiva do petróleo e gás. A zona costeira tem sido alvo de um sem-número de ações geradoras de impactos nos meios físico, biótico e antrópico. A presença de resíduos no mar, por exemplo, está associada à poluição difusa, originada de várias fontes associadas a essas atividades (drenagem urbana, pesca, turismo, embarcações, estaleiros, porto, entre outros).

Sem sombra de dúvida, a elevada concentração de embarcações trafegando pela região pode ser identificada como uma das principais ações geradoras de impactos. As embarcações são fontes potenciais de contaminação por óleo no mar, assim como as operações portuárias no TEBIG e no Porto de Itaguaí. De fato, na Baía de Ilha Grande, o TEBIG atua como entreposto de exportação e cabotagem de bunker (combustível de navio) e óleo combustível. Além disso, a Transpetro realiza operações *ship to ship* na região.

Para a pesca artesanal, o efeito mais deletério da saturação do território marítimo extrativista devido às atividades industriais é a criação de amplas áreas de exclusão da pesca. A intensificação do tráfego de cada uma das grandes embarcações expropria dos pescadores uma área de 500 metros de raio em seu entorno. Somadas as zonas de exclusão, os pescadores são empurrados para cada vez mais longe da costa. Entretanto, suas embarcações e seus recursos não permitem a atividade pesqueira em águas mais distantes e profundas.

Ainda que se compreenda que as atividades e empreendimentos relacionados à cadeia de petróleo e gás não possam ser consideradas, em si mesmos, responsáveis exclusivos por ações geradoras de impactos socioambientais, há que se assinalar que suas ações na região contribuem, de maneira sinérgica e cumulativa, para o adensamento e o aumento de volume de ações geradoras desses impactos.

Os relatos dos comunitários coletados nos eventos de DP auxiliam na compreensão dessas implicações, na medida em que indicam, do ponto de vista dos sujeitos que ocupam esse território, um cenário de contaminação crônica, de pequenas e frequentes manchas de óleo na Baía de Ilha Grande, conhecidas como manchas órfãs. Do mesmo modo, a pressão da pesca industrial sobre a pesca artesanal no litoral norte paulista e sul fluminense, também relatado frequentemente como um conflito regional, é um problema real.

Nesse contexto geral, os impactos observados no litoral sul fluminense e descritos neste relatório a partir de suas ações geradoras, foram os seguintes: alteração na qualidade da água, alteração na qualidade do ar, aumento da poluição visual e sonora, alteração da dinâmica sedimentar costeira, alteração da biota costeira (bioinvasão), alteração de paisagem, alteração de fluxo populacional, alteração na disponibilidade de áreas marítimas, aumento na demanda por cursos e capacitação profissional, especulação imobiliária, expansão desordenada das áreas de ocupação, expectativa sobre a arrecadação de royalties, geração de expectativas, interferência com a pesca artesanal e interferência no uso e ocupação das terras.

Os problemas de natureza estrutural identificados são aqueles que marcadamente expõem a vulnerabilidade dos grupos sociais diagnosticados no interior das unidades administrativas municipais ou através de categorias criadas em sua própria realidade. No que diz respeito aos serviços públicos, pode-se afirmar que ainda que os municípios integrantes deste Diagnóstico disponham de serviços públicos de saúde, educação, cultura e saneamento, eles estão concentrados nas áreas urbanas, o que inviabiliza seu acesso para moradores de localidades mais distantes. Outro problema de ordem estrutural é a fragilidade organizativa de diversas comunidades que não possuem instituições organizadas autônomas (associações), não participam dos canais institucionais de participação existentes em seu município e mostram-se

desacreditadas de que a sua participação efetiva nos processos sociopolíticos dos seus municípios poderia alterar, de fato, suas condições de vida.

No que tange aos conflitos evidenciados no Litoral Sul Fluminense, pode-se afirmar que os principais atores envolvidos são os grupos sociais vulneráveis (como os que aqui foram diagnosticados), de um lado, e de outro os representantes do Estado, em seus diversos níveis, e do Capital, em suas distintas frações, como demonstram os exemplos a seguir:

- a) Conflitos com Unidades de Conservação que vão desde a regulamentação excessiva e a fiscalização repressiva, passando pela falta de informação a respeito do que é permitido ou não, até a recategorização de UCs que podem impactar diretamente sobre a possibilidade de manutenção da comunidade. As leis ambientais foram diretamente identificadas como ameaça, pois além da proibição da pesca em vastas áreas, contribuem para a perda da cultura caiçara, devido às proibições das atividades tradicionais como a agricultura. Como resultado são apontadas a insegurança territorial e a interferência na possibilidade de sustentação do modo de vida tradicional, já que os órgãos ambientais não fornecem alternativas sustentáveis para o pescador.
- b) Conflitos com órgãos públicos de fiscalização ambiental que atuam com maior severidade em relação à pesca artesanal, enquanto agem de maneira mais amena com as grandes embarcações e empreendimentos privados.
- c) Conflitos com grandes empreendimentos públicos e privados (imobiliários, turísticos, portuários, siderúrgicos, minerários) que impedem por meio da proibição de acessos, da privatização de espaços e da criação de zonas de exclusão a manutenção das atividades de produção e reprodução do modo de vida comunitário.

Segundo informações constantes nos documentos "Plano de Negócios e Gestão 2014-2018" e no "Plano Estratégico 2030", ambos da Petrobras, não existem operações e instalações em uso ou com previsão de uso e de implantação pela empresa em Paraty e na Baía de Sepetiba até pelo menos

2018. Estes documentos reforçam que não há instalações nestes municípios que atendam ao E&P, nem há previsão de qualquer nova instalação ou investimentos em infraestrutura.

A seguir será apresentada uma análise de temas geradores que poderiam ser desenvolvidos com as comunidades diagnosticadas. As comunidades que não possuem qualquer tipo de organização comunitária, ou cujas organizações comunitárias encontram-se insuladas, apartadas de sua base deveriam passar por **‘processos de organização associativa e/ou empoderamento comunitário’**. As comunidades que exibem um maior grau de organização social estariam aptas para trabalhar a **‘participação qualificada nos processos de licenciamento ambiental da cadeia de petróleo e gás e outras cadeias produtivas no município’**.

Todos os pescadores são sujeitos prioritários da temática **‘atuação qualificada no ordenamento territorial e no enfrentamento de conflitos com a pesca industrial e com a fiscalização de órgãos ambientais’**. Nos casos de Paraty e Angra dos Reis pode ser adicionado a este conflito as **Unidades de Conservação**. Os pescadores artesanais e produtores rurais diagnosticados mostraram-se fortemente vulneráveis em relação a comercialização dos seus produtos. Assim, estes grupos são prioritários para a temática de **‘empoderamento em direção à autonomia produtiva (enfrentamento com atravessadores) e alternativas de geração de renda’**.

Por fim, a integração das comunidades no setor turístico, não de maneira precária, mas como forma de autodeterminação, auxiliaria na manutenção de sua capacidade de reprodução econômica. Assim, em Paraty e Angra dos Reis as comunidades também estariam vinculadas a temática de **‘capacitação para atividades de turismo’**. Uma das melhores contribuições de uma intervenção no âmbito do licenciamento ambiental para os pescadores da Baía de Sepetiba seria auxiliá-los no entendimento de suas próprias estruturas organizacionais, no mapeamento das arenas de interferência política

existentes ou passíveis de construção e no conhecimento do ordenamento burocrático-jurídico do campo ambiental.

Para a execução dos temas geradores, bem como para aquelas que irrompam a partir de outros temas socioambientais que venham a se mostrar relevantes durante o processo de implementação do PEA- Rio, cabe ressaltar que mais do que apontar a sua interface potencial com um ou outro projeto ou programa atualmente em curso no município, deve-se atentar para os atores relevantes que os conduzem e que podem vir a se tornar parceiros dos projetos a serem desenvolvidos. Isso porque os projetos e programas que foram indicados, sejam relativos ao ordenamento territorial ou à esfera produtiva, podem encontrar solução de descontinuidade, por uma série de motivos. Podem ser encerrados unilateralmente pelas entidades e órgãos que os conduzem, podem ser finalizados com bom termo, podem enfim ser interrompidos por desinteresse das comunidades e sujeitos envolvidos ou por mudanças de gestão nas instituições responsáveis.

Com relação ao tema do turismo, o INEA constitui-se como um parceiro potencial não somente em função das Unidades de Conservação sob sua responsabilidade, mas também devido à promoção do projeto "Ilha Grande Sustentável", para o qual outras comunidades da Ilha Grande poderiam contribuir. A ampliação da participação dos grupos sociais/comunitários nessa questão poderia operar como uma forma de inclusão das comunidades tradicionais no setor de turismo, já que algumas delas não se consideram representadas pelas entidades ligadas ao setor turístico e hoteleiro da Ilha Grande. Contudo, a construção dessa parceria passa pela reconstrução das relações atuais com o INEA, atualmente marcadas pela negatividade.

Da mesma forma, pode-se identificar como potenciais parceiros para a elaboração de projetos do PEA-Rio voltados para a gestão territorial e a pesca artesanal o Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ), que desenvolveu o projeto PAPESCA, já citado. O acúmulo de experiência e de parcerias da Rede Solidária da Pesca e o material consolidado no "Programa de Políticas Públicas para a Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas da Baía de Ilha Grande" podem ser de

grande valia para a inclusão dos grupos sociais/comunitários em arenas de discussão referentes à temática do ordenamento pesqueiro.

Ainda em relação à pesca artesanal, mas tratando-se do fomento e do incentivo à sua manutenção como atividade econômica, podem ser indicados como parceiros potenciais a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura, as associações de pescadores de base local, a Colônia de Pescadores Z-17, que para todos os efeitos não foi explicitamente criticada como órgão representativo e o Conselho Municipal para Assuntos de Pesca (CMAP). Todos esses parceiros podem auxiliar na viabilização de convênios ou de acesso às políticas setoriais desenvolvidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Além, é evidente, das entidades responsáveis pela condução de projetos locais, como o Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande (IED-BIG), que coordena o projeto POMAR.

Com relação à temática da participação qualificada em processos de licenciamento ambiental, os parceiros potenciais identificados são o Centro de Estudos Ambientais (CEA), da prefeitura municipal, as ONGs ambientais e os próprios órgãos ambientais (IBAMA e INEA).

Finalmente, há que se destacar o Fórum das Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba como potencial parceiro.

Com relação ao tema do turismo, a Secretaria Municipal de Turismo constitui-se como uma parceira potencial, devido à promoção do Plano Estratégico de Turismo. A ampliação da participação dos grupos sociais/comunitários nessa questão poderia operar como uma forma de inclusão das comunidades tradicionais no setor de turismo, já que algumas delas não se consideram representadas pelas entidades ligadas ao setor turístico e hoteleiro do município.

Em relação à pesca artesanal e à agricultura desenvolvida principalmente nas comunidades quilombolas, mas tratando-se do fomento e do incentivo à sua manutenção como atividade econômica, podem ser

indicados como parceiros potenciais a Colônia de Pescadores e a Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura. Esses parceiros podem auxiliar na viabilização de convênios ou de acesso às políticas setoriais desenvolvidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário ou da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

## VII PERFIL DOS PROFISSIONAIS QUE CONDUZIRAM O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-RIO

Quadro VIII-1 – Profissionais responsáveis pelo Diagnóstico Participativo do PEA-Rio

Nome	Função	Perfil
Angélica Liaño	Pesquisadora de campo/ Mediadora	Psicóloga com atuação na Ilha Grande
Amanda Souza	Mediadora	Cientista Social
César Edair Lopes Ribeiro	Agente Local	Profissional de comunicação social e divulgação em Itaguaí
Clayton Peron Franco de Godoy	Coordenador Técnico	Doutor em Sociologia
Érica Barbosa	Pesquisadora de campo/ Mediadora	Mestre em Antropologia Social
Fatima Karine Pinto Joventino	Pesquisadora de campo	Mestre em Engenharia de Pesca e Doutoranda em Meio Ambiente
Isac Alves de Oliveira	Agente Local	Liderança dos pescadores em Pedra de Guaratiba
Jaci do Nascimento	Agente Local	Liderança dos pescadores em Santa Cruz
Lucia Guirra	Agente Local	Técnica extensionista da FIPERJ e liderança comunitária em Mangaratiba
Maria Cecília Manzoli Turatti	Coordenadora Técnica	Doutora em Antropologia Social
Marlene Dias	Agente Local	Liderança comunitária em Angra dos Reis
Marina Zborowski	Pesquisadora de campo	Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
Mirian Reis	Pesquisadora de campo/ Mediadora	Bióloga e membro da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ).
Nelson Palma	Agente Local	Jornalista responsável pelo jornal "O Eco" em Ilha Grande
Paula Vergne Fernandes	Pesquisadora de campo/ Mediadora	Mestre em Geografia e especialista em Licenciamento Ambiental
Paulo Eduardo Sampaio	Agente Local	Liderança dos pescadores em Sepetiba
Pedro Paulo Vieira	Pesquisador de campo/ Mediador	Doutor em Biofísica
Rhanna Cristina das Chagas Leôncio	Agente Local	Liderança comunitária em Sepetiba

Rodrigo Rodrigues de Freitas	Pesquisador de campo/ Mediador	Engenheiro de Pesca e Doutor em Ambiente e Sociedade
Thais Danton Coelho	Pesquisadora de campo/ Mediadora	Mestre em Antropologia Social
Vagno Martins	Agente Local	Liderança comunitária em Paraty

## VIII BIBLIOGRAFIA

ABIRACHED, C.F.A. Ordenamento Territorial e Áreas Protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, CDS, 178p, 2011.

ABRAMOVAY, Miriam. (2002). Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas. Brasília, UNESCO, 2002.

ADAMS, Cristina. Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento ambiental, Annablume/FAPESP, São Paulo, 2000.

ASCERALD, Henri (org.) Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Relume Dumará:Fundação Ford, 2004.

ATLAS DA DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Governo do Rio de Janeiro, 2012.

[http://www.petroleo.rj.gov.br/site/tmp/atlas\\_da\\_distribuicao\\_dos\\_royalties\\_no\\_estado\\_do\\_rio\\_de\\_janeiro.pdf](http://www.petroleo.rj.gov.br/site/tmp/atlas_da_distribuicao_dos_royalties_no_estado_do_rio_de_janeiro.pdf)

Acessado em 04/12/2013.

BARBOSA, Décio H. Guia dos Royalties do Petróleo e do Gás Natural. Rio de Janeiro, ANP, 2001.

BAHIA, N.C.F.; SEIXAS, C.S.; ARAUJO, L. G.; J. S. FARINACI; P. CHAMY Implementation of a National Park over the traditional land of the Trindade community in Paraty, Brazil. In: Protected Areas and Place Making Conference. Foz do Iguaçu, p. 46-51.

CASTRO, Mary. & ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em Situação de Pobreza, Vulnerabilidades Sociais e Violências, Cadernos de Pesquisa, n. 116, p.143-176, julho de 2002.

CONCEIÇÃO, Jorge. H. M et al. Petróleo e Gás Natural nas Finanças Públicas do Estado e dos municípios do Rio de Janeiro, s/d. <http://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/> Acessado em 04/12/2013.



  
Coordenador da Equipe



  
Técnico Responsável

Relatório  
PBS6AR21

Revisão 03  
01/2014

De FREITAS, R. R.; SEIXAS, C. S. 2013. Territorial development in a marine reserve in coastal Brazil: is it feasible? In: Protected Areas and Place Making Conference. Foz do Iguaçu, p. 53-58.

De FREITAS, R. R. Implicações de políticas de conservação e desenvolvimento na pesca artesanal costeira em uma Área Marinha Protegida da Baía da Ilha Grande. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, NEPAM, p. 273, 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos. Povos e mares: uma retrospectiva de socioantropologia marítima, Nupaub/USP, 2003. Artigo disponível em <http://www.usp.br/nupaub/Cap10.pdf> . Acesso em 06/12/2013.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC), Agência Brasil, 11/03/2013 – “Angra dos Reis suspende projetos em função do repasse menor de royalties do petróleo”

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-03-11/angra-dos-reis-suspende-projetos-em-funcao-do-repasse-menor-de-royalties-do-petroleo>.

Acessado em 04/12/2013.

HANAZAKI, Natalia. Ecologia de Caiçaras – uso de recursos e dieta, Tese de Doutorado, Instituto de Biologia-Unicamp, Campinas, 2001. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000222871>. Acesso em 05/12/2013.

HANAZAKI, N.; IDROBO, C.J.; De FREITAS, R.R.; GIRALDI, M. Entendendo os modos de vida em sete comunidades Caiçaras de Paraty. In: Begossi, A.; Lopes, P.F.M. Comunidades pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo. São Carlos: RIMA Editora. p. 113-133, 2014.

JORNAL DIÁRIO DO VALE – 24/06/2013 - “Paraty perde 20% da receita mensal” <http://diariodovale.uol.com.br/noticias/0,75378,Paraty-perde-20-da-receita-mensal.html#axzz2mTUATh8V>. Acessado em 04/12/2013.

KATZMAN, Rubén. (2000). Notas Sobre la Medición de la Vulnerabilidad Social, BID-BIRD-CEPAL, México (Borrador para discusión).

LOPES, Alissandra P. Territorialidades em Conflitos na Baía de Sepetiba, Rio De Janeiro, Brasil - Estudo de caso dos conflitos entre os

pescadores artesanais e o porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA), Dissertação de Mestrado, PROCAM/USP, 2013..

<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Alessandra%20Pinheiro%20Lopes.pdf> Acessado em 08/12/2013.

MACROPLAN – Royalties do Petróleo e Desenvolvimento Municipal – Avaliação e Proposta de Melhoria, Relatório Final, 2012.

[macroplan.com.br/Documentos/EstudoMacroplan201282717367.pdf](http://macroplan.com.br/Documentos/EstudoMacroplan201282717367.pdf) Acessado em 04/12/2013.

MARINHA DO BRASIL – DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO, Carta Marítima da Ilha Grande.

<http://www.mar.mil.br/dhn/chm/publicacao/rotcs/077-104b-Baia-da-Ilha-Grande.pdf>

MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE, Avaliação de Impactos Cumulativos e Sinérgicos - Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 2, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/DIEESE. (2007). Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social, Brasília, 2007.

PIQUET, Rosália, Impactos da Indústria do Petróleo no Norte Fluminense, s/d, <http://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/> Acessado em 04/12/2013.

GOVERNO FEDERAL, Portal da Transparência.

<http://br.transparencia.gov.br/> Acessado em 07/12/2013.

PROJETO MARES DA ILHA GRANDE – Síntese do Relatório Final do Diagnóstico Socioambiental da Pesca Artesanal na Baía de Ilha Grande, Instituto Bioatlântica, 2009.

RIBEIRO NETO, Francisco B. & OLIVEIRA, Mônica F. Estratégias de sobrevivência de comunidades litorâneas em regiões ecologicamente degradadas - o caso da Baixada Santista, Relatório de pesquisa, 1989. <http://www.usp.br/nupaub/>. Acesso em 06/12//2013

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARAÇA, Carlos E., et al. "A propósito de uma nova regionalização para o Estado do Rio de Janeiro." Revista de Economia Fluminense 6 (2007): 18-27.

SERRA, Rodrigo Valente et al. GEOROYALTIES: Sistema de Geoprocessamento para Visualizar a Distribuição dos Royalties do Petróleo, Rio de Janeiro, 2008. <http://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/> Acessado em 04/12/2013.

SOUZA, G.D.; SANTOS, M.M.B.; REIS, C.C.; DA MATA JUNIOR, M.R.; VENDRAMINI, A.L.A. Produção, extração e controle de carragenanas a partir de macroalgas cultivadas em Paraty – RJ. Rio de Janeiro, UFRJ. Seminário PAPESCA –SOLTEC. Setembro de 2013.

SOUZA, S.P. Os pescadores de Paraty e o Turismo. *In*: Begossi, A.; Lopes, P.F.M. Comunidades pesqueiras de Paraty: sugestões para manejo. São Carlos: RIMA Editora. p. 172-188, 2014.

ZBOROWSKI, Marina B. Conflitos Ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA), Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2008.

## IX ANEXOS



  
Coordenador da Equipe



  
Técnico Responsável

Relatório  
PBS6AR21

Revisão 03  
01/2014

## ANEXO I - GRUPOS SOCIAIS/COMUNITÁRIOS PARTICIPANTES DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-RIO - LITORAL SUL FLUMINENSE, 2012-2013

Município	Comunidade	Tipificação
Angra dos Reis	Araçatiba	Pescadores artesanais
	Aventureiro	Pescadores artesanais
	Bananal	Pescadores artesanais
	Dois Rios	Pescadores artesanais
	Enseada das Estrelas/Saco do Céu	Pescadores artesanais
	Enseada das Palmas	Pescadores artesanais
	Enseada do Abraão	Pescadores artesanais
	Garatucaia	Pescadores artesanais
	Japariz	Pescadores artesanais
	Matariz	Pescadores artesanais
	Monsuaba	Entorno de instalações terrestres/pescadores artesanais
	Parque Mambucaba	Produtores rurais caiçaras
	Ponta Leste	Entorno de instalações terrestres/pescadores artesanais
	Praia da Longa	Pescadores artesanais
	Praia das Flechas	Pescadores artesanais
	Praia Vermelha	Pescadores artesanais
	Provetá	Pescadores artesanais
	Quilombo de Santa Rita do Bracuhy	Quilombolas
	Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba	Pescadores artesanais
	Vila Velha	Pescadores artesanais
<b>Subtotal de comunidades = 20</b>		
	Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty	Pescadores artesanais
	Ilha do Algodão	Pescadores artesanais
	Ilha do Araújo	Pescadores artesanais

Paraty	Paraty-Mirim	Pescadores artesanais
	Ponta Grossa	Pescadores artesanais
	Ponta Negra	Pescadores artesanais
	Pouso da Cajaíba	Pescadores artesanais
	Praia do Sono	Pescadores artesanais
	Praia Grande	Pescadores artesanais
	Quilombo do Cabral	Quilombolas
	Quilombo do Campinho da Independência	Quilombolas
	Saco do Mamanguá	Pescadores artesanais
	São Gonçalo	Pescadores artesanais
	Tarituba	Pescadores artesanais
	Trindade	Pescadores artesanais

**Subtotal de comunidades = 15**

Itaguaí	Brisamar	Entorno de instalações terrestres
	Coroa Grande	Pescadores artesanais
	Ilha da Madeira - APAIM	Entorno de instalações terrestres/pescadores artesanais
	Ilha da Madeira - APLIM	Entorno de instalações terrestres/pescadores artesanais
	Ilha dos Martins	Pescadores artesanais
	Ponte Preta	Pescadores artesanais
	Vila Geny/Coroa Grande	Entorno de instalações terrestres/pescadores artesanais
	Vila Paraíso	Entorno de instalações terrestres/pescadores artesanais

**Subtotal de comunidades = 8**

Mangaratiba	Conceição de Jacaréí	Entorno de instalações terrestres
	Ilha da Marambaia	Quilombolas/pescadores artesanais
	Ilha de Itacuruçá	Entorno de instalações terrestres/pescadores artesanais
	Muriqui	Pescadores artesanais
	Praia do Sahy	Pescadores artesanais

**Subtotal de comunidades = 5**

Rio de Janeiro	Pedra da Guaratiba	Pescadores artesanais
	Santa Cruz	Pescadores artesanais
	Sepetiba	Pescadores artesanais
<b>Subtotal de comunidades = 5</b>		
<b>Total de comunidades na Baía de Ilha Grande = 35</b>		
<b>Total de comunidades na Baía de Sepetiba = 16</b>		
<b>Total de comunidades diagnosticadas = 51</b>		

## ANEXO II – MAPAS SOBRE AS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS



*[Handwritten signature]*  
Coordenador da Equipe

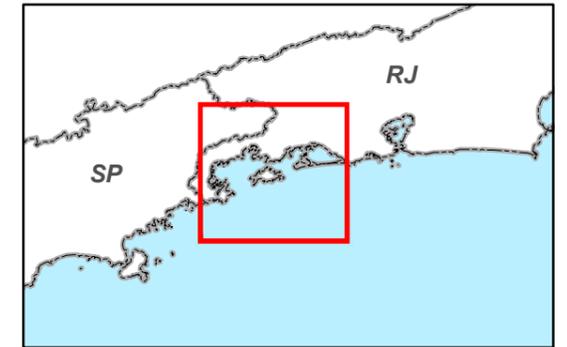


*[Handwritten signature]*  
Técnico Responsável

Relatório  
PBS6AR21

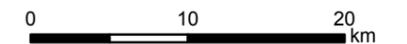
Revisão 03  
01/2014

LOCALIZAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Legenda:

- Comunidades Diagnosticadas
- Sistema viário
- Municípios diagnosticados
- Limite estadual



Projeção UTM  
Datum SIRGAS2000 - Fuso 23S

Fonte:  
- Diagnóstico Participativo - Programa de Educação Ambiental Rio de Janeiro (Petrobras/Mineral, 2013);  
- Limites Municipais (IBGE, 2010);  
- Unidades Federativas (IBGE, 2010).

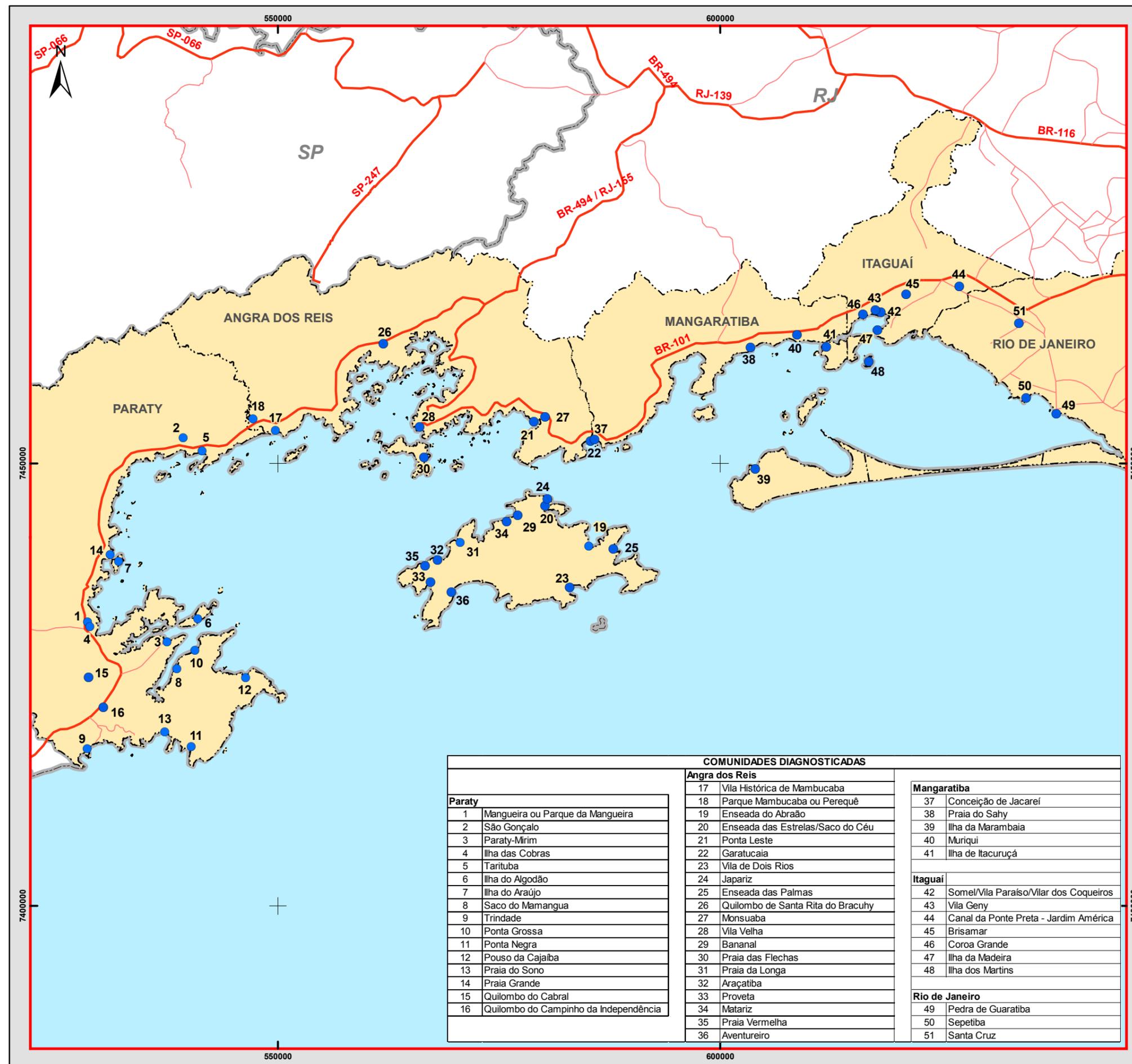


PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO

DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO

LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS

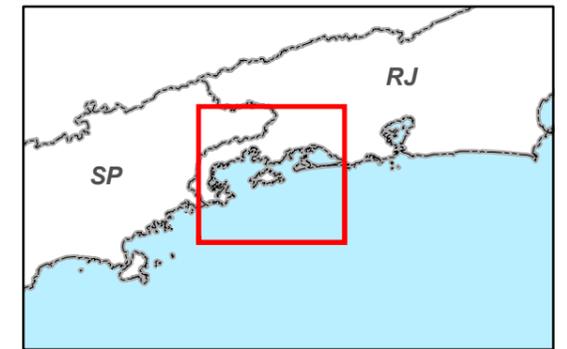
ESCALA	1:450.000	DATA	Dezembro/2014
ANEXO	II.1	FOLHA	1/1
		REV.	0



COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS

Município	Comunidade	Número
Paraty	Mangueira ou Parque da Mangueira	1
	São Gonçalo	2
	Paraty-Mirim	3
	Ilha das Cobras	4
	Tarituba	5
	Ilha do Algodão	6
	Ilha do Araújo	7
	Saco do Mamanguá	8
	Trindade	9
	Ponta Grossa	10
	Ponta Negra	11
	Pouso da Cajaíba	12
	Praia do Sono	13
	Praia Grande	14
	Quilombo do Cabral	15
	Quilombo do Campinho da Independência	16
Angra dos Reis	Vila Histórica de Mambucaba	17
	Parque Mambucaba ou Perequê	18
	Enseada do Abraão	19
	Enseada das Estrelas/Saco do Céu	20
	Ponta Leste	21
	Garatuaia	22
	Vila de Dois Rios	23
	Japariz	24
	Enseada das Palmas	25
	Quilombo de Santa Rita do Bracuhy	26
Monsuaba	27	
Mangaratiba	Vila Velha	28
	Bananal	29
	Praia das Flechas	30
	Praia da Longa	31
	Araçatiba	32
	Proveta	33
	Matariz	34
	Praia Vermelha	35
	Aventureiro	36
	Itaguaí	Somel/Vila Paraíso/Vilar dos Coqueiros
Vila Geny		43
Canal da Ponte Preta - Jardim América		44
Brisamar		45
Coroa Grande		46
Rio de Janeiro	Ilha da Madeira	47
	Ilha dos Martins	48
	Pedra de Guaratiba	49
	Sepetiba	50
	Santa Cruz	51

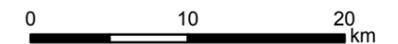
LOCALIZAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Legenda:

- Comunidades Diagnosticadas
- Empreendimentos Terrestres
- Portos
  - P1 - Porto de Angra dos Reis
  - P2 - Porto de Itaguaí
- Terminais
  - T1 - TEBIG (Instalações em terra)
  - T2 - TEBIG (Pier de atracação)
  - T3 - Terminal da Ilha de Guaiuba
- Sistema viário
- Municípios diagnosticados
- Limite estadual

EMPREENDIMENTOS	
i1	Casa da Moeda
i2	Casa da Moeda do Br - Sta Cruz/RJ
i3	Cia Sid do Atlântico
i4	CNS
i5	Ecolab Química - Sta Cruz/RJ
i6	Estaleiro Brasfels
i7	Fabrica Carioca de Catalizadores
i8	Gerdau - Consigua, Sta Cruz/ RJ
i9	Gerdau Cosigua
i10	Latasa - latas de alum, Sta Cruz/RJ
i11	Linde
i12	MMX
i13	Pan Americana S/A, Sta Cruz/RJ
i14	ThyssenKrupp, Sta Cruz/RJ
i15	TK-CSA
i16	Usina Santa Cruz
i17	Valesul Alumínio S/A - Sta Cruz/RJ



Projeção UTM  
Datum SIRGAS2000 - Fuso 23S

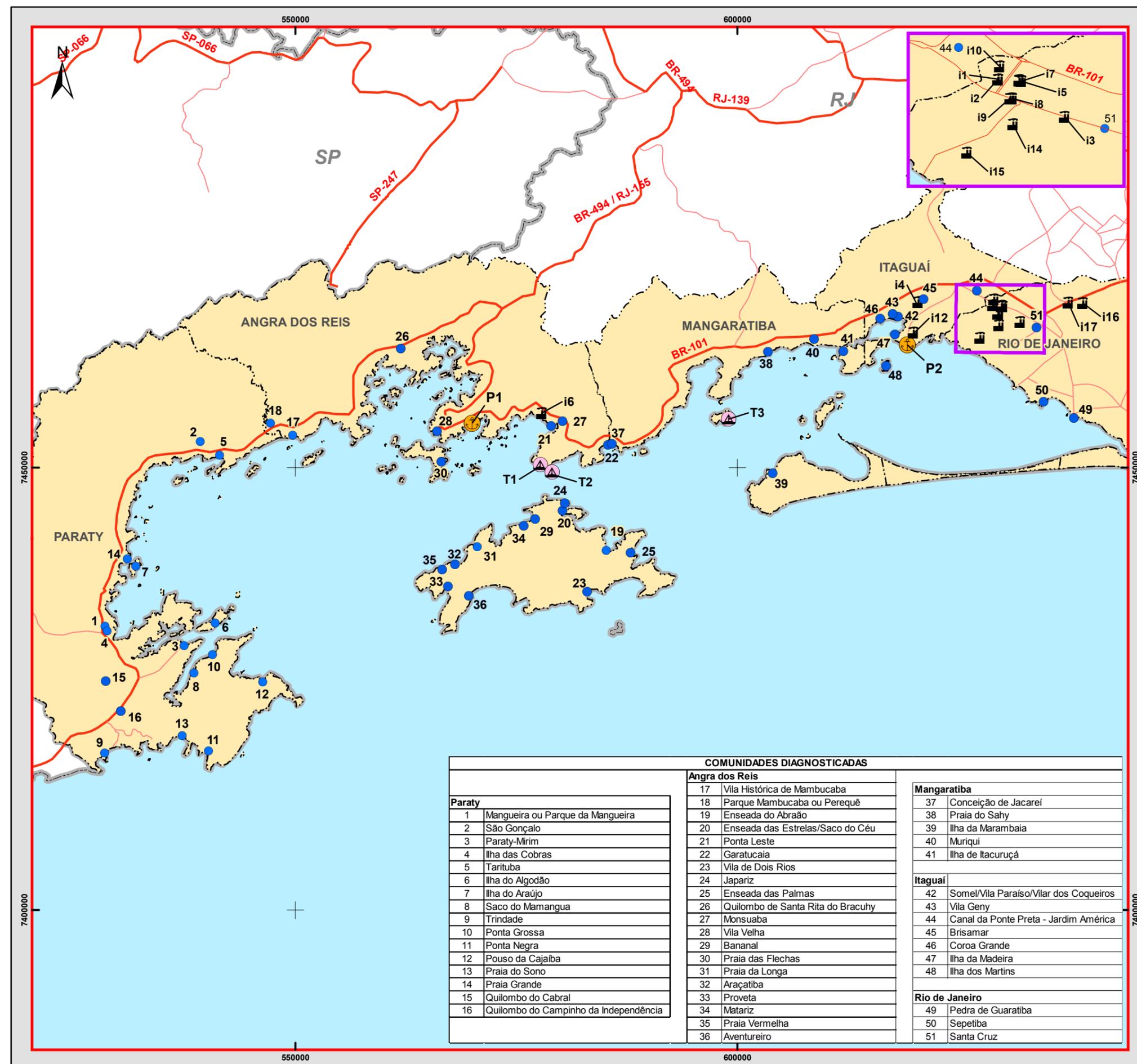
Fonte:  
- Diagnóstico Participativo - Programa de Educação Ambiental Rio de Janeiro (Petrobras/Mineral, 2013);  
- Limites Municipais (IBGE, 2010);  
- Unidades Federativas (IBGE, 2010).



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO

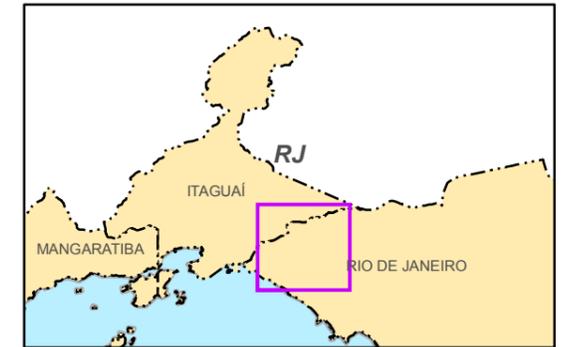
DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO  
LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS  
E EMPREENDIMENTOS TERRESTRES

ESCALA	1:450.000	DATA	Dezembro/2014
ANEXO	II.2	FOLHA	1/1
		REV.	0



COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS		
<b>Paraty</b>		
1	Mangueira ou Parque da Mangueira	
2	São Gonçalo	
3	Paraty-Mirim	
4	Ilha das Cobras	
5	Tarituba	
6	Ilha do Algodão	
7	Ilha do Araújo	
8	Saco do Mamangua	
9	Trindade	
10	Ponta Grossa	
11	Ponta Negra	
12	Pouso da Cajaíba	
13	Praia do Sono	
14	Praia Grande	
15	Quilombo do Cabral	
16	Quilombo do Campinho da Independência	
<b>Angra dos Reis</b>		
17	Vila Histórica de Mambucaba	
18	Parque Mambucaba ou Perequê	
19	Enseada do Abraão	
20	Enseada das Estrelas/Saco do Céu	
21	Ponta Leste	
22	Garatuaia	
23	Vila de Dois Rios	
24	Japariz	
25	Enseada das Palmas	
26	Quilombo de Santa Rita do Bracuhy	
27	Monsuaba	
28	Vila Velha	
29	Bananal	
30	Praia das Flechas	
31	Praia da Longa	
32	Araçatiba	
33	Proveta	
34	Matariz	
35	Praia Vermelha	
36	Aventureiro	
<b>Mangaratiba</b>		
37	Conceição de Jacareí	
38	Praia do Sahy	
39	Ilha da Marambaia	
40	Muriqui	
41	Ilha de Itacuruçá	
<b>Itaguaí</b>		
42	Somel/Vila Paraíso/Vilar dos Coqueiros	
43	Vila Geny	
44	Canal da Ponte Preta - Jardim América	
45	Brisamar	
46	Coroa Grande	
47	Ilha da Madeira	
48	Ilha dos Martins	
<b>Rio de Janeiro</b>		
49	Pedra de Guaratiba	
50	Sepetiba	
51	Santa Cruz	

LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ / RIO DE JANEIRO



**Legenda:**

- Empreendimentos Terrestres
- Sistema viário
- Distrito Industrial de Santa Cruz
- Mancha Urbana
- Municípios Diagnosticados
- Limite estadual
- Comunidades Diagnosticadas:  
44 - Canal da Ponte Preta - Jardim América (Itaguai)  
51 - Santa Cruz (Rio de Janeiro)

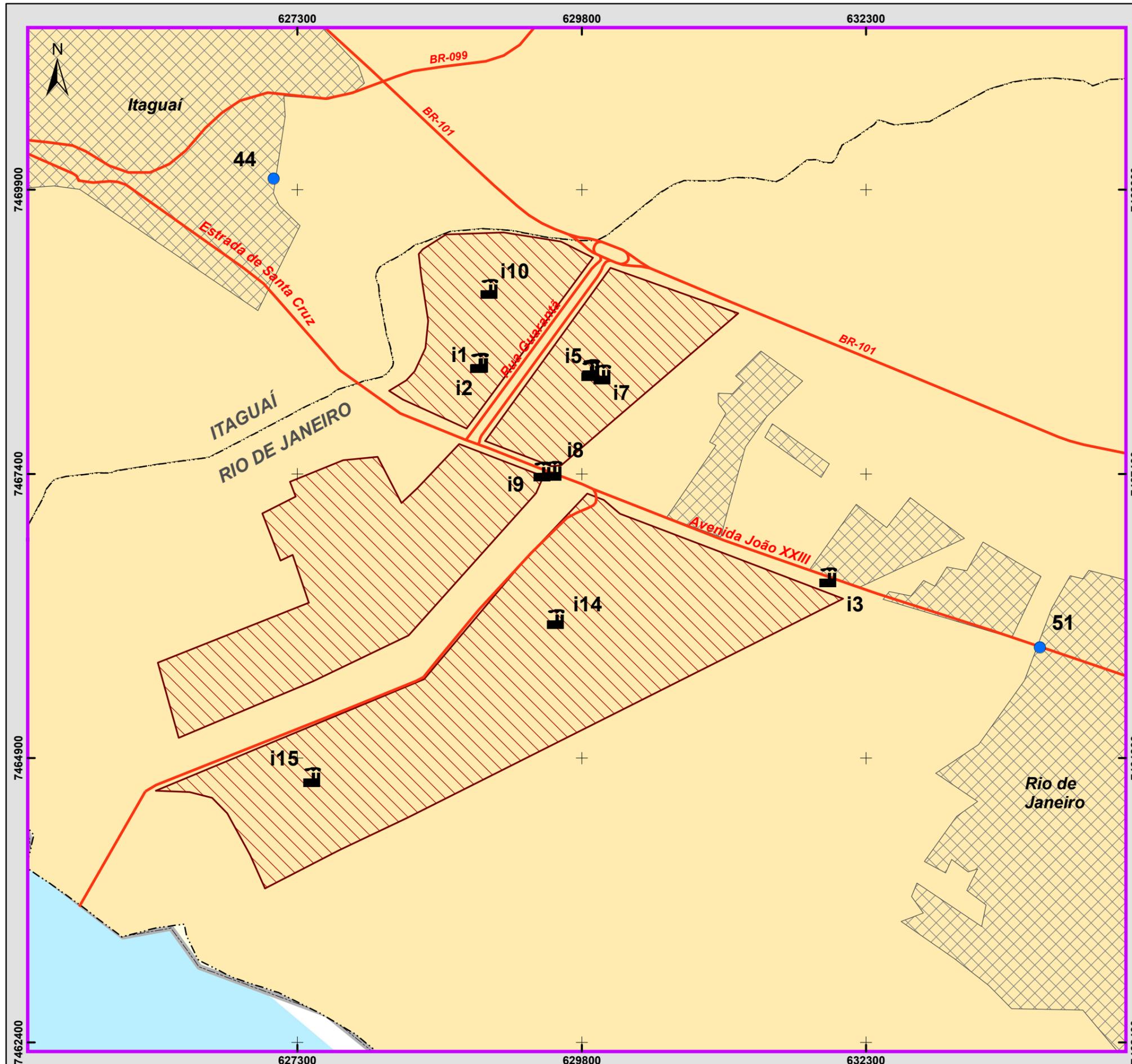
EMPREENDIMENTOS	
i1	Casa da Moeda
i2	Casa da Moeda do Br - Sta Cruz/RJ
i3	Cia Sid do Atlântico
i5	Ecolab Química - Sta Cruz/RJ
i7	Fabrica Carioca de Catalizadores
i8	Gerdau - Consigua, Sta Cruz/ RJ
i9	Gerdau Cosigua
i10	Latasa - latas de alum, Sta Cruz/RJ
i14	ThyssenKrupp, Sta Cruz/RJ
i15	TK-CSA

0 250 500 1.000  
m

Projeção UTM  
Datum SIRGAS2000 - Fuso 23S

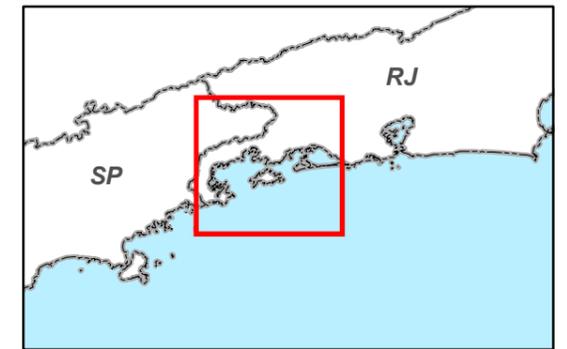
Fonte:  
- Diagnóstico Participativo - Programa de Educação Ambiental Rio de Janeiro (Petrobras/Mineral, 2013);  
- Limites Municipais (IBGE, 2010);  
- Unidades Federativas (IBGE, 2010).

<b>PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO</b>			
<b>DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO</b>			
<b>LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS E DETALHAMENTO DO POLO INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ</b>			
ESCALA	1:35.000	DATA	Dezembro/2014
ANEXO	II.3	FOLHA	1/1
		REV	0





LOCALIZAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

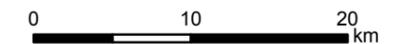


Legenda:

- Comunidades Diagnosticadas
- Sistema viário
- Municípios diagnosticados
- Limite estadual

Tipos de Conflito

	Conflito com Grandes Empreendimentos
	Conflito por Disputa por Território com Condomínios e Empreendimentos Turísticos
	Conflito com Unidades de Conservação



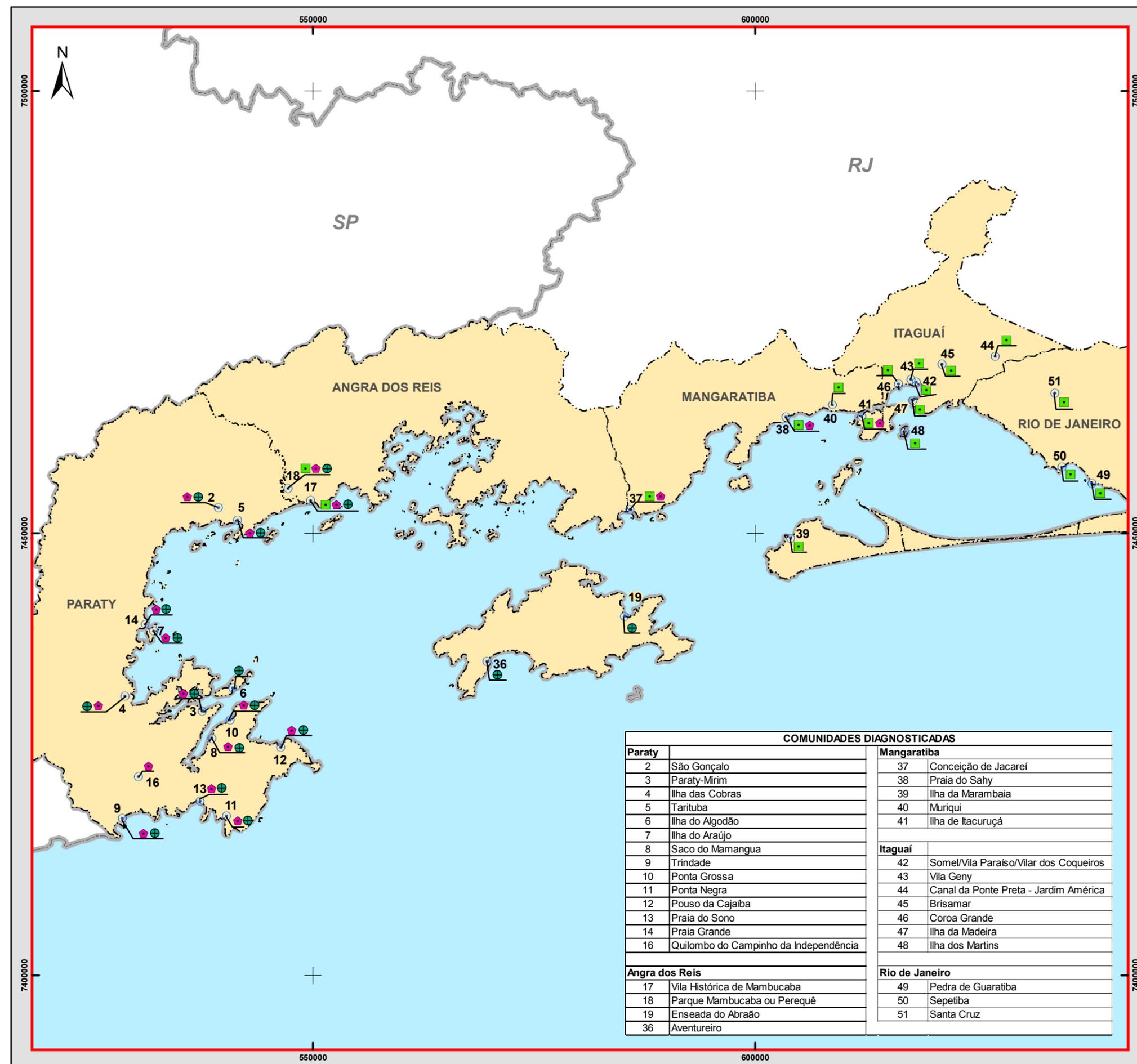
Projeção UTM  
Datum SIRGAS2000 - Fuso 23S

Fonte:  
 - Diagnóstico Participativo - Programa de Educação Ambiental Rio de Janeiro (Petrobras/Mineral, 2013);  
 - Limites Municipais (IBGE, 2010);  
 - Unidades Federativas (IBGE, 2010).



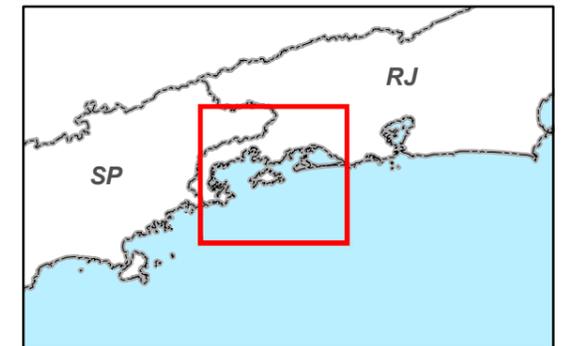
**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO**  
**DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO**  
**COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS EM CONFLITO PELA OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO**

ESCALA	1:450.000	DATA	Dezembro/2014
ANEXO	II.5	FOLHA	1/1
		REV.	0



COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS	
<b>Paraty</b>	
2	São Gonçalo
3	Paraty-Mirim
4	Ilha das Cobras
5	Tarituba
6	Ilha do Algodão
7	Ilha do Araújo
8	Saco do Mamanguá
9	Trindade
10	Ponta Grossa
11	Ponta Negra
12	Pouso da Cajaíba
13	Praia do Sono
14	Praia Grande
16	Quilombo do Campinho da Independência
<b>Angra dos Reis</b>	
17	Vila Histórica de Mambucaba
18	Parque Mambucaba ou Perequê
19	Enseada do Abraão
36	Aventureiro
<b>Mangaratiba</b>	
37	Conceição de Jacareí
38	Praia do Sahy
39	Ilha da Marambaia
40	Muriqui
41	Ilha de Itacuruçá
<b>Itaguaí</b>	
42	Somel/Vila Paraíso/Vilar dos Coqueiros
43	Vila Geny
44	Canal da Ponte Preta - Jardim América
45	Brisamar
46	Coroa Grande
47	Ilha da Madeira
48	Ilha dos Martins
<b>Rio de Janeiro</b>	
49	Pedra de Guaratiba
50	Sepetiba
51	Santa Cruz

LOCALIZAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

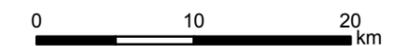


Legenda:

- Conflitos por Falta de Informações Sobre Royalties
- Sistema viário
- Municípios Diagnosticados
- Limite estadual

COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS

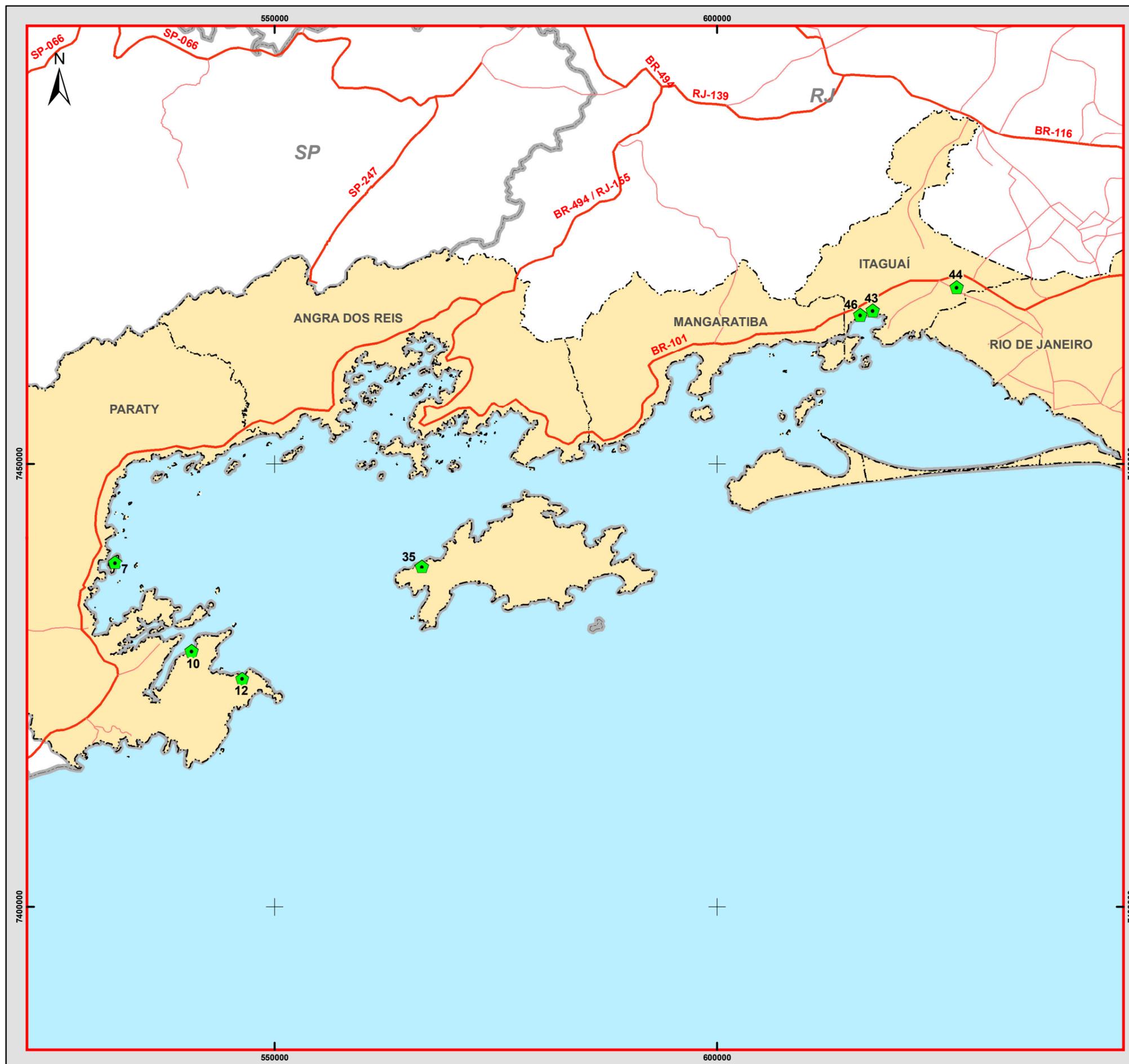
Paraty	
7	Ilha do Araújo
10	Ponta Grossa
12	Pouso da Cajaíba
Angra dos Reis	
35	Praia Vermelha
Itaguaí	
43	Vila Geny
44	Canal da Ponte Preta - Jardim América
46	Coroa Grande

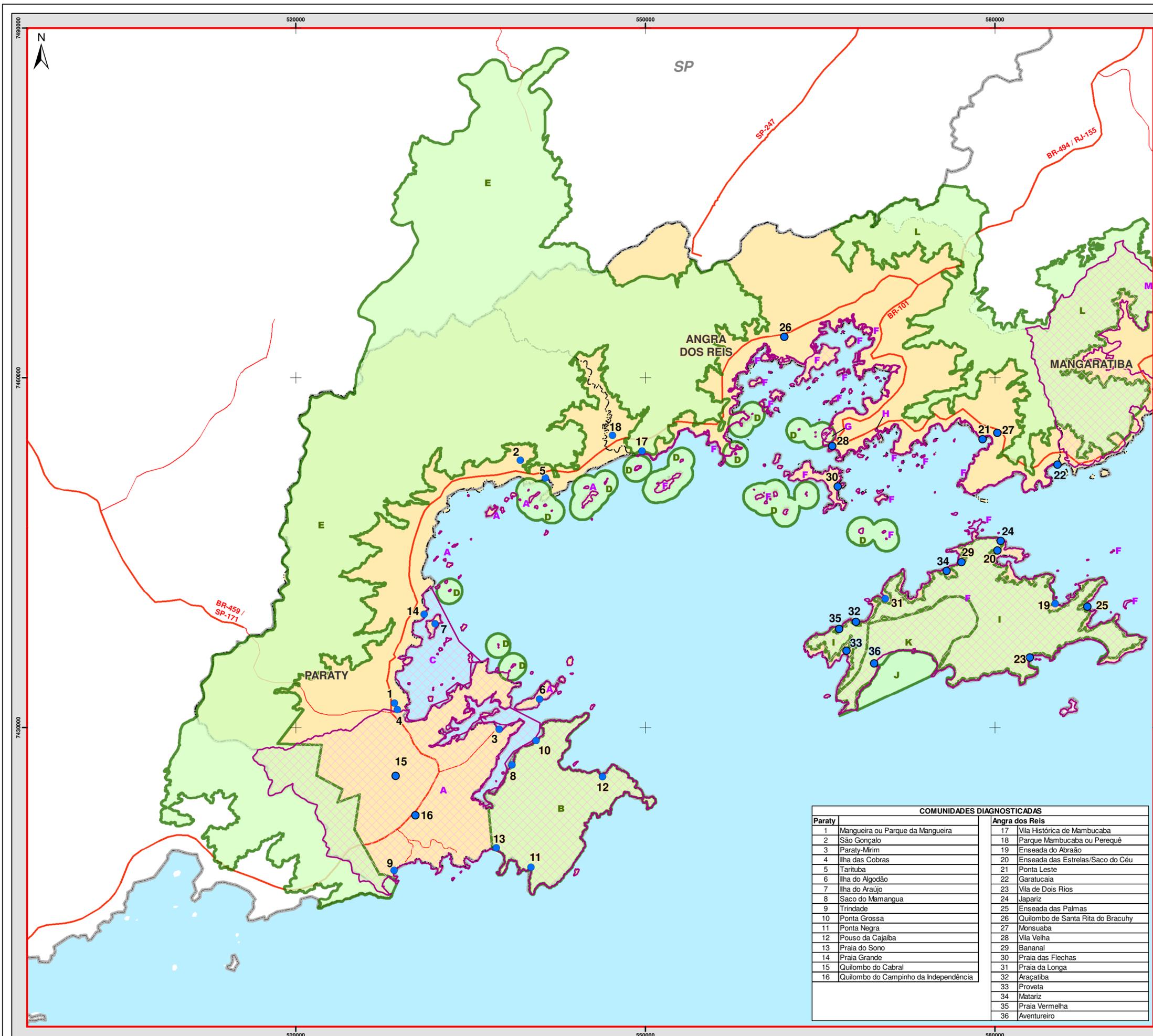


Projeção UTM  
Datum SIRGAS2000 - Fuso 23S

Fonte:  
 - Diagnóstico Participativo - Programa de Educação Ambiental Rio de Janeiro (Petrobras/Mineral, 2013);  
 - Limites Municipais (IBGE, 2010);  
 - Unidades Federativas (IBGE, 2010).

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO			
DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO			
COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS EM CONFLITO PELA FALTA DE INFORMAÇÃO SOBRE ROYALTIES			
ESCALA	1:450.000	DATA	Dezembro/2014
ANEXO	II.6	FOLHA	1/1
		REV	0

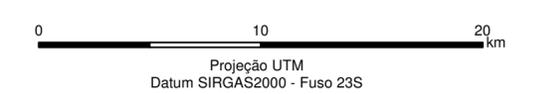




- Legenda:**
- Comunidades Diagnosticadas
  - Sistema viário
  - ▭ Municípios Diagnosticados
  - ▭ Limite estadual
- Unidades de Conservação**
- ▭ Uso Sustentável
  - ▭ Proteção Integral

Unidades de Conservação	
A	APA de Cairuçu
B	RESEC da Juatinga
C	APA Baía de Paraty, Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá
D	ESEC de Tamoios
E	PARNA da Serra da Bocaina
F	APA de Tamoios
G	RPPN Fazenda do Tanguá
H	RPPN Gleba O Saquinho de Itapirapuá
I	P. E. da Ilha Grande
J	P. E. Marinho de Aventureiro
K	REBIO da Praia do Sul
L	P. E. Cunhambebe
M	APA de Mangaratiba

OBS: - Devido a escala do mapa, a APA de Tamoios (F) esta representada como uma linha na região costeira  
 - / representa as unidades de conservação, as quais não possuímos os limites geográficos



Fonte:  
 - Diagnóstico Participativo - Programa de Educação Ambiental Rio de Janeiro (Petrobras/Mineral, 2013);  
 - Unidades de Conservação (Prefeituras municipais, MMA, SNUC, CNUC, ICMBio);  
 - Limites Municipais (IBGE, 2010);  
 - Unidades Federativas (IBGE, 2010).

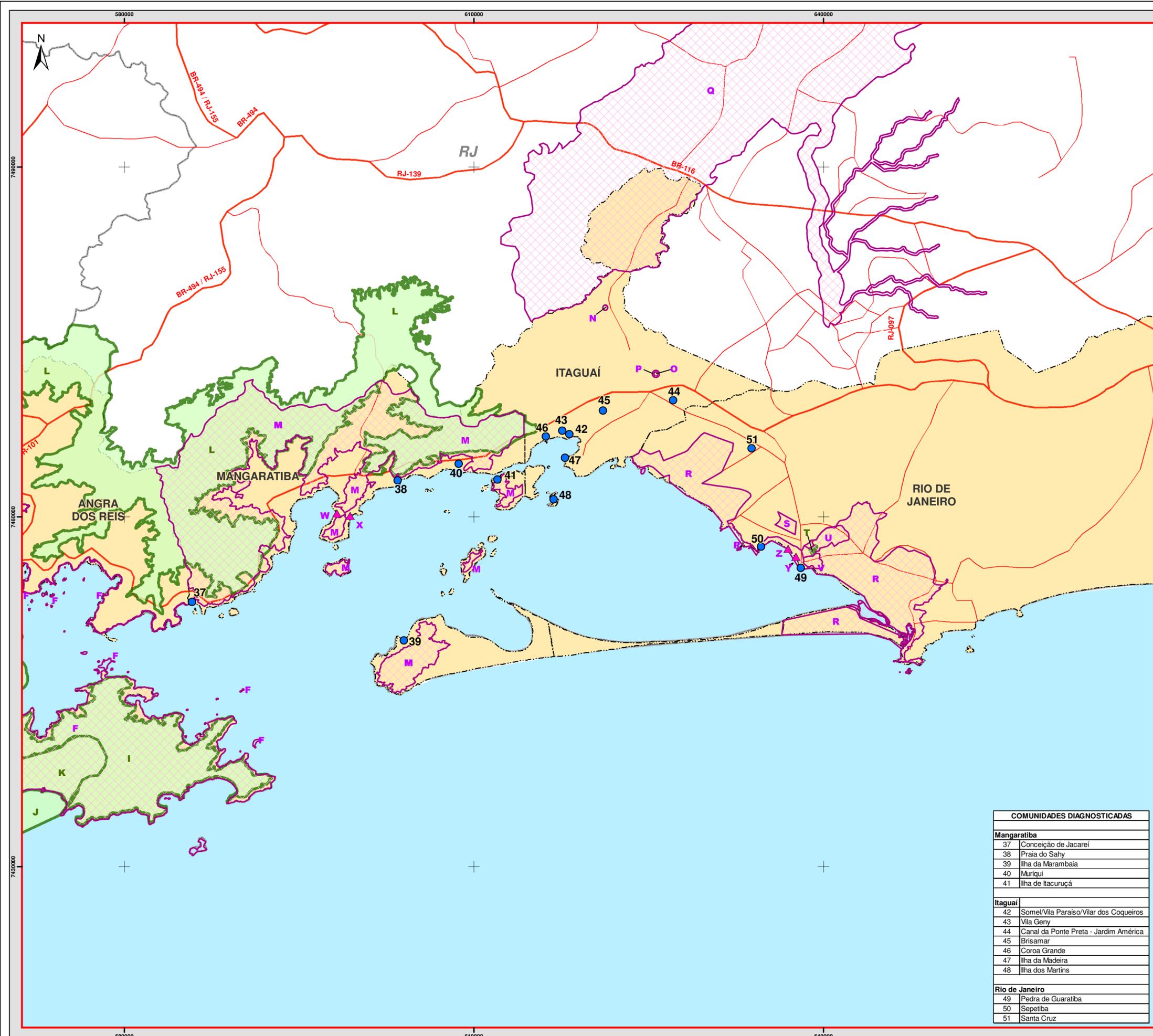
COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS			
Paraty		Angra dos Reis	
1	Mangueira ou Parque da Mangueira	17	Vila Histórica de Mambucaba
2	São Gonçalo	18	Parque Mambucaba ou Perequê
3	Paraty-Mirim	19	Enseada do Abraão
4	Ilha das Cobras	20	Enseada das Estrelas/Saco do Céu
5	Tarituba	21	Ponta Leste
6	Ilha do Algodão	22	Garatucaia
7	Ilha do Araujo	23	Vila de Dois Rios
8	Saco do Mamanguá	24	Japariz
9	Trindade	25	Enseada das Palmas
10	Ponta Grossa	26	Quilombo de Santa Rita do Bracuchy
11	Ponta Negra	27	Monsuaba
12	Pouso da Cajaíba	28	Vila Velha
13	Praia do Sono	29	Bananal
14	Praia Grande	30	Praia das Flechas
15	Quilombo do Cabral	31	Praia da Longa
16	Quilombo do Campinho da Independência	32	Araçatiba
		33	Proveta
		34	Matariz
		35	Praia Vermelha
		36	Aventureiro

**BR PETROBRAS** **MINERAL**  
 ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO**  
**DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO**

**LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BAIÁ DE ILHA GRANDE**

ESCALA	1:225.000	DATA	Dezembro/2014
ARQUIVO Nº	II.7	FOLHA	1/1
		REV.	0



- Legenda:**
- Comunidades Diagnosticadas
  - Sistema viário
  - ▭ Municípios Diagnosticados
  - ▭ Limite estadual
- Unidades de Conservação**
- ▭ ▲ Uso Sustentável
  - ▭ Proteção Integral

Unidades de Conservação	
F	APA de Tamoiós
I	P. E. da Ilha Grande
J	P. E. Marinho de Aventureiro
K	REBIO da Praia do Sul
L	P. E. Cunhambebe
M	APA de Mangaratiba
N	RPPN Sítio Poranga
O	RPPN Reserva Porangaba
P	RPPN Sítio Angaba
Q	APA do Rio Guandu
R	APA da Orla Marítima da Baía de Sepetiba
S	APA de Sepetiba II
T	P. N. M. da Serra da Capoeira Grande
U	APA da Serra da Capoeira Grande
V	APA do Morro do Silvério
W	RPPN Fazenda Santa Isabel
X	RPPN Fazenda Cachoeirinha
Y	APA das Brisas
Z	ARIE da Baía de Sepetiba

OBS: - Devido a escala do mapa, a APA de Tamoiós (F) esta representada como uma linha na região costeira  
 - A representa as unidades de conservação, as quais não possuímos os limites geográficos



Fonte:  
 - Diagnóstico Participativo - Programa de Educação Ambiental Rio de Janeiro (Petrobras/Mineral, 2013);  
 - Unidades de Conservação (Prefeituras municipais, MMA, SNUC, CNUC, ICMBio);  
 - Limites Municipais (IBGE, 2010);  
 - Unidades Federativas (IBGE, 2010).

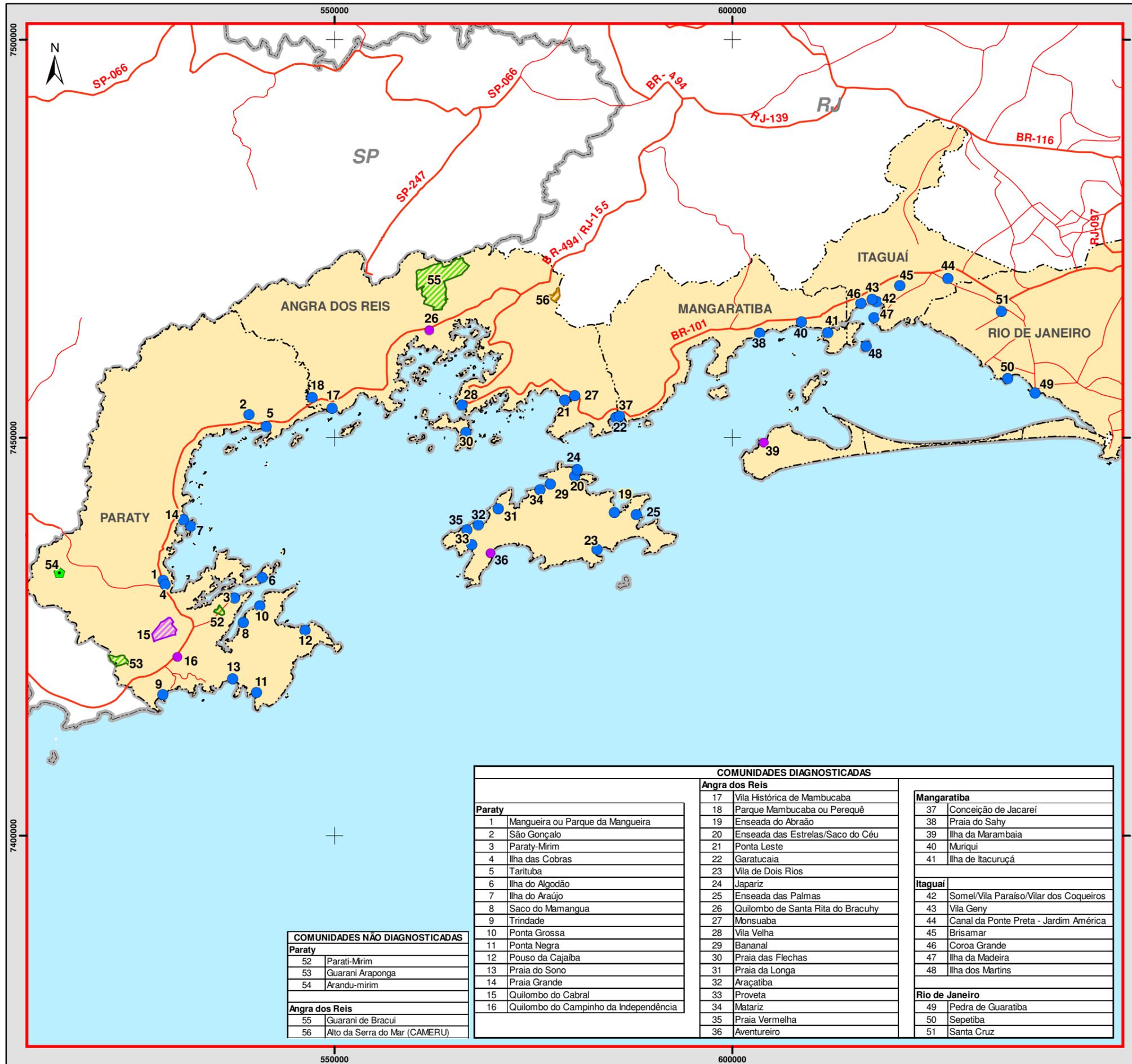
COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS	
<b>Mangaratiba</b>	
37	Conceição de Jacarei
38	Praia do Sahy
39	Ilha da Marambaia
40	Muriqui
41	Ilha de Itacuruçá
<b>Itaguaí</b>	
42	Somel/Vila Paraíso/Vilar dos Coqueiros
43	Vila Geny
44	Canal da Ponte Preta - Jardim América
45	Brisamar
46	Coroa Grande
47	Ilha da Madeira
48	Ilha dos Martins
<b>Rio de Janeiro</b>	
49	Pedra de Guaratiba
50	Sepetiba
51	Santa Cruz

**PETROBRAS** **MINERAL**  
 ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

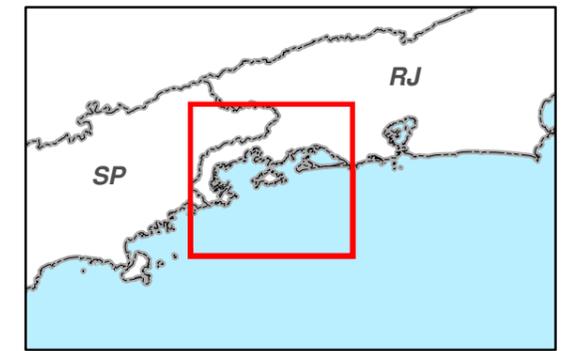
**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO**  
**DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO**

**LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BAÍA DE SEPETIBA**

ESCALA	1:225.000	DATA	Dezembro/2014
ARQUIVO Nº	II.8	FOLHA	1/1
		REV.	0



**LOCALIZAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



**Legenda:**

- Sistema viário
- Municípios Diagnosticados
- Limite estadual

**Comunidades Diagnosticadas**

- Outras Comunidades
- Comunidade Quilombola
- Comunidade Quilombola com Demarcação de Terra Feita pelo INCRA

**Comunidades Não Diagnosticadas**

- Comunidades Indígenas
- Comunidade indígena com Demarcação de Terra Feita pela FUNAI
- Comunidade Quilombola com Demarcação de Terra Feita pelo INCRA



Projeção UTM  
Datum SIRGAS2000 - Fuso 23S

Fonte:  
- Diagnóstico Participativo - Programa de Educação Ambiental Rio de Janeiro (Petrobras/Mineral, 2013);  
- Limites Municipais (IBGE, 2010);  
- Unidades Federativas (IBGE, 2010).

COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS	
<b>Paraty</b>	
1	Mangueira ou Parque da Mangueira
2	São Gonçalo
3	Paraty-Mirim
4	Ilha das Cobras
5	Tarituba
6	Ilha do Algodão
7	Ilha do Araújo
8	Saco do Mamanguá
9	Trindade
10	Ponta Grossa
11	Ponta Negra
12	Pouso da Cajaíba
13	Praia do Sono
14	Praia Grande
15	Quilombo do Cabral
16	Quilombo do Campinho da Independência
<b>Angra dos Reis</b>	
17	Vila Histórica de Mambucaba
18	Parque Mambucaba ou Perequê
19	Enseada do Abraão
20	Enseada das Estrelas/Saco do Céu
21	Ponta Leste
22	Garatucáia
23	Vila de Dois Rios
24	Japariz
25	Enseada das Palmas
26	Quilombo de Santa Rita do Bracuhy
27	Monsuaba
28	Vila Velha
29	Bananal
30	Praia das Flechas
31	Praia da Longa
32	Araçatiba
33	Proveta
34	Matariz
35	Praia Vermelha
36	Aventureiro
<b>Mangaratiba</b>	
37	Conceição de Jacareí
38	Praia do Sahy
39	Ilha da Marambaia
40	Muriqui
41	Ilha de Itacuruçá
<b>Itaguaí</b>	
42	Somel/Vila Paraíso/Vilar dos Coqueiros
43	Vila Geny
44	Canal da Ponte Preta - Jardim América
45	Brisamar
46	Coroa Grande
47	Ilha da Madeira
48	Ilha dos Martins
<b>Rio de Janeiro</b>	
49	Pedra de Guaratiba
50	Sepetiba
51	Santa Cruz

COMUNIDADES NÃO DIAGNOSTICADAS	
<b>Paraty</b>	
52	Parati-Mirim
53	Guarani Araponga
54	Arandu-mirim
<b>Angra dos Reis</b>	
55	Guarani de Bracui
56	Alto da Serra do Mar (CAMERU)



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO**  
**DIAGNOSTICO PARTICIPATIVO**  
**LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DIAGNOSTICADAS E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E INDIGENAS**

ESCALA	1:500.000	DATA	Dezembro/2014
ANEXO	II.9	FOLHA	1/1

## **ANEXO III – ENTIDADES CONSULTADAS DURANTE A CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - MUNICÍPIOS DE ANGRA DOS REIS E PARATY**

### **1. Angra dos Reis:**

Associação dos Moradores da Praia da Longa  
Associação de Moradores da Praia Vermelha (Ampv)  
Associação dos Moradores da Vila Nova Japuiba  
Associação dos Moradores da Vila Velha  
Associação de Moradores de Araçatiba (Ama)  
Associação de Moradores de Aventureiro (Ama)  
Associação dos Moradores de Monsuaba  
Associação de Moradores de Provetá (Amp)  
Associação de Moradores do Bananal (Amb)  
Associação dos Produtores Rurais do Bairro Mambucaba  
Associação dos Remanescentes de Quilombolas de Santa Rita de Bracuhy  
Colônia de Pescadores Z-17  
Estação Ecológica de Tamoios  
APA Tamoios  
Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG)  
Prefeitura Municipal De Angra Dos Reis:  
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano  
- Secretária Municipal de Pesca e Aquicultura

### **2. Paraty:**

Associação Caiçurú  
Associação de Moradores da Praia do Sono  
Associação de Moradores de Trindade  
Associação de Moradores do Campinho (Amoc)

Associação de Moradores e Amigos do Pouso da Cajaíba (Asmapoca)

Associação dos Moradores da Praia Grande de Araçatiba

Associação dos Moradores da Ponta Negra

APA Cairuçu

Colônia De Pescadores Z-18

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema)

Prefeitura Municipal de Paraty:

- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Turismo
- Subsecretaria Municipal da Pesca



  
Coordenador da Equipe



  
Técnico Responsável

Relatório  
PBS6AR21

Revisão 03  
01/2014

## ANEXO IV – EVENTOS DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO REALIZADOS - MUNICÍPIOS DE ANGRA DOS REIS E PARATY

ATIVIDADES REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS*						
COMUNIDADE	TIPO DE EVENTO	DATA	HORÁRIO (INÍCIO/FIM)	LOCAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES	PERFIL DOS PARTICIPANTES
Parque Mambucaba (produtores rurais)	Tipo I	02/mar	15h30 -18h	Sede da Associação dos Produtores Rurais do Vale do Mambucaba	14	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de agricultores.
	Tipo II	13/abr	9h30-12h	Sede da Associação de Produtores Rurais do Vale do Mambucaba	13	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de idosos com presença de adultos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com aposentados, artesãos, agricultores e donas de casa.
	Validação	13/jul	9h30-11h30	Sede da Associação de Produtores Rurais do Vale do Mambucaba	20	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos. Quanto ao perfil ocupacional, o público foi de artesãos, mas a maioria dos presentes foi de agricultores.
Ponta Leste	Tipo I	20/mai	19h-20h30	Escola Municipal Marechal Dutra, Estrada da Ponta Leste	13	Quanto ao gênero, o público predominante foi feminino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de jovens e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de aposentados, cozinheiras e donas de casa.
	Tipo II	16/mar	9h11h40	Pousada da Biscaia, Estrada da Ponta Leste	10	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de aposentados e motoristas.

	Validação	28/jul	10h10-11h20	Escola Municipal Marechal Dutra, Estrada da Ponta Leste	6	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de comerciantes.
Monsuaba	Tipo I	06/abr	9h40-12h	Associação de Moradores de Monsuaba	15	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de marinheiros e donas de casa.
	Tipo II	17/mar	9h40-12h10	Associação de Moradores de Monsuaba	15	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de comerciantes e políticos.
	Validação	27/jul	10h50-11h50	Associação de Moradores de Monsuaba	6	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado.
Praia das Flechas	Tipo I	09/abr	10h-12h	Bar da Sheila, Rua da Praia s/n	28	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de caseiros, jardineiros, marinheiros e donas de casa.
	Tipo II	18/mar	10h-12h10	Bar da Sheila, Rua da Praia s/n	12	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de caseiros e donas de casa.
	Validação	04/jul	14h30-15h30	Bar da Sheila, Rua da Praia s/n	16	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores, comerciantes, caseiros, marinheiros e donas de casa.

Vila Velha	Tipo I	10/mai	19h30-21h30	Associação de Moradores da Vila Velha	19	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de domésticas e donas de casa.
	Tipo II	04/abr	19h20-21h40	Associação de Moradores da Vila Velha	29	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de estudantes, caseiros, donas de casa, domésticas e aposentados.
	Validação	05/jul	19h30-20h30	Associação de Moradores da Vila Velha	9	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de donas de casa.
Enseada do Abraão	Tipo I	29/abr	10h30-12h30	Casa de Cultura - Rua da Praia, s/nº	14	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado.
	Tipo II	08/abr	10h30-12h40	Casa de Cultura - Rua da Praia, s/nº	19	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de gerentes e jornalistas.
	Validação	27/set	14h17-16h30	Casa de Cultura - Rua da Praia, s/nº	15	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de trabalhadores na área do turismo.
Vila Histórica de Mambucaba/Parque Mambucaba (pescadores artesanais)	Tipo I	28/mai	18h50-20h50	Escola Municipal Inácio During	7	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de representantes comerciais.
	Tipo II	11/abr	18h30-21h	Escola Municipal da Vila	13	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o

				Histórica de Mambucaba		público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de professores, marinheiros e pescadores.
	Validação	31/ago	15h20-17h	Sindicato dos Eletricitários (Parque Mambucaba)	12	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
Garatucaia	Tipo I	29/jun	15h30-16h30	Bar do Nininho, Recanto dos Pescadores	17	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de assessores, aposentados e donas de casa.
	Tipo II	28/abr	10h30-11h30	Bar do Nininho, Recanto dos Pescadores	33	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de aposentados e comerciantes.
	Validação	26/set		Bar do Nininho, Recanto dos Pescadores	15	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de assessores, aposentados e pescadores.
Bananal	Tipo I	21/mai	14h30-16h30	Pousada do Preto	12	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de comerciantes.
	Tipo II	30/abr	14h30-17h	Pousada do Preto	19	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de trabalhadores na área do turismo.

	Validação	14/ago	9h15-9h50	Pousada do Preto	7	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pousadeiros.
Matariz	Tipo I	23/mai	15h30-17h	Salão da Igreja	12	Quanto ao gênero, o público predominante foi feminino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos, mas com presença de jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de donas de casa e cozinheiras.
	Tipo II	01/mai	14h30-17h10	Coreto da Igreja	35	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos, mas com presença de jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de estudantes, pescadores, donas de casa, cozinheiras e aposentados.
	Validação	14/ago	14h30-16h20	Coreto da Igreja	6	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de marinheiros.
Quilombo de Santa Rita do Bracuhy	Tipo I	05/jun	19h30-21h40	Casa da Dona Marilda	20	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e jovens com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de aposentados, marinheiros, estudantes, zeladores e carpinteiros.
	Tipo II	08/mai	19h30-21h10	Casa da Dona Marilda	25	Quanto ao gênero, o público predominante foi feminino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de estudantes e zeladores.
	Validação	26/jul	19h30-20h30	Casa da Dona Marilda	16	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de estudantes e zeladores.
Japariz	Tipo I e	26/jun	9h10-11h30	Restaurante Mandala	10	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o

	Tipo II					público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de comerciantes, garçons e aposentados.
	Validação	13/ago	9h10-9h50	Restaurante Mandala	6	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de marinheiros.
Enseada das Palmas	Tipo I e Tipo II	28/jun	9h30-12h30	Cabanas Paraíso	19	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de marinheiros e comerciantes.
	Validação	15/ago	9h50-11h05	Cabanas Paraíso	12	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de aposentados e empresários.
Enseada das Estrelas/Saco do Céu	Tipo I e Tipo II	04/jul	9h40-12h20	Pousada Gata Russa	13	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e jovens com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de caseiros e donas de casa.
	Validação	13/ago	14h20-15h55	Pousada Gata Russa	7	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de marinheiros.
Praia Vermelha	Tipo I e Tipo II	23/jul	9h45-11h50	Restaurante Ponta da Barra	15	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de funcionários públicos, donas de casa, marinheiros e auxiliares de serviços gerais.

	Validação	24/ago	9h13-10h20	Bar Salvador	16	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de marinheiros, pescadores, funcionários públicos e artesãos.
Praia da Longa	Tipo I e Tipo II	23/jul	14h17-16h05	Coreto da Igreja	21	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores.
	Validação	25/ago	14h15-15h13	Coreto da Igreja	13	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores, donas de casa e estudantes.
Araçatiba	Tipo I e Tipo II	21/jul	14h35-17h30	Coreto da Igreja	20	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com estudantes, donas de casa e professoras.
	Validação	23/ago	15h20-16h10	Coreto da Igreja	9	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de idosos com presença de adultos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de comerciantes e donas de casa.
Provetá	Tipo I e Tipo II	20/jul	9h45-12h05	Associação de Moradores do Provetá	60	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com pescadores, funcionários públicos e proprietários de barcos.
	Validação	05/set	11h30-12h20	Associação de Moradores do Provetá	13	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com pescadores e marinheiros.

Aventureiro	Tipo I, Tipo II e Validação	06/set	9h40-11h44	Coreto da Igreja	21	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de idosos com presença de adultos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com pescadores.
Dois Rios	Tipo I, Tipo II e Validação	28/set	14h25-17h36	Centro de Convivência	22	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com estudantes e pescadores.

\* A equipe responsável pela realização dos eventos no município foi composta por nove profissionais, que se dividiram por áreas distintas. Como responsáveis pela mediação das reuniões: um biólogo, mestre em geografia e doutorando em Ambiente e Sociedade, com experiência na condução de dinâmicas participativas e em oficinas educativas em comunidades tradicionais litorâneas e extrativistas, uma mestre em Antropologia e um pós-doutor em Bioantropologia. Para a relatoria, foram alocadas uma bióloga, com experiência de trabalho no INEA e participação em redes e organizações do setor ambientalista local, uma bióloga com mestrado em Geografia e uma psicóloga com formação em arte-educação. Como agentes locais responsável pelos processos de mobilização foram selecionados dois agentes locais (um para a área continental e um para a Ilha Grande) com perfil de lideranças comunitária locais.

**ATIVIDADES REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE PARATY\***

COMUNIDADE	TIPO DE EVENTO	DATA	HORÁRIO (INÍCIO/FIM)	LOCAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES	PERFIL DOS PARTICIPANTES
Pouso da Cajaíba	Tipo I	21/abr	13h30-16h00	Cantina Quintal do Paraíso	13	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e jovens, mas com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com pescadores, donas de casa e professoras.
	Tipo II	07/mar	14h00-17h00	Cantina Quintal do Paraíso	27	Quanto ao gênero, o público predominante foi feminino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com pescadores, donas de casa, estudantes e professoras.
	Validação	14/jul	13h45-16h00	Sob uma árvore, o Pé de Tamarindo, no território da comunidade	5	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com pescadores.
Ponta Grossa	Tipo I e Tipo II	10/mar	09h30-12h00	Escola de Ponta Grossa	13	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com marinheiros e estudantes.
	Validação	21/jul	09h30-12h00	Escola de Ponta Grossa	20	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e jovens, mas com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com pescadores, marinheiros e donas de casa.
Ilha do Araújo	Tipo I	13/abr	14h30-17h30	Escola da Ilha do Araújo	12	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.

	Tipo II	11/mar	15h10-17h30	Escola da Ilha do Araújo	8	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com pescadores e professores.
	Validação	20/jul	14h30-16h30	Escola da Ilha do Araújo	6	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
Tarituba	Tipo I	16/abr	19h00-21h00	Escola de Tarituba	14	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
	Tipo II	12/mar	19h30-22h00	Escola de Tarituba	19	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos, mas com presença de jovens. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
	Validação	16/jul	19h30-21h00	Escola de Tarituba	11	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos, mas com presença de jovens. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
Paraty-Mirim	Tipo I	20/abr	09h00-12h00	Escola de Paraty-Mirim	20	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores, donas de casa, vigilantes e pedreiros.
	Tipo II	16/mar	09h20-12h00	Escola de Paraty-Mirim	47	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de

						desempregados, domésticas, aposentados, pedreiros, agricultores, donas de casa, artistas plásticos e professores.
	Validação	13/jul	15h20-17h30	Escola de Paraty-Mirim	12	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de jovens com presença de adultos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pedreiros.
Saco do Mamanguá	Tipo I	25/mai	10h40-13h00	Escola da Praia do Cruzeiro	11	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
	Tipo II	06/abr	10h00-12h00	Escola da Praia do Cruzeiro	18	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores, donas de casa e marinheiros.
	Validação	20/jul	09h20-11h40	Escola da Praia do Cruzeiro	31	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores, donas de casa e caseiros.
Praia Grande	Tipo I	06/jun	19h00-21h00	Escola Municipal Monsenhor Hélio Pires	6	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de idosos com presença de adultos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores e aposentados.
	Tipo II	07/abr	09h40-	Escola Municipal	7	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o

			12h00	Monsenhor Hélio Pires		público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores e professores.
	Validação	17/jul	18h30-20h30	Escola Municipal Monsenhor Hélio Pires	5	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado.
Quilombo do Campinho da Independência	Tipo I	03/jun	18h00-19h45	Galpão ao lado da oficina de artesanato da comunidade	15	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de garçons, pedreiros e agricultores.
	Tipo II	08/abr	18h00-20h30	Galpão ao lado da oficina de artesanato da comunidade	19	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de donas de casa e agricultores.
	Validação	15/jul	18h30-20h00	Galpão ao lado da oficina de artesanato da comunidade	16	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de idosos com presença de adultos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de agricultores e donas de casa.
Trindade	Tipo I	10/jun	19h00-20h30	Sede da Associação de Moradores de Trindade (AMOT)	22	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos, mas com presença de jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de estudantes,

						empresários na área do turismo e comerciantes.
	Tipo II	15/abr	19h15-21h15	Sede da Associação de Moradores de Trindade (AMOT)	26	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores, professores, trabalhadores autônomos, empresários e advogados.
	Validação	29/ago	19h20-21h45	Sede da Associação de Moradores de Trindade (AMOT)	9	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de comerciantes e empresários.
Ilha do Algodão	Tipo I	04/jun	09h30-12h00	Posto de Saúde da Ilha do Algodão)	15	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de donas de casa, pescadores e agentes comunitários.
	Tipo II	16/abr	09h40-12h00	Quiosque do Restaurante Porto Velho	8	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
	Validação	16/jul	10h20-12h00	Posto de Saúde da Ilha do Algodão)	12	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. . Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de donas de casa, pescadores e estudantes.

São Gonçalo	Tipo I	30/mai	19h30-21h00	Escola Municipal Marechal Santos Dias	22	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pescadores e vigilantes.
	Tipo II	18/abr	19h30-22h00	Escola Municipal Marechal Santos Dias	24	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de pedreiros, pescadores, comerciante, aposentados e funcionários públicos.
	Validação	18/jul	19h30-21h00	Escola Municipal Marechal Santos Dias	9	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de aposentados e comerciantes.
Quilombo do Cabral	Tipo I e Tipo II	20/abr	15h00-17h30	Igreja Católica do Quilombo do Cabral	18	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público predominante foi de idosos com presença de adultos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de donas de casa, domésticas e aposentados.
	Validação	01/jun	15h15-16h20	Igreja Católica do Quilombo do Cabral	24	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado entre adultos e idosos com presença de jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de aposentados, domésticas,

						pedreiros, estudantes e donas de casa.
Ponta Negra	Tipo I e Tipo II	27/mai	19h20-21h15	Sede da Associação de Moradores de Ponta Negra	25	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de donas de casa e pescadores.
	Validação	02/set	18h00-20h00	Sede da Associação de Moradores de Ponta Negra	13	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
Ilha das Cobras/Mangueira/Centro de Paraty	Tipo I e Tipo II	31/ago	09h20-12h00	Auditório do Colégio CEMBRA	13	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
	Validação	05/set	18h10-19h00	Auditório do Colégio CEMBRA	6	Quanto ao gênero, o público predominante foi masculino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.
Praia do Sono	Tipo I e Tipo II	01/set	14h30-17h00	Escola da Praia do Sono	19	Quanto ao gênero, o público predominante foi feminino. Quanto à idade, o público predominante foi de adultos com presença de idosos e jovens. Quanto ao perfil ocupacional foi diversificado com presença de donas de casa e pescadores.
	Validação	03/set	10h00-11h40	Sede da Associação de Moradores da Praia do Sono	3	Quanto ao gênero, o público foi equilibrado. Quanto à idade, o público foi equilibrado. Quanto ao perfil ocupacional, a maioria dos presentes foi de pescadores.

\* A equipe responsável pela realização dos eventos no município foi composta por três profissionais. Como responsável pela mediação das reuniões, um biólogo, mestre em geografia e doutorando em Ambiente e Sociedade, com experiência na condução de dinâmicas participativas e em oficinas educativas em comunidades tradicionais litorâneas e extrativistas. Para a relatoria, foi alocada uma bióloga, com experiência de trabalho no INEA e participação em redes e organizações do setor ambientalista local. Como agente local responsável pelos processos de mobilização foi selecionado um comunitário atuante, com ensino médio, com excelente trânsito entre as diversas comunidades e amplo conhecimento a respeito de sua situação no município.



*Clayton Lourenço*  
Coordenador da Equipe



*mariafernanda*  
Técnico Responsável

Relatório  
PBS6AR21

Revisão 03  
01/2014

## ANEXO V – METAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

QUADRO IV.5 – METAS ALCANÇADAS EM RELAÇÃO ÀS PREVISTAS			
ETAPA	METAS PREVISTAS	METAS ALCANÇADAS	OBSERVAÇÕES
Capacitação das equipes	Realizar 1 Oficina de Capacitação e Nivelamento para as equipes	1 Oficina de Capacitação e Nivelamento para as equipes	A "Oficina de Capacitação e Nivelamento Conceitual em Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás" para as equipes ocorreu entre os dias 29 e 30 de maio de 2012, no município de São Paulo.
	Realização de 2 Oficinas de Capacitação Técnica (1 de Mobilização; 1 de Ferramentas para os Eventos Do DP)	2 Oficinas de Capacitação Técnica (1 de Mobilização; 1 de Ferramentas para os Eventos Do DP)	A "Oficina da Etapa de Mobilização" ocorreu em 26 de outubro de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A "Oficina da Etapa de Eventos do Diagnóstico Participativo" ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2013, no município do Rio de Janeiro.
	Enviar eletronicamente ao menos 1 vez textos a respeito de EA para os integrantes das equipes	Envio de textos a respeito de EA para os integrantes da equipe	Os seguintes textos foram fornecidos para as equipes: - SAISSE, Maryabe. "Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama desde a Sema ao ICMBio. In: LOUREIRO, Carlos Frederico (org.). (2012). Gestão pública do ambiente e educação ambiental: caminhos e interfaces. São Carlos: RiMa Editora, 2012. - Ibama (2005). "Orientações pedagógicas do Ibama para elaboração e implementação de programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural". - Petrobras/Mineral. (2012). Proposta técnica para a Caracterização Socioambiental dos municípios do

			<p>PEA-Rio.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Petrobras/Mineral. (2012). Apresentação em slide do Treinamento para a realização da Caracterização Socioambiental nos municípios do PEA-Rio.</li> <li>- Petrobras/Mineral. (2012). Relatório consolidado de Caracterização Socioambiental - PEA-Rio.</li> <li>- Ibama. (2010). Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10 - Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás.</li> <li>- Ibama. (2010). Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 02/10 - Alterações na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10.</li> <li>- Ibama (2012). Instrução Normativa nº 02/12, de 27 de março de 2012 - Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.</li> </ul>
	Realizar 1 intercâmbio de informações sobre as leituras (ambiente virtual)	1 Intercâmbio de informações sobre as leituras (encontro presencial)	O intercâmbio de informações sobre as leituras foi realizado presencialmente, com a troca de informações e de saberes entre a Coordenação Técnica e cada uma das equipes responsáveis pelos municípios de realização do DP. Ocorreu no dia 1º de março de 2013, no município do Rio de Janeiro.

	<p>Realizar 1 encontro de discussão e avaliação da aplicação dos saberes compartilhados (ambiente virtual)</p>	<p>Discussões e avaliações da aplicação dos saberes compartilhados</p>	<p>As equipes e a Coordenação Técnica do projeto estiveram em contato constante durante todo o período de realização do DP. Informações e discussões foram realizadas presencialmente, via celular e via e-mail.</p>
	<p>Presença de 100% da equipe nas oficinas</p>	<p>Presença de 80% na "Oficina de Capacitação e Nivelamento Conceitual em Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás" Presença de 90% na "Oficina da Etapa de Mobilização" Presença de 100% na "Oficina da Etapa de Eventos do Diagnóstico Participativo"</p>	<p>Os integrantes da equipe inicialmente selecionados como agentes locais nos municípios de Angra dos Reis e Paraty não puderam participar, por motivos pessoais, da "Oficina de Capacitação e Nivelamento Conceitual em Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás". Não obstante, foram devidamente capacitados a esse respeito durante a realização da "Oficina de Mobilização", que contou com a exposição sintética do conteúdo da primeira oficina. Na "Oficina de Mobilização", a agente local de Angra dos Reis também não pode comparecer, motivo pelo qual foi substituída nos meses subsequentes. Ademais, ao longo do processo de DP e da etapa de mobilização, a inclusão de outros agentes locais no município de Angra dos Reis para reforçar o processo de mobilização não prejudicou o andamento dos trabalhos. Os técnicos de campo orientaram os agentes locais, quando foi o caso, com base nos conhecimentos adquiridos nas oficinas realizadas e tendo como parâmetro a sua experiência de campo durante a realização do DP.</p>
	<p>Presença de 100% da equipe no encontro de compartilhamento de saberes</p>	<p>Equipes presentes constantemente na troca de informações com a Coordenação Técnica</p>	<p>As equipes e a Coordenação Técnica do projeto estiveram em contato constante durante todo o período de realização do DP. Informações e discussões foram realizadas presencialmente, via celular e via e-mail, entre os coordenadores técnicos e os mediadores responsáveis pelos eventos de DP em cada município.</p>

Mobilização	Realizar 45 visitas com aplicação de técnicas qualitativas de pesquisa	Realização de 49 visitas com aplicação de técnicas qualitativas de pesquisa	Em virtude da solicitação do Ibama para que fossem incluídos novos grupos sociais/comunitários no processo de DP, foi necessário realizar um maior número de visitas técnicas do que inicialmente planejado. Tais visitas tiveram como finalidade verificar a possibilidade de unir grupos sociais/comunitários em um mesmo evento ou a necessidade de distinguir, dentro do mesmo grupo social/comunitário, subgrupos para participar em eventos diferentes. Além disso, essas visitas aprofundaram informações sobre as comunidades e seus problemas socioambientais, mapearam lideranças e definiram locais e datas, em comum acordo com as comunidades, para a realização dos eventos de DP.
	Realizar 45 ações de divulgação	Realização de 49 ações de divulgação do PEA-Rio Realização de 116 campanhas de divulgação dos eventos de DP	Durante as visitas para aplicação de técnicas qualitativas de pesquisa, objetivando o levantamento de informações específicas acima relatadas, as equipes de campo iniciaram a divulgação do PEA-Rio entre os grupos sociais/comunitários selecionados para compor o DP. Após a finalização da etapa de DP, com os 48 grupos sociais/comunitários definidos para a realização dos eventos de DP, foram concretizadas 116 campanhas de divulgação das reuniões. O número de campanhas de divulgação das reuniões discrepa do número de eventos porque em várias comunidades dos quatro municípios foi possível realizar mais de um evento em uma mesma reunião, conforme sugestão do Ibama.

	Realizar 01 reunião de sistematização antes da próxima etapa	Realização de 1 reunião de sistematização da Etapa de mobilização	A reunião de sistematização dos resultados da etapa de mobilização do DP foi realizada entre a Coordenação Técnica e cada uma das equipes responsáveis pelos municípios de realização do DP. Ocorreu no dia 1º de março de 2013, no município do Rio de Janeiro.
	Presença de 100% da equipe na reunião de sistematização antes do início da próxima etapa	100% da equipe presente na reunião de sistematização	Na reunião do dia 1º de março de 2013, compareceram todos os então integrantes de todas as equipes de campo do PEA-Rio.
	Identificar 45 lugares para a realização dos eventos de DP	Identificação de 48 locais para a realização dos eventos de DP	Na etapa de mobilização foram enfim estabelecidos 48 grupos sociais/comunitários com os quais seriam realizados os eventos de DP. Durante as visitas com aplicação de técnicas qualitativas de pesquisa, os locais de realização dos eventos foram decididos conjuntamente com cada um desses grupos sociais/comunitários. Ao longo do processo, alguns locais tiveram que ser substituídos, sem prejuízo da divulgação ou da participação, a pedido das próprias comunidades, que decidiram rever suas decisões anteriores
	Indicar 45 agendas apropriadas para a realização dos eventos do DP, respeitando as dinâmicas socioeconômicas dos grupos sociais/comunitários	Indicação de 48 agendas apropriadas para a realização dos eventos de DP	Foram definidas previamente agendas com os 48 grupos sociais/comunitários, identificando datas para a realização de 96 reuniões (em princípio, uma para cada evento de DP). As datas para as reuniões de validação seriam definidas ao longo do processo, em diálogo com as comunidades. O objetivo maior desse calendário prévio foi estabelecer um intervalo de tempo que obedecesse às dinâmicas locais. Tal calendário foi definido pelas comunidades compreendendo os meses entre março e setembro de 2013. Essas datas prévias estiveram sujeitas a alterações, como é natural em um processo desse tipo, em função de motivos de força maior ou devido a revisões solicitadas pelas próprias

			comunidades. Tais alterações não prejudicaram em absoluto o processo de DP.
Eventos de DP	Realizar 45 Eventos Tipo I de DP (1 por comunidade)	Realização de 48 Eventos Tipo I (1 por grupo social/comunitário)	Foram realizados 48 Eventos Tipo I em função do aumento do número de grupos sociais/comunitários, estabelecido durante a etapa de mobilização e obedecendo às solicitações de inclusão do Ibama.
	Realizar 45 Eventos Tipo II de DP (1 por comunidade)	Realização de 47 eventos de Tipo I (1 por grupo social/comunitário)	Foram realizados 47 Eventos Tipo I em função do aumento do número de grupos sociais/comunitários, estabelecido durante a etapa de mobilização e obedecendo às solicitações de inclusão do Ibama.
Validação dos Resultados	Realizar 45 reuniões de validação (1 por comunidade)	Realização de 48 reuniões de validação (1 por grupo social/comunitário)	Foram realizadas 48 Reuniões de Validação em função do aumento do número de grupos sociais/comunitários, estabelecido durante a etapa de mobilização e obedecendo às solicitações de inclusão do Ibama.

## ANEXO VI - AÇÕES GERADORAS E IMPACTOS PADRONIZADOS DOS MEIOS FÍSICO, BIÓTICO E SOCIOECONÔMICO

(In: “Avaliação de Impactos Cumulativos e Sinérgicos - Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 2”, Mineral, Engenharia e Meio Ambiente, 2013.

AÇÃO GERADORA	DESCRIÇÃO
Ancoragem dos FPSOs;	A "Ancoragem das UEPs" é referida ao lançamento e cravação do sistema de ancoragem das unidades de produção (UEPs), está restrita unicamente ao momento da instalação das unidades FPSOs.
Comissionamento e descomissionamento das UEPs	O "Comissionamento e Descomissionamento das UEPs" está relacionado com o aumento do tráfego de embarcações pelo transporte de estruturas de instalação e de desinstalação. Referem-se ao transporte das estruturas, como "jaquetas" para as plataformas fixas e dos cascos das embarcações de apoio, que se aproximam da unidades de produção, gerando um processo de colonização de indivíduos provenientes das regiões costeiras.
Instalação e Desativação das estruturas submarinas/ assentamento de gasodutos	A "Instalação e Desativação das Estruturas Submarinos e Assentamento de Gasodutos" está relacionada a implementação das atividades de TLDs, Pilotos e DP decorrentes da Instalação das Unidades Estacionárias de Produção (UEP), envolve todo o processo de instalação referente as estruturas submarinas, como o assentamento dos gasodutos de exportação do gás, o assentamento e fixação de linhas de produção, injeção, umbilicais de controle, arvores de natal molhadas, e demais estruturas no assoalho oceânico. A Desativação das estruturas submarinas também são contempladas nesta ação geradora, no entanto ressalta-se que não são consideradas a remoção dos torpedos utilizados na ancoragem das unidades de produção pois os mesmos permanecerão no assoalho oceânico.
Trânsito de Embarcações de Apoio	O "Trânsito de embarcações de apoio" está relacionado ao aumento do tráfego marítimo na área de influência do empreendimento durante as fases de instalação, operação e desativação das UEPs.
Presença do FPSO e equipamentos submarinos	A "Permanência das UEPS e Sistemas Submarinos" está relacionada ao aumento na disponibilidade de substrato artificial disponível à fixação e sombreamento.

Descarte de Água produzida	A ação geradora "Descarte de Água Produzida" contempla o descarte de toda água produzida na planta de processo dos empreendimentos de Desenvolvimento de Produção (DP).
Descarte de Efluente da Unidade de Remoção de Sulfatos	O "Descarte de Efluentes da Planta de Dessulfatação" é resultado da remoção de sulfato da água do mar a ser reutilizada como água de injeção na fase de operação.
Descarte de Efluente do Teste de Estanqueidade;	O "Descarte de Efluentes Hidrostáticos" engloba o descarte de efluente gerado pela execução dos testes de estanqueidade que é realizado anteriormente ao início da fase de operação para garantir a estanqueidade das linhas e de suas conexões flangeladas.
Descarte de Efluentes sanitários e Resíduos Alimentares	O "Descarte de efluentes orgânicos" está relacionada ao descarte no mar de efluentes oleosos, sanitários e resíduos alimentares pelas FPSOs e embarcações de apoio após tratamento em sistemas de tratamento específicos.
Descarte de fluido de perfuração	O " Descarte de Fluido de Perfuração" está relacionado ao descarte do fluido utilizado na perfuração do furo do piloto, para a instalação de gasodutos subterrâneos. O jateamento do fluido através da coluna de perfuração permite a remoção mecânica e hidráulica do substrato. Este fluido é constituído de lama a base de água e obtido a partir da mistura de bentonita e argila natural (não tóxico). São fluidos biodegradáveis e se dispersam na coluna d'água. Logo, seu descarte marítimo é permitido desde que respeitadas às diretrizes de descartes de efluentes marítimos.
Descarte de resíduos sólidos	O "Descarte de resíduos sólidos" está relacionado a geração e a possibilidade do descarte de resíduos sólidos no meio durante o período de obras para instalação de gasodutos e demais instalações terrestres.
Emissões Atmosféricas	As "Emissões Atmosféricas" serão oriundas das embarcações de apoio, do funcionamento de máquinas e motores à diesel, das caldeiras dos geradores e turbogeradores e da queima de gás no flare das FPSOs ao longo das fases de instalação, operação e desativação.
Geração de Luminosidade	

	<p>A "Geração de Luminosidade" é considerada toda a iluminação artificial gerada nas áreas de operação das FPSOs para sua operação, como a iluminação das embarcações de apoio e dos flares queimadores de gás, ocorrendo nas fase de instalação, operação e desativação. No meio terrestre está relacionada à geração de luminosidade artificial para o funcionamento da Unidade de Tratamento de Gás.</p>
Geração de Ruídos;	<p>A "Geração de Ruído" é decorrente do funcionamento de máquinas e motores nas FPSOs, pelo trânsito de embarcações de apoio e aumento do tráfego aéreo, ao longo da fase de operação.</p>
Geração de Vibração	<p>A "Geração de Vibração" é decorrente do funcionamento de máquinas e motores nas FPSOs, pelo trânsito de embarcações de apoio e aumento do tráfego aéreo, ao longo da fase de operação.</p>
Implantação de duto no trecho marinho e <i>shore approach</i>	<p>A "Implantação do Duto no trecho marinho e shore approach" está relacionada às atividades de enterramento do gasoduto no trecho raso através das técnicas do tipo arado e fresa e para o trecho de shore approach, através de do método de furo direcional.</p>
Descarte de fluido de preenchimento do gasoduto.	<p>O "Descarte do Fluido de Preenchimento do Gasoduto" é decorrente do preenchimento do gasoduto com água do mar e produtos químicos que permitirão a manutenção da sua integridade no período em que permanecerá no fundo do mar, desde a instalação de toda a sua extensão até a conexão com a plataforma fixa.</p>
Desativação e remoção de estruturas terrestres	<p>A "Desativação e remoção de estruturas terrestres" está relacionada à etapa de desativação de gasodutos e a decorrente geração de efluentes causados pela purga do gás natural presente no gasoduto.</p>
Instalação do Gasoduto e Estruturas Terrestres	<p>A "Instalação do Gasoduto e Estruturas Terrestres", está relacionada às ações geradoras de movimentação e exposição temporária de solo, como, supressão de vegetação, limpeza do terreno, escavações em solo, abertura de vala, corte e aterro, estocagem de material terroso, obras de terraplenagem para instalação do gasoduto, do canteiro de obras, melhoria dos acessos e infraestruturas auxiliares. A permanência do gasoduto, faixas de servidão e a unidade de tratamento de gás também são incorporadas por esta ação geradora.</p>
Atividades de Construção do Píer	<p>As "Atividades de Construção do Píer" são referentes às atividades necessárias à implantação das estruturas artificiais, sondagens, medições, cravação de fundações, soldas, passeio e fundeio temporários de embarcações</p>

	na área de restrição.
Presença física das instalações do Píer e estruturas de carga pesada	A "Presença física do presença física das instalações do Píer e estruturas de carga pesada" é referente à alteração da disponibilidade de substrato artificial e pela fragmentação de ambientes.
Ancoragem e estruturas de apoio	A "ancoragem e Estruturas de apoio" é referente ao lançamento temporário de estruturas e ancoragem de embarcações para fins de construção, manutenção e inspeção das instalações do durante a instalação e operação do Píer.
Acúmulo de lixo e sucata nas áreas dos canteiros e alojamentos	Refere-se à ação de acúmulo de lixo e sucata nos canteiros de obras e alojamentos durante a fase de instalação do empreendimento. Esta ação opera como um agente de atração de espécies sinantrópicas que atuam como vetores de agentes etiológicos de diversas doenças à saúde humana.
Arrecadação de royalties	Ação (ou expectativa) de compensação financeira por parte dos concessionários das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural aos Estados e municípios brasileiros (em cujo território a exploração é realizada), ao Comando da Marinha e ao Ministério de Ciência e Tecnologia. O incremento das receitas municipais, estaduais e federais devido à arrecadação de royalties, bem como a aplicação deste benefício em prol da população nacional e do desenvolvimento econômico-social são os principais impactos previstos por esta ação.
Circulação de pessoas, serviços e mercadorias	Relaciona-se ao fluxo de pessoas, serviços e mercadorias e, conseqüentemente, à alteração da dinâmica populacional e da demanda por insumos, comércio e serviços.
Criação de áreas de restrição de uso (faixa de servidão do duto terrestre e zona de segurança para pesca)	No caso dos empreendimentos marítimos, esta ação geradora refere-se à criação, por motivos de segurança, de um perímetro de exclusão à navegação de qualquer embarcação que não seja estritamente relacionada ao apoio das instalações petrolíferas, impactando, principalmente, as atividades turísticas, de lazer náutico e de pesca. No caso dos empreendimentos terrestres, a criação de áreas de restrição de uso corresponde à permanência do gasoduto e das estruturas terrestres que resulta na restrição da faixa de servidão do duto terrestre, ocasionando transtornos às atividades agrícolas, áreas com vegetação nativa, áreas de silvicultura, floresta e agricultura de subsistência distribuídas nas propriedades rurais da área de influência.
Demanda/Aquisição de insumos e serviços	Refere-se à aquisição de peças, equipamentos diversos, produtos químicos, alimentos, contratação de serviços terceirizados, vinculados direta ou indiretamente à cadeia produtiva do setor de petróleo. Com o aumento da demanda de aquisição de insumos e serviços, ocorre um incremento nos recursos provenientes do aumento da

	arrecadação tributária, com destaque para aqueles vinculados à circulação de mercadorias (ICMS), à aquisição de produtos industrializados (IPI) e à prestação de serviços (ISS), resultando no aumento das receitas municipais, estaduais e federais. Este fator também leva em consideração a dinamização do fluxo populacional.
Demanda por mão de obra	Refere-se à geração, à manutenção e/ou ao aumento dos postos de trabalhos em consequência direta ou indireta do empreendimento na Área de Influência local e/ou regional, incluindo a contratação de mão-de-obra especializada, como empresas para elaboração de estudos, laudos e Programas referentes ao empreendimento. A demanda por mão-de-obra também está intimamente associada ao aumento do fluxo populacional na área de influência.
Descarte de fluido de preenchimento	Corresponde às ações de manutenção da integridade do duto durante sua permanência no mar, o que implica na utilização de uma combinação de compostos (água do mar com adição de biocida e sequestrante de oxigênio) para o preenchimento do duto de escoamento. Estes compostos atuam na morte dos organismos presentes na água do mar e ecossistemas aquáticos. Dessa forma, a atividade pesqueira pode ser diretamente afetada, bem como a saúde da população.
Destinação de resíduos sólidos e oleosos	Corresponde às ações de geração, trituração, segregação por classe, armazenamento, transporte e descarte final de resíduos alimentares, sólidos, dentre outros.
Divulgação do empreendimento	Corresponde às ações de elaboração de projetos, estudos ambientais, levantamento de campo e informações veiculadas sobre a possibilidade de realização do empreendimento, geração de empregos e arrecadação de <i>royalties</i> , gerando expectativas, ansiedade, especulações, desconfianças e alteração no cotidiano da comunidade e atores sociais. A divulgação do empreendimento, apesar de momentânea, ocorre no início de cada fase do empreendimento (instalação, operação e desativação) resultando em impactos de grande abrangência, como: aumento da qualidade de vida, desenvolvimento do setor petrolífero, geração de conhecimento técnico-científico e demanda por conselhos paritários na tomada de decisões.
Instalação de gasodutos e estruturas terrestres	Ações do empreendimento que envolvem instalação, manutenção e montagem dos gasodutos e estruturas terrestres, tais como: limpeza do terreno, abertura de acessos, movimentação de maquinário, equipamentos, embarcações e pessoal, escavações em solo, corte e aterro, obras de terraplenagem, criação de frente de obras, instalação de canteiros fixos e móveis e criação de infraestruturas auxiliares, como oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios.
Lançamento de efluente tratado	Refere-se às quantidades do efluente lançado, às condições hidrodinâmicas locais e às características do próprio lançamento, como: escolha do local, dimensionamento do difusor, vazão mínima necessária, processo de mistura do efluente com o corpo hídrico receptor, dentre outros aspectos. Esta ação gera estudos e conhecimento técnico-

	científico focados em proporcionar melhorias relacionadas à gestão ambiental.
Presença do FPSO e equipamentos submarinos	Corresponde à permanência física das plataformas, unidades de perfuração e FPSOs nos campos de produção, o que altera as rotas de navegação e as atividades de turismo, lazer náutico e pesca.
Trânsito de embarcações de apoio	Corresponde aos trajetos das embarcações de apoio entre a área dos empreendimentos até as bases de apoio marítimo, ocasionando alterações nas atividades pesqueiras e nas rotas de navegação.
IMPACTOS	DESCRIÇÃO
Alteração da qualidade da água	A alteração da qualidade das águas costeiras e marinhas é consequência da variação de suas propriedades físico-químicas. Esta variação é decorrente do lançamento de efluentes e resíduos gerados durante as fases de instalação e operação dos empreendimentos destinados ao escoamento de petróleo e gás natural <i>offshore</i> da Bacia de Santos e demais empreendimentos de interface marinha. A remobilização de sedimento e a consequente alteração das condições de turbidez também alteram a qualidade da água ocorridas durante a fase de instalação e desativação das estruturas submarinas deste tipo de empreendimento.
Remobilização do sedimento	A remobilização do sedimento que constitui o substrato marinho significa a movimentação deste material que encontra-se inconsolidado no ambiente natural e é consequência do processo de instalação e desativação das estruturas submarinas dos empreendimentos destinados ao escoamento de petróleo e gás natural <i>offshore</i> da bacia de Santos e demais empreendimentos de interface marinha.
Danos superficiais ao substrato marinho rochoso	Os danos que podem causar alteração das características naturais do substrato rochoso existente no substrato marinho são decorrentes do processo de instalação das estruturas submarinas dos empreendimentos destinados ao escoamento de petróleo e gás natural <i>offshore</i> da bacia de Santos.
Alteração da morfologia de fundo pela presença de equipamentos submarinos	A alteração das características morfológicas e granulométricas naturais do substrato marinho também decorrem das ações já citadas de instalação das estruturas submarinas dos empreendimentos destinados ao escoamento de petróleo e gás natural <i>offshore</i> da bacia de Santos e demais empreendimentos de interface marinha.
Alteração da qualidade do sedimento	Corresponde a alteração das características físico-químicas naturais do sedimento em função do lançamento de efluentes e resíduos sólidos em ambiente marinho e pela permanência de estruturas submarinas.

Alteração da dinâmica sedimentar costeira	Alteração da dinâmica sedimentar costeira é causada pela ressuspensão de material sedimentar durante o processo de enterramento de duto no trecho costeiro. Este aumento na disponibilidade de material sedimentar influencia diretamente os processos de erosão e deposição atuantes na linha de costa, produzindo interferência direta sobre as características geomorfológicas da área costeira.
Alteração da qualidade do ar	A alteração da qualidade do ar é causada por emissões gasosas que ocorrem tanto ao longo das fases de instalação e operação e desativação dos empreendimentos destinados ao escoamento de petróleo e gás natural <i>offshore</i> da bacia de Santos quanto na instalação dos empreendimentos em áreas terrestres. Tais emissões são provenientes, por exemplo, da queima do gás no <i>flare</i> , do funcionamento de motores e geradores das UEPs, embarcações de apoio e veículos de apoio às obras terrestres.
Alteração da qualidade do solo	A alteração da qualidade natural do solo é decorrente do lançamento de resíduos sólidos, quando não observados os critérios de disposição adequada dos mesmos na fase de implantação de empreendimentos em trecho terrestres. Tais resíduos são provenientes de uma série de atividades e possuem naturezas distintas tais como resíduos de manutenção de máquinas, construção civil, sanitários e alimentares e administrativos.
Início ou aceleração dos processos erosivos	O início ou aceleração de processos erosivos é causado pela implantação de empreendimento em trechos terrestres por conta da movimentação e exposição do solo decorrente da execução das obras que levam à limpeza de terreno, escavações, corte e aterro, terraplanagens, entre outras ações.
Alteração da qualidade da água continental	A alteração da qualidade das águas continentais é consequência do aumento no aporte de material coluvionar movimentado em função das obras de instalação de dutovias em trechos terrestres, que levam ao aumento da turbidez e processos de assoreamento.
Interferência com o sistema de drenagem e cursos d'água	Alteração das características naturais das drenagens superficiais devido à interceptação de cursos d'água pelo traçado e obras de implantação de dutovias em trechos terrestres, que interferem nas condições naturais de vazão que além das próprias obras civis também são ocasionadas pela presença de leitos de drenagens artificiais.
Acidentes com a fauna terrestre	Associados aos veículos que transitarão nas áreas de obra e vias de acesso, ocasionando o risco de atropelamento da fauna terrestre. Dependendo da quantidade de indivíduos mortos poderá haver alterações no equilíbrio das relações ecológicas entre fauna terrestre local.
Alteração da biota aquática continental	Aumento da carga orgânica em corpos hídricos, que implica na diminuição de oxigênio dissolvido e consequentemente morte da biota aquática.
Alteração da biota costeira	Relacionada com a supressão de vegetação e fragmentação de habitats no manguezal que consequentemente interfere na reprodução de espécies marinhas, alterando o ecossistema estuarino de peixes e crustáceos.

Alteração da Biota Terrestre	Interferências ocasionadas à flora e fauna terrestre e também às interferências nos ecossistemas aquáticos continentais. Dentre elas podem ser listadas a supressão de vegetação, que ocasiona a fragmentação de habitats, redução da Cobertura Vegetal, alteração no processo de sucessão vegetal, perda de habitat da fauna associada e o afugentamento de fauna.
Alteração da Composição dos remanescentes florestais	Redução da cobertura vegetal e a diminuição da biodiversidade florística e faunística ocasionada principalmente pela necessidade de supressão de vegetação.
Alteração da Ictiofauna e da Comunidade Planctônica	Alteração e /ou interferência no ciclo de vida da Comunidade Planctônica e interfere no deslocamento e adensamento da comunidade da Ictiofauna Marinha, que devem ser atraídas pelo aumento da disponibilidade de alimentos devido a alterações na biota marinha local, próximo às UEPs pelas ações de descarte de efluentes.
Interferência na Biota Aquática Marinha	Consequência do aumento da turbidez na coluna d'água gerada pela ressuspensão de sedimento, afetando inicialmente a comunidade planctônica que tem sua capacidade fotossintética reduzida, os organismos bentônicos filtradores que poderão sofrer entupimento das estruturas respiratórias e/ou alimentares podendo levar a morte do mesmo e a avifauna marinha, que é impactada pela dificuldade de encontrar alimento ocasionado pelo aumento da turbidez.
Interferência na Biota terrestre	Consequente das alterações ocorridas no comportamento e comprometimento de diversas espécies de vertebrados, na alteração da dinâmica dos remanescentes florestais e perturbação de habitats. São decorrentes das ações relacionadas à obras civis necessárias à implantação das estruturas terrestres.
Interferência nas Unidade de Conservação	Englobam as todas as pressões e alterações ocorridas diretamente e indiretamente nas unidades de conservação, nas zonas de amortecimento e corredores ecológicos localizados nas regiões terrestres, costeiras e marinhas.
Perda de Habitat Bentônico	Alterações causadas na Comunidade Bentônica devido: a morte direta de indivíduos, a Morte direta por recobrimento ou soterramento, a perturbação fisiológica nos indivíduos, afugentamento, deslocamento e desalojamento de fauna pela eliminação ou soterramento de habitats da fauna bentônica, a atração de organismos bentônicos por incrustação devido ao aumento da disponibilidade de substrato para fixação. A atração de indivíduos bentônicos por incrustações promove a atração de indivíduos nectônicos, interferindo e/ou alterando a biota marinha local.
Perturbação de Habitats	Relacionada à fauna terrestre, ao afugentamento da fauna local e ao aumento da exposição da fauna à caça, especialmente de espécies cinegéticas pelas ações relacionadas à obras civis necessárias à implantação das estruturas terrestres.

<p>Perturbação da Avifauna Marinha</p>	<p>Consequência de uma séria de ações geradoras que poderão ocasionar a atração da avifauna e/ou afugentamento das aves que utilizam plataformas para repouso, deslocamento das rotas migratórias e para a atividade de alimentação. Algumas espécies da avifauna marinha que apresentam hábitos noturnos tendem a voar na direção das plataformas, atraídas pelas fontes luminosas (luzes e chamas formadas na queima dos gases, as chamas do flare). O impacto da atração pela luminosidade do FPSO nas aves é mais severo quando associado ao flare podendo afetar a dinâmica das populações atingidas.</p>
<p>Perturbação de Quelônios e Mamíferos Marinhos</p>	<p>Associada ao tráfego de embarcações de apoio motorizadas, que pode afugentar os organismos nectônicos presentes e que utilizam a área para alimentação e/ou descanso, assim como aumento o risco de acidentes de colisão principalmente com os mamíferos e quelônios marinhos. Perturbação pela geração de ruídos, o que acarreta a alteração da capacidade de percepção do som produzido por outros mamíferos e também dos pulsos para a eco locação, impede a detecção de importantes sons naturais, altera o tempo de submersão e prováveis desvios de rotas migratórias.</p> <p>Perturbação da fauna marinha, pela atração e/ou afugentamento de espécies de quelônios e mamíferos marinhos. A atração destes indivíduos pode estar associada à um aumento na disponibilidade de alimento e abrigo, esta alteração pode gerar um adensamento de indivíduos nas proximidades das UEPs, além de estar associado também às alterações nas comunidades planctônicas e bentônicas. Atribui-se à este impacto a causa de uma interferência e/ou alteração da biota marinha local.</p>
<p>Alteração da paisagem</p>	<p>Refere-se ao bloqueio visual da paisagem pelas pessoas que circulam próximo à área dos empreendimentos, seja em função de moradia, trabalho ou lazer. Esse comprometimento da paisagem ocorre devido à permanência de guinchos e equipamentos de apoio em pontos de praia que dão suporte às atividades de assentamento dos dutos no trecho costeiro.</p>
<p>Alteração do fluxo populacional</p>	<p>Alteração do contingente populacional da Área de Influência do empreendimento devido, principalmente, à demanda por mão de obra e ao aumento dos postos de trabalho. Em muitos casos, a própria expectativa de emprego gera a migração de pessoas aos municípios. A variação do fluxo populacional, no entanto, também decorre do aumento da circulação de pessoas, serviços e mercadorias.</p>
<p>Alteração na disponibilidade de áreas marítimas</p>	<p>Consequência da exigência legal de implantação de zonas de segurança no entorno do empreendimento como forma de garantir a segurança das instalações e da navegação marítima, o que provoca restrições àquelas áreas marítimas utilizadas para pesca e rotas de navegação.</p>
<p>Aumento da circulação de pessoas e monetária</p>	<p>O aumento da circulação de pessoas e monetária é consequência de um conjunto de ações geradoras, principalmente àquelas ligadas à demanda de insumos e serviços e atividades de comércio. Com o aumento da circulação de pessoas e monetária prevê-se também maior dinamização da economia dos municípios.</p>
<p>Aumento da demanda de uso da infraestrutura aérea, rodoviária e portuária.</p>	<p>Refere-se ao aumento da pressão exercida sobre a infraestrutura de transporte aéreo, rodoviário e marítimo devido ao aumento da demanda por esses setores. Refere-se também à intensificação das viagens semanais para transporte, embarque e desembarque de pessoal alocado nas atividades entre as base de apoio aérea e as plataformas de produção. A pressão sobre o tráfego rodoviário refere-se ao intenso fluxo de deslocamento entre as</p>

	<p>bases de apoio terrestre e os locais de aquisição de insumos e equipamentos e de disposição final de resíduos, devido ao aumento da circulação de veículos de carga. A pressão sobre o tráfego marítimo refere-se ao intenso fluxo de deslocamento das embarcações de apoio entre os campos de produção e as bases de apoio costeiras e terrestres.</p>
<p>Aumento da demanda por cursos e capacitação profissional</p>	<p>Refere-se ao aumento da procura (e oferta de) por cursos técnicos, universitários e de capacitação profissional, principalmente relacionados ao setor energético e às atividades da cadeia produtiva de petróleo nas áreas de influências e de estudo dos empreendimentos.</p>
<p>Aumento da demanda sobre as atividades de comércio e serviços</p>	<p>Em decorrência do afluxo de profissionais e do aumento da demanda de aquisição de insumos e serviços ocorre um incremento das atividades de comércio e serviços ofertadas nos municípios, especialmente no que se refere aos setores de hotelaria, alimentação, lazer, transportes, serviços públicos e outros. Há também geração de demanda de serviços de consultoria especializada para a elaboração de estudos e projetos sobre a atividade.</p>
<p>Aumento da qualidade de vida</p>	<p>O aumento da qualidade de vida é reflexo das melhorias sociais, econômicas e ambientais decorrentes da implantação do empreendimento e do aumento da disponibilidade de fontes energéticas mais sustentáveis que, conseqüentemente, ocasionam a diminuição da poluição em áreas urbanas e a redução de danos ao meio ambiente e à saúde da população.</p>
<p>Aumento da receita pública</p>	<p>Refere-se ao incremento da arrecadação de impostos vinculados à circulação de mercadorias (ICMS), à aquisição de produtos industrializados (IPI) e à prestação de serviços (ISS), resultando, assim, na dinamização das economias municipais, estaduais e nacional.</p>
<p>Aumento do custo de vida</p>	<p>Refere-se ao impacto relacionado aos preços inflacionados de produtos de consumo e serviços essenciais. Também relaciona-se com o processo de especulação imobiliária e elevados preços da terra, levando à evasão de pessoas, moradores e negócios menos competitivos da área inflacionada.</p>
<p>Aumento do tráfego de veículos, ruídos e poeiras</p>	<p>Esse impacto está relacionado com a elevação dos níveis de ruído e poeira e do fluxo de veículos gerados no ambiente devido à intensificação das atividades antrópicas (indústrias, atividades comerciais, veículos automotores, aviões, trens, navios, tratores, etc.) durante todas as fases de implantação do empreendimento. O aumento do tráfego de veículos, ruídos e poeiras gera, ainda, diversos incômodos à população local.</p>
<p>Desenvolvimento social</p>	<p>Ocorre em função do incremento e manutenção da renda e recursos financeiros no meio socioeconômico com o conseqüente incremento do desenvolvimento sustentável. A demanda por materiais e serviços especializados (materiais construtivos de toda a natureza, mão-de-obra diversificada, serviços de hotelaria e de alimentos, comércio em geral, saúde, lazer e turismo) servirão de melhoria das condições de vida e da dinamização socioeconômica, acarretando, conseqüentemente, o desenvolvimento social.</p>

Dinamização da economia local e regional	Consequência de inúmeras ações geradoras, como o aumento da circulação de pessoas, serviços e mercadorias, da demanda por mão de obra, maior arrecadação tributária, dentre outras.
Dinamização do mercado de trabalho	Consequência indireta da criação de novos empregos em função do empreendimento. Também contribui para a dinamização do mercado de trabalho a mobilização de mão de obra local e regional especializada.
Especulação imobiliária	Refere-se ao impacto relacionado aos preços inflacionados da terra e imóveis, levando à evasão de pessoas, moradores de baixa renda e negócios menos competitivos da área inflacionada. Esse impacto está diretamente relacionado aos processos de gentrificação e consequente expansão de ocupação irregular.
Expansão das áreas de ocupação desordenada	Relacionada a inúmeros outros impactos que induzem sua ocorrência, como: favelização, ocupação de áreas de risco, pressão sobre áreas sensíveis (áreas de preservação, margens de rios, etc.), aumento da densidade demográfica, preços da terra inflacionados, evasão dos usos menos competitivos, subutilização, abandono e invasão de terras.
Expectativas sob arrecadação de royalties	Refere-se à geração de expectativas e especulações sobre o recolhimento de royalties principalmente por parte dos municípios e estados produtores e demais órgãos, uma vez que os royalties de petróleo geram significativo incremento nas respectivas receitas tributárias e dinamização da economia.
Formação de ambientes propícios ao desenvolvimento de vetores	A formação de ambientes propícios ao desenvolvimento de vetores pode ocorrer através da atuação de espécies sinantrópicas que ocasionam diversas doenças à saúde humana. Esse impacto é consequência do acúmulo de lixo e sucata nos canteiros de obras e alojamentos durante a fase de instalação do empreendimento.
Fortalecimento da indústria petrolífera e naval	Esse impacto está intimamente ligado à geração de conhecimento técnico científico. Com a implantação do empreendimento, ocorre o aumento de discussões, em nível nacional e mundial, não somente nas comunidades científicas, mas também nos fóruns sobre a indústria petrolífera a respeito dos efeitos ambientais das atividades de produção de petróleo e gás natural e, especificamente, a respeito das dificuldades de distinção entre impactos antropogênicos e variações espaço-temporais naturais em sistemas ecológicos.
Geração de conhecimento técnico-científico através de estudos, laudos e projetos	Refere-se à ampliação do conhecimento técnico-científico da área de influência dos empreendimentos por meio de estudos, laudos e projetos, tanto em termos de fauna e flora, quanto de qualidade da água, além do conhecimento da geologia do local, da dinâmica oceanográfica e ambiental da região. Em nível mundial, cabe destacar as discussões não apenas nas comunidades científicas, mas também em fóruns da indústria petrolífera.

Geração de expectativas	Refere-se à geração de expectativas, ansiedade, especulações, desconfianças e interferências no cotidiano da população local com a divulgação da possibilidade de implantação do empreendimento e criação de postos de trabalho.
Interferência com a pesca artesanal	Refere-se ao impacto ocasionado às atividades pesqueiras artesanais decorrente de diversas ações geradoras como a criação de zonas de segurança, devido à permanência das UEPs, o trânsito de embarcações de apoio e o descarte de fluido de preenchimento.
Interferência nas áreas de direitos minerários	Consequência da criação de áreas de restrição de uso, caracterizada pela demarcação de faixa de servidão administrativa no caso dos empreendimentos terrestres.
Interferência nas atividades de turismo e lazer	Refere-se às dificuldades encontradas para o desenvolvimento de atividades vinculadas ao lazer e turismo (pesca, campeonatos esportivos nas orlas das praias, esportes náuticos, cruzeiros turísticos, etc.), devido ao aumento do fluxo de circulação de pessoas, maquinário, veículos e embarcações de apoio durante as fases de instalação e operação dos empreendimentos.
Interferência nas atividades pesqueiras (amadoras)	Refere-se ao impacto ocasionado às atividades pesqueiras amadoras decorrente de diversas ações geradoras como a criação de zonas de segurança, devido à permanência das UEPs, o trânsito de embarcações de apoio e o descarte de fluido de preenchimento.
Interferência no cotidiano da população local	Consequência de inúmeras ações geradoras e está intimamente ligada a outros impactos, como: geração de expectativa, ansiedade, ruídos, tráfego de veículos, poeira, aumento do fluxo populacional, comprometimento da paisagem, etc.
Interferência no patrimônio histórico e arqueológico regional	Refere-se à interferência ou à possibilidade de interferência em recursos histórico-arqueológicos (fazendas, caminhos históricos, escravagismo, ferrovias, etc.) devido à instalação dos dutos terrestres.
Interferência no uso e ocupação das terras	Consequência da criação de áreas de restrição de uso, caracterizada pela demarcação de faixa de servidão administrativa no caso dos empreendimentos terrestres. Refere-se aos transtornos às atividades agrícolas, áreas com vegetação nativa, áreas de silvicultura, floresta e agricultura de subsistência distribuídas nas propriedades rurais da área de influência.
Manutenção e geração de emprego e renda	Refere-se à alocação direta ou indireta de diversos funcionários a serem empregados nas atividades realizadas na unidade, nas bases de apoio operacional, nas embarcações de apoio e em outros serviços indiretos (alimentação, hospedagem, infraestrutura de apoio, etc.), ao longo das etapas de instalação, operação e desativação do empreendimento. Refere-se não somente à geração e mobilização de novos trabalhadores, mas também à manutenção de mão-de-obra local.
Mobilização da sociedade civil	Corresponde ao aumento da capacidade político-organizacional da população e de atores sociais locais e regionais no que se refere à mobilização social e expressão de conflitos e interesses, uma vez que as expectativas geradas pelo empreendimento têm fomentado a criação de diversas representações político-institucionais

	(entidades, grupos, conselhos, fóruns, associações, etc.).
Pressão sobre os serviços essenciais	Refere-se à pressão exercida sobre a infraestrutura de serviços essenciais, como hospedagem, alimentação e saúde.
Viabilização da oferta de gás, óleo e/ou petróleo	Refere-se ao incremento da produção de gás, óleo e/ou petróleo advindo da operação dos empreendimentos para atender à demanda crescente por esses produtos no país. Esse impacto proporciona ainda economia de divisas com a diminuição das importações, aproximando o país da autossuficiência.

## **ANEXO VII - ENTREVISTA COM GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAIRUÇÚ – PARATY-RJ**



*[Handwritten signature]*  
Coordenador da Equipe



*[Handwritten signature]*  
Coordenadora da equipe

**Relatório**  
BS6AR36

**Revisão 03**  
12/2014

## ANEXO VIII – RELATÓRIO MUNICIPAL DE PARATY



  
Coordenador da Equipe



  
Coordenadora da equipe

Relatório  
BS6AR36

Revisão 03  
12/2014

## ANEXO IV – RELATÓRIO MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS



*[Handwritten signature]*  
Coordenador da Equipe



*[Handwritten signature]*  
Coordenadora da equipe

Relatório  
BS6AR36

Revisão 03  
12/2014

## ANEXO X – RELATÓRIO MUNICIPAL DE MANGARATIBA



  
Coordenador da Equipe



  
Coordenadora da equipe

Relatório  
BS6AR36

Revisão 03  
12/2014

## ANEXO XI – RELATÓRIO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ



  
Coordenador da Equipe



  
Coordenadora da equipe

Relatório  
BS6AR36

Revisão 03  
12/2014

## ANEXO XII – RELATÓRIO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – COMUNIDADES PESCADORAS DA ZONA OESTE

---

i



  
Coordenador da Equipe



  
Coordenadora da equipe

Relatório  
BS6AR36

Revisão 03  
12/2014